Jornal O DIA SP

Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ nº 61.855.045/0001-32 – NIRE 35.300.051.343

Extrato da Ata da Reunião da Diretoria

Data, Hora, Local: Em 30.12.2025, às 10h15, na sede social, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 11º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011. ***Mesa:*** Presidente: Rui Miguel Aleixo Marques; Secretário: Nilton Pereira dos Santos Junior. ***Deliberações:*** 1) registraram o pedido de renúncia formulado por ***Ricardo Barbieri de Andrade***, ao cargo de Diretor desta Sociedade, em carta de 27.11.2025, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito; 2) .... ***Encerramento:*** Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para assinatura eletrônica. aa) Rui Miguel Aleixo Marques e Nilton Pereira dos Santos Junior. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 47.191/26-0, em 10.2.2026. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Ideal Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 31.749.596/0001-50 - NIRE 35300522915

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02.02.2026

Data: 02/02/2026, às 09:00 horas. **Local:** Sede Social da Ideal Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4221, 6º andar, Conjunto 62, Itaim Bibi, CEP 04538-133, São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas. Presente também os diretores Srs. Gregório Lara dos Santos Matai e Leandro Bolsoni. **Mesa:** Presidente: Gregório Lara dos Santos Matai. Secretário: Leandro Bolsoni. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** pedido de renúncia do cargo de diretor; e **(ii)** consolidação do quadro de diretores da Companhia. **Considerações Preliminares:** Preliminarmente, de acordo com o artigo 121, § único da Lei das S.A., esta Assembleia Geral foi realizada de maneira digital e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante a Assembleia, com a assinatura dos participantes de forma eletrônica através de sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do §2º do art. 10 da medida provisória nº 2.200-2/2001. Os acionistas autorizaram a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, §1º da Lei das S.A. **Deliberações:** Após análises e discussões sobre a matéria da ordem do dia, os representantes da única acionista, por unanimidade de votos e sem qualquer restrição, deliberaram o que segue: **Renúncia ao Cargo de Diretor: (i.i.)** Aceitar o pedido de renúncia ao cargo de Diretor comunicado pelo Sr. **Lucas Namo Cury,** conforme carta de renúncia apresentada em 30.01.2026 que ficará arquivada na sede da Companhia; **(i.ii.)** A Companhia e o Diretor renunciante outorgaram-se, mutuamente, a mais ampla, rasa, geral, irrestrita, irrevogável e irretratável quitação para nada mais reclamar, a qualquer tempo, título ou pretexto, com relação ao exercício do mandato e aos atos praticados, exceto em caso de fraude ou crime. **Consolidação do Quadro de Diretores da Companhia: (ii.i.)** Com a renúncia ao cargo de Diretor deliberado no item "i" supra, consolida-se o quadro atualizados de Diretores da Companhia, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2027, conforme abaixo: **Diretoria:** (mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2027). **Nome, Cargo:** Nilson Guilherme Wirth Monteiro, Diretor Presidente; Leandro Bolsoni, Diretor Financeiro; Gregorio Lara dos Santos Matai, Diretor; Peter Muller Romiti Klein, Diretor. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual logo após foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 02/02/2026. **Presença:** Acionista: **Ideal Holding Financeira S.A.**, representada neste ato por seus diretores Srs. Gregorio Lara dos Santos Matai e Leandro Bolsoni. **Assinaturas:** Presidente: Gregorio Lara dos Santos Matai. Secretário: Leandro Bolsoni. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Gregorio Lara dos Santos Matai -** Presidente, **Leandro Bolsoni -** Secretário. JUCESP nº 54.508/26-5 em 24/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Engineering do Brasil S.A.

CNPJ 09.433.094/0001-67 - NIRE 35300387716

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 04 de Dezembro de 2025

1. Data, Horário e Local: Aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro de 2025, às 10h00, na sede social da Engineering do Brasil S.A., localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na rua Dr. Geraldo Campos Moreira, nº 375, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Cidade Monções, CEP 04571-020 ("Companhia"). **2. Convocação e Presenças:** dispensada a convocação nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas detentores do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas na lista de presenças anexa a este instrumento como Anexo I. **3. Mesa:** Presidente: Filippo Di Cesare; Secretária: Joyce Santos de Aguilar. **4. Ordem do Dia: (i)** Aprovação da lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130 da Lei das S.A.; e **(ii)** Deliberação sobre o pagamento de dividendos já declarados e registrados no passivo da Companhia, referentes aos exercícios sociais de 2023 e 2024. **5. Deliberações:** Colocadas em discussão as matérias objeto da ordem do dia, os acionistas, de forma unânime: **(i)** Aprovaram a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130 da Lei das S.A.; e **(ii)** Após análise da documentação apresentada, em especial os dividendos já declarados e registrados no passivo da Companhia, referentes aos exercícios sociais de 2023 e 2024, e considerando o parecer favorável, sem ressalvas ou restrições, emitido pelo Conselho de Administração em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 25 de novembro de 2025, em estrito cumprimento às disposições da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações") e do Estatuto Social da Companhia, aprovaram o efetivo pagamento dos dividendos já declarados e registrados no passivo da Companhia, totalizando R$ 4.244.562,00 (quatro milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais), referentes aos exercícios sociais de 2023 e 2024, a ser realizado até 31 de dezembro de 2025. Resta consignado, adicionalmente, que: (a) o pagamento a ser realizado observa a situação financeira da Companhia, não comprometendo sua liquidez, solvência ou capacidade operacional; (b) os valores a serem pagos encontram-se devidamente registrados como passivo, decorrentes de deliberações anteriores sobre os resultados de 2023 e 2024; e (c) o pagamento dos dividendos obedecerá a proporção de participação de cada acionista no capital social, conforme previsto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata em forma de sumário, que lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. A presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro próprio da Companhia. JUCESP 413.946/25-3 em 15/12/25. Marina Centurion Dardani - Secretária-Geral.

Engineering do Brasil S.A.

CNPJ 09.433.094/0001-67 - NIRE 35300387716

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24 de Outubro de 2025

1. Data, Horário e Local: Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro de 2025, às 10h00, na sede social da Engineering do Brasil S.A., localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na rua Dr. Geraldo Campos Moreira, nº 375, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Cidade Monções, CEP 04571-020 ("Companhia"). **2. Convocação e Presenças:** dispensada a convocação nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas detentores do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas na lista de presenças anexa a este instrumento como Anexo I. **3. Mesa:** Presidente: Filippo Di Cesare; Secretária: Joyce Santos de Aguilar. **4. Ordem do Dia: (i)** Aprovação da lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130 da Lei das S.A.; e **(ii)** Deliberação sobre a mudança do endereço da filial da Companhia, localizada na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. **5. Deliberações:** Colocadas em discussão as matérias objeto da ordem do dia, os acionistas, de forma unânime: **(i)** Aprovaram a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130 da Lei das S.A.; e **(ii)** Aprovaram a mudança do endereço da filial da Companhia, localizada na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 09.433.094/0003-29, **até então** localizada na Avenida Álvares Cabral, nº 1345, 3º andar (parte interna), bairro Lourdes, CEP 30170-004, **para Avenida Álvares Cabral, 1345, 5º andar, bairro Lourdes, CEP 30170-004** disposto que a Diretoria fica, desde já, autorizada a proceder com todas as medidas necessárias para a efetivação da mudança do endereço de referida filial, incluindo, mas não se limitando à proceder com as atualizações das licenças e inscrições atreladas à referida filial, e assinar todos os documentos necessários, tais como formulários, requerimento e instrumentos em geral, em especial aqueles exigidos para a devolução do imóvel até então locado ao seu proprietário. Fica ainda consignado que, após a efetiva mudança do endereço da filial, a Companhia não desempenhará qualquer atividade no antigo endereço. Por fim, em decorrência desta deliberação, os acionistas aprovaram, ainda, a alteração da redação do Artigo 2º do Estatuto Social, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: ***Artigo 2º -*** *A sociedade tem sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na rua Dr. Geraldo Campos Moreira, nº 375, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Cidade Monções, CEP 04571-020, que é seu foro.* ***Parágrafo 1º:*** *A sociedade tem filiais localizadas nos seguintes endereços: [i] estado de Minas Gerais, cidade de Belo Horizonte, na Avenida Álvares Cabral, nº 1345, 5º andar, bairro Lourdes, CEP 30170-004, inscrita no CNPJ sob o nº 09.433.094/0003-29; [ii] estado do Rio de Janeiro, cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, nº 277, sala 807, Centro, CEP 20040-904, inscrita no CNPJ sob o nº 09.433.094/0004-00; [iii] estado do Espírito Santo, cidade de Vitória, na Rua Alberto de Oliveira Santos, nº 59, salas 701 e 702, Centro, CEP 29010-250, inscrita no CNPJ sob o nº 09.433.094/0006-71; e [iv] estado do Pará, cidade de Parauapebas, na Avenida Castelo Branco, nº 74, quadra 120, lote 062, sala A, CEP 68515-000, Bairro Rio Verde, inscrita no CNPJ sob o nº 09.433.094/0008-33.* ***Parágrafo 2º -*** *Por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.* **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata em forma de sumário, que lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. A presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro próprio da Companhia. JUCESP 431.662/25-3 em 11/12/25. Marina Centurion Dardani - Secretária-Geral.

LOJAS CEM

Cem Administração e Participações S.A.

CNPJ.MF. 01.828.436/0001-36 JUCESP.NIRE. 35.300.498.984

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

1. Data e Local: 22 de dezembro de 2025, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade de Salto, SP, na Rodovia Engenheiro Ermênio Oliveira Penteado, s/n, Km 46, sala 10, Bairro Joana Leite, CEP 13.329-903. **2. Convocação:** Sanada a falta de publicação, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei 6.404 de 15/12/1976 e do artigo 14º do Estatuto Social da Companhia, declarando os presentes terem recebido a convocação. **3. Presenças**: Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas pelos procuradores eleitos por cada classe de ações, com poderes para o exercício do voto na assembleia, em nome dos outorgantes. **4. Mesa**: Presidente: Sr. Cícero Dalla Vecchia; Secretário: Sr. Roberto Benito Júnior. **5. Ordem Do Dia: 1-** Elevação do capital social de R$1.320.000.000,00 (um bilhão, trezentos e vinte milhões de reais) para R$1.440.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e quarenta milhões de reais), mediante: **1.1.** emissão de 48.000.000 (quarenta e oito milhões) de novas ações, sendo 12.000.000 (doze milhões) de ações classe "A", 12.000.000 (doze milhões) de ações classe "B", 12.000.000 (doze milhões) de ações classe "C", e 12.000.000 (doze milhões) de ações classe "D", ao valor unitário de R$2,50 (dois reais e cinquenta centavos), totalizando R$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) da conta de Reserva de Lucros da Companhia; **2-** Outros assuntos de interesse da sociedade. **6. Deliberações**: Colocadas as matérias em exame, discussão e posterior votação, tendo se abstido de votar os legalmente impedidos, resultaram aprovadas, nos seguintes termos: **Item 1 da Ordem do Dia:** Aprovada por unanimidade a elevação do capital social totalmente subscrito e integralizado de R$ 1.320.000.000,00 (um bilhão, trezentos e vinte milhões de reais) para R$1.440.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e quarenta milhões de reais), mediante: **1.1.** emissão de 48.000.000 (quarenta e oito milhões) novas ações ordinárias nominativas, sendo 12.000.000 (doze milhões) ações ordinárias nominativas de cada classe de ação, ao valor unitário de R$2,50 (dois reais e cinquenta centavos) cada uma, totalizando R$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), distribuídas aos acionistas como bonificação pelo aproveitamento de R$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) da conta de Reserva de Lucros da Companhia; Em decorrência da deliberação acima, foi aprovada a seguinte nova redação do artigo 5º do Estatuto Social: ***"Artigo 5º*** *- O capital social, totalmente integralizado, é de R$1.440.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e quarenta milhões de reais), dividido em 576.000.000 (quinhentos e setenta e seis milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) cada uma, subdivididas em quatro classes: A, B, C e D, cada uma delas composta por 144.000.000 (cento e quarenta e quatro milhões) de ações ordinárias nominativas."* **Item 2 da Ordem do Dia:** Quanto a este item, não houve pauta em discussão. **7. Encerramento**: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente no Livro próprio a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e por todos os presentes assinada, aprovada a sua lavratura na forma de sumário, tal qual faculta o parágrafo 1º do artigo 130 da Lei 6.404 de 15/12/1976. **8. Documentos**: Boletim de Presenças (anexo 1) e Boletim de Capitalização/Subscrição/Posição Acionária (anexo 2). **9. Assinaturas**: Mesa: Presidente: Sr. Cícero Dalla Vecchia; Secretário: Sr. Roberto Benito Júnior. Acionista representante da Classe A, Delta Lynx LLC; Acionista representante da Classe B, Sr. Giácomo Dalla Vecchia; Acionista representante da Classe C, Sr. Roberto Benito Júnior; Acionista representante da Classe D, Sr. Cícero Dalla Vecchia. Salto, 22 de dezembro de 2025. Esta cópia confere com a original lançada no livro próprio. Mesa: Cícero Dalla Vecchia - *Presidente*; Roberto Benito Júnior - *Secretário*. Acionistas: Delta Lynx LLC; Vanise Dalla Vecchia Costa Marques (sócia-diretora) - *Classe A*; Giácomo Dalla Vecchia - *Classe B;* Roberto Benito Júnior - *Classe C;* Cícero Dalla Vecchia - Classe D. **JUCESP** nº 116.506/26-0 em 24/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

PPC SANTANA

PPC Santana Equipamentos Elétricos Ltda.

CNPJ/MF nº 33.852.322/0001-18

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

Relatório da Diretoria: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2025. As Demonstrações Financeiras e suas notas explicativas, acompanhadas da opinião dos auditores independentes (RSM) emitida em 24/02/2026, estão à disposição na sede da Empresa na Rua Antonio Pedro, nº 645 - Centro, Pedreira - SP.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	21.075	21.050
Contas a receber - Clientes	23.971	25.736
Contas a receber - Partes relacionadas	8.716	9.209
Estoques	28.306	24.222
Impostos a recuperar	2.717	688
Outros créditos	1.081	1.191
Total do ativo circulante	**85.866**	**82.096**
Impostos diferidos	2.901	3.654
Impostos a recuperar	205	228
Depósitos judiciais	132	166
Realizável a longo prazo	3.238	4.048
Imobilizado	31.384	22.413
Intangível	194	200
Total do ativo não circulante	**34.816**	**26.661**
Total do ativo	**120.682**	**108.757**

Passivo	2025	2024
Fornecedores	20.905	16.721
Juros sobre capital próprio a pagar	4.582	2.823
Dividendos a pagar	-	2.494
Impostos a recolher	2.496	2.110
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.181	2.021
Salários, férias e encargos sociais a pagar	10.252	9.621
Antecipação de clientes	731	831
Outras obrigações	5.109	5.427
Total do passivo circulante	**46.256**	**42.048**
Dividendos a pagar	33.006	-
Provisão para perda com processos judiciais	701	1.041
Total do passivo não circulante	**33.707**	**1.041**
Patrimônio líquido		
Capital social	38.437	38.437
Reserva de capital	810	810
Lucros acumulados	1.472	26.421
Total do patrimônio líquido	**40.719**	**65.668**
Total passivo e patrimônio líquido	**120.682**	**108.757**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

	2025	2024
Receita operacional líquida	192.747	189.376
Custos das vendas	(134.899)	(134.750)
Lucro bruto	**57.848**	**54.626**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	(10.786)	(11.705)
Despesas administrativas e gerais	(10.303)	(8.960)
Outros resultados operacionais	(1.469)	(469)
	(22.558)	(21.134)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**35.290**	**33.493**
Receitas financeiras	1.409	1.580
Despesas financeiras	(522)	(683)
Variação cambial líquida	(230)	(96)
	657	801
Resultado antes dos impostos	**35.947**	**34.294**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(9.717)	(9.392)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(753)	(656)
	(10.470)	(10.048)
Lucro líquido do exercício	**25.477**	**24.246**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2025	2024
Lucro do exercício	25.477	24.246
Total de outro resultado abrangente	**25.477**	**24.246**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reserva de Capital	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 01/01/2024	**38.437**	**810**	**34.245**	**73.492**
Juros sobre capital próprio	-	-	(4.854)	(4.854)
Dividendos	-	-	(27.215)	(27.215)
Lucro do exercício	-	-	24.246	24.246
Saldo em 31/12/2024	**38.437**	**810**	**26.421**	**65.668**
Juros sobre capital próprio	-	-	(5.391)	(5.391)
Dividendos	-	-	(45.035)	(45.035)
Lucro do exercício	-	-	25.477	25.477
Saldo em 31/12/2025	**38.437**	**810**	**1.472**	**40.719**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2025	2024
Resultado antes dos impostos	**35.947**	**34.294**
Depreciação e amortização	4.375	4.131
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	-	(941)
Provisão para perdas com processos judicias	(340)	(304)
Provisão para realização dos estoques	(913)	115
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(556)	93
Resultado na alienação de ativo imobilizado	75	-
	38.588	**37.388**
Variações nos ativos operacionais		
Contas a receber - Clientes	2.321	(8.233)
Contas a receber - Partes relacionadas	493	(1.975)
Estoques	(3.171)	682
Depósitos judicias	34	(116)
Impostos a recuperar	(2.006)	6.611
Créditos diversos	110	(486)
Variações nos passivos operacionais		
Fornecedores	4.184	100
Fornecedores - Partes relacionadas	-	(16)
Impostos a recolher	386	757
Salários, férias e encargos sociais a pagar	631	407
Antecipação de clientes	(100)	697
Outras obrigações	(318)	(321)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**41.152**	**35.495**
Recebimento de empréstimos de partes relacionadas	-	2.201
Imposto de renda e contribuição social pago	(9.557)	(8.053)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**31.595**	**29.643**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições no imobilizado/intangível	(13.415)	(3.604)
Empréstimos cedido à partes relacionadas	-	(1.350)
Recebimento de empréstimos de partes relacionadas	-	15.776
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(13.415)**	**10.822**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pago	(14.523)	(32.035)
Juros sobre capital próprio pago	(3.632)	(3.335)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**(18.155)**	**(35.370)**
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**25**	**5.095**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	21.050	15.955
No fim do exercício	21.075	21.050
	25	**5.095**

CONTEXTO OPERACIONAL

A PPC Santana Equipamentos Elétricos Ltda. ("PPC Santana"), sociedade limitada, com sede na Rua Antônio Pedro, nº 645, na cidade de Pedreira - SP, tem como objetivo o estudo, a fabricação, a exportação, a comercialização e a representação de materiais isoladores elétricos de porcelana e polimérico, bem como a prestação de serviços de qualquer natureza.

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Diretores
Luis Carlos Maria Solimeo
Paulo Sergio Nascimento dos Anjos

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Contador
Ricardo Pires de Godoy - CRC 1SP302559/O-6

A opinião dos auditores independentes (RSM), bem como as Notas Explicativas na íntegra encontram-se na sede da Empresa.

DRAUSUISSE BRASIL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE UNIDADES HIDRÁULICAS INTELIGENTES S.A.

CNPJ/MF: 31.180.635/0001-41 - NIRE Nº 35.300.534.581

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 29 DE JANEIRO DE 2026

1. Data, Hora e Local: Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de janeiro de 2026, às 09:30 horas, foi realizada a Reunião do Conselho de Administração da **DRAUSUISSE BRASIL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE UNIDADES HIDRÁULICAS INTELIGENTES S.A.** ("Companhia"), de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Teams*. **2. Convocação e Presença.** Convocação dispensada em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, que participam da reunião por meio de vídeo conferência, nos termos do parágrafo 5º do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável. **3. Mesa:** Evandro Luiz Coser: **Presidente da Mesa**; e Ércio Miguel Nema: **Secretário da Mesa. 4. Ordem do Dia:** deliberar acerca da reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **5. Discussões e deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, oposições ou restrições deliberam e aprovam o quanto segue: **(i)** A reeleição dos membros da Diretoria da Companhia, a saber: Sr. **MAURÍCIO SUCASAS NEGRÃO**, brasileiro, em união estável, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 14.092.626 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 087.902.748-73, residente e domiciliado na Rua Waldemar Metidieri, nº 250, quadra 11, lote 4, Parque Fazenda Imperial, Sorocaba/SP, CEP 18052-766, ocupando o cargo de **Diretor Presidente da Companhia**; e Sr. **MAURO SANTUCCI**, brasileiro, divorciado, engenheiro industrial metalúrgico, portador da cédula de identidade RG nº 12.972.681-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 054.494.398-81, residente e domiciliado na Rua João Antônio de Oliveira, nº 1.228, apartamento 62, bloco 2, Mooca, São Paulo/SP, CEP 0311-001, ocupando o cargo de **Diretor Sem Designação Específica da Companhia**, cujos mandatos vigerão por 02 (dois) anos, contados da presente data, ou seja, até 26 de janeiro de 2028, devendo, entretanto, permanecer em seus respectivos cargos e no exercício de suas atividades, até a posse de seus respectivos substitutos, salvo hipótese de ocorrer, a qualquer tempo, sua destituição, sendo permitida a reeleição. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Mesa: Evandro Luiz Coser -** Presidente da Mesa, **Ércio Miguel Nema -** Secretário da Mesa, **Membros do Conselho de Administração: Evandro Luiz Coser -** Presidente do Conselho de Administração da Companhia, **Orlando Machado Junior -** Membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, **Ércio Miguel Nema -** Membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, **Fábio Assis Pinto -** Membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, **Paulo Cezar da Silva Nunes -** Membro independente do Conselho de Administração da Companhia. JUCESP nº 56.913/26-6 em 25.02.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Engineering do Brasil S.A.

CNPJ 09.433.094/0001-67 - NIRE 3530038771-6

Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração Realizada em 25 de Novembro de 2025

1. Data, Horário e Local: No dia 25 (vinte e cinco) do mês de novembro de 2025, às 11h00, na sede social da Engineering do Brasil S.A., localizada na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, nº 375, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Cidade Monções, CEP 04571-020, cidade de São Paulo, estado de São Paulo ("Companhia"). **2. Convocação e Presenças:** dispensadas as formalidades de convocação previstas no artigo 21, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença de todos os membros do conselho de administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Michele Allamprese; Secretária: Joyce Santos de Aguilar. **4. Ordem do Dia: (i)** Apreciação das contas dos administradores, bem como das demonstrações financeiras relativas ao 3º trimestre do exercício social corrente, tendo por base as demonstrações financeiras da Companhia levantadas em 30 de setembro de 2025 ("DFs do 3º Trimestre"); **(ii)** Aprovação da Política de Propriedade Intelectual da Companhia; **(iii)** Aprovação do Procedimento de Gestão do Departamento Financeiro e de Tesouraria da Companhia; **(iv)** Apreciação, nos termos dos Artigos 19 e 32 do Estatuto Social da Companhia, da proposta a ser enviada à empresa de telecomunicações, para o aditamento de contrato relacionado a prestação de serviços técnicos especializados ("RFP Aditivo Contrato"); e **(v)** Aprovação do calendário de reuniões ordinárias do Conselho de Administração da Companhia para o exercício social de 2026. **5. Deliberações:** Colocadas em discussão as matérias objeto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia, de forma unânime, desconsiderados os votos dos legalmente impedidos. **(i)** Manifestaram-se favoravelmente, sem quaisquer ressalvas ou restrições, às contas da administração e às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao 3º trimestre do exercício social corrente, nos termos dos documentos apresentados pela Diretoria aos membros do conselho de administração, em especial das DFs do 3º Trimestre, as quais serão arquivadas na sede da Companhia, disposto que as contas da administração e demonstrações financeiras, quando consolidadas ao final do exercício social corrente, serão submetidas para apreciação ad referendum à Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2026; **(ii)** Aprovaram, sem ressalvas ou restrições, a Política de Propriedade Intelectual da Companhia, cuja cópia será arquivada na sede da Companhia, juntamente com a via assinada e registrada da presente Ata, a qual foi apreciada e aprovada, previamente, pelo Departamento Jurídico e pela Diretoria da Companhia, e, em seguida, submetida à apreciação do Conselho de Administração da Companhia, tendo em vista as atribuições do Conselho de Administração da Companhia previstas no Artigo 19 do seu Estatuto Social, disposto, ainda, que a administração executiva da Companhia fica autorizada a praticar todos os atos necessários para a efetiva e contínua implementação de referida política, inclusive procedendo com a sua divulgação por todos os meios julgados apropriados pela Companhia para a sua devida publicização e conhecimento das diferentes partes interessadas a que se destinam; **(iii)** Aprovaram, sem ressalvas ou restrições, o Procedimento de Gestão do Departamento Financeiro e de Tesouraria da Companhia, cuja cópia será arquivada na sede da Companhia, juntamente com a via assinada e registrada da presente Ata, a qual foi apreciada e aprovada, previamente, pelo Departamento Administrativo, Departamento Jurídico e Diretoria da Companhia, e, em seguida, submetida à apreciação do Conselho de Administração da Companhia, tendo em vista as atribuições do Conselho de Administração da Companhia previstas no Artigo 19 do seu Estatuto Social, disposto, ainda, que a administração executiva da Companhia fica autorizada a praticar todos os atos necessários para a efetiva e contínua implementação de referido procedimento, inclusive procedendo com a sua divulgação por todos os meios julgados apropriados pela Companhia para a sua devida publicização e conhecimento das diferentes partes interessadas a que se destinam; **(iv)** Aprovaram, nos termos dos Artigos 19 e 32 do Estatuto Social da Companhia, o envio, pela Companhia, da proposta à empresa de telecomunicações, cuja cópia será arquivada na sede da Companhia, juntamente com a via assinada e registrada da presente Ata e demais documentos analisados, a qual foi aprovada previamente pelos setores internos e competentes da Companhia, e, em seguida, submetida à apreciação dos membros do Conselho de Administração, para atender à RFP Aditivo Contrato, ficando, desde já, a Diretoria autorizada, observada a forma de representação disposta no Estatuto Social da Companhia, a praticar todos e quaisquer atos exigidos ou necessários para a concretização da contratação da Companhia, incluindo, mas não se limitando à elaboração, obtenção e submissão de documentos, a negociação dos termos da proposta, bem como a celebração de contratos ou acordos oriundos da RFP Aditivo Contrato, desde que observadas as práticas comerciais usuais da Companhia, bem como seus normativos internos; e **(v)** aprovaram o seguinte calendário para as reuniões ordinárias do Conselho de Administração da Companhia, para o exercício social de 2026: • 1ª reunião - 24 de fevereiro de 2026; • 2ª reunião - 30 de abril de 2026; • 3ª reunião - 25 de agosto de 2026; e • 4ª reunião - 25 de novembro de 2026. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata em forma de sumário, a qual lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. A presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro próprio da Companhia. Mesa: Michele Allamprese - Presidente; Joyce Santos de Aguilar - Secretária. Conselheiros: Michele Allamprese, p.p. Luigi Bianchini Neto; Leonardo Vasconcellos Terribili; Flavio Porta Miche Hirschfeld. JUCESP 413.945/25-0 em 15/12/25. Marina Centurion Dardani - Secretária-Geral.

DRAUSUISSE BRASIL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE UNIDADES HIDRÁULICAS INTELIGENTES S.A.

CNPJ: 31.180.635/0001-41 - NIRE nº 35.300.534.581

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE JANEIRO DE 2026

DATA, HORA E LOCAL: Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de janeiro de 2026, às 10:00 horas, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária da DRAUSUISSE BRASIL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE UNIDADES HIDRÁULICAS INTELIGENTES S.A., com sede na Avenida Caio Cotrim, 46, Centro Logístico Itapevi 2, Módulo 12, Itapevi, São Paulo, CEP 06.696-060 ("Companhia"). **CONVOCAÇÃO, PRESENÇA E ESCLARECIMENTOS INICIAIS:** Dispensada a convocação, em virtude da presença de todas as acionistas da Companhia, nos termos do art. 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("LSA"), e do artigo 7º, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, conforme demonstra a Lista de Presença anexa à presente Ata (Anexo I), sendo certo que foram atendidas a todas as formalidades legais para a realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES:** Atendendo as obrigações legais aplicáveis, as demonstrações financeiras da Compannhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram publicadas na Central de Balanços em 19 de novembro de 2026, no seguinte endereço eletrônico: https://www.gov.br/centraldebalancos/demonstracao-publicada/265471. **MESA:** Evandro Luiz Coser. Presidente da Mesa; e Ércio Miguel Nema: Secretário da Mesa. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) o exame das demonstrações financeiras, do balanço patrimonial e do resultado econômico da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como a apreciação das contas apresentadas pelos administradores da Companhia; e (ii) a destinação do resultado econômico da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **DELIBERAÇÕES**: Postas em discussão as matérias da Ordem do Dia, foi deliberado pelas acionistas, por unanimidade, o quanto segue: (i) Após a leitura dos documentos mencionados na Ordem do Dia, devidamente colocados à disposição de todas as acionistas, por escrito, observada a antecedência legal, foram tomadas as contas dos administradores e aprovadas as demonstrações financeiras, o balanço patrimonial e as contas da Companhia apresentadas pela administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como aprovados e ratificados pelas acionistas os atos praticados pela administração da Companhia dentro do exercício regular de sua gestão e observados os limites do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** Tendo em vista que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou prejuízo líquido no valor de R$ 15.149.779,11 (quinze milhões, cento e quarenta e nove mil, setecentos e setenta e nove reais e onze centavos), as acionistas deliberaram e aprovaram, destinar o montante à conta de Prejuízos Acumulados da Companhia, para compensação com eventuais futuros resultados positivos, nos termos do artigo 189, caput e parágrafo único da LSA. **ENCERRAMENTO E ASSINATURAS:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente Ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Presidente da Mesa: Evandro Luiz Coser. Secretário da Mesa: Ércio Miguel Nema. Acionistas: Drau Participações Ltda., p.p. Guilherme Gomes Batista; e Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., p.p. José Alfredo de Freitas e José Eduardo de Azevedo Antunes Júnior. Certifico que a presente Ata confere com a original lavrada no livro próprio da Companhia. **Mesa: Evandro Luiz Coser** - Presidente da Mesa, **Ércio Miguel Nema** - Secretário da Mesa. **Acionistas: DRAU PARTICIPAÇÕES LTDA., COIMEX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.** JUCESP nº 56.914/26-0 em 25.02.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

Jornal O DIA SP

VCI Vanguard Confecções Importadas S.A.

CNPJ/MF nº 00.311.557/0001-43 - NIRE 35300461436

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2025

1. Local, Dia e Hora: Na sede da VCI Vanguard Confecções Importadas S.A. ("Companhia"), na Rua Sampaio Vidal, nº 1116, Jardim América, CEP 01443-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, às 12h00 do dia 12 de dezembro de 2025. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Leonardo Deeke Boguszewski; e Secretário: Richard Gabriel Stad. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a lavratura da ata da presente assembleia geral na forma de sumário; **(ii)** a consignação das renúncias apresentadas pelos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iii)** a eleição dos novos membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** a criação de capital autorizado da Companhia; **(v)** a emissão de bônus de subscrição da Companhia; **(vi)** a consignação da celebração de acordo de acionistas da Companhia; **(vii)** a ampla reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(v)** a autorização à Diretoria da Companhia para a prática dos atos necessários para a implementação das matérias ora deliberadas. **5. Deliberações:** Os acionistas presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia, examinaram e discutiram as matérias constantes da ordem do dia e, por unanimidade, deliberaram o quanto segue: **(i)** a lavratura desta ata sob a forma de sumário, de acordo com a autorização contida no § 1º do Art. 130, da Lei das S.A.; **(ii)** consignar a renúncia dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, quais sejam: **(a) Henri Rene Christian Stad**, brasileiro, casado, industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.460.091 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 516.490.398-91, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Antonio Afonso, nº 15, apto 111, Vila Nova Conceição, CEP 04509-030, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; **(b) Richard Gabriel Stad**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 44.082.940-9 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 327.378.218-86, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ibiapinopolis, nº 334, apto 02, CEP 01457-030, ao cargo de membro do Conselho de Administração; **(c) Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa**, português, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade para estrangeiros RNE nº v198811-L SE/DPMAF/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 214.656.938-74, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 174, Jardim Europa, CEP 04536-010, ao cargo de membro do Conselho de Administração; **(d) Marcelo Pradez de Faria Stallone**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 4301361 IFP, inscrito no CPF/MF sob o nº 712.450.067-20, residente e domiciliado na Cidade de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, com escritório na Rod. Jornalista Francisco A. Proença, km 08, na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, ao cargo de membro do Conselho de Administração; **(e) Carlos Alberto Júlio**, brasileiro, viúvo, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.982.067-3, inscrito no CPF/MF sob o nº 998.234.978-34, residente e domiciliado na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Alameda Hong Kong, nº 102, CEP 06543-070, ao cargo de membro do Conselho de Administração; e **(f) Leandro Kakumu Kayano**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.635.795-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.399.328-23, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Said Aiach, nº 277, apto 21, Paraíso, CEP 04003-020, ao cargo de membro do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração renunciantes outorgaram à Companhia, de forma irrevogável e irretratável, a mais plena, ampla, mútua, geral e irrestrita quitação, nos termos de seus respectivos Termos de Renúncia arquivados na sede da Companhia, e constantes da presente ata na forma do **Anexo I**; **(iii)** aprovar a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para um mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da presente data, quais sejam: **(a) Leonardo Deeke Boguszewski**, brasileiro, casado em regime de separação de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.592.566-2 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.088.039-80, com endereço profissional na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Visconde do Rio Branco, nº 1.488, 4º andar, Centro, CEP 80420-21 0, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; **(b) Richard Gabriel Stad**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 44.082.940-9 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 327.378.218-86, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ibiapinopolis, nº 334, apto 02, CEP 01457-030, para o cargo de membro do Conselho de Administração; e **(c) Rafael Pilotto Gonçalez**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 26.436.159-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 308.332.528-28, com endereço profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, conjunto 2.002, CEP 01452-000, para o cargo de membro do Conselho de Administração. Os acionistas consignam que os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomam posse de seus cargos, na presente data, mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados em livro próprio e na forma do **Anexo II**, neste ato, declarando expressamente, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, nos termos do Art. 147, §1º, da Lei das S.A.; (ii) atendem ao requisito de reputação ilibada, previsto no artigo 147, § 3º da Lei das S.A.; e (iii) não ocupam cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia e não têm, nem representam, interesse conflitante com a Companhia, nos termos do artigo 147, § 3º, incisos I e II, da Lei das S.A.; **(iv)** a criação de capital autorizado da Companhia, nos termos do Artigo 168 da Lei das S.A., para que, por deliberação do Conselho de Administração e sem a necessidade de reforma do Estatuto Social da Companhia, a Companhia possa aumentar seu capital social, mediante a emissão de até 783.188 (setecentas e oitenta e três mil, cento e oitenta e oito) novas ações ordinárias, idênticas às ações ordinárias existentes, todas nominativas e sem valor nominal; **(v)** aprovar a emissão, pela Companhia, de 1 (um) bônus de subscrição nominativo nos termos constantes do **Anexo III** ("Bônus de Subscrição"). O Bônus de Subscrição é emitido pela Companhia em favor de Richard Gabriel Stad, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 44.082.940-9 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 327.378.218-86, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ibiapinopolis, nº 334, apto 02, CEP 01457-030, e confere o direito de subscrever até 281.998 (duzentas e oitenta e uma mil, novecentas e noventa e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia. Os demais acionistas renunciam aos respectivos direitos de preferência em relação à subscrição do Bônus de Subscrição, ora emitido pela Companhia e atribuído ao acionista Richard; **(vi)** em razão da aprovação da criação do capital autorizado e da emissão do bônus de subscrição, os acionistas resolvem alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a viger com a seguinte redação: *"Artigo 5. O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 18.992.471,00 (dezoito milhões, novecentos e noventa e dois mil, quatrocentos e setenta e um reais) dividido em 3.242.973 (três milhões, duzentos e quarenta e duas mil, novecentas e setenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, as quais serão tomadas na forma da legislação aplicável, sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas. Parágrafo 2º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante a emissão de até 783.188 (setecentas e oitenta e três mil, cento e oitenta e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com direito a voto, da Companhia, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração. Parágrafo 3º A Companhia está autorizada a emitir bônus de subscrição dentro do limite de capital autorizado previsto no parágrafo acima, mediante deliberação realizada pelo Conselho de Administração."* **(vii)** consignar a celebração do Acordo de Acionistas da Companhia, datado de 12 de dezembro de 2025, o qual será arquivado na sede da Companhia, na forma do artigo 118 da Lei das S.A.; **(viii)** em razão das deliberações aqui descritas, os acionistas aprovam a ampla reforma e consolidação do novo Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as aprovações, bem como outras alterações relacionadas à nova estrutura de governança corporativa a ser adotada pela Companhia. Desta forma, o Estatuto Social passa a vigorar com a redação constante do **Anexo IV** à presente ata; e **(ix)** autorizar os membros da Diretoria da Companhia a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas, inclusive, mas não a tanto se limitando, levar esta ata a registro perante a junta comercial competente. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada com a lavratura desta ata, que lida e conferida, foi tida conforme e assinada eletronicamente por todos os acionistas e membros da mesa. Mesa: Leonardo Deeke Boguszewski, Presidente; Richard Gabriel Stad, Secretário. Acionistas Presentes: VCI-FC Holding S.A. (por Rafael Pilotto Gonçalez e Leonardo Deeke Boguszewski) e Richard Gabriel Stad. São Paulo, 12 de dezembro de 2025. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio*. **Mesa: Leonardo Deeke Boguszewski -** Presidente; **Richard Gabriel Stad -** Secretário. **JUCESP -** 126.823/26-1 em 04/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretaria Geral. **Anexo IV - Estatuto Social da VCI Vanguard Confecções Importadas S.A. -** CNPJ/MF nº 00.311.557/0001-43 - NIRE 35.300.461.436. **Capítulo I - Denominação, Sede, Prazo e Objeto - Artigo 1º -** A sociedade é constituída sob a forma de sociedade anônima, devidamente constituída e organizada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, regida por este estatuto social, e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), denominada VCI Vanguard Confecções Importadas S.A. ("Companhia"). **Artigo 2º -** A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Sampaio Vidal, nº 1.116, Jardim Paulistano, CEP 01443-001. **Parágrafo Único -** A Companhia poderá abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis. **Artigo 3º -** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Artigo 4º -** A Companhia tem por objeto social (i) a importação e comércio de roupas masculinas e femininas no atacado e varejo; (ii) o comércio atacadista e varejista de (a) artigos de cama, mesa e banho; (b) artigos de vestuário e complementos; (c) artigos de colchoaria; (d) artigos de utilidade doméstica; (e) artigos de relojoaria e joalheria, souvenires, bijuterias e artesanatos; e (f) artigos esportivos e perfumes; (iii) o agenciamento de serviços e negócios (*Marketplace*); (iv) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; e (v) gestão de ativos intangíveis não financeiros. **Parágrafo Único -** A Atividade de comércio atacadista será exercida somente pela matriz. A atividade de agenciamento de serviços e negócio (*Marketplace*) será exercida somente pela filial localizada na cidade de Serra, no Estado do Espírito Santo, na Rua Porto Alegre, nº 307, Galpão 001 MOD 02E EU V – CIVIT II, Nova Zelândia, CEP 29175-706. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 18.992.471,00 (dezoito milhões, novecentos e noventa e dois mil, quatrocentos e setenta e um reais) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, as quais serão tomadas na forma da legislação aplicável, sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas. Parágrafo 2º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante a emissão de até 783.188 (setecentas e oitenta e três mil, cento e oitenta e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com direito a voto, da Companhia, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração. Parágrafo 3º A Companhia está autorizada a emitir bônus de subscrição dentro do limite de capital autorizado previsto no parágrafo acima, mediante deliberação realizada pelo Conselho de Administração. **Artigo 6º -** As ações da Companhia são indivisíveis e atribuem aos seus titulares o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável, observado o presente estatuto social e o Acordo de Acionistas. **Artigo 7º -** É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 8º -** A Assembleia Geral reunir-se-á (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término de cada exercício social para deliberar sobre: (a) as contas dos administradores, o balanço patrimonial e o resultado econômico da Companhia; (b) designar os administradores da Companhia, conforme aplicável; e (c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, bem como para os casos previstos na legislação aplicável, no Acordo de Acionistas e neste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, as Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, mediante comunicação escrita enviada aos acionistas por e-mail ou carta com aviso de recebimento, na qual deverá especificar o dia, hora, local e ordem do dia e, conforme o caso, acompanhada do envio dos documentos de suporte necessários à análise das matérias objeto das deliberações, (i) em primeira convocação, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência à data da Assembleia Geral; (ii) em segunda convocação, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência à data da Assembleia Geral; e (iii) em terceira convocação, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência à data da Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo -** Independentemente das formalidades previstas no parágrafo acima, a convocação de uma Assembleia Geral será dispensada sempre que todos os acionistas: (i) comparecerem à Assembleia Geral; ou (ii) decidirem por escrito a matéria sujeita à deliberação; ou (iii) confirmarem por escrito estarem cientes do dia, hora, local e ordem do dia. **Parágrafo Terceiro -** Qualquer dos acionistas poderá ser representado em uma Assembleia Geral por outro acionista, administrador da Companhia ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, devendo o instrumento ser levado a registro, juntamente com a respectiva ata, nos termos do Artigo 126, Parágrafo Primeiro, da Lei das S.A. **Parágrafo Quarto -** Os acionistas poderão participar das Assembleias Gerais presencialmente, ou por meio de vídeo ou teleconferência ou equipamento de comunicação similar, sujeito às disposições do Estatuto Social, desde que todos os acionistas possam ser claramente identificados, e possam ouvir uns aos outros, caso em que a Assembleia Geral será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da Assembleia Geral. Caso qualquer acionista venha a participar de uma Assembleia Geral através de vídeo ou teleconferência, a ata da referida Assembleia Geral deverá ser lavrada e devidamente assinada pelos acionistas no prazo de 5 (cinco) dias da data da sua realização. **Artigo 9º -** As Assembleias Gerais serão presididas por (a) pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, no seu impedimento ou ausência, (b) por qualquer outro membro do Conselho de Administração ou acionista presente. Ao Presidente da Assembleia Geral caberá a escolha, dentre os presentes, do secretário (acionista ou não). **Artigo 10 -** As Assembleias Gerais serão instaladas (a) em primeira e segunda convocação, com a presença de acionistas representando 70% (setenta por cento) do capital social da Companhia, contando necessariamente com a presença do Richard ou de seu procurador devidamente constituído; e (b) em terceira convocação, com qualquer quórum, independentemente da presença do Richard ou de seu procurador devidamente constituído, observadas as regras previstas no Acordo de Acionistas. **Artigo 11 -** As deliberações dos acionistas em Assembleias Gerais, ressalvadas as matérias descritas no Artigo 12 abaixo e as hipóteses especiais previstas na legislação aplicável e no Acordo de Acionistas, serão consideradas aprovadas mediante os votos favoráveis de acionistas representando a maioria do capital social da Companhia. **Artigo 12 -** Observadas os termos e condições previstos no Acordo de Acionistas, as matérias listadas a seguir serão tomadas mediante a aprovação dos acionistas representando a maioria do capital social total e votante e do voto afirmativo do acionista Richard: (i) transformação do tipo societário, fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão parcial ou total, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, com qualquer terceiro; (ii) a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, ou, ainda, a realização de quaisquer operações, inclusive de transferência de ações, entre a Companhia e/ou as suas subsidiárias com partes relacionadas da Companhia e/ou das suas subsidiárias e/ou dos acionistas e/ou da administração da Companhia, independente de valor; (iii) fixação ou alteração do limite de remuneração anual global dos administradores da Companhia e das suas subsidiárias em padrões que não sejam compatíveis com a prática do mercado para companhias atuantes no segmento de varejo de vestuário masculino de tamanhos similares; (iv) dissolução, liquidação e extinção da Companhia ou das subsidiárias, eleição dos liquidantes, julgamento de suas contas, bem como cessação do estado de liquidação da Companhia ou de suas subsidiárias; (v) autorização aos administradores para confessar falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou de suas subsidiárias; (vi) quaisquer alterações ao Estatuto Social, ou, no caso das subsidiárias, dos respectivos documentos societários, para a alteração do objeto social da Companhia ou das suas subsidiárias fora do curso normal dos negócios; (vii) emissão pela Companhia ou pelas suas subsidiárias de ações, quotas, bônus de subscrição ou valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, criação de novas classes ou espécies de ações ou quotas, emissão de ações ou quotas sem guardar proporção com as demais espécies e classes existentes, alteração nos direitos, preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização das ações ou quotas; em qualquer dos casos anteriores, observadas as exceções previstas no Acordo de Acionistas; (viii) criação ou alteração de capital autorizado, aumento ou redução do capital social da Companhia ou de suas subsidiárias, com a emissão de novas ações ou quotas; em qualquer dos casos anteriores, observadas as exceções previstas no Acordo de Acionistas; (ix) grupamento, desdobramento, recompra, cancelamento, amortização ou resgate de ações, quotas ou valores mobiliários de emissão da Companhia ou das Subsidiárias, para permanência em tesouraria ou posterior alienação de ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia ou de suas subsidiárias, observadas as exceções previstas no Acordo de Acionistas; (x) alteração da política de dividendos da Companhia ou aprovação da declaração e fixação das condições de pagamento de quaisquer proventos aos acionistas pela Companhia de forma diversa do previsto na política de dividendos; (xi) quaisquer alterações ao código de conduta e ética da Companhia; e (xii) adoção, estabelecimento, alteração ou modificação de qualquer plano de incentivo de longo prazo que afete os direitos políticos do Richard, incluindo plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia ou das subsidiárias, observadas as condições previstas no Acordo de Acionistas. **Capítulo IV - Administração - Artigo 13 -** A Companhia será administrada e dirigida por um Conselho de Administração ("Conselho de Administração") e uma Diretoria ("Diretoria"), os quais poderão ser eleitos e/ou destituído, a qualquer tempo, desde que observadas as condições previstas no Acordo de Acionista. **Parágrafo Primeiro -** A administração da Companhia será realizada por profissionais que: (a) tenham reputação ilibada e comprovada capacidade técnica para o desempenho de suas atribuições; (b) não estejam, no momento da indicação e durante o exercício do cargo, enquadradas em situações de impedimento legal, conflito de interesses com a Companhia e não estejam sujeitas a vedações decorrentes de condenação judicial transitada em julgado ou decisão administrativa proferida por uma autoridade governamental; e (c) não sejam um concorrente e não tenham nenhum vínculo profissional ou empregatício com qualquer concorrente. Ainda, a indicação de qualquer membro que tenha exercido cargo, emprego ou função pública nos últimos 5 (cinco) anos deverá ser previamente comunicada ao Conselho de Administração, que poderá, de forma fundamentada, solicitar informações e esclarecimentos adicionais para avaliar e decidir sobre eventual risco de conflito de interesses, exposição reputacional ou descumprimento de normas internas e legais aplicáveis. **Parágrafo Segundo -** As subsidiárias serão administradas exclusivamente por uma Diretoria, respeitadas as disposições da legislação aplicável, do Acordo de Acionistas e das deliberações do Conselho de Administração da Companhia. **Seção I - Conselho de Administração - Artigo 14 -** O Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, eleitos e destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a reeleição, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo Único -** Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro correspondente e permanecerão no exercício de sua função até a eleição e posse de seus sucessores. **Artigo 15 -** O Conselho de Administração reunir-se-á mensalmente, de acordo com calendário anual a ser aprovado pelo Conselho de Administração, ou, extraordinariamente, sempre que necessário. **Parágrafo Primeiro -** As Reuniões do Conselho de Administração serão instaladas e presididas (a) pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ou, no seu impedimento ou ausência, (b) pelo outro membro do Conselho de Administração indicado nos termos do Acordo de Acionistas. Ao Presidente da Reunião do Conselho de Administração caberá a escolha do secretário da reunião. **Parágrafo Segundo -** As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede da Companhia, facultada a participação por meio de vídeo ou teleconferência. Os votos proferidos através de vídeo ou teleconferência deverão ser confirmados por escrito no prazo de 5 (cinco) dias da data da respectiva Reunião do Conselho de Administração, exceto se a reunião for gravada, hipótese em que fica dispensada a apresentação do voto por escrito após a Reunião do Conselho de Administração. **Parágrafo Terceiro -** Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, a função será exercida por seu respectivo suplente. **Artigo 16 -** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por qualquer de seus membros, sempre com antecedência mínima de (a) 5 (cinco) dias em primeira convocação, (b) 5 (cinco) dias em segunda convocação, e (c) 3 (três) dias em terceira convocação, mediante e-mail ou carta com confirmação de recebimento, com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados e documentos pertinentes, os quais deverão ser disponibilizados aos membros do Conselho de Administração, observadas todas as demais formalidades previstas em Lei das S.A., no Acordo de Acionistas e/ou no Estatuto Social. **Artigo 17 -** As Reuniões do Conselho de Administração serão instaladas (a) em primeira e segunda convocação, com o quórum da maioria dos membros do Conselho de Administração, havendo necessariamente a presença do conselheiro indicado pelo Richard, conforme disposto no Acordo de Acionistas; e (b) em terceira convocação, com qualquer quórum (ressalvadas as hipóteses legais de quóruns mais gravosos). **Parágrafo Único -** Cada Conselheiro terá direito a um voto nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração. As deliberações do Conselho de Administração, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em Lei e no Acordo de Acionistas, serão tomadas por membros do Conselho de Administração representando a maioria dos presentes à reunião. **Artigo 18 -** Observados os termos e condições previstos no Acordo de Acionistas, as matérias listadas a seguir serão tomadas mediante a aprovação da maioria dos membros do Conselho de Administração e do voto afirmativo do membro do Conselho de Administração indicado pelo Acionista Richard: (i) aquisição, venda, transferência, alienação ou investimento em ativos fixos ou imóveis, em valores superiores a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) pela Companhia ou pelas suas subsidiárias, desde que as operações não estejam previstas no orçamento anual da Companhia então em vigor; (ii) aquisição ou transferência de qualquer participação societária (incluindo a criação ou constituição de qualquer Controlada, *joint venture* (associação), sociedade, contrato de distribuição, contrato de licenciamento, ou efetivação de um investimento de capital em outro negócio ou de participação em sociedade ou grupo de sociedade), ou de parte substancial dos ativos, exceto (a) se previsto no orçamento anual da Companhia então em vigor, ou (b) parcerias operacionais de prazo inferior a 6 (seis) meses relacionadas a campanhas comerciais e/ou de marketing; (iii) celebração pela Companhia e/ou pelas suas subsidiárias de qualquer contrato financeiro ou que possa representar qualquer forma de endividamento financeiro, incluindo contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, extensão de crédito, financiamentos, arrendamentos mercantis ou *leasing* (exceto se relacionados a locação de lojas), *compror*, *vendor* e desconto de recebíveis ou créditos, emissão de notas promissórias comerciais (*commercial papers*), debêntures ou outros títulos de dívida da Companhia e/ou das suas subsidiárias, bem como a outorga ou criação das respectivas garantias, que resulte em um índice de alavancagem superior a 1,5x (uma vez e meia), desde que não esteja previsto no orçamento anual da Companhia então em vigor; (iv) constituição de ônus, gravames, ou a assunção de quaisquer obrigações (incluindo, mas não se limitando, àquelas que recaiam sobre os ativos fixos da Companhia e/ou das suas subsidiárias), cujo valor total e agregado, em uma ou mais operações realizadas, exceda em R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em cada período de 12 (doze) meses; (v) alterações de práticas ou políticas fiscais da Companhia e/ou das Subsidiárias que divergem daquelas adotadas no curso normal dos negócios, que não estejam respaldadas por opinião de escritório especializado de primeira linha; (vi) contratação e/ou substituição, pela Companhia, de cargos executivos (C-level e diretores estatutários) sem a devida condução profissional do processo, nos termos do Acordo de Acionista; (vii) qualquer operação que envolva atividades fora dos objetos sociais da Companhia e/ou das suas subsidiárias conforme estabelecido neste Estatuto Social ou nos documentos societários das suas subsidiárias; (viii) concessão, pela Companhia e/ou pelas suas subsidiárias, de qualquer garantia, real ou fidejussória, para garantir obrigações de uma Pessoa, incluindo, sem limitação, fianças e avais, exceto quando tal Pessoa for a própria Companhia e/ou as suas subsidiárias; (ix) ajuizamento de qualquer ação ou início de processos arbitrais pela Companhia e/ou pelas suas subsidiárias envolvendo a discussão de direitos ou obrigações ou celebração de acordos para prevenir ou pôr fim a litígios em qualquer caso, cujo valor com a mesma contraparte seja igual ou superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (x) escolha e/ou substituição de firma de auditoria independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e das suas subsidiárias, nos termos do Acordo de Acionistas; e (xi) a aprovação do orçamento anual da Companhia, que envolvam modificações que representem variação, positiva ou negativa, superior a 10% (dez por cento) do EBITDA previamente aprovado do orçamento anual, observadas as condições previstas no Acordo de Acionistas. **Seção II - Diretoria - Artigo 19 -** A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) membros, sendo um o Diretor Presidente e o outro o Diretor Financeiros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único -** Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro correspondente e permanecerão no exercício de sua função até a eleição e posse de seus sucessores. **Artigo 20 -** A Diretoria terá competência para: (i) dirigir os negócios sociais e fazer cumprir este Estatuto Social e o Acordo de Acionistas; (ii) cumprir com os deveres e responsabilidades que o Conselho de Administração confiar à Diretoria; (iii) assegurar que o objeto social da Companhia seja cumprido; e (iv) representar a Companhia, como autoria ou ré, em juízo ou fora dele, e perante terceiros, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Parágrafo Primeiro abaixo, praticando todos os atos e/ou assinando toso os documentos necessários para a Companhia, desde que tais atos e/ou documentos sejam celebrados e/ou assinados em conformidade com a legislação aplicável, este Estatuto Social e o Acordo de Acionistas. **Parágrafo Primeiro -** A Companhia será representada por: (i) 2 (dois) Diretores em conjunto; ou (ii) 1 (um) Diretor e um procurador, devidamente constituído, em conjunto; ou (iii) 2 (dois) procuradores, devidamente constituídos, em conjunto. **Parágrafo Segundo -** As procurações outorgadas em nome da Companhia serão sempre assinadas, em conjunto, por 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes outorgados aos procuradores e, com exceção daquelas outorgadas para fins judiciais, terão um período máximo de validade de 1 (um) ano. **Parágrafo Terceiro -** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor ou procurador que envolverem a Companhia em operações estranhas ao objeto social e aos negócios da Companhia, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **Capítulo V - Comitês Consultivos - Artigo 21 -** O Conselho de Administração poderá instituir até 3 (três) comitês de assessoramento simultâneos (ou extingui-los) para auxiliá-lo no desempenho de suas funções (os "Comitês"). Os Comitês terão as competências conforme venha a ser definido pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro -** Os Comitês serão formados por 3 (três) membros, com mandatos estabelecidos pelo Conselho de Administração. A eleição dos membros dos Comitês será realizada observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo Segundo -** As recomendações dos Comitês serão tomadas pela maioria dos seus membros, sendo suas recomendações de caráter meramente consultivo, não vinculando os demais órgãos de administração da Companhia. **Capítulo VI - Conselho Fiscal - Artigo 22** - A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membro, e suplentes em igual número, acionistas ou não. **Parágrafo Primeiro -** O Conselho Fiscal será eleito e instalado pela Assembleia Geral em conformidade com as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Segundo -** Em caso de vacância, renúncia ou impedimento, o membro do Conselho Fiscal será substituído pelo respectivo suplente. **Capítulo VII - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros - Artigo 23 -** O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável. **Parágrafo Primeiro -** Ao término de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. Os lucros líquidos, quando verificados, terão a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado de acordo com o Artigo 202, da Lei das S.A., para pagamento do dividendo mínimo obrigatório; e (iii) o saldo remanescente deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo -** A Companhia poderá ainda levantar balanços semestrais ou trimestrais, para apuração dos lucros dos respectivos períodos, que poderão ser distribuídos por deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo Terceiro -** A Companhia poderá pagar juros sobre capital próprio, que serão imputados ao dividendo obrigatório e ao total de dividendos pagos pela Companhia no referido exercício social. **Capítulo VIII - Liquidação Artigo 24 -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo IX - Acordo de Acionistas - Artigo 25 -** A Companhia, seus acionistas e administradores, deverão observar o Acordo de Acionistas da Companhia celebrado em 12 de dezembro de 2025 e arquivado em sua sede ("Acordo de Acionistas"), que dispõe sobre as condições de alienação das ações de sua emissão e do exercício ao direito de voto dos acionistas, bem como demais regras que regem a relação entre os acionistas. **Parágrafo Primeiro -** Os membros do Conselho de Administração e Diretoria devem cumprir estas disposições e o presidente de qualquer Assembleia Geral da Companhia não deverá levar em consideração e não computará o voto proferido com infração aos termos do Acordo de Acionistas. **Parágrafo Segundo -** No caso de conflito ou não correspondência entre o Acordo de Acionistas e este Estatuto Social, as disposições do Acordo de Acionistas prevalecerão, e os acionistas deverão, na medida do necessário, realizar uma Assembleia Geral para realizar a alteração ou modificação deste Estatuto Social da Companhia para eliminar tal inconsistência. **Capítulo X - Disposições Finais - Artigo 26 -** Qualquer disputa oriunda deste Estatuto Social ou a ele relacionada que não seja resolvida amigavelmente deverá ser submetida à arbitragem, nos termos da Lei 9.307/96, a ser administrada pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional – CCI ("Câmara"), de acordo com seu regulamento de arbitragem ("Regulamento de Arbitragem"). **Parágrafo Primeiro -** O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros. A(s) requerente(s) deverá(ão) indicar 1 (um) coárbitro e a(s) requerida(s) deverá(ão) indicar 1 (um) coárbitro, nos termos do Regulamento de Arbitragem. Os 2 (dois) coárbitros, após consulta com as partes da arbitragem, deverão indicar em conjunto o terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral. Se qualquer parte da arbitragem não indicar o respectivo coárbitro ou se os 2 (dois) coárbitros não indicarem o presidente do tribunal arbitral nos prazos estabelecidos pela Câmara, a Câmara fará as indicações faltantes, nos termos do Regulamento de Arbitragem. **Parágrafo Segundo -** Na hipótese de arbitragem envolvendo 3 (três) ou mais partes em que (i) estas partes não se reúnam em apenas dois grupos de requerentes ou requeridas; ou (ii) as partes reunidas em um mesmo grupo de requerentes ou requeridas não cheguem a um consenso sobre a indicação do respectivo coárbitro, todos os árbitros serão nomeados pela Câmara, nos termos do Regulamento de Arbitragem, salvo acordo de todas as partes da arbitragem em sentido diverso. **Parágrafo Terceiro -** A sede da arbitragem será a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A lei aplicável à arbitragem será a lei brasileira, sendo vedado o julgamento por equidade. O idioma da arbitragem será o português, sendo permitida a produção de quaisquer provas em inglês sem necessidade de tradução. **Parágrafo Quarto -** Antes da constituição do tribunal arbitral, qualquer tutela de urgência poderá ser requerida ao Poder Judiciário. Após a constituição do tribunal arbitral, todas as tutelas de urgência deverão ser requeridas diretamente ao tribunal arbitral, a quem caberá conceder, manter, modificar ou revogar eventuais medidas previamente requeridas ao Poder Judiciário. **Parágrafo Quinto -** Sem prejuízo desta cláusula compromissória, eventuais medidas de urgência anteriores à constituição do tribunal arbitral, bem como processos de execução de título executivo extrajudicial, de cumprimento de sentenças arbitrais ou disputas que não possam ser submetidas à arbitragem, poderão ser exclusivamente pleiteadas, à escolha do interessado (i) no local onde serão efetivadas; ou (ii) no foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. Para quaisquer outras medidas judiciais admitidas pela Lei 9.307/96, incluindo as ações para instituição da arbitragem ou anulação ou complementação da sentença arbitral, fica eleita exclusivamente a comarca do local da sede da arbitragem. O ajuizamento de qualquer medida judicial admitida pela Lei 9.307/96 ou com ela compatível não será considerado como renúncia aos direitos previstos nesta cláusula ou à arbitragem. **Parágrafo Sexto -** A arbitragem, incluindo sua existência, a disputa, as alegações e manifestações das partes, as manifestações de terceiros, provas e documentos apresentados, bem como quaisquer decisões ou sentenças proferidas pelo tribunal arbitral, será confidencial e somente poderá ser revelada (i) ao tribunal arbitral, às partes da arbitragem, aos seus advogados e às pessoas necessárias à boa condução e ao resultado da arbitragem, (ii) se a divulgação de uma informação específica for exigida para cumprimento de obrigações impostas por lei; (iii) se essas informações tornarem-se públicas por qualquer outro meio que não caracterize violação a essa disposição; ou (iv) se a divulgação dessas informações for necessária para que uma das partes recorra ao Poder Judiciário nas hipóteses previstas na Lei 9.307/96. **Parágrafo Sétimo -** A Câmara (se antes da constituição do tribunal arbitral) ou o tribunal arbitral (se após sua constituição) poderão, mediante requerimento de qualquer das partes de arbitragens simultâneas, consolidar arbitragens simultâneas envolvendo este Estatuto Social ou outros instrumentos a ele relacionados, desde que (a) as cláusulas compromissórias em questão sejam compatíveis; (b) as arbitragens tenham relação com questões fáticas ou jurídicas substancialmente semelhantes; e (c) a consolidação não traga prejuízo injustificável a nenhuma das partes das arbitragens consolidadas. O primeiro tribunal arbitral constituído terá poderes para determinar a consolidação das arbitragens simultâneas e sua decisão será vinculante a todas as partes das arbitragens consolidadas. **Parágrafo Oitavo -** No curso da arbitragem, os custos do processo, incluindo a taxa administrativa da Câmara e honorários dos árbitros e peritos, serão arcados pelas partes da arbitragem na forma do Regulamento de Arbitragem. A sentença arbitral determinará o reembolso pela parte perdedora à parte vencedora, de acordo com o resultado de seus respectivos pedidos e levando em consideração as circunstâncias que o tribunal arbitral entender relevantes, dos custos da arbitragem e de outras despesas razoáveis incorridas pelas partes da arbitragem, incluindo honorários contratuais de advogados, de assistentes técnicos e outras despesas necessárias ou úteis para o procedimento arbitral. Não haverá condenação ao pagamento de honorários de sucumbência.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
GRUPO SBF S.A.

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

GRUPO SBF

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.
CNPJ 13.217.485/0001-11

Demonstrações
Financeiras 2025

Divulgação de Resultados 4T25 & 2025

São Paulo, 09 de Março de 2026

O Grupo SBF S.A. (B3: SBFG3) divulga seus resultados do quarto trimestre de 2025. As informações financeiras relativas aos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 compreendem a empresa controladora Grupo SBF S.A. e suas controladas.

GRUPO SBF — CENTAURO — FISIA

SBFG
B3 LISTED NM

VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS
10 de Março de 2026
11h (Brasília)
10h (Nova Iorque)
14h (Londres)

DESTAQUES

- > Receita Líquida com Recorde Anual de R$ 7,7 bi, Crescimento de 8,2% *vs.* 2024.
- > Receita Líquida da Centauro de R$ 4,1 bi em 2025, Crescimento de +13,0% vs. 2024, com Same Store Sales de +13,8%.
- > Centauro com Crescimento de Receita Líquida em Ambos os Canais: Digital +19,9%, e Lojas Físicas +11,2%.
- > Receita Líquida da Fisia de r$ 4,3 bi em 2025, (+6,2% vs. 2024), com Crescimento em Todos os Canais.
- > Lucro Bruto de r$ 3,7 bi em 2025 (+6,1% vs. 2024) com Margem Bruta de 48,3%.
- > Centauro com Lucro Bruto de r$ 2,0 bi (+13,7% vs. 2024) e Nível Recorde Anual de Margem Bruta de 50,3% (+0,3 p.p.).
- > Lucro Líquido de r$ 427,6 m em 2025 (+2,4% vs. 2024) com Margem Líquida de 5,5% em Linha com o patamar de 2024.
- > Alavancagem de 0,96x, Refletindo o Compromisso com um Patamar Saudável, mesmo em um Cenário de Aceleração dos Investimentos.
- > Abertura de Lojas e Modernização da Rede em 2025: Quatro Novas Lojas Centauro e Nove Refits. na Fisia, Três Novas NDIS, duas Ampliações e uma NVS.

Números Ex-IFRS e Ajustados

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O quarto trimestre de 2025 marca o encerramento de um ano de mudanças estruturantes no Grupo SBF, com iniciativas voltadas a fortalecer o negócio e sustentar o crescimento com disciplina. Ao longo do ano, avançamos em frentes comerciais, operacionais e digitais que aumentaram nossa capacidade de execução, eficiência e nível de serviço, além de reforçar a solidez financeira para suportar investimentos de longo prazo. Como resultado dessas mudanças, o Grupo SBF encerrou 2025 com crescimento de 8,2% de receita líquida e lucro líquido ajustado (ex-IFRS) de R$ 427,6 milhões (+2,4% versus 2024), mesmo em um cenário de aumento de investimentos na operação.

A respeito das nossas unidades de negócios, na Centauro, aceleramos iniciativas estratégicas voltadas a elevar produtividade e conversão, com avanços relevantes em sortimento e execução em loja. Ao longo do ano, o projeto “Destrava” (novo ciclo estratégico) ganhou tração e impulsionou frentes essenciais para sustentar o crescimento, incluindo o reforço do time de lojas com a adição de 900 novos vendedores e o aprofundamento da agenda de formação e capacitação do time. Através da nova diretoria comercial focada nas categorias prioritárias, a Centauro ajustou o sortimento das lojas físicas e do digital, aprimorando os processos de compra, curadoria e distribuição por categoria, com efeitos diretos na gestão de estoques. Como resultado, seguimos com a redução dos estoques de coleções passadas (com mais de 6 meses), alcançando um *share* de 7,8% (melhora de 5,1 p.p. em comparação com o ano anterior). Em paralelo, a Centauro avançou na modernização da rede de lojas e na agenda de expansão, com ampliação do time de engenharia dedicado ao tema.

Como parte desta agenda, no 4T25, a Centauro concluiu 8 projetos de revitalização de lojas, totalizando 9 no ano, com resultados auspiciosos já percebidos mesmo em uma janela ainda curta de observação, dado que muitas reinaugurações ocorreram entre novembro e dezembro. No período pós-reinauguração, as lojas revitalizadas vêm apresentando performance 12,9 p.p. superior ao crescimento das demais lojas na mesma região. A Centauro deu continuidade à expansão do modelo G6, com a abertura de duas novas lojas no 4T25, no Catuaí Shopping Cascavel (PR) e no Maxi Shopping Jundiaí (SP), totalizando quatro novas lojas no ano. Em 2026, a Centauro dará sequência às revitalizações, mantendo o foco na evolução da rede de lojas.

No quarto trimestre, período que concentra as principais datas sazonais do varejo, a Centauro apresentou desempenho conforme o esperado e acima do observado no mercado, tanto na Black Friday quanto no Natal. No Natal, as vendas cresceram 21,5% (*vs.* 2024), com contribuição de ambos os canais: as lojas físicas cresceram 22,0% *vs.* o ano anterior e o digital registrou crescimento de 17,4%, apoiados pela melhora do fluxo, conversão e ticket médio. Na Black Friday, o desempenho foi impulsionado principalmente pelo digital (+14,4% *vs.* 2024), enquanto as lojas físicas também avançaram 9,2% em relação ao ano anterior, refletindo execução eficiente e foco nas categorias de maior giro.

Como resultado da execução dessas iniciativas ao longo do ano, a Centauro encerrou 2025 com crescimento de 13,0% de receita líquida *vs.* 2024 e margem bruta de 50,3%, a maior margem bruta anual já alcançada pela Centauro. O crescimento veio acompanhado de preservação de margens, suportado por melhorias em sortimento e execução comercial.

Na Fisia, o ano de 2025 contou com três prioridades: ampliar a atuação da Nike no futebol brasileiro, retomar o canal de atacado e evoluir a estratégia do segmento de corrida.

Em futebol, a Fisia renovou a parceria com o Sport Club Corinthians Paulista por mais 10 anos e oficializou novos patrocínios com início na temporada de 2026, incluindo o Clube Atlético Mineiro e o Club de Regatas Vasco da Gama ao portfólio. Os uniformes foram lançados em janeiro de 2026 e registraram boa aceitação desde o início das vendas, com o Vasco representando a maior venda em um período de lançamento de futebol nos últimos anos da Fisia. Ainda no quarto trimestre, a Fisia iniciou o ciclo de lançamentos relacionados à Copa do Mundo de 2026 com a camisa casual de goleiro da Seleção Brasileira.

No segmento de corrida, a Nike anunciou que será a patrocinadora master da “SP City Marathon” a partir de 2026. A prova, que reúne cerca de 25 mil corredores e celebra 10 anos de história, passará a se chamar “Nike SP City Marathon”, reforçando o posicionamento da marca nas corridas de rua. A parceria prevê a realização de treinos preparatórios conduzidos pela Nike, com foco em aprimorar a experiência do corredor. Em linha com essa agenda, a Fisia manteve a estratégia de *road running* apoiada nas franquias Pegasus, Structure e Vomero. No 4T25, o lançamento do Vomero Premium reforçou essa frente, com foco em amortecimento e performance, e registrou mais de 1.200 pares vendidos desde o lançamento.

No canal de atacado, o ano foi marcado pela retomada do ritmo de crescimento, com reflexos já visíveis no 3T25 e continuidade no 4T25, no qual houve expansão de 23,3%. No acumulado de 2025, o avanço foi de 9,4%, indicando uma trajetória mais consistente ao longo dos trimestres. Esse desempenho decorreu de melhorias no nível de serviço e no atendimento aos clientes. Como parte desse movimento, a Companhia inaugurou um novo showroom da Nike na mesma localização do escritório da Fisia, em Pinheiros (São Paulo). A iniciativa aumentou a frequência de eventos com clientes, com foco no relacionamento e na apresentação de coleções.

Como resultado da execução dessas frentes ao longo de 2025, a Fisia manteve evolução consistente, combinando crescimento e fortalecimento de marca. No ano, a receita líquida avançou 6,2% *vs.* 2024 e, no 4T25, a Fisia registrou crescimento de 13,1% *vs.* o 4T24. Além disso, inaugurou 4 lojas, sendo 3 NDIS e 1 NVS, e realizou duas ampliações de lojas NVS. Em paralelo, por mais um ano consecutivo, a Nike foi eleita a marca mais lembrada pelos consumidores no prêmio Top of Mind da Folha de S.Paulo em 2025, reforçando a relevância da marca no mercado esportivo.

Do ponto de vista operacional e logístico, o Grupo SBF avançou em entregas voltadas a aumentar controle, escala e eficiência. Na Fisia, a Companhia internalizou a distribuição das lojas físicas e, para suportar essa mudança, ampliou em 23 mil m² seu centro de distribuição próprio em Extrema (MG), que passou a totalizar 61 mil m². A mudança viabilizou a implementação do incentivo fiscal de ICMS nos canais de lojas físicas e atacado, contribuindo para reduzir o impacto cambial que afetou o CMV e as despesas com royalties.

Adicionalmente, a Fisia conquistou a certificação OEA (Operador Econômico Autorizado), reconhecimento da Receita Federal para empresas com elevado nível de conformidade e segurança na cadeia logística. A certificação traz ganhos em prazos, redução de riscos e menor capital empregado, com impacto direto na eficiência operacional e na experiência do cliente.

Na Centauro, o Grupo SBF fortaleceu a estrutura de CDs para suportar o crescimento, incluindo a implantação de um *hub* de transportes no corredor São Paulo-Minas Gerais e a implementação de um *Sorter* (sistema automatizado de separação de pedidos) que ampliou a agilidade na expedição e viabilizou entregas “*Next Day*”. Na Black Friday, a operação foi dimensionada para o pico de volume, com a contratação de 1.200 funcionários temporários, e manteve a normalidade operacional ao longo do período.

Na frente de tecnologia, o Grupo SBF acelerou iniciativas com impacto direto na jornada do consumidor e na eficiência do negócio. Entre as entregas do período, destacam-se a evolução de funcionalidades como *Guest Checkout* e *Gift Back*, a ampliação de meios de pagamento, com *Apple Pay* e *Google Pay*, além de melhorias em trocas e devoluções na Nike. O trimestre também marcou o relançamento do Portal Nike.net, voltado ao canal de atacado, ampliando integração e escala.

RESULTADOS 2025

No ano de 2025, a receita líquida consolidada do Grupo SBF cresceu 8,2% em relação a 2024, totalizando R$ 7,7 bilhões, reflexo do desempenho positivo da Centauro e da Fisia no período. O lucro bruto totalizou R$ 3,7 bilhões, com crescimento anual de 6,1%. A margem bruta foi de 48,3%, retração de 0,9 p.p. versus 2024, refletindo a pressão cambial sobre o custo de mercadorias importadas na Fisia. Esse efeito foi parcialmente compensado pela inclusão de novos incentivos fiscais de ICMS, implementados no 2T25 para lojas físicas e no 3T25 para o canal de atacado.

O SG&A refletiu investimentos adicionais na operação da Centauro a partir do 2T25, associados ao projeto Destrava, em linha com a expansão de receita observada no segundo semestre. Em paralelo, a pressão cambial que impactou a margem bruta também pressionou o EBITDA ajustado (ex-IFRS), que totalizou R$ 705 milhões, com margem de 9,1%, queda de 1,7 p.p. na comparação anual.

Mesmo em um cenário de maiores investimentos, conforme citado anteriormente, o lucro líquido ajustado (ex-IFRS) do ano cresceu 2,4% em relação ao ano anterior, atingindo R$ 427,6 milhões, com margem líquida de 5,5%. Esse resultado refletiu, entre outros fatores, a compensação da pressão cambial com os novos incentivos fiscais de ICMS implementados na Fisia.

A Companhia encerrou o ano com dívida líquida de R$ 678,0 milhões (+129,3% versus 2024), refletindo principalmente a maior necessidade de capital de giro, em linha com o plano de investimentos do período, que incluiu reforço de estoques e maior nível de CAPEX na operação. Com isso, a alavancagem atingiu 0,96x EBITDA (ex-IFRS), um aumento de 0,58x versus 2024, mantendo o compromisso com uma estrutura de capital em patamar saudável.

A Centauro apresentou um sólido desempenho ao longo de 2025, atingindo R$ 4,1 bilhões de receita líquida, crescimento de 13,0% frente a 2024. O avanço foi impulsionado tanto pelo canal de lojas, que cresceu 11,2%, quanto pelo canal digital, com crescimento de 19,9% no período. O lucro bruto totalizou R$ 2,0 bilhões, crescimento de 13,7% (*vs.* 2024), com margem bruta de 50,3% (+0,3 p.p. *vs.* 2024).

A Fisia totalizou receita líquida de R$ 4,3 bilhões em 2025, crescimento de 6,2% em relação a 2024, com destaque para a retomada do canal de atacado que cresceu 9,4% no ano. Os canais DTC também apresentaram crescimento: +7,3% em lojas físicas e +3,0% no digital.

O lucro bruto de Fisia atingiu R$ 1,8 bilhão, uma retração de 1,1%, com margem bruta de 40,7%, uma redução de 3,0 p.p. frente ao ano anterior. O resultado reflete, principalmente, o impacto da desvalorização cambial ao longo do ano, que elevou o custo das mercadorias importadas.

Encerramos 2025 com objetivos alcançados e com uma base operacional mais robusta, refletindo a execução das iniciativas implementadas ao longo do período. Finalizamos o ano preparados para 2026, um marco relevante para o negócio, com eventos como a Copa do Mundo e o início de novos patrocínios de clubes brasileiros pela Nike. Ao longo de 2026, daremos continuidade à agenda de projetos estruturantes, incluindo a implementação dos centros de distribuição secundários com foco em elevar produtividade e aprimorar a capacidade de execução. Através desta base, iniciamos este novo ciclo com confiança em nossa capacidade de execução e foco em capturar as oportunidades do período.

A Diretoria - GRUPO SBF

RECEITA BRUTA E INDICADORES OPERACIONAIS

CENTAURO Em R$ mil	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
Receita Bruta¹	**1.634.385**	**1.397.557**	**16,9%**	**5.182.101**	**4.514.564**	**14,8%**
Lojas Físicas	1.257.438	1.081.596	16,3%	3.990.300	3.523.087	13,3%
Plataforma Digital	376.947	315.960	19,3%	1.191.801	991.478	20,2%
Número de Lojas - Centauro	**230**	**227**	**1,3%**	**230**	**227**	**1,3%**
Área de Vendas - Centauro (m²)	**237.415**	**234.282**	**1,3%**	**237.415**	**234.282**	**1,3%**
FISIA Em R$ mil	**4T25**	**4T24**	**Δ(%)**	**2025**	**2024**	**Δ(%)**
Receita Bruta¹	**1.655.456**	**1.535.339**	**7,8%**	**5.298.272**	**5.121.717**	**3,4%**
Atacado	509.653	463.637	9,9%	1.724.461	1.647.213	4,7%
Plataforma Digital	657.516	623.667	5,4%	2.105.380	2.039.433	3,2%
Lojas Físicas	488.287	448.035	9,0%	1.468.432	1.435.071	2,3%
Share Vendas DTC	**56,6%**	**55,0%**	**+1,6 p.p.**	**54,6%**	**53,4%**	**1,1 p.p.**
Número de Lojas - Nike Value	**38**	**37**	2,7%	**38**	**37**	2,7%
Área de Vendas - Nike Value (m²)	42.723	41.160	3,8%	42.723	41.160	3,8%
Número de Lojas - Nike Direct Inline	**12**	**9**	33,3%	**12**	**9**	33,3%
Área de Vendas - Nike Direct Inline (m²)	8.598	5.563	54,5%	8.598	5.563	54,5%
GRUPO SBF Em R$ mil	**4T25**	**4T24**	**Δ(%)**	**2025**	**2024**	**Δ(%)**
Receita Bruta¹ Total	**3.015.626**	**2.744.393**	**9,9%**	**9.678.669**	**9.009.577**	**7,4%**
Receita Bruta¹ Centauro	1.634.385	1.397.557	16,9%	5.182.101	4.514.564	14,8%
Receita Bruta¹ Fisia	1.655.456	1.535.339	7,8%	5.298.272	5.121.717	3,4%
(+) Eliminação intercompany	*-274.214*	*-188.503*		*-801.705*	*-626.704*	
Share de vendas no digital	34,3%	34,2%	+0,1 p.p.	34,1%	33,6%	0,5 p.p.

SAME STORE SALES (SSS)

CENTAURO

	4T25	4T24	2025	2024
SSS total (lojas + digital)³	**15,7%**	**6,6%**	**13,8%**	**4,7%**
SSS loja	15,9%	2,2%	13,4%	3,2%
GMV Digital (1P + 3P)⁴	15,5%	20,5%	14,9%	9,1%
GMV - share da venda total	27,2%	27,1%	26,9%	26,6%

FISIA

	4T25	4T24	2025	2024
SSS total (NVS + digital)³	**4,8%**	**-2,9%**	**1,7%**	**1,4%**
SSS *Nike Value Store*	3,1%	-7,6%	-1,0%	-1,3%
GMV Digital	5,4%	0,7%	3,2%	3,5%

(1) Receita Bruta excluindo devolução de mercadorias;

(2) DTC considera receitas provenientes das lojas físicas e da modalidade 1P da plataforma digital;

(3) SSS (*Same Store Sales)* significa a variação da nossa receita desconsiderando a receita de lojas fechadas para reforma ou que não haviam sido inauguradas nos meses equivalentes dos dois períodos analisados;

(4) GMV ou *Gross Merchandise Value*: receita de venda de mercadorias, incluindo *marketplace.*

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Os resultados **ajustados** desconsideram os efeitos não recorrentes e quando sinalizado com “ex-IFRS” desconsideram também os impactos do IFRS-16 para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

Consolidado Em R$ mil	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
Receita Bruta	3.015.626	2.744.393	9,9%	9.678.669	9.009.577	7,4%
Receita Líquida	**2.427.832**	**2.172.270**	**11,8%**	**7.736.413**	**7.151.714**	**8,2%**
Lucro Bruto	**1.153.139**	**1.046.157**	**10,2%**	**3.735.083**	**3.513.125**	**6,3%**
Margem Bruta	*47,5%*	*48,2%*	*-0,7 p.p.*	*48,3%*	*49,1%*	*-0,8 p.p.*
EBITDA	**270.675**	**284.250**	**-4,8%**	**951.095**	**1.008.753**	**-5,7%**
Margem EBITDA	*11,1%*	*13,1%*	*-1,9 p.p.*	*12,3%*	*14,1%*	*-1,8 p.p.*
Lucro Líquido	**128.333**	**135.296**	**-5,1%**	**327.970**	**535.834**	**-38,8%**
Margem Líquida	*5,3%*	*6,2%*	*-0,9 p.p.*	*4,2%*	*7,5%*	*-3,3 p.p.*
Lucro Bruto ajustado	**1.153.139**	**1.046.157**	**10,2%**	**3.735.083**	**3.519.924**	**6,1%**
Margem Bruta ajustada	*47,5%*	*48,2%*	*-0,7 p.p.*	*48,3%*	*49,2%*	*-0,9 p.p.*
EBITDA ajustado	**314.438**	**317.103**	**-0,8%**	**1.027.426**	**1.070.176**	**-4,0%**
Margem EBITDA ajustada	*13,0%*	*14,6%*	*-1,6 p.p.*	*13,3%*	*15,0%*	*-1,7 p.p.*
Lucro Líquido ajustado	**163.697**	**170.633**	**-4,1%**	**407.294**	**403.436**	**1,0%**
Margem Líquida ajustada	*6,7%*	*7,9%*	*-1,2 p.p.*	*5,3%*	*5,6%*	*-0,3 p.p.*
EBITDA ajustado (ex-IFRS)	**224.596**	**236.092**	**-4,9%**	**705.464**	**772.358**	**-8,7%**
Margem EBITDA ajustada (ex-IFRS)	*9,3%*	*10,9%*	*-1,6 p.p.*	*9,1%*	*10,8%*	*-1,7 p.p.*
Lucro Líquido ajustado (ex-IFRS)	**162.430**	**170.417**	**-4,7%**	**427.624**	**417.544**	**2,4%**
Margem Líquida ajustada (ex-IFRS)	*6,7%*	*7,8%*	*-1,1 p.p.*	*5,5%*	*5,8%*	*-0,3 p.p.*

	Por Unidade de Negócio Em R$ mil	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
CENTAURO	Receita Bruta¹	1.634.385	1.397.557	16,9%	5.182.101	4.514.564	14,8%
	Receita Líquida	1.279.837	1.105.083	15,8%	4.066.995	3.598.087	13,0%
	Lucro Bruto	633.492	546.671	15,9%	2.043.671	1.797.267	13,7%
	Margem Bruta	*49,5%*	*49,5%*	*0,0 p.p.*	*50,3%*	*50,0%*	*0,3 p.p.*
FISIA	Receita Bruta¹	1.655.456	1.535.339	7,8%	5.298.272	5.121.717	3,4%
	Receita Líquida	1.379.795	1.219.875	13,1%	4.313.082	4.059.534	6,2%
	Lucro Bruto Ajustado	546.378	518.619	5,4%	1.755.019	1.774.851	-1,1%
	Margem Bruta Ajustada	*39,6%*	*42,5%*	*-2,9 p.p.*	*40,7%*	*43,7%*	*-3 ,0p.p.*

(1) Receita Bruta excluindo devolução de mercadorias.

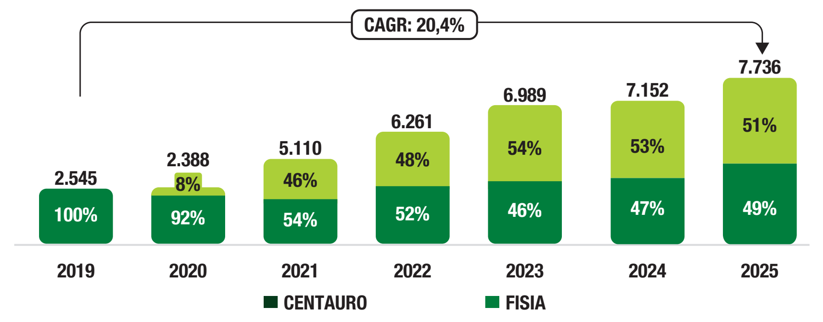
AJUSTES NÃO RECORRENTES

Os resultados **ajustados** apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes apresentados abaixo para melhor representar a realidade econômica do negócio e viabilizar comparação com o resultado histórico da Companhia.

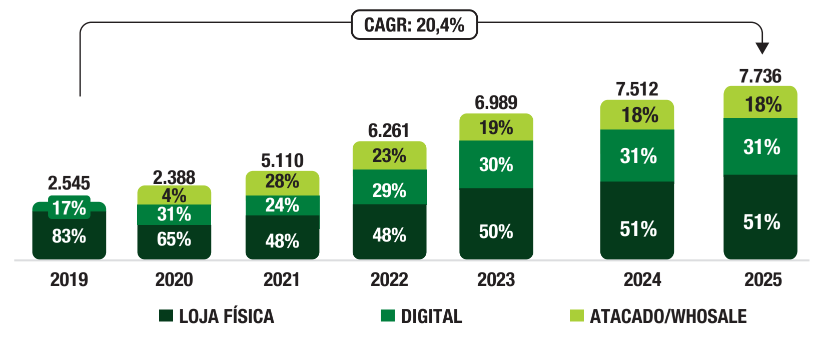
GRUPO SBF Em R$ mil	4T25	2025
Efeitos contábeis de aquisição (PPA) - Despesas	(3.935)	(15.739)
Plano de Opção/Não-caixa (SOP)	396	(113)
Reestruturação organizacional	–	31.340
Créditos, Débitos, Provisões Tributárias e Outras - Despesas	1.802	12.747
Baixa ativo imobilizado	5.510	8.108
Baixa de Ágio e Ativos de Aquisições (X3M e NWB)	39.990	39.990
Impacto dos efeitos não recorrentes no EBITDA	43.763	76.331
EBITDA	270.675	951.095
EBITDA Ajustado	314.438	1.027.426
Margem EBITDA ajustada	*13,0%*	*13,3%*
EBITDA (ex-IFRS)	180.833	629.132
EBITDA Ajustado (EX-IFRS)	224.596	705.464
Margem EBITDA ajustada (ex-IFRS)	*9,3%*	*9,1%*
Efeitos contábeis de aquisição (PPA) - Depreciação e Amortização	4.191	18.047
Créditos, Débitos, Provisões Tributárias e Outras - Resultado Financeiro	(20.313)	(28.564)
Impacto dos efeitos não recorrentes no Imposto de Renda	7.724	13.510
Impacto dos efeitos não recorrentes no Lucro Líquido	35.364	79.324
Lucro Líquido	128.333	327.970
Lucro Líquido ajustado	163.697	407.294
Margem Líquida ajustada	*6,7%*	*5,3%*
Lucro Líquido (ex-IFRS)	127.065	348.300
Lucro Líquido ajustado (ex-ifrs)	162.430	427.624
Margem Líquida ajustada (ex-IFRS)	*6,7%*	*5,5%*

DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

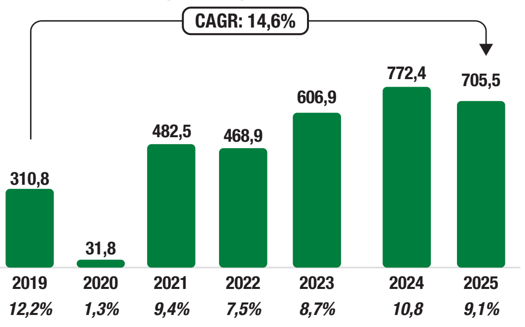
RECEITA LÍQUIDA E SHARE POR BU



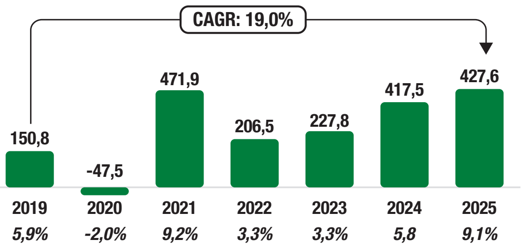
RECEITA LÍQUIDA E SHARE POR CANAL



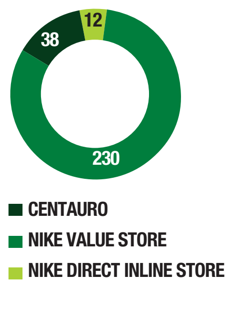
EBITDA AJUSTADO (EX-IFRS) E *MARGEM EBITDA*



LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO (EX-IFRS) E MARGEM LÍQUIDA



FOOTPRINT
280 LOJAS NO BRASIL



DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 4T25 I GRUPO SBF

continua

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.

CNPJ 13.217.485/0001-11

Demonstrações Financeiras 2025

→★ continuação

Divulgação de Resultados 4T25 & 2025

DESEMPENHO FINANCEIRO

> Conforme sinalizado ao longo desse relatório, os resultados serão explicados desconsiderando o impacto do IFRS 16 nas despesas operacionais, no EBITDA, no resultado financeiro e no lucro líquido, tanto para o período de 2024 quanto de 2025. Com esse ajuste é possível analisar a companhia considerando a despesa de aluguel como despesa operacional.

> Os resultados ajustados apresentados nesse relatório desconsideram os efeitos não recorrentes listados na página 09. Para o quarto trimestre do ano de 2025, desconsideram-se os efeitos não recorrentes apresentados no release do 4T24.

> Os quadros de receita líquida e lucro bruto estão apresentados por unidade de negócio. Os demais quadros estão apresentados na visão consolidada do Grupo SBF.

RECEITA LÍQUIDA

Em R$ mil	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
CENTAURO	1.279.837	1.105.083	15,8%	4.066.995	3.598.087	13,0%
Lojas físicas	988.933	859.936	15,0%	3.143.729	2.827.882	11,2%
Plataforma Digital	290.904	245.147	18,7%	923.267	770.206	19,9%
FISIA	1.379.795	1.219.875	13,1%	4.313.082	4.059.534	6,2%
Atacado	468.146	379.597	23,3%	1.467.794	1.342.075	9,4%
Plataforma Digital	528.190	503.092	5,0%	1.687.279	1.638.435	3,0%
Lojas Físicas	383.459	337.187	13,7%	1.158.010	1.079.024	7,3%
(+) Eliminação intercompany	*-231.800*	*-152.688*		*-643.665*	*-505.907*	
GRUPO SBF	**2.427.832**	**2.172.270**	**11,8%**	**7.736.413**	**7.151.714**	**8,2%**

CENTAURO

No quarto trimestre de 2025, a Centauro registrou receita líquida de R$ 1,3 bilhão, crescimento de 15,8% *vs.* 4T24, com *same store sales* de 15,7%. O desempenho refletiu o crescimento dos dois canais e o avanço nas principais categorias (vestuário, calçados, futebol e outras modalidades). No acumulado do ano, a receita líquida alcançou R$ 4,1 bilhões (+13,0% *vs.* 2024), com *same store sales* de 13,8%, sustentada pelo crescimento saudável em ambos os canais.

A receita líquida das lojas físicas totalizou R$ 988,9 milhões, crescimento de 15,0% *vs.* 4T24 e *same store sales* de 15,9%, já considerando o impacto do fechamento parcial de 8 lojas em função das obras de revitalização. As iniciativas de reforço de time em loja e ajuste de sortimento, implementadas a partir do 2T25, sustentaram a melhora dos indicadores operacionais no trimestre, com aumento de 12,2% no faturamento por m² e de 27,6% no ticket médio. Os investimentos também se refletiram na maior satisfação dos consumidores, através de um NPS de 92 pontos, avanço de 6,1%. O período de Natal também contribuiu para o bom desempenho das lojas físicas, com crescimento de 22,0% *vs.* 2024 e recorde histórico de R$ 43,8 milhões em vendas diárias, registrado em 23 de dezembro. No acumulado do ano, o canal registrou R$ 3,1 bilhões de receita líquida, crescimento de 11,2% *vs.* 2024.

O canal digital registrou receita líquida de R$ 290,9 milhões no 4T25, expansão de 18,7% *vs.* 4T24. O desempenho refletiu, principalmente, o crescimento de 30,9% nas vendas de calçados na categoria de corrida. A Black Friday também contribuiu, com expansão de 14,4% *vs.* 2024, sustentada principalmente pelas vendas de itens de coleções passadas nas categorias de vestuário e calçados, o que também apoiou a melhora do *aging* do estoque. No acumulado do ano, o canal totalizou R$ 923,3 milhões de receita líquida, crescimento de 19,9% *vs.* 2024.

RECEITA LÍQUIDA

FISIA

A Fisia apresentou receita líquida de R$ 1,4 bilhão no 4T25, expansão de 13,1% *vs.* 4T24. No acumulado do ano, atingiu R$ 4,3 bilhões, expansão de 6,2% *vs.* 2024. O desempenho foi positivamente impactado pelo crescimento em todos os canais, com destaque para a retomada do canal de atacado. Adicionalmente, a implementação do incentivo fiscal de ICMS nas lojas físicas e no atacado, viabilizada pela distribuição de produtos via o centro de distribuição próprio em Extrema (MG), reduziu a linha de deduções e, consequentemente, impulsionou a receita líquida.

A receita líquida das lojas físicas alcançou R$ 383,5 milhões no trimestre, crescimento de 13,7% em relação ao 4T24. Nas lojas NVS, a receita avançou 9,4% no período, impulsionada por uma estratégia de abastecimento mais eficiente, que garantiu mais qualidade de sortimento nos momentos de maior demanda no final do ano. Nas lojas NDIS, a receita avançou 51,6% no trimestre, beneficiada pela inauguração de três novas lojas ao longo do ano, além do aumento de 14,5% no ticket médio e do crescimento de 31,7% em itens vendidos. O desempenho do canal de lojas físicas também refletiu a performance das categorias de futebol e *running*, que cresceram 31,9% e 19,3%, respectivamente. No acumulado do ano, o canal registrou R$ 1,2 bilhão, expansão de 7,3% *vs.* 2024.

A receita líquida da plataforma digital da Fisia atingiu R$ 528,2 milhões no trimestre, crescimento de 5,0% quando comparada ao 4T24. Desconsiderando o impacto pontual nas vendas 3P decorrente da redução de vendas para *sellers* específicos, a receita 1P cresceu 12,6%, com destaque para o aumento de 9,9% nas vendas de calçados de *road running*, impulsionadas pelo modelo Vomero. Adicionalmente, na Black Friday, as vendas avançaram 13,3%, com uma estratégia concentrada em produtos de coleções anteriores. No acumulado do ano, a plataforma totalizou R$ 1,7 bilhão, alta de 3,0% *vs.* 2024.

O canal de atacado registrou receita líquida de R$ 468,1 milhões no 4T25, expansão de 23,3% *vs.* o 4T24. No acumulado do ano, alcançou R$ 1,5 bilhão, expansão de 9,4%. A retomada do crescimento reflete a evolução no nível de serviço e no atendimento aos clientes, com destaque para o aumento da demanda da Centauro e de distribuidores por produtos Nike. Além disso, a performance do canal foi positivamente impactada pela implementação do incentivo fiscal de ICMS, com efeito nos três meses do trimestre.

LUCRO BRUTO

Em R$ mil	4T25	4T24 ajustado	Δ(%)	2025	2024 ajustado	Δ(%)
CENTAURO						
Lucro Bruto	633.492	546.671	15,9%	2.043.671	1.797.267	13,7%
Margem Bruta (%)	*49,5%*	*49,5%*	*0,0 p.p.*	*50,3%*	*50,0%*	*0,3 p.p.*
FISIA						
Lucro Bruto	546.378	518.619	5,4%	1.755.019	1.774.851	-1,1%
Margem Bruta (%)	*39,6%*	*42,5%*	*-2,9 p.p.*	*40,7%*	*43,7%*	*-3,0 p.p.*
(+) Eliminação intercompany	*-26.731*	*-19.133*		*-63.607*	*-52.194*	
GRUPO SBF						
Lucro Bruto	1.153.139	1.046.157	10,2%	3.735.083	3.519.924	6,1%
Margem Bruta (%)	*47,5%*	*48,2%*	*-0,7 p.p.*	*48,3%*	*49,2%*	*-0,9 p.p.*

CENTAURO

O lucro bruto da Centauro totalizou R$ 633,5 milhões no 4T25, crescimento de 15,9% em relação ao 4T24, com margem bruta estável em 49,5%. Dada a dinâmica mais promocional do mercado na Black Friday, a Centauro operou com margens ligeiramente inferiores às do ano anterior, e mesmo nesse contexto, expandiu o lucro bruto e manteve a margem bruta em linha com o 4T24, demonstrando nível satisfatório de rentabilidade ao longo de todo o trimestre.

No acumulado do ano, o lucro bruto totalizou R$ 2,0 bilhões, crescimento de 13,7%, e a margem bruta alcançou 50,3% (+0,3 p.p. *vs.* 2024), nível recorde anual para a Centauro. O resultado reflete a expansão da rentabilidade da operação, suportada pela maior eficiência operacional decorrente dos investimentos realizados ao longo do ano.

FISIA

No 4T25, o lucro bruto da Fisia totalizou R$ 546,4 milhões, expansão de 5,4% *vs.* o 4T24, com margem bruta de 39,6% (retração de 2,9 p.p.). No acumulado do ano, o lucro bruto alcançou R$ 1,7 bilhão, contração de 1,1% *vs.* 2024, com margem de 40,7% (retração de 3,0 p.p.).

A pressão da margem bruta, tanto no trimestre quanto no ano, decorreu principalmente da desvalorização cambial do real frente ao dólar em 2024, que elevou o custo das mercadorias importadas. Esse efeito foi parcialmente compensado pela adesão ao incentivo fiscal de ICMS, implementado em abril/25 para lojas físicas e em agosto/25 para o atacado.

Adicionalmente, no trimestre, a margem foi impactada por dois fatores: (i) efeito mix de canais, com maior participação do canal de atacado, que possui menor rentabilidade; e (ii) um cenário mais competitivo nas datas sazonais, levando a Fisia a operar com um nível de descontos superior ao do ano anterior, preservando, ainda assim, preços acima dos praticados pelo mercado. A estratégia foi concentrada em produtos de coleções passadas, especialmente nas lojas NVS, contribuindo para a melhora do perfil do estoque da Fisia e reduzindo em 42,1% o volume de produtos com 1 ano ou mais.

DESPESAS OPERACIONAIS

AJUSTADO

Em R$ mil	4T25 ajustado	4T24 ajustado	Δ(%)	2025 ajustado	2024 ajustado	Δ(%)
GRUPO SBF						
Despesas Operacionais	-838.701	-729.054	15,0%	-2.707.657	-2.449.747	10,5%
% Receita Líquida	*34,5%*	*33,6%*	*0,9 p.p.*	*35,0%*	*34,3%*	*0,7 p.p.*
(+) Impacto IFRS16 nas Despesas	*-89.841*	*-81.010*	*10,9%*	*-321.962*	*-297.818*	*8,1%*
Despesas Operacionais	-928.543	-810.064	14,6%	-3.029.619	-2.747.565	10,3%
% Receita Líquida	*38,2%*	*37,3%*	*0,9 p.p.*	*39,2%*	*38,4%*	*0,8 p.p.*
Despesas de vendas	-776.454	-652.026	19,1%	-2.544.292	-2.250.278	13,1%
% Receita Líquida	*32,0%*	*30,0%*	*2,0 p.p.*	*32,9%*	*31,5%*	*1,4 p.p.*
Despesas administrativas e gerais	-148.468	-156.654	-5,2%	-490.359	-515.137	-4,8%
% Receita Líquida	*6,1%*	*7,2%*	*-1,1 p.p.*	*6,3%*	*7,2%*	*-0,9 p.p.*
Outras receitas operacionais líquidas	-3.620	-1.383	161,7%	5.032	17.849	-71,8%

Despesas operacionais apresentadas excluindo Depreciação e Amortização.

(1) Houve a realocação de um efeito não recorrente do 2T24 no valor de R$ 78,5 milhões. O valor foi realocado da linha de Despesas com Vendas para a linha de Despesas Gerais e Administrativas. O valor total do SG&A não teve alterações.

No 4T25, as despesas operacionais ajustadas (ex-IFRS) cresceram 14,6%, atingindo 38,2% da receita líquida, aumento de 0,9 p.p. em relação ao 4T24. No acumulado do ano, as despesas ajustadas (ex-IFRS) totalizaram R$ 3,0 bilhões, crescimento de 10,3% vs. 2024, correspondendo a 39,2% da receita líquida, aumento de 0,8 p.p. na comparação anual.

As despesas com vendas cresceram 19,1% no trimestre e, como percentual da receita líquida, atingiram 32,0%, aumento de 2,0 p.p. em relação ao 4T24. Essa variação reflete, principalmente, o incremento na linha de pessoal em função de:

(i) reforço de *headcount* nas lojas da Centauro, implementado a partir do 2T25;
(ii) maior provisionamento de remuneração variável para o time de operações da Centauro, em linha com o crescimento de receita no ano;
(iii) aumento das despesas com mão de obra nos Centros de Distribuição, para suportar o crescimento da operação e as novas dinâmicas decorrentes da implementação do incentivo fiscal nos canais de lojas e atacado da Fisia; e
(iv) contratações para suportar as novas lojas da Centauro e da Fisia.

As despesas com vendas também foram impactadas pelo aumento na linha de publicidade e propaganda, refletindo o incremento das despesas com *royalties* na Fisia, em função do maior volume de mercadorias recebidas, já influenciada pela preparação para a Copa do Mundo. A linha também contou com incremento de maiores investimentos em *marketing* de performance em ambas as unidades de negócio, alinhado com o crescimento da receita do canal digital.

Por outro lado, a redução das despesas gerais e administrativas compensou parcialmente o crescimento das despesas com vendas, refletindo o compromisso da Companhia com a disciplina na gestão de despesas em um contexto de investimentos na operação.

EBITDA

AJUSTADO

Em R$ mil	4T25 ajustado	4T24 ajustado	Δ(%)	2025 ajustado	2024 ajustado	Δ(%)
GRUPO SBF						
Lucro Líquido	163.697	170.633	-4,1%	407.294	403.436	1,0%
(+) Imposto de renda e CSS	22.292	13.283	67,8%	50.299	-10.467	n.a
(+) Resultado financeiro líquido	-71.852	-63.057	13,9%	-265.944	-269.163	-1,2%
(+) Depreciação e amortização	-101.180	-96.696	4,6%	-404.487	-387.110	4,5%
(=) EBITDA	314.438	317.103	-0,8%	1.027.426	1.070.176	-4,0%
Margem EBITDA	*13,0%*	*14,6%*	*-1,6 p.p*	13,3%	15,0%	-1,7 p.p
Impacto IFRS16 nas Despesas	*-89.841*	*-81.010*	*10,9%*	*-321.962*	*-297.818*	*8,1%*
EBITDA (ex-IFRS)	224.596	236.092	-4,9%	705.464	772.358	-8,7%
Margem EBITDA	*9,3%*	*10,9%*	*-1,6 p.p*	9,1%	10,8%	-1,7 p.p

O EBITDA do Grupo SBF totalizou R$ 224,6 milhões no 4T25, retração de 4,9% vs. o mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA foi de 9,3%, contração de 1,6 p.p. *vs.* o 4T24. No ano, o EBITDA alcançou R$ 705,5 milhões, decréscimo de 8,7% vs. 2024, com margem EBITDA de 9,1% (-1,7 p.p. *vs.* 2024).

Apesar do crescimento de receita em todos os canais da Centauro e da Fisia, o EBITDA foi pressionado (i) pela contração de 0,7 p.p. na margem bruta, decorrente do impacto cambial que elevou o custo das mercadorias importadas pela Fisia; e (ii) pela menor alavancagem operacional em função do aumento das despesas com vendas, principalmente nas linhas de pessoal e de publicidade e propaganda, conforme detalhado na seção de Despesas Operacionais.

É importante reforçar que os indicadores apresentados acima desconsideram os impactos não recorrentes mencionados na página 9.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

AJUSTADO

Em R$ mil	4T25 ajustado	4T24 ajustado	Δ(%)	2025 ajustado	2024 ajustado	Δ(%)
Lucro Líquido	163.697	170.633	-4,1%	407.294	403.436	1,0%
Margem Líquida	6,7%	7,9%	-1,2 p.p.	5,3%	5,6%	-0,3 p.p.
(+) Impacto IFRS16 nas Despesas	*(89.841)*	*(81.010)*	*10,9%*	*(321.963)*	*(297.818)*	*8,1%*
(+) Depreciação e Amortização - Direito de Uso (IFRS16)	*48.120*	*46.574*	*3,3%*	*194.850*	*187.179*	*4,1%*
(+) Despesas Financeiras - Direito de Uso (IFRS16)	*41.097*	*34.905*	*17,7%*	*150.286*	*128.323*	*17,1%*
(+) Imposto de Renda IFRS16	*(643)*	*(685)*	*-6,2%*	*(2.844)*	*(3.576)*	*-20,5%*
Lucro Líquido (ex-IFRS)	162.430	170.417	-4,7%	427.624	417.544	2,4%
Margem Líquida (ex-IFRS)	6,7%	7,8%	-1,1 p.p.	5,5%	5,8%	-0,3 p.p.

No quarto trimestre de 2025, o lucro líquido ajustado (ex-IFRS) totalizou R$ 162,4 milhões, redução de 4,7% em relação ao 4T24, variação inferior à observada no EBITDA no período. A margem líquida ajustada foi de 6,7% vs. 7,8% no mesmo período do ano anterior (-1,1 p.p.).

O lucro líquido do trimestre reflete o maior resultado financeiro, impactado por uma dívida média maior no período e por uma taxa de juros mais alta em comparação ao 4T24. Esse efeito foi em grande parte compensado pela redução da alíquota efetiva de imposto de renda, decorrente da implementação do incentivo fiscal de ICMS da Fisia nas lojas físicas no 2T25 e expandido para o canal atacado no 3T25.

No acumulado do ano, o lucro líquido ajustado (ex-IFRS) totalizou R$ 427,6 milhões, com margem líquida de 5,5%, ambos em linha com os níveis registrados em 2024. Através do incentivo fiscal implementado em todos os canais, a Companhia mitigou substancialmente o impacto da desvalorização cambial observada na Fisia ao longo do exercício, contribuindo para a preservação da margem líquida, apesar das pressões observadas no lucro bruto e no EBITDA.

É importante reforçar que os indicadores apresentados acima desconsideram os impactos não recorrentes mencionados na página 9.

CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO

Em R$ mil	31/12/2025	31/12/2024	Δ(%)
Contas a receber	1.814.383	1.605.473	13,0%
Tributos e IR a compensar	364.190	300.299	21,3%
Estoques	2.030.987	1.665.936	21,9%
Outras ativos circulantes	179.861	140.072	28,4%
	4.389.421	**3.711.780**	**18,3%**
Outras contas a pagar	268.676	209.481	28,3%
Fornecedores de revenda	1.519.182	1.051.125	44,5%
Obrigações tributárias	619.373	625.743	-1,0%
Arrendamento a pagar	248.736	244.853	1,6%
Obrigações Trabalhistas	353.286	259.307	36,2%
Outras Obrigações	195.288	148.459	31,5%
	3.204.541	**2.538.968**	**26,2%**
Capital de Giro Líquido	1.184.880	1.172.812	1,0%

O conceito do Capital de Giro Líquido utilizado se baseia em apurar a diferença entre Passivo Circulante e Ativo Circulante, excluindo Caixa e Dívida e incluindo Antecipação de Recebíveis. A linha "outras obrigações" compreende também os parcelamentos tributários que até o primeiro trimestre de 2024 eram considerados no cálculo do endividamento.

(1) A partir deste trimestre, a linha de Fornecedores de Revenda passa a considerar a linha de Ajuste Patrimonial (PL), de Derivativos (Ativo), antes alocada em Contas a Receber, e Derivativos (Passivo), antes alocada em Contas a Pagar.

O capital de giro líquido do Grupo SBF totalizou R$ 1,2 bilhão em 31 de dezembro de 2025, patamar estável em relação ao exercício anterior.

Principais variações nas linhas do capital de giro:

i. Contas a receber: incremento atrelado ao crescimento das vendas no período e à flexibilização das condições de pagamento e parcelamento na Centauro e na Nike em comparação ao ano anterior.
ii. Tributos e IR a compensar: variação reflete o acúmulo de créditos de ICMS na Fisia, associado aos novos incentivos fiscais, bem como os efeitos da compensação de créditos tributários através da adesão a um programa de parcelamento específico.
iii. Estoques: crescimento alinhado ao maior nível de estoque para suportar a expansão da operação, tanto na Centauro quanto na Fisia, além dos primeiros recebimentos de produtos relacionados à Copa do Mundo FIFA 2026.
iv. Fornecedores de Revenda: variação explicada pelo efeito de mensalização dos pagamentos das compras diferente entre os dois períodos e por recebimentos maiores no 4T25 frente uma base mais fraca no período de comparação.
v. Obrigações tributárias: reflexo do efeito da adesão a um programa de parcelamento para compensação de créditos tributários.

FLUXO DE CAIXA

Em R$ mil	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
EBITDA ajustado (ex-IFRS)	224.596	236.092	-4,9%	705.464	772.358	-8,7%
Variação Capital de Giro¹	**(32.757)**	**221.638**	**-114,8%**	**(318.484)**	**138.117**	**-330,6%**
Contas a receber	(333.358)	(276.264)	20,7%	(208.910)	(8.059)	n.a
Estoques	36.515	222.767	-83,6%	(365.051)	33.403	n.a
Contas a pagar CMV	148.915	57.339	159,7%	468.057	(163.998)	385,4%
Contas a pagar SG&A	266.511	101.109	163,6%	176.246	268.663	-34,4%
Outros Ativos/Passivos	(151.340)	116.687	-229,7%	(388.826)	8.108	n.a
Fluxo de Caixa Operacional	**191.839**	**457.730**	**-58,1%**	**386.979**	**910.476**	**-57,5%**
M&A	25.000	–	n.a	19.000	(13.225)	243,7%
Capex	(189.700)	(114.339)	65,9%	(423.534)	(261.110)	62,2%
Fluxo de Caixa de Investimento	**(164.700)**	**(114.339)**	**44,0%**	**(404.534)**	**(274.335)**	**47,5%**
Fluxo de Caixa Livre	**27.139**	**343.391**	**-92,1%**	**(17.555)**	**636.141**	**-102,8%**
Resultado Financeiro	(30.755)	(28.152)	9,2%	(115.658)	(140.840)	-17,9%
Antecipação de Recebíveis	–	–	n.a	–	–	n.a
Dividendos	–	–	n.a	(127.358)	(42.284)	201,2%
Capital	–	–	n.a	4.222	–	n.a
Recompra de Ações	–	(27.086)	n.a	(125.972)	(27.086)	365,1%
Fluxo de Caixa de Financiamentos	**(30.755)**	**(55.238)**	**-44,3%**	**(364.766)**	**(210.210)**	**73,5%**
Variação de Dívida Líquida	**(3.616)**	**288.153**	**-101,3%**	**(382.321)**	**425.931**	**-189,8%**
Emissão/Pagamento Líquido de Dívidas²	(23.760)	(56.780)	-58,2%	65.577	(305.132)	121,5%
Variação de Caixa Total	**(27.376)**	**231.373**	**-111,8%**	**(316.744)**	**120.799**	**-362,2%**

(1) Antecipações de recebíveis e parcelamentos de tributos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos;

(2) Inclui valor líquido entre pagamento e novas captações de dívidas.

No quarto trimestre de 2025, a Companhia registrou geração de caixa operacional de R$ 191,8 milhões, redução de 58,1% em relação ao 4T24, refletindo a menor contribuição do EBITDA e a dinâmica do capital de giro no período. Em 2025, a sazonalidade no quarto trimestre foi mais evidente em função do maior nível de estoques adquiridos para suportar a expansão da operação, o que elevou o saldo de contas a pagar, cujo pagamento ocorre majoritariamente no primeiro trimestre de 2026, além do crescimento das vendas, que impactou o saldo de contas a receber. Adicionalmente, a linha de Outros Ativos/Passivos foi impactada pela antecipação do saldo de um contrato de patrocínio de futebol renovado pela Fisia (Nike), bem como pelo reconhecimento da baixa de ativos (NWB e X3M) com a conclusão dos desinvestimentos já anunciado no início do trimestre.

O fluxo de caixa das atividades de investimento totalizou R$ 164,7 milhões no trimestre, refletindo a aceleração dos investimentos no período, conforme detalhado na seção de CAPEX na página seguinte. Adicionalmente, o saldo reflete a entrada de caixa de R$ 25 milhões decorrente da venda da operação da NWB.

A variação do fluxo de caixa de financiamentos reflete os R$ 30,6 milhões de resultado financeiro do período, sem impactos de antecipação de recebíveis, dividendos adicionais ou recompra de ações no trimestre. Apesar da geração de caixa operacional, o maior consumo com capital de giro e investimentos resultou no aumento da dívida líquida, após um ano como o de 2024, focado na desalavancagem.

ENDIVIDAMENTO

Em R$ mil	4T25 ajustado	4T24 ajustado	Δ(%)
(+) Empréstimos e Financiamentos	1.357.945	1.292.368	5,1%
(–) Caixa e Equivalentes	679.969	996.713	-31,8%
(=) Dívida Líquida	677.976	295.655	129,3%
Dívida Líquida ./EBITDA Aj (Últ. 12 meses)	0,66x	0,28x	0,38x
Dívida Líquida ./EBITDA Aj (ex-IFRS) (Últ. 12 meses)	0,96x	0,38x	0,58x

(1) Não considera parcelamento de impostos.

O Grupo SBF apresentou incremento de 129,3% na dívida líquida no período, totalizando R$ 678,0 milhões em 31 de dezembro de 2025, o que resultou no aumento da alavancagem de 0,38x para 0,96x.

A evolução observada no período reflete principalmente a normalização do ciclo operacional e a retomada da agenda de investimentos da Companhia com objetivo de potencializar o crescimento futuro, resultando em um maior consumo de caixa. A Companhia segue disciplinada na gestão da sua estrutura de capital, preservando a alavancagem em um patamar saudável e compatível com a operação.

INVESTIMENTOS - CAPEX

Em R$ mil	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
Novas Lojas	24.628	3.212	n.a	49.114	12.564	290,9%
Reformas	87.548	46.148	89,7%	110.830	58.163	90,6%
Tecnologia e Inovação	38.712	37.596	3,0%	132.497	126.716	4,6%
Logística	21.355	12.371	72,6%	37.757	27.409	37,8%
Outros	17.456	15.012	16,3%	93.335	36.257	157,4%
Total Investimentos	189.700	114.339	65,9%	423.534	261.110	62,2%

No quarto trimestre de 2025, o CAPEX alcançou R$ 189,7 milhões, representando um aumento de 65,9% *vs.* o 4T24. No acumulado do ano o CAPEX totalizou R$ 423,5 milhões, aumento de 62,2%*vs.* 2024.

No trimestre, o aumento de CAPEX refletiu principalmente a continuidade do plano estratégico, com investimentos nas lojas da Centauro, incluindo duas aberturas e a conclusão de oito projetos de revitalizações, e nas lojas Nike, com a abertura de duas novas unidades no modelo NDIS, impulsionando as linhas de Novas Lojas e Reformas.

Adicionalmente, o aumento na linha de Logística decorreu de investimentos voltados a ganhos de escala e eficiência para suportar o crescimento da operação, com destaque para a internalização de parte da distribuição da Fisia, melhorias nos centros de distribuição e a implementação de um sistema de *sorter* no CD da Centauro.

continua →★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.

CNPJ 13.217.485/0001-11

Demonstrações Financeiras 2025

→★ continuação

Divulgação de Resultados 4T25 & 2025

BALANÇO PATRIMONIAL

Em R$ mil	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	**9.522.546**	**8.945.967**
Circulante	5.070.858	4.874.554
Caixa e equivalentes de caixa	679.969	996.713
Contas a receber	1.814.383	1.605.473
Derivativos	1.395	165.816
Tributos a compensar	329.866	264.496
Imposto de renda e contribuição social a compensar	34.324	35.803
Estoques	2.030.987	1.665.936
Dividendos a receber	73	245
Outras contas a receber	179.861	140.072
Não Circulante	4.451.688	4.071.413
Tributos a compensar	221.756	129.402
Imposto de renda e contribuição social a compensar	26.595	24.809
Mútuos a receber	9.895	9.844
Ativo fiscal diferido	841.683	698.756
Depósitos judiciais	653.239	619.380
Outros valores a receber	110.016	46.827
Investimentos	–	4.350
Imobilizado	827.356	649.918
Intangível	467.369	529.226
Direito de uso	1.293.779	1.358.901
Passivo	**9.522.546**	**8.945.967**
Circulante	3.739.772	3.222.231
Fornecedores	1.412.887	1.147.769
Empréstimos e financiamentos	71.914	49.405
Debêntures	359.814	409.190
Derivativos	131.878	573
Obrigações tributárias	567.588	620.546
Imposto de renda e contribuição social a recolher	51.785	5.197
Impostos parcelados	71.718	44.078
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	353.286	259.307
Dividendos a pagar	77.920	127.451
Arrendamentos a pagar	248.736	244.853
Outras contas a pagar	268.676	209.481
Outras Obrigações	123.570	104.381
Não Circulante	2.722.980	2.711.392
Empréstimos e financiamentos	112.408	123.385
Debêntures	813.809	710.388
Impostos parcelados	173.269	197.885
Provisões para contencioso	206.767	201.372
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.461	12.046
Arrendamentos a pagar	1.331.156	1.380.089
Outras Obrigações	60.032	75.772
Outras contas a pagar	12.078	10.455
Patrimônio Líquido	**3.059.794**	**3.012.344**
Capital social	1.836.548	1.832.326
Reservas de capital	287.062	283.003
Reserva de lucros	1.113.430	867.456
Ajustes de avaliação patrimonial	(24.188)	68.599
Participações de acionistas não controladores	–	133
Ações em Tesouraria	(153.058)	(39.173)

FLUXO DE CAIXA

Em R$ mil	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos impostos	291.181	548.069
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	463.646	428.000
Juros	376.340	328.726
Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	1.662	(735)
Resultado de equivalência patrimonial	958	(515)
Pagamento baseado em ações	(114)	11.740
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	13.312	11.001
Resultado da baixa residual arrendamentos	(7.318)	(3.778)
Perda no valor recuperável de investimentos	39.990	–
Perda no valor realizável do estoque	39.376	51.953
Constituição líquida de provisão para contencioso	38.294	(338.810)
Descontos sobre arrendamentos	–	(1.719)
	1.257.327	**1.033.932**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	(214.219)	(7.324)
Estoques	(404.427)	(18.550)
Instrumentos financeiros derivativos Ativo	23.835	(21.032)
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	(129.810)	230.749
Depósitos judiciais	(33.859)	(208.068)
Ativos disponíveis para venda	(766)	–
Outras contas a receber	(103.349)	(45.801)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	261.062	(14.399)
Obrigações tributárias	(70.764)	259.557
Parcelamentos de tributos	(23.969)	131.987
Instrumentos financeiros derivativos Passivo	131.305	(87.231)
Contingências pagas	(32.899)	(65.025)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	93.993	85.017
Outras contas a pagar	74.408	7.528
Outras Obrigações	5.175	22.217
Variação nos ativos e passivos:	(424.284)	269.625
Juros pagos sobre financiamentos	(23.998)	(25.463)
Juros pagos sobre debêntures	(136.894)	(161.938)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(30.445)	(46.221)
Caixa líq. das atividades operacionais	641.706	1.069.935
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de ativo imobilizado	(290.149)	(138.662)
Adições no intangível	(130.539)	(121.446)
Recebimento na venda de investimento	25.000	–
Caixa líq. das atividades de investimento	(395.688)	(260.108)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	68.084	–
Empréstimos e financiamentos pagos	(528.170)	(597.426)
Emissão de debentures	496.037	298.008
Arrendamentos Pagos	(349.605)	(321.960)
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.222	1.454
Recebimento de contrato de mútuo	–	266
Dividendos pagos	(127.358)	(42.284)
Recompra de ações	(125.972)	(27.086)
Caixa líq. das atividades de financiamento	(562.762)	(689.028)
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(316.744)	120.799
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	996.713	875.914
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	679.969	996.713

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

IFRS

R$ MIL	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
Receita líquida	2.427.832	2.172.270	11,8%	7.736.413	7.151.714	8,2%
Custo das vendas	(1.274.693)	(1.126.113)	13,2%	(4.001.330)	(3.638.589)	10,0%
Lucro bruto	1.153.139	1.046.157	10,2%	3.735.083	3.513.125	6,3%
Despesas Operacionais	(882.464)	(761.907)	15,8%	(2.783.988)	(2.504.372)	11,2%
Despesas de vendas	(667.063)	(577.110)	15,6%	(2.199.499)	(1.976.120)	11,3%
Despesas administrativas e gerais	(162.435)	(175.670)	-7,5%	(543.779)	(545.343)	-0,3%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(52.966)	(9.127)	n.a	(40.710)	17.091	-338,2%
Depreciação e amortização	(105.371)	(101.314)	4,0%	(422.534)	(396.659)	6,5%
Lucro (Prejuízo) operacional	165.304	182.936	-9,6%	528.561	612.094	-13,6%
Receitas financeiras	88.258	80.568	9,5%	279.879	221.530	26,3%
Despesas Financeiras	(139.797)	(143.163)	-2,4%	(517.259)	(285.555)	81,1%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	(51.539)	(62.595)	-17,7%	(237.380)	(64.025)	270,8%
Lucro antes dos impostos	113.765	120.341	-5,5%	291.181	548.069	-46,9%
IR e CS	14.568	14.955	-2,6%	36.789	(12.235)	n.a
Lucro líquido do período	128.333	135.296	-5,1%	327.970	535.834	-38,8%

IFRS + AJUSTES NÃO RECORRENTES

R$ MIL	4T25 ajustado	4T24 ajustado	Δ(%)	2025 ajustado	2024 ajustado	Δ(%)
Receita líquida	2.427.832	2.172.270	11,8%	7.736.413	7.151.714	8,2%
Custo das vendas	(1.274.693)	(1.126.113)	13,2%	(4.001.330)	(3.631.790)	10,2%
Lucro bruto	1.153.139	1.046.157	10,2%	3.735.083	3.519.924	6,1%
Despesas Operacionais	(838.701)	(729.054)	15,0%	(2.707.657)	(2.449.747)	10,5%
Despesas de vendas	(689.910)	(584.005)	18,1%	(2.236.200)	(1.977.881)[1]	13,1%
Despesas administrativas e gerais	(145.171)	(143.662)	1,1%	(483.701)	(493.631)[1]	-2,0%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(3.620)	(1.386)	161,1%	12.245	21.765	-43,7%
Depreciação e amortização	(101.180)	(96.696)	4,6%	(404.487)	(387.110)	4,5%
Lucro (Prejuízo) operacional	213.258	220.408	-3,2%	622.939	683.067	-8,8%
Receitas financeiras	72.361	48.453	49,3%	263.982	162.253	62,7%
Despesas Financeiras	(144.213)	(111.510)	29,3%	(529.926)	(431.416)	22,8%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(71.852)	(63.057)	13,9%	(265.944)	(269.163)	-1,2%
Lucro antes dos impostos	141.406	157.351	-10,1%	356.994	413.904	-13,7%
IR e CS	22.292	13.283	67,8%	50.299	(10.467)	n.a
Lucro líquido do período	163.697	170.633	-4,1%	407.294	403.436	1,0%

(1) Houve a realocação de um efeito não recorrente do 2T24 no valor de R$ 78,5 milhões. O valor foi realocado da linha de Despesas com Vendas para a linha de Despesas Gerais e Administrativas. O valor total do SG&A não teve alterações.

EX-IFRS

R$ MIL	4T25	4T24	Δ(%)	2025	2024	Δ(%)
Receita líquida	2.427.832	2.172.270	11,8%	7.736.413	7.151.714	8,2%
Custo das vendas	(1.274.693)	(1.126.113)	13,2%	(4.001.330)	(3.638.589)	10,0%
Lucro bruto	1.153.139	1.046.157	10,2%	3.735.083	3.513.125	6,3%
Despesas Operacionais	(972.305)	(842.917)	15,4%	(3.105.950)	(2.802.190)	10,8%
Despesas de vendas	(753.607)	(645.131)	16,8%	(2.507.591)	(2.248.516)	11,5%
Despesas administrativas e gerais	(165.732)	(188.662)	-12,2%	(550.437)	(566.849)	-2,9%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(52.967)	(9.124)	n.a	(47.922)	13.175	n.a
Depreciação e amortização	(57.251)	(54.740)	4,6%	(227.684)	(209.480)	8,7%
Lucro (Prejuízo) operacional	123.582	148.499	-16,8%	401.449	501.454	-19,9%
Receitas financeiras	88.259	80.568	9,5%	279.879	221.530	26,3%
Despesas Financeiras	(98.700)	(108.258)	-8,8%	(366.973)	(157.232)	133,4%
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	(10.442)	(27.690	-62,3%	(87.094)	64.298	-235,5%
Lucro antes dos impostos	113.140	120.809	-6,3%	314.355	565.752	-44,4%
IR e CS	13.925	14.270	-2,4%	33.945	(15.811)	314,7%
Lucro líquido do período	127.065	135.079	-5,9%	348.300	549.942	-36,7%

EX-IFRS + AJUSTES NÃO RECORRENTES

R$ MIL	4T25 ajustado	4T24 ajustado	Δ(%)	2025 ajustado	2024 ajustado	Δ(%)
Receita líquida	2.427.832	2.172.270	11,8%	7.736.413	7.151.714	8,2%
Custo das vendas	(1.274.693)	(1.126.113)	13,2%	(4.001.330)	(3.631.790)	10,2%
Lucro bruto	1.153.139	1.046.157	10,2%	3.735.083	3.519.924	6,1%
Despesas Operacionais	(928.543)	(810.064)	14,6%	(3.029.619)	(2.747.565)	10,3%
Despesas de vendas	(776.454)	(652.026)	19,1%	(2.544.292)	(2.250.278)[1]	13,1%
Despesas administrativas e gerais	(148.468)	(156.654)	-5,2%	(490.359)	(515.137)[1]	-4,8%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(3.620)	(1.383)	161,7%	5.032	17.849	-71,8%
Depreciação e amortização	(53.060)	(50.121)	5,9%	(209.637)	(199.931)	4,9%
Lucro (Prejuízo) operacional	171.536	185.971	-7,8%	495.826	572.427	-13,4%
Receitas financeiras	72.362	48.453	49,3%	263.982	162.253	62,7%
Despesas Financeiras	(103.117)	(76.605)	34,6%	(379.641)	(303.093)	25,3%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(30.755)	(28.152)	9,2%	(115.658)	(140.840)	-17,9%
Lucro antes dos impostos	140.781	157.819	-10,8%	380.168	431.587	-11,9%
IR e CS	21.649	12.598	71,8%	47.455	(14.043)	n.a
Lucro líquido do período	162.430	170.417	-4,7%	427.624	417.544	2,4%

(1) Houve a realocação de um efeito não recorrente do 2T24 no valor de R$ 78,5 milhões. O valor foi realocado da linha de Despesas com Vendas para a linha de Despesas Gerais e Administrativas. O valor total do SG&A não teve alterações.

SOBRE O GRUPO SBF

GRUPO SBF CENTAURO FISIA

O Grupo SBF é uma empresa de esporte que foi fundada em 1981 e até 2020 atuou no mercado brasileiro com a Centauro, maior varejista de artigos esportivos do Brasil e primeira varejista *omnichannel* do Brasil, com 100% das operações de lojas física e plataforma digital integradas desde de 2018. Em dezembro de 2020, uma nova unidade de negócio passou a integrar o Grupo SBF: a FISIA, representante exclusiva da Nike no Brasil, a maior marca esportiva do mundo. No Grupo SBF, acreditamos que o esporte transforma vidas, e acordamos todos os dias para impulsionar o esporte no Brasil.

José Salazar
Victoria Machado Buono
Luna Romeu
Larissa Cristovão
João Marques
ri.gruposbf.com.br | ri@gruposbf.com.br

QUESTÕES ASG - POLÍTICA DE EQUIDADE

Em atenção ao disposto no § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76, introduzido pela Lei nº 15.177/25, o Grupo SBF apresenta, a seguir, a política de equidade por ele adotada, bem como informações relativas à participação de mulheres em seu quadro de colaboradores.

O Grupo possui compromisso com a promoção da diversidade e inclusão, orientando suas relações internas pela manutenção de um ambiente de trabalho respeitoso, ético e livre de qualquer forma de discriminação ou preconceito, inclusive em razão de gênero, raça/etnia, nacionalidade ou idade, nos termos de seu Código de Conduta Ética e de suas políticas internas. Nesse contexto, o Grupo esclarece que realiza o monitoramento periódico dos salários e das estruturas de remuneração de seus colaboradores, por meio de análises detalhadas e contextualizadas, a fim de assegurar o cumprimento de seu compromisso ético e das disposições legais relativas à igualdade salarial e à adoção de critérios remuneratórios equitativos entre mulheres e homens, visando promover, assim, um ambiente de trabalho justo e equilibrado para todos.

Para mais informações sobre tópicos ASG adotados pela Companhia, vide Relatório de Sustentabilidade disponibilizado pela Companhia no primeiro semestre de 2025.

Apresentamos a seguir as informações requeridas pela Lei nº 15.177/25:

a. Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos do Grupo SBF, incluindo evolução comparativa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

	2025				2024			
	Não Gerência	% Mulheres	Gerência/Diretoria	%Mulheres	Não Gerência	% Mulheres	Gerência/Diretoria	% Mulheres
Feminino	5.410	1,03	226	0,75	4.718	1,08	208	0,76
Masculino	5.255		300		4.349		275	
GRUPO SBF	**10.665**		**526**		**9.067**		**483**	

b. Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração do Grupo SBF, incluindo evolução comparativa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

	2025		2024	
	Cargos na administração	% Mulheres	Cargos na administração	% Mulheres
Feminino	2	0,15	4	0,25
Masculino	13		16	
GRUPO SBF	**15**		**20**	

c. Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares do Grupo SBF, incluindo evolução comparativa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

	2025	2024
Cargo	Proporção Mulheres/Homens	Proporção Mulheres/Homens
Analista	0,95	0,90
Aprendiz	1,03	1,06
Assistente	0,95	0,98
Consultor	0,88	0,90
Coordenador	1,03	1,02
Diretor	0,95	0,89
Especialista	0,90	0,97
Estagiário	1,00	1,00
Gerência	0,92	0,96
Operação	1,05	1,07
Profissional	1,02	1,25
Supervisor	0,95	0,94
Técnico	1,11	1,11

* O quadro apresentado acima tem como base a remuneração fixa, variável e eventual média de colaboradores.

continua→★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Terça-feira, 10 de março de 2026

Demonstrações
Financeiras 2025

GRUPO SBF S.A.

CNPJ 13.217.485/0001-11

→★ continuação

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	71.982	40.369	679.969	996.713
Contas a receber	6	3.259	6.033	1.814.383	1.605.473
Estoques	7	–	–	2.030.987	1.665.936
Instrumentos financeiros derivativos	8	–	–	1.395	165.816
Tributos a compensar	9	1.867	902	329.866	264.496
Imposto de renda e contribuição social a compensar		–	557	34.324	35.803
Dividendos a receber	23	152.547	149.715	73	245
Outros ativos	10	1.329	1.331	179.861	140.072
Total do ativo circulante		**230.984**	**198.907**	**5.070.858**	**4.874.554**
Não circulante					
Tributos a compensar	9	–	–	221.756	129.402
Imposto de renda e contribuição social a compensar		–	–	26.595	24.809
Mútuos a receber		9.895	9.844	9.895	9.844
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	–	–	841.683	698.756
Depósitos judiciais	13	–	–	653.239	619.380
Outros ativos	10	51.009	46.504	110.016	46.827
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.000	–	–	–
Total do realizável a longo prazo		**61.904**	**56.348**	**1.863.184**	**1.529.018**
Investimentos	14	3.064.765	2.942.227	–	4.350
Imobilizado	15	335	384	827.356	649.918
Intangível	16	574	1.144	467.369	529.226
Direito de uso	17	–	–	1.293.779	1.358.901
Total do ativo não circulante		**3.127.578**	**3.000.103**	**4.451.688**	**4.071.413**
Total do ativo		**3.358.562**	**3.199.010**	**9.522.546**	**8.945.967**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Circulante					
Fornecedores	18	1.432	1.368	1.328.562	1.095.552
Fornecedores - risco sacado	18	–	–	84.325	52.217
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	71.914	49.405
Debêntures	19	–	–	359.814	409.190
Instrumentos financeiros derivativos	8	–	–	131.878	573
Arrendamentos a pagar	17	–	–	248.736	244.853
Obrigações tributárias	20	88	180	567.588	620.546
Imposto de renda e contribuição social a recolher		–	–	51.785	5.197
Impostos parcelados	21	–	–	71.718	44.078
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	4.271	6.525	353.286	259.307
Dividendos a pagar	23	77.920	127.363	77.920	127.451
Outras contas a pagar	25	171.296	1.654	268.676	209.481
Outros passivos	26	43.761	39.254	123.570	104.381
Total do passivo circulante		**298.768**	**176.344**	**3.739.772**	**3.222.231**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	112.408	123.385
Debêntures	19	–	–	813.809	710.388
Arrendamentos a pagar	17	–	–	1.331.156	1.380.089
Impostos parcelados	21	–	–	173.269	197.885
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	–	–	13.461	12.046
Provisão para riscos administrativos e judiciais	13	–	–	206.767	201.372
Outras contas a pagar	25	–	10.455	12.078	10.455
Outros passivos	26	–	–	60.032	75.772
Total do passivo não circulante		**–**	**10.455**	**2.722.980**	**2.711.392**
Patrimônio líquido					
Capital social	27	1.836.548	1.832.326	1.836.548	1.832.326
Reservas de capital		287.062	283.003	287.062	283.003
Reservas de lucros		1.113.430	867.456	1.113.430	867.456
Ajuste de avaliação patrimonial		(24.188)	68.599	(24.188)	68.599
Ações em tesouraria		(153.058)	(39.173)	(153.058)	(39.173)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**3.059.794**	**3.012.211**	**3.059.794**	**3.012.211**
Participações de acionistas não controladores		–	–	–	133
Total do patrimônio líquido		**3.059.794**	**3.012.211**	**3.059.794**	**3.012.344**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.358.562**	**3.199.010**	**9.522.546**	**8.945.967**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores												
		Reservas de capital			Reservas de lucro			Ajuste de avaliação patrimonial					
	Capital social	**Adiantamento para futuro aumento de capital**	**Ágio na emissão de ações**	**Pagamento baseado em ações**	**Reserva legal**	**Reserva de incentivos fiscais**	**Reserva estatutária**	**Outros resultados abrangentes**	**Ações em Tesouraria**	**Lucros acumulados**	**Total**	**Participação de acionistas não controladores**	**Total do patrimônio liquido consolidado**
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**1.830.872**	**–**	**154.753**	**116.510**	**28.128**	**147.228**	**290.410**	**(26.958)**	**–**	**–**	**2.540.943**	**643**	**2.541.586**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	536.256	536.256	(422)	535.834
Aumento de capital	1.454	(1.454)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	1.454	–	–	–	–	–	–	–	–	1.454	–	1.454
Hedge de fluxo de caixa de controlada	–	–	–	–	–	–	–	144.784	–	–	144.784	–	144.784
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	–	–	–	–	–	–	–	(49.227)	–	–	(49.227)	–	(49.227)
Remuneração baseada em ações	–	–	–	11.740	–	–	–	–	–	–	11.740	–	11.740
Recompra de ações	–	–	–	–	–	–	–	–	(39.173)	–	(39.173)	–	(39.173)
Distribuição de dividendos adicionais - 2023	–	–	–	–	–	–	(7.205)	–	–	–	(7.205)	(88)	(7.293)
Constituição de reservas	–	–	–	–	26.813	–	382.082	–	–	(408.895)	–	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(127.361)	(127.361)	–	(127.361)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.832.326**	**–**	**154.753**	**128.250**	**54.941**	**147.228**	**665.287**	**68.599**	**(39.173)**	**–**	**3.012.211**	**133**	**3.012.344**
Saldos em 1º de janeiro de 2025	**1.832.326**	**–**	**154.753**	**128.250**	**54.941**	**147.228**	**665.287**	**68.599**	**(39.173)**	**–**	**3.012.211**	**133**	**3.012.344**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	328.062	328.062	(344)	327.718
Aumento de capital	4.222	(4.222)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	4.222	–	–	–	–	–	–	–	–	4.222	–	4.222
Hedge de fluxo de caixa de controlada	–	–	–	–	–	–	–	(140.586)	–	–	(140.586)	–	(140.586)
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	–	–	–	–	–	–	–	47.799	–	–	47.799	–	47.799
Remuneração baseada em ações	–	–	–	(114)	–	–	–	–	–	–	(114)	–	(114)
Recompra de ações	–	–	–	–	–	–	–	–	(113.885)	–	(113.885)	–	(113.885)
Constituição de reservas	–	–	–	–	16.403	–	233.744	–	–	(250.147)	–	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(77.915)	(77.915)	–	(77.915)
Outras movimentações	–	–	–	4.173	–	–	(4.173)	–	–	–	–	211	211
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.836.548**	**–**	**154.753**	**132.309**	**71.344**	**147.228**	**894.858**	**(24.188)**	**(153.058)**	**–**	**3.059.794**	**–**	**3.059.794**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo SBF S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil com sede no Estado e Cidade de São Paulo. O Grupo possui suas ações negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação "SBFG3". As demonstrações financeiras do Grupo SBF S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, compreendem a Companhia controladora, Grupo SBF S.A., e suas controladas denominadas em conjunto "Grupo" ou "Grupo SBF". O Grupo SBF, por meio de suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto, tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, vestuários, entretenimento em geral, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, a distribuição e a importação de qualquer tipo de calçado, vestuário, malas, acessórios e equipamentos esportivos, bem como qualquer outro item de moda esportiva ou informal, da marca "Nike", a produção audiovisual e a produção de filmes para publicidade. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 6 de março de 2026. As controladas e a coligada do Grupo SBF em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas abaixo:

	Participação societária				
	Direta		Indireta		
Controladas	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**Atividade**
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("SBF Comércio")	100,00%	100,00%	–	–	Comércio varejista
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Fisia")	–	–	100,00%	100,00%	Comércio atacadista e varejista
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda. ("Lione")	–	–	100,00%	100,00%	Comércio esportivo
VBLOG Logística e Transporte Ltda. ("VBLOG")	100,00%	100,00%	–	–	Serviços logísticos
Premier Distribuidora de Vestuário, Calçados, Equiptos e Acessórios Ltda. ("Premier")	100,00%	100,00%	–	–	Comércio esportivo
X3M Entretenimento S.A. ("X3M") (a)	–	–	–	30,00%	Produção de eventos esportivos
Network Participações S.A. ("Network") (a)	–	100,00%	–	–	Holding
Acelerados Produtora e Distribuidora Audiovisual S.A. ("Acelerados") (a)	–	–	–	51,00%	Produção Audiovisual
FitDance Entretenimento Ltda. ("FitDance")	–	–	100,00%	100,00%	Produção Audiovisual

(a) Em 2025, o Grupo realizou o desinvestimento nas operações da Network, e indiretamente da Acelerados, e da X3M. O movimento é resultado do novo ciclo estratégico do Grupo, que visa concentrar esforços e recursos em suas principais unidades de negócio: Centauro e Fisia. Os desinvestimentos não geraram efeitos relevantes em seus resultados, patrimônio, negócios e operações (Nota 11). As principais informações sobre cada uma das controladas que compõem as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo estão apresentadas na Nota 14. As políticas contábeis materiais foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (*IFRS® Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção aos seguintes itens: - instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; - instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado; A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **a) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **Reapresentação dos saldos comparativos DVA do exercício findo em 31 de dezembro de 2024:** Para manter a consistência e comparabilidade com o exercício corrente, o Grupo reapresentou a DVA de 31 de dezembro de 2024, incluindo a rubrica "Receitas relativas à construção de ativos próprios" no valor de R$ 86.051 nos saldos consolidados, substancialmente representados por gastos com desenvolvimento de softwares. Consequentemente, o mesmo montante foi reapresentado nas rubricas Remuneração direta, FGTS, e Impostos federais. Esta reapresentação não gerou qualquer outro impacto nas demonstrações financeiras ou em índices relevantes e estão sendo reapresentadas para fins de comparabilidade. **Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:**

	Consolidado		
	31/12/2024 (Originalmente apresentado)	**Ajustes**	**31/12/2024 (Reapresentado)**
Receitas	**9.062.465**	**86.051**	**9.148.516**
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	9.004.803	–	9.004.803
Receitas relativas à construção de ativos próprios	–	86.051	86.051
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	735	–	735
Outras receitas	56.927	–	56.927
Valor adicionado total a distribuir	**2.963.563**	**86.051**	**3.049.614**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	**853.750**	**74.711**	**928.461**
Remuneração direta	520.421	70.943	591.364
Benefícios	287.053	–	287.053
FGTS	46.276	3.768	50.044
Impostos, taxas e contribuições	**1.001.622**	**11.340**	**1.012.962**
Federais	353.347	11.340	364.687
Estaduais	614.630	–	614.630
Municipais	33.645	–	33.645

2.3 Consolidação: O Grupo detém participações societárias diretas e indiretas. As participações societárias em sociedades controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre empresas consolidadas (incluindo a controladora) e participação da controladora no patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras consolidadas como nas individuais da controladora. **2.4 Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do Grupo foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **2.5 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos:** O Grupo não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. Em 2025, o Grupo avaliou as emendas aos CPCs e às normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidos pelo CPC e *International Accounting Standards Board* (*IASB*), respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1° de janeiro de 2025. As principais alterações são: **a) Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção dessa norma não impactou de forma relevante as demonstrações financeiras do Grupo SBF. **2.6 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **a) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. **b) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como *'contracts referencing nature-dependent electricity'*. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. **c) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras do Grupo. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **d) IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:** Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. O Grupo não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **e) Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)* - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*). Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2026. **f) Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) às quais estão relacionados. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **2.7 Informações por segmento:** Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões Grupo para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. A Administração determinou que o CEO do Grupo, em conjunto com a diretoria executiva, é responsável pela tomada das decisões estratégicas e análise de informações sobre os resultados operacionais, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento. Consequentemente, a Administração determinou que o Grupo possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível por segmento, e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada. Exceto pela receita bruta (Nota 29), não há informação financeira individualizada disponível. Toda a receita do Grupo é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes do Grupo estão localizados no Brasil. Durante o exercício de 2025 a atividade de serviços não se qualificou como um segmento reportável, visto que a receita desse segmento foi inferior a 10% do total da receita no exercício. **2.8 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.9 Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Adicionalmente, as alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio líquido.

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receitas líquidas	29	–	–	7.736.413	7.151.714
Custo das vendas e dos serviços prestados	30	–	–	(4.001.330)	(3.638.589)
Lucro bruto		**–**	**–**	**3.735.083**	**3.513.125**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	31	–	–	(2.468.857)	(2.230.503)
(Perda) reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	6	–	–	(1.662)	735
Despesas administrativas e gerais	31	(15.285)	(13.340)	(695.293)	(688.354)
Outras (perdas) ganhos, líquidos	11	(36.438)	755	(39.752)	16.576
Resultado com equivalência patrimonial	14	383.654	548.721	(958)	515
Lucro operacional		**331.931**	**536.136**	**528.561**	**612.094**
Receitas financeiras	32	2.889	2.253	279.879	221.530
Despesas financeiras	32	(6.758)	(2.137)	(517.259)	(285.555)
Resultado financeiro, líquido		**(3.869)**	**116**	**(237.380)**	**(64.025)**
Lucro antes dos impostos		**328.062**	**536.252**	**291.181**	**548.069**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	–	–	(56.573)	(6.666)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	–	4	93.362	(5.569)
Lucro líquido do exercício		**328.062**	**536.256**	**327.970**	**535.834**
Acionistas controladores		328.062	536.256	328.062	536.256
Acionistas não controladores		–	–	(92)	(422)
		328.062	**536.256**	**327.970**	**535.834**
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas do Grupo					
Lucro básico por ação (média ponderada)	27			1,41	2,20
Lucro diluído por ação (média ponderada)	27			1,40	2,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Lucro líquido do exercício	**328.062**	**536.256**	**327.970**	**535.834**
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa de controlada	(140.586)	144.784	(140.586)	144.784
Outros resultados abrangentes	**(140.586)**	**144.784**	**(140.586)**	**144.784**
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa de controlada	47.799	(49.227)	47.799	(49.227)
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	**(92.787)**	**95.557**	**(92.787)**	**95.557**
Resultado abrangente do exercício	**235.275**	**631.813**	**235.183**	**631.391**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	235.275	631.813	235.275	631.813
Acionistas não controladores	–	–	(92)	(422)
Resultado abrangente total	**235.275**	**631.813**	**235.183**	**631.391**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
				Reapresentado
Receitas	**–**	**755**	**9.782.356**	**9.148.516**
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	–	–	9.677.184	9.004.803
Receitas relativas à construção de ativos próprios	–	–	90.570	86.051
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	–	–	(1.662)	735
Outras receitas	–	755	16.264	56.927
Insumos adquiridos de terceiros	**(38.203)**	**(2.568)**	**(6.492.914)**	**(5.894.971)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	–	–	(4.973.164)	(4.510.219)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.778)	(2.568)	(1.434.985)	(1.329.964)
Perda de valores ativos	(36.425)	–	(84.765)	(54.788)
Valor adicionado bruto	**(38.203)**	**(1.813)**	**3.289.442**	**3.253.545**
Depreciação e amortização	(619)	(619)	(466.088)	(425.976)
Valor adicionado liquido	**(38.822)**	**(2.432)**	**2.823.354**	**2.827.569**
Valor recebido em transferência	**386.543**	**550.974**	**278.921**	**222.045**
Resultado de equivalência patrimonial	383.654	548.721	(958)	515
Receitas financeiras	2.889	2.253	279.879	221.530
Valor adicionado total a distribuir	**347.721**	**548.542**	**3.102.275**	**3.049.614**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**10.677**	**7.729**	**1.006.138**	**928.461**
Remuneração direta	9.909	6.589	652.953	591.364
Benefícios	768	1.140	294.524	287.053
FGTS	–	–	58.661	50.044
Impostos, taxas e contribuições	**2.010**	**2.296**	**942.440**	**1.012.962**
Federais	1.761	2.047	304.864	364.687
Estaduais	–	–	603.721	614.630
Municipais	249	249	33.855	33.645
Remuneração de capitais de terceiros	**6.972**	**2.261**	**825.727**	**572.357**
Despesas financeiras (juros)	6.655	1.785	217.093	14.513
Aluguéis	–	–	125.894	123.598
Outras	317	476	482.740	434.246
Remuneração de capital próprio	**328.062**	**536.256**	**327.970**	**535.834**
Dividendos	77.915	127.361	77.915	127.361
Lucro líquido do exercício	250.147	408.895	250.147	408.895
Participação dos acionistas não controladores	–	–	(92)	(422)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos		**328.062**	**536.252**	**291.181**	**548.069**
Ajustado por:					
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	6	–	–	1.662	(735)
Perda no valor realizável do estoque	7	–	–	39.376	51.953
Perda no valor recuperável de investimentos	11	36.425	–	39.990	–
Constituição (líquida das reversões) de provisão para riscos administrativos e judiciais	13	–	–	38.294	(338.810)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(383.654)	(548.721)	958	(515)
Juros sobre arrendamento mercantil	17	–	–	150.273	126.549
Resultado da baixa residual arrendamentos	17	–	–	(7.318)	(3.778)
Depreciação do direito de uso	17	–	–	226.724	217.719
Descontos sobre arrendamentos	17	–	–	–	(1.719)
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	15, 16	619	619	236.922	210.281
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	15, 16	–	–	13.312	11.001
Juros e custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	19	–	–	25.456	27.352
Juros e custo de captção sobre debêntures	19	–	–	165.062	154.335
Juros sobre parcelamento de tributos	21	–	–	26.993	13.903
Juros sobre pagamentos em atrasos	32	599	1.593	599	1.593
Juros com partes relacionadas	32	6.454	–	–	–
Juros sobre atraso de impostos	32	–	–	8.008	5.033
Remuneração baseado em ações		–	–	(114)	11.740
Juros sobre mútuos	32	(51)	(39)	(51)	(39)
		(11.546)	**(10.296)**	**1.257.327**	**1.033.932**
Variações em:					
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber	6	2.774	10.965	(214.219)	(7.324)
Estoques	7	–	–	(404.427)	(18.550)
Instrumentos financeiros derivativos ativo	8	–	–	23.835	(21.032)
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	9	(408)	(634)	(129.810)	230.749
Depósitos judiciais	13	–	118	(33.859)	(208.068)
Ativos mantidos para venda	11	–	–	(766)	–
Outros ativos	10	(4.503)	4.117	(103.349)	(45.801)
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores	18	(535)	(1.562)	228.954	(4.020)
Fornecedores - risco sacado	18	–	–	32.108	(10.379)
Obrigações tributárias	20	(92)	(214)	(70.764)	259.557
Parcelamentos de tributos	21	–	–	(23.969)	131.987
Instrumentos financeiros derivativos passivo	8	–	–	131.305	(87.231)
Contingências pagas	13	–	–	(32.899)	(65.025)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	(2.254)	2.064	93.993	85.017
Outras contas a pagar	25	(325)	(64.458)	74.408	7.528
Outros passivos	26	4.508	2.794	5.175	22.217
Variação nos ativos e passivos:		**(835)**	**(46.810)**	**(424.284)**	**269.625**
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	(30.445)	(46.221)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	19	–	–	(23.998)	(25.463)
Juros pagos sobre debêntures	19	–	–	(136.894)	(161.938)
Caixa liquido (utilizado nas) gerados pelas atividades operacionais		**(12.381)**	**(57.106)**	**641.706**	**1.069.935**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições de ativo imobilizado	15	–	–	(290.149)	(138.662)
Adições no intangível	16	–	–	(130.539)	(121.446)
Recebimento na venda de investimento	11	25.000	–	25.000	–
Dividendos recebidos	23	152.921	147.519	–	–
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento		**177.921**	**147.519**	**(395.688)**	**(260.108)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos tomados	19	–	–	68.084	–
Emissão de debêntures	19	–	–	496.037	298.008
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	19	–	–	(528.170)	(597.426)
Arrendamentos pagos	17	–	–	(349.605)	(321.960)
Juros sobre capital próprio recebido		–	1.256	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	(5.569)	1.454	4.222	1.454
Outras contas a pagar - partes relacionadas		–	1.258	–	–
Integralização de capital em controlada	14	(1.000)	(13.242)	–	–
Recebimento de contrato de mútuo		–	266	–	266
Dividendos pagos	23	(127.358)	(42.284)	(127.358)	(42.284)
Recompra de ações	27	–	–	(125.972)	(27.086)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(133.927)**	**(51.292)**	**(562.762)**	**(689.028)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**31.613**	**39.121**	**(316.744)**	**120.799**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	**40.369**	**1.248**	**996.713**	**875.914**
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	**71.982**	**40.369**	**679.969**	**996.713**
Transações que não afetaram caixa					
Outros resultados abrangentes	8	(92.787)	95.557	(92.787)	95.557
Adição ao imobilizado e intangível	15, 16	–	–	4.570	6.298
Recompra de ações	27	113.885	39.173	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

Jornal O DIA SP

GRUPO SBF

Demonstrações Financeiras 2025

GRUPO SBF S.A.

CNPJ 13.217.485/0001-11

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) de ativos com vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 16. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração. **b) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. As contas a receber de clientes atacado (Nota 6) estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas. **c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos incluem um saldo consolidado de R$ 841.683 (R$ 698.756 em 31 de dezembro de 2024) relacionado a prejuízos fiscais, diferenças temporárias e bases negativas geradas pelas controladas diretas e indiretas do Grupo SBF. O Grupo entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para as controladas. **d) Contingências tributárias:** O Grupo, através de suas controladas diretas e indiretas, mantém discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem discussões estaduais referentes à cobrança de ICMS e multa, pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **e) Taxa incremental sobre os arrendamentos a pagar:** O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental determinada com base na taxa de juros dos empréstimos do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, ou seja, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **f) Julgamentos críticos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Determinação do prazo do arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou exercícios após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). • Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la). Durante o exercício corrente, o efeito financeiro consolidado da revisão dos prazos de arrendamento a fim de refletir o efeito do exercício das opções de prorrogação e rescisão resultou em um aumento de R$ 97.754 nos passivos de arrendamento e ativos de direito de uso reconhecidos (R$ 139.407 em 31 de dezembro de 2024).

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Política contábil: 4.1.1 Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios do Grupo para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los. **Mensuração subsequente: Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo classificados como custo amortizado, incluem os saldos do contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. **Valor justo por meio do resultado:** Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram, o Grupo transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que o Grupo manteve. Com relação aos clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias, com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros:** O Grupo apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 60 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". O Grupo considera que este seja baixo ou superior de acordo com o *rating* de crédito publicado por agências especializadas e renomadas no mercado. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis do Grupo referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com o Grupo (não há histórico de perdas) e *rating* de crédito das administradoras avaliado pelo mercado. **4.1.2 Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros do Grupo incluem empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 19), instrumentos financeiros derivativos (Nota 8), fornecedores e operações de risco sacado (Nota 18) e passivo de arrendamento (Nota 17). **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando sua obrigação é liquidada, cancelada ou expirada. Quando os termos de um passivo financeiro existente são substancialmente modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, o Grupo desreconhece o passivo original e reconhece um novo passivo financeiro a valor justo baseado nos termos modificados. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.1.3 Instrumentos financeiros derivativos:** O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio. No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente. ***Hedges* de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta ajuste de avaliação patrimonial. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida na conta ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta de ajuste de avaliação patrimonial são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta ajuste de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, contratos de *hedge*, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta ajuste de avaliação patrimonial são imediatamente reclassificados para o resultado. **4.2 Considerações gerais e políticas: 4.2.1 Fatores de risco financeiro:** Os principais fatores de risco a que o Grupo está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
a.1) Risco de mercado - moeda	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
a.2) Risco de mercado - taxa de juros	Aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Análise de alavancagem
b) Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes atacado, instrumentos financeiros derivativos e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ *ratings*
c) Risco de liquidez	Empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado: Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, o Grupo está exposto a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. **a.1) Risco de moeda:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia nenhum empréstimo, financiamento ou debênture em moeda estrangeira destinado a importação em aberto. Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial consolidado do Grupo dos riscos de mercado, preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo por sua controlada indireta Fisia os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Derivativos operacionais - Notional (NDF)	(1.647.857)	(1.306.684)

O Grupo possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de *hedge*. O *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é registrada como componente de "Outros resultados abrangentes". Em 31 de dezembro de 2025, a perda, líquida de impostos, foi de R$ 24.188 (ganho de R$ 68.599 em 31 de dezembro de 2024). O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva. Os valores acumulados em "Outros resultados abrangentes" são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de *hedge*).

Instrumento de *hedge*				Objeto de *hedge*	
Vencimentos	Moeda	Notional	Valor justo	Operação	Vencimentos estimados
21/01/2026 a 22/02/2027	BRL	(1.647.857)	(130.483)	NDF	21/01/2026 a 22/02/2027
Total consolidado		**(1.647.857)**	**(130.483)**		

Valor justo: No quadro abaixo, apresentamos o detalhamento dos derivativos mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2025. Todos têm como finalidade a proteção dos fluxos de caixa contra o risco de oscilação cambial sobre os passivos decorrentes da compra de mercadorias junto a fornecedores associados à Nike Inc.

Derivativo	Valor principal	Posição comprada ou vendida	Valor justo	Prazo máximo de vencimento	Contraparte
NDF	(8.658)	Comprado	32	19/11/2026	ABC
NDF	(655.514)	Comprado	(40.495)	22/02/2027	Bradesco
NDF	(155.122)	Comprado	(8.492)	20/08/2026	BTG
NDF	(53.330)	Comprado	(6.766)	21/01/2026	HSBC Brasil
NDF	(866.032)	Comprado	(52.074)	22/02/2027	Santander
NDF	(177.850)	Comprado	(18.253)	19/11/2026	Votorantim
NDF	(186.211)	Vendido	(1.671)	22/02/2027	Banco do Brasil
NDF	4.143	Vendido	(97)	27/05/2026	ABC
NDF	92.400	Vendido	1.346	20/08/2026	Bradesco
NDF	193.340	Vendido	(3.273)	19/11/2026	BTG
NDF	68	Vendido	3	20/08/2026	HSBC Brasil
NDF	38.029	Vendido	(236)	20/08/2026	Itaú
NDF	90.480	Vendido	(383)	19/11/2026	Santander
NDF	1.824	Vendido	14	27/05/2026	Votorantim
NDF	34.576	Vendido	(138)	27/05/2026	Banco do Brasil
Total	**(1.647.857)**		**(130.483)**		

a.2) Risco de taxa de juros: Decorrem da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os arrendamentos, empréstimos, financiamentos e debêntures, em sua maioria pós-fixados, tomados pelo Grupo. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos. Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo corresponde a:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras (Nota 5)	632.363	916.019
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	(184.322)	(172.790)
Debêntures (Nota 19)	(1.173.623)	(1.119.578)
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	(1.579.892)	(1.624.942)

Análise de sensibilidade: O risco do Grupo decorre das operações com aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos atrelados ao CDI. Em 31 dezembro de 2025, o Grupo efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para a análise de sensibilidade, o Grupo utilizou o CDI do índice DI da B3 (14,90% anual), os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.

			Aumento dos Juros		Redução dos Juros	
			Possível (+)	Remoto (+)	Possível (–)	Remoto (–)
	2025	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras (Nota 5)	632.363	94.222	117.778	141.333	70.667	47.111
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	(184.322)	(27.464)	(34.330)	(41.196)	(20.598)	(13.732)
Debêntures (Nota 19)	(1.173.623)	(174.870)	(218.588)	(262.305)	(131.153)	(87.435)
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	(1.579.892)	(235.404)	(294.255)	(353.106)	(176.553)	(117.702)

b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e do atacado e por aplicações financeiras. O risco de crédito do Grupo são as administradoras de cartão de crédito e clientes do atacado, sendo as administradoras responsáveis por 89,3% dos recebíveis no balanço do Grupo (86,7% em 31 de dezembro de 2024), enquanto os recebíveis de atacado, são responsáveis por 10,7% (13,3% em 31 de dezembro de 2024). Todas as vendas do Grupo nas lojas ou na plataforma digital são efetuadas por meio de cartão de crédito ou pagamento à vista, via boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado. O Grupo registra provisão para perda do valor recuperável de ativos financeiros somente para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com o Grupo (não há risco de perda) e *rating* de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente, o Grupo não tem apresentado perdas na realização do contas a receber. Devido à característica de seu negócio, o Grupo não possui níveis diferenciados de risco de crédito do contas a receber de varejo por região ou perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito. A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2025 e 2024 é demonstrada na Nota 6. Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda. No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos (Nota 5)	93	30	16.825	35.738
Meios de pagamento (Nota 5)	–	–	30.781	44.956
Aplicações financeiras (Nota 5)	71.889	40.339	632.363	916.019
Contas a receber (Nota 6)	3.259	6.033	1.814.383	1.605.473
Outros ativos (Nota 10)	52.338	47.835	289.877	186.899
Depósitos judiciais (Nota 13)	–	–	653.239	619.380
Total	**127.579**	**94.237**	**3.437.468**	**3.408.465**

c) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que o Grupo possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem do Grupo no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a obrigações de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2025, os fluxos de caixa esperados provenientes do contas a receber de clientes e outros recebíveis consolidado com vencimento dentro de dois meses é de R$ 1.101.659 (R$ 1.029.369 em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações a curto prazo	(3.738.781)	(3.222.231)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	679.969	996.713
Contas a receber (Nota 6)	1.814.383	1.605.473
Instrumentos financeiros derivativos - ativo (Nota 8)	1.395	165.816
Total	**(1.243.034)**	**(454.229)**
Patrimônio líquido	**3.060.785**	**3.012.344**
Índice de endividamento líquido	**41%**	**15%**

Exposição ao risco de liquidez: A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação. O Grupo acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis de cartão de crédito podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas à vista por meio de venda da carteira de recebíveis. A maior parte dos empréstimos, financiamentos e debêntures estão no longo prazo, com 68,2% do saldo consolidado a ser liquidado a partir de 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 1,43% anual.

31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 18)	1.328.562	1.412.886	1.056.522	356.364	–	–	–
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	84.325	84.325	55.654	28.671	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	184.322	220.237	16.636	77.651	84.233	41.717	–
Debêntures (Nota 19)	1.173.623	1.522.027	51.269	413.493	412.026	645.239	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	1.579.892	2.360.100	100.052	301.324	649.968	497.746	811.010
Impostos parcelados (Nota 21)	244.987	244.987	31.564	40.154	32.121	90.177	50.971
Outras contas a pagar (Nota 25)	280.754	270.299	258.221	–	12.078	–	–
Total	**4.876.465**	**6.114.861**	**1.569.918**	**1.217.657**	**1.190.426**	**1.274.879**	**861.981**

31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 18)	1.095.552	1.095.552	871.781	223.771	–	–	–
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	52.217	52.217	19.021	33.196	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	172.790	212.192	12.364	56.163	61.801	81.864	–
Debêntures (Nota 19)	1.119.578	1.304.427	57.096	452.316	458.758	336.257	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	1.624.942	2.240.398	53.625	277.997	632.393	501.307	775.076
Impostos parcelados (Nota 21)	241.963	241.963	8.339	38.107	39.719	84.948	70.850
Outras contas a pagar (Nota 25)	219.936	219.936	209.481	–	10.455	–	–
Total	**4.526.978**	**5.366.685**	**1.231.707**	**1.081.550**	**1.203.126**	**1.004.376**	**845.926**

Os fluxos de saídas divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta. **4.2.2 Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A gestão de capital ocorre considerando os montantes consolidadas do Grupo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	184.322	172.790
Debêntures (Nota 19)	1.173.623	1.119.578
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(679.969)	(996.713)
Dívida líquida	**677.976**	**295.655**
Total do patrimônio líquido	3.060.785	3.012.344
Capital total	**3.738.761**	**3.307.999**
Índice de alavancagem financeira	**18%**	**9%**

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentou capital circulante líquido consolidado de R$ 1.331.086 (R$ 1.652.323 em 31 de dezembro de 2024) e lucro antes dos impostos consolidado de R$ 291.181 (R$ 548.069 em 31 de dezembro de 2024). **Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3** - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Valor justo versus valor contábil - Consolidado:** Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos. O Grupo possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco. A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial do Grupo, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo entre 31 de dezembro de 2025 e 2024:

		Consolidado		
		31/12/2025		
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 5)	–	16.825	–	16.825
Meios de pagamento (Nota 5)	–	30.781	–	30.781
Aplicações financeiras (Nota 5)	Nível 2	632.363	632.363	–
Contas a receber (Nota 6)	–	1.814.383	–	1.814.383
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	Nível 2	1.395	1.395	–
Depósitos judiciais (Nota 13)	–	653.237	–	653.237
Total		**3.148.984**	**633.758**	**2.515.226**
Passivos				
Fornecedores (Nota 18)	–	1.328.562	–	1.328.562
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	–	84.325	–	84.325
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	–	184.322	–	184.322
Debêntures (Nota 19)	–	1.173.623	–	1.173.623
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	Nível 2	131.878	131.878	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	–	1.579.892	–	1.579.892
Impostos parcelados (Nota 21)	–	244.987	–	244.987
Total		**4.727.589**	**131.878**	**4.595.711**

		Consolidado		
		31/12/2024		
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 5)	–	35.738	–	35.738
Meios de pagamento (Nota 5)	–	44.956	–	44.956
Aplicações financeiras (Nota 5)	Nível 2	916.019	916.019	–
Contas a receber (Nota 6)	–	1.605.473	–	1.605.473
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	Nível 2	165.816	165.816	–
Depósitos judiciais (Nota 13)	–	619.380	–	619.380
Total		**3.387.382**	**1.081.835**	**2.305.547**
Passivos				
Fornecedores (Nota 18)	–	1.095.552	–	1.095.552
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	–	52.217	–	52.217
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	–	172.790	–	172.790
Debêntures (Nota 19)	–	1.119.578	–	1.119.578
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	Nível 2	573	573	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	–	1.624.942	–	1.624.942
Impostos parcelados (Nota 21)	–	241.963	–	241.963
Total		**4.307.615**	**573**	**4.307.042**

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1 Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, os meios de pagamentos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - "CDB" remunerados por taxas que variam aproximadamente em 95,18% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - "CDI" para aplicações diárias (97,01% em 31 de dezembro de 2024). **5.2 Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	–	–	7.833	7.148
Bancos	93	30	8.992	28.590
Meios de pagamento (a)	–	–	30.781	44.956
Aplicações financeiras	71.889	40.339	632.363	916.019
Total	**71.982**	**40.369**	**679.969**	**996.713**

(a) Meios de pagamento referem-se às carteiras digitais utilizadas em transações financeiras eletrônicas para recebimento de recursos nas operações de vendas de mercadorias que possuem liquidez imediata.

6. CONTAS A RECEBER

6.1 Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas esperadas do contas a receber. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **6.2 Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Administradora de cartão de crédito (a)	–	–	1.621.764	1.392.790
Contas a receber - atacado	–	–	149.596	179.516
Contas a receber - marketplace (b)	–	–	44.822	33.304
Subtotal	**–**	**–**	**1.816.182**	**1.605.610**
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 24)	3.259	6.033	–	–
Subtotal	**3.259**	**6.033**	**1.816.182**	**1.605.610**
Provisão para perda esperada do contas a receber	–	–	(1.799)	(137)
Total	**3.259**	**6.033**	**1.814.383**	**1.605.473**

(a) Refere-se ao saldo a receber de administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões. (b) Refere-se ao saldo a receber pelas vendas por meio de plataformas digitais de terceiros. As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda de crédito esperada das vendas ao atacado:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial em 1° de janeiro	**(137)**	**(872)**
Constituição	(4.353)	(1.720)
Reversão	934	2.331
Perda efetiva	1.757	124
Saldo final	**(1.799)**	**(137)**

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2025	(%) Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Recebíveis de atacado/serviços	194.418	0,93%	(1.799)	Não
Recebíveis de varejo	1.621.764	0,00%	–	Não
Total	**1.816.182**		**(1.799)**	

	Saldo contábil bruto 31/12/2024	(%) Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Recebíveis de atacado	212.820	0,06%	(137)	Não
Recebíveis de varejo	1.392.790	0,00%	–	Não
Total	**1.605.610**		**(137)**	

A seguir apresentamos o aging list, líquido da provisão para perda esperada do contas a receber:

Aging	31/12/2025	31/12/2024
Vencidos acima de 120 dias	1.522	2.455
Vencidos de 91 a 120 dias	266	189
Vencidos de 61 a 90 dias	1.628	337
Vencidos de 31 a 60 dias	3.435	764
Vencidos até 30 dias	5.881	1.943
A vencer até 30 dias	743.581	689.048
A vencer de 31 a 60 dias	358.078	340.321
A vencer de 61 a 90 dias	266.892	211.279
A vencer de 91 a 120 dias	143.820	118.478
A vencer de 121 a 180 dias	159.369	123.881
A vencer de 181 a 365 dias	131.710	116.915
Total	**1.816.182**	**1.605.610**

continua →★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

Demonstrações Financeiras 2025

GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.

CNPJ 13.217.485/0001-11

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

7. ESTOQUES - CONSOLIDADO

7.1 Política contábil: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda. O ajuste ao valor realizável dos estoques do Grupo é constituído por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas. **7.2 Composição:**

	31/12/2025	31/12/2024
Mercadoria de revenda (lojas)	684.617	483.803
Mercadoria de revenda (centros de distribuição)	1.022.867	975.344
Importação em andamento	331.530	216.645
Almoxarifado	14.071	14.670
Subtotal	**2.053.085**	**1.690.462**
Ajuste ao valor realizável dos estoques	(22.098)	(24.526)
Total	**2.030.987**	**1.665.936**

Movimentação da perda no valor realizável do estoque:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	**(24.526)**	**(20.686)**
Adição	(39.376)	(51.953)
Perdas efetivas nos estoques	41.804	48.113
Saldo final	**(22.098)**	**(24.526)**

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

8.1 Política contábil: A contratação e operação de *hedge* do Grupo está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (*hedge*). As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 4. **8.2 Composição:**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contratos de câmbio utilizados para derivativos - Ativo	1.395	165.816
Contratos de câmbio utilizados para derivativos - Passivo	(131.878)	(573)
Total	**(130.483)**	**165.243**

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de proteção e não como investimentos especulativos.

9. TRIBUTOS A COMPENSAR - CONSOLIDADO

	31/12/2025	31/12/2024
ICMS (a)	328.098	237.854
PIS (b)	32.250	21.029
COFINS (b)	148.609	96.997
IRRF	31.796	28.996
INSS	9.331	8.850
Outros	1.538	172
Total	**551.622**	**393.898**
Circulante	**329.866**	**264.496**
Não circulante	**221.756**	**129.402**

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes e por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros. (b) Em dezembro de 2025, os créditos de PIS e de COFINS, anteriormente utilizados na compensação não homologada de débitos de contribuição previdenciária patronal - INSS, foram reconstituídos após a adesão ao Programa de Transação Integral ("PTI"), nos termos da Portaria PGFN/MF nº 721/2025 (Nota 22). Em 31 de dezembro de 2025 o saldo consolidado dos créditos a serem compensados era de R$ 328.908, sendo que o saldo de créditos a ser utilizado em até 12 meses era de R$ 125.286 da sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

	Utilização
Até 12 meses	125.286
Acima de 12 meses	202.812
Total	**328.098**

Reforma tributária sobre o consumo: O Grupo monitora continuamente os impactos da Reforma tributária sobre o consumo e seus reflexos nas demonstrações financeiras. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo avaliou a recuperabilidade e prazo de recuperação dos tributos sobre o consumo, considerando o cronograma de transição e a extinção gradual desses tributos, e concluiu que não há impactos relevantes.

10. OUTROS ATIVOS - CONSOLIDADO

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Marketing a apropriar	119.045	86.646
Contencioso indenizável	45.090	40.586
Despesas antecipadas (a)	88.260	29.172
Outros valores a receber	11.120	4.595
Prêmios de seguros a apropriar	11.880	13.602
Bônus de subscrição One Fan (b)	7.250	7.250
Adiantamento para fornecedores	4.964	3.493
Adiantamento para colaboradores	2.268	1.555
Total	**289.877**	**186.899**
Circulante	**179.861**	**140.072**
Não circulante	**110.016**	**46.827**

(a) Em 2025, refere-se substancialmente à despesa antecipada por renovação de contrato de patrocínio com clube de futebol, no montante de R$ 50 milhões. (b) Como evento subsequente à emissão dessas demonstrações financeiras (Nota 35), o período de exercício do bônus de subscrição foi prorrogado para 16 de dezembro de 2026.

11. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Em 2025, o Grupo avaliou a venda de suas controladas Network e Acelerados e da coligada X3M como altamente prováveis e, por este motivo, classificou a participação nas referidas controladas e coligada como Ativos mantidos para venda. Ainda em 2025, foi realizado o desinvestimento nas operações da Network, e indiretamente da Acelerados, e da X3M. Demonstramos nos quadros abaixo a movimentação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	Controladora 31/12/2025
Movimento dos saldos ativos:	
Investimento - Network	791
Ágio e mais-valia - Network	50.843
Adiantamento para futuro aumento de capital - Network	9.791
Reclassificação para ativos mantidos para venda	**61.425**
Venda da participação:	
Redução do valor recuperável do ativo mantido para venda - Network (a)	(36.425)
Contraprestação pela venda da participação - Network	(25.000)
Total	–

	Consolidado 31/12/2025
Movimento dos saldos ativos:	
Patrimônio líquido não consolidado - Network	10.582
Ágio e mais-valia - Network	50.843
Investimento - X3M	751
Ágio e mais-valia - X3M	2.814
Reclassificação para ativos mantidos para venda	**64.990**
Venda da participação:	
Redução do valor recuperável do investimento - Network (a)	(36.425)
Redução do valor recuperável do investimento - X3M (a)	(3.565)
Contraprestação pela venda da participação - Network	(25.000)
Total	–

(a) Em 31 de dezembro de 2025, a perda pela redução do valor recuperável dos ativos mantidos para venda, no montante de R$ 36.425 na controladora (R$ 39.990 nos saldos consolidados) está registrada na rubrica "Outras (perdas) ganhos, líquidos" no resultado.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO

12.1 Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades do Grupo que geram lucro tributável (prejuízo fiscal). A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 13. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. **12.2 Composição:** O saldo de impostos diferidos possui a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	520.171	447.177	–	–	520.171	447.177
Provisões gerais e contingências	95.608	94.916	(13.022)	(11.256)	82.586	83.660
Provisão para estoques	9.053	9.781	–	–	9.053	9.781
Provisão de bônus	28.115	37.995	–	–	28.115	37.995
Depreciação/arrendamento	294.169	342.813	(226.893)	(218.059)	67.276	124.754
Mais-valia FitDance	–	–	(439)	(790)	(439)	(790)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS) (a)	–	–	(82.237)	(93.660)	(82.237)	(93.660)
Diferido sobre *hedge* de fluxo de caixa	12.460	–	–	(35.339)	12.460	(35.339)
Lucro nos estoques	191.237	113.132	–	–	191.237	113.132
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	**1.150.813**	**1.045.814**	**(322.591)**	**(359.104)**	**828.222**	**686.710**
Montante passível de compensação	**(309.130)**	**(347.058)**	**309.130**	**347.058**	–	–
Imposto líquido (ativos) passivos	**841.683**	**698.756**	**(13.461)**	**(12.046)**	**828.222**	**686.710**

As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 13. (a) Em 2023 foi proferida decisão judicial em favor do Grupo reconhecendo que a incidência do IRPJ e CSLL sobre créditos tributários só ocorre no momento da homologação da compensação e não do registro contábil do crédito. Diante disso, em 2023, o Grupo reconheceu um crédito de impostos a recuperar no montante de R$ 90.906, decorrente da tributação indevida pelo IRPJ e CSLL, por ter oferecido antecipadamente à tributação, o valor das compensações realizadas com os créditos decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, apropriados em 2019. Em contrapartida ao crédito tributário reconhecido, o Grupo reconheceu um passivo fiscal diferido no montante de R$ 93.660, decorrente da expectativa de recolhimento do IRPJ e CSLL quando ocorrer a homologação das compensações realizadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram homologadas compensações no valor de R$ 11.423, resultando na reversão do passivo fiscal diferido anteriormente constituído. **Principais premissas utilizadas na projeção de resultados para uso do ativo fiscal diferido:** As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo: **Prazo de realização dos impostos diferidos ativos:** O Grupo preparou um estudo técnico para suportar a realização dos impostos diferidos nos próximos 10 anos, o qual é revisado anualmente. O estudo preparado pelo Grupo, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no período, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para o Grupo. As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual. De acordo com a política contábil adotada, o Grupo reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que se espera que estejam disponíveis nos próximos 10 anos. No estudo preparado pelo Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram considerados os impactos da Reforma tributária sobre o consumo para os exercícios iniciados após 2033. A previsão de realização dos impostos diferidos ativos consolidados está representada abaixo:

Ano	SBF Com Controladora	Fisia	Demais empresas	31/12/2025
2026	3.600	–	4.138	7.738
2027	5.889	4.682	2.720	13.291
2028	8.922	8.225	2.854	20.001
2029	15.066	14.546	3.329	32.941
2030	31.831	27.438	4.244	63.513
2031	30.049	29.422	4.406	63.877
2032	39.548	39.970	5.003	84.521
2033	89.349	77.864	9.744	176.957
2034	65.007	97.396	–	162.403
2035 (a)	–	25.205	191.236	216.441
Total	**289.261**	**324.748**	**227.674**	**841.683**

(a) Refere-se substancialmente a diferença temporária de lucro nos estoques atrelado às transações de compra e venda de mercadorias intercompany. Tendo em vista que essa diferença temporária é perene, isto é, enquanto durar as operações, apresentamos a realização ao final do 10º ano. **Taxa de crescimento da receita:** Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio anual (CAGR) de 8,7%. **Ganho de margem:** Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas do Grupo, tanto de vendas como administrativas. **Análise de sensibilidade das premissas:** O valor previsto de lucro tributável para os próximos 10 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R$ 841.683. O Grupo efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 16,8% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado. **Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois, não é possível estimar com razoável segurança os lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização desse benefício a partir do 10º ano.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	589.384	200.391	919.435	312.608
Total ativos fiscais diferidos não reconhecidos	**589.384**	**200.391**	**919.435**	**312.608**

As informações no nível das controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas abaixo:

	31/12/2025		31/12/2024	
Empresa	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário
Grupo SBF S.A (Controladora)	163.315	55.527	192.203	65.349
SBF Comércio	217.722	74.026	453.403	154.157
Fisia	–	–	71.738	24.391
Demais empresas (*)	208.347	70.838	202.091	68.711
Total consolidado	**589.384**	**200.391**	**919.435**	**312.608**

(*) Contempladas as empresas Lione, FitDance, VBLOG e Premier.

Movimento das diferenças temporárias: A movimentação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido está descrita a seguir:

	Saldo em 01/01/2025	Reconhecidos no resultado	Mais - valia	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2025
Prejuízo fiscal e base negativa	447.177	72.994	–	–	520.171
Provisões gerais e contingências	83.660	(1.074)	–	–	82.586
Provisão para estoques	9.781	(728)	–	–	9.053
Provisão de bônus	37.995	(9.880)	–	–	28.115
Depreciação/arrendamento	124.754	(57.478)	–	–	67.276
Mais valia FitDance	(790)	–	351	–	(439)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS)	(93.660)	11.423	–	–	(82.237)
Diferido sobre *hedge* de fluxo de caixa	(35.339)	–	–	47.799	12.460
Lucro nos estoques	113.132	78.105	–	–	191.237
Imposto líquido ativo (passivo)	**686.710**	**93.362**	**351**	**47.799**	**828.222**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos impostos	**328.062**	**536.252**	**291.181**	**548.069**
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	**(111.541)**	**(182.326)**	**(99.002)**	**(186.343)**
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	102	20	(5.598)	34.645
Incentivo fiscal exercício corrente	–	–	160.020	116.886
Receitas não tributáveis	–	–	7.972	17.584
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	130.152	186.566	326	175
Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos e diferenças temporárias	(18.713)	(4.254)	(50.508)	(39.436)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias de anos anteriores reconhecidos no ano corrente	–	–	25.768	44.244
Efeito IR sobre gratificação aos administradores e royalties	–	–	(6.505)	(525)
Outros	–	(2)	4.316	535
Imposto de renda e contribuição social	–	**4**	**36.789**	**(12.235)**
Corrente	–	–	(56.573)	(6.666)
Diferido	–	4	93.362	(5.569)
Alíquota efetiva	**0%**	**0%**	**13%**	**-2%**

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS - CONSOLIDADO

13.1 Política contábil: Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais representam ativos restritos do Grupo e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. **Provisões para riscos administrativos e judiciais:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **13.2 Composição: Depósitos judiciais:** As movimentações de depósitos judiciais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2025
Depósitos judiciais (a)	496.625	90.223	(84.542)	(11.866)	490.440
Depósitos judiciais - Rendimentos	122.012	72.983	(32.802)	(194)	161.999
Bloqueio judicial - Trabalhista	743	225	(153)	(15)	800
Total	**619.380**	**163.431**	**(117.497)**	**(12.075)**	**653.239**

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Depósitos judiciais (a)	328.386	180.152	(4.023)	(7.890)	496.625
Depósitos judiciais - Rendimentos	79.946	44.555	(2.482)	(7)	122.012
Bloqueio judicial - Trabalhista	2.980	307	(2.522)	(22)	743
Total	**411.312**	**225.014**	**(9.027)**	**(7.919)**	**619.380**

(a) Durante o exercício de 2022, foram iniciadas as discussões relacionadas à aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, 'b' e 'c' da CF/88, para cobrança do Diferencial de Alíquotas do ICMS ("DIFAL"). Para os períodos de 2023 à 2025, o Grupo realizou depósitos judiciais diante da possibilidade de discussão quanto à inexistência de legislação estadual anterior à Lei Federal para instituição do DIFAL. Ainda, nos termos do art. 166 do Código Tributário Nacional ("CTN"), para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, foram realizados depósitos judiciais para alguns períodos e estados, conforme estratégia adotada pelo Grupo. Em outubro de 2025, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Tema nº 1266, afastando a cobrança do DIFAL referente ao ano de 2022 para empresas que judicializaram a discussão e não realizaram depósitos judiciais para o período de abril a dezembro de 2022. Como estratégia jurídica, durante o referido período, o Grupo realizou o recolhimento do DIFAL através de depósitos judiciais e, especificamente para o Estado de São Paulo, a discussão judicial foi encerrada antes da conclusão do julgamento pelo STF, resultando na baixa dos valores depositados em favor da Fazenda Estadual. **Provisões para riscos administrativos e judiciais:** As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2025
Cível/Consumidor (a)	25.772	21.374	(21.148)	(12.137)	13.861
Trabalhistas (b)	21.686	18.340	(9.481)	(3.467)	27.078
Tributário (c)	153.914	28.915	(2.270)	(14.731)	165.828
Total	**201.372**	**68.629**	**(32.899)**	**(30.335)**	**206.767**

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Cível/Consumidor (a)	5.149	40.706	(17.303)	(2.780)	25.772
Trabalhistas (b)	26.046	13.077	(11.984)	(5.453)	21.686
Tributário (c)	574.012	58.456	(35.738)	(442.816)	153.914
Total	**605.207**	**112.239**	**(65.025)**	**(451.049)**	**201.372**

(a) Processos de natureza cível/consumidor: São processos que envolvem as relações cíveis de consumo das lojas físicas e plataformas digitais. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, discussões cíveis e de fins comerciais, entre outros. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui R$ 13.861 (R$ 25.772 em 31 de dezembro de 2024) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor e cível provisionado, sendo que o montante não provisionado se refere aos valores com chances de perda possível de R$ 74.948 (R$ 49.502 em 31 de dezembro de 2024) baseado em precedentes e/ou jurisprudências e a opinião dos assessores jurídicos do Grupo. **(b) Processos de natureza trabalhista:** Trata-se de demandas ajuizadas por prestadores de serviços e/ou ex-colaboradores, pleiteando diferenças de verbas rescisórias, jornada de trabalho, entre outros. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui R$ 27.078 (R$ 21.686 em 31 de dezembro de 2024) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado se refere aos valores com chances de perda possível de R$ 127.763 (R$ 91.557 em 31 de dezembro de 2024) baseado em precedentes e/ou jurisprudências. **(c) Processos de natureza tributária:** Em 31 de dezembro de 2025, o total de débitos tributários, classificados como perda provável perfaz o montante de R$ 165.828 (R$ 153.914 em 31 de dezembro de 2024). Os valores envolvem a cobrança de ICMS pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo, na qual se discute a transferência de saldo credor entre estabelecimentos, além de discussões que envolvem ICMS Substituição Tributária, créditos de ICMS nos Estados da Bahia e Rio de Janeiro, Diferencial de Alíquota em alguns Estados, discussão de IOF e multa punitiva federal e discussões acerca de desoneração de verbas previdenciárias. **Adesão ao programa de parcelamento de impostos:** No segundo trimestre de 2024, o Grupo, através de suas controladas, aderiu ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/202, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital n° 01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado. A transação teve como objeto a regularização voluntária pelo contribuinte de débitos de ICMS que estavam em discussão com o Estado de São Paulo. O acordo firmado proporcionou descontos sobre as multas e juros, bem como o pagamento em até 120 parcelas atualizáveis pela SELIC. Os principais benefícios publicados no Edital foram: (i) desconto de 100% dos juros incorridos e (ii) desconto de 50% da soma do principal e multa, limitado ao valor do principal. A análise para inclusão de quais débitos foram regularizados foi feita de forma individualizada de cada débito e a ponderação do prognóstico de êxito com os assessores externos. Os impactos contábeis dessa transação foram mensurados pelo Grupo e estão evidenciados nos saldos comparativos, conforme nota impostos parcelados (Nota 21), despesas por natureza (Nota 31) e resultado financeiro - juros sobre contencioso (Nota 32). **Passivos contingentes com possibilidade de perdas possível: Processos federais:** Os processos federais em que o Grupo figura no polo passivo, estão classificados como perda possível no montante de R$ 1.169.380 (R$ 1.005.504 em 31 de dezembro de 2024), conforme avaliação dos assessores jurídicos do Grupo, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

Imposto	31/12/2025	31/12/2024
FGTS (a)	113.626	105.359
PIS/COFINS/IRPJ e CSLL (b)	204.750	172.368
IRPJ e CSLL (c)	70.660	65.955
PIS/COFINS (d)	414.042	330.106
IOF	5.131	4.772
INSS (e)	335.031	294.052
Outros (f)	26.140	32.892
Total	**1.169.380**	**1.005.504**

(a) FGTS - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho de 2004 a 2017 no montante de R$ 113.626 (R$ 105.359 em 31 de dezembro de 2024). **(b) PIS, COFINS, IRPJ e CSLL -** Existem discussões no montante de R$ 45.805 (R$ 43.272 em 31 de dezembro de 2024) por declarações retificadas e ainda não homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB) e R$ 158.474 (R$ 127.431 em 31 de dezembro de 2024) por débitos incluídos no programa especial de regularização. Discute-se, ainda, o montante de R$ 471 referente à multa agravada e aproveitamento de créditos (R$ 1.665 em 31 de dezembro de 2024) referente à multa agravada. **(c) IRPJ e CSLL -** O Grupo possui discussões no montante de R$ 68.082 (R$ 63.417 em 31 de dezembro de 2024) sendo que os valores mais relevantes estão relacionados a eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes de falta de consideração na base de cálculo, discussões referentes à cobrança de débitos vinculados à parcelamento especial, entre outros. Além de discussões no montante de R$ 2.578 (R$ 2.538 em 31 de dezembro de 2024) acerca do pagamento de IRRF, cujas compensações não foram homologadas. **(d) PIS/COFINS -** Discute-se o montante de R$ 95.462 (R$ 50.498 em 31 de dezembro de 2024) acerca de compensações não homologadas referentes aos períodos entre 2008, 2012 e 2017, 2021 e 2024 em razão de supostas inconsistências nas declarações e R$ 263.645 (R$ 235.905 em 31 de dezembro de 2024) referente a discussão de tese da ação rescisória contra ação de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS. Além disso, há a discussão de R$ 54.935 (R$ 43.703 em 31 de dezembro de 2024) referente ao aproveitamento de créditos. Ainda, em relação à operação das controladas do Grupo SBF, SBF Comércio e FISIA, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, o Grupo avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R$ 44.788 (R$ 96.381 em 31 de dezembro de 2024) (reconhecido em outras receitas e despesas operacionais). **(e) INSS -** Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária e contribuição do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, no montante de R$ 3.170 (R$ 3.447 em 31 de dezembro de 2024). Discute-se, ainda, o montante de R$ 284.001 (R$ 245.722 em 31 de dezembro de 2024), referentes às compensações não homologadas e multa agravada, relativos a verbas previdenciárias de 2013 a 2023. Além disso, há discussão no montante de R$ 5.388 (R$ 5.077 em dezembro de 2024) acerca de desoneração de verbas remuneratórias. Por fim, há uma discussão referente à cobrança de débitos vinculados à parcelamento especial, no valor de R$ 42.472 (R$ 39.806 em dezembro de 2024). **(f) Outros -** Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedidos de compensação, cobrança de IPI, entre outras discussões, que perfazem o montante de R$ 26.140 (R$ 32.892 em 31 de dezembro de 2024). **Processos estaduais:** O Grupo é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração do Grupo decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados. Além dos valores já provisionados com prognóstico de perda provável, em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui 74,1 % (65% em 31 de dezembro de 2024) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Trata-se de processos de cobrança de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R$ 567.015 (R$ 385.821 em 31 de dezembro de 2024), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis. Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pelo Grupo considerada como indevida pelas fazendas estaduais ou entidade fiscal estadual. Os processos estaduais classificados com perda possível também foram impactados pelo programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/2023, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital n° 01/2024, aderido pelo Grupo, que concedeu descontos nos pagamentos das dívidas de ICMS inscritas em dívida ativa. **Processos municipais:** O Grupo possui, ainda, processos municipais, que somam, em 31 de dezembro de 2025, o montante de R$ 5.045 (R$ 5.970 em 31 de dezembro de 2024), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema - MG para os períodos de 2014 a 2016. **Contingências restituíveis:** Existem no contrato de aquisição entre o Grupo e a controlada indireta Fisia, contingências trabalhistas, tributárias e cíveis classificadas como perda possível, conforme análise dos assessores jurídicos do Grupo, as quais são restituíveis, caso venha a ter desembolso de caixa para esses processos. Sendo assim, nos termos do CPC 15 - Combinação de negócios, estas contingências devem ser provisionadas para fins de alocação de preço assumidas pelo Grupo em decorrência do contrato de aquisição da operação Fisia, totalizando um valor original de R$ 33.360 que será mantida até a sua resolução na empresa controlada. Essas contingências são passíveis de indenização integral do saldo por parte da Nike Inc. e, portanto, há o registro de ativo indenizatório apresentado na rubrica de "outros valores a receber" de igual valor. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de contingências restituíveis é de R$ 43.761 (R$ 39.254 em 31 de dezembro de 2024). Tais contingências foram mensuradas de maneira que representem o maior valor entre o montante pelo qual esse passivo seria reconhecido, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e o montante pelo qual o passivo foi inicialmente reconhecido.

14. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

14.1 Política contábil: (i) Controladas: Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **(ii) Transações com participações de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". **(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. O investimento do Grupo em entidade contabilizada pelo método da equivalência patrimonial compreende sua participação em coligada. **(iv) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre partes relacionadas intergrupo, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intergrupo, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(v) Descrição dos principais procedimentos de consolidação:** - Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; - Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada; -Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e - Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. **14.2 Composição:**

	31/12/2025	31/12/2024
SBF Comércio	3.010.634	2.843.750
Premier	32.670	16.026
VBLOG	21.461	19.827
Network	–	62.624
Total	**3.064.765**	**2.942.227**

Controladas	Participação no patrimônio líquido	Ágio gerado na aquisição/ mais-valia	Transferência para ativo mantido para venda (a)	Saldo em 31/12/2025
SBF Comércio	3.010.634	–	–	3.010.634
Premier	32.670	–	–	32.670
VBLOG	21.461	–	–	21.461
Network (a)	791	50.843	(51.634)	–
Total	**3.065.556**	**50.843**	**(51.634)**	**3.064.765**

(a) Em 2025, o Grupo realizou o desinvestimento nas operações da Network (Nota 11).

Apresentamos a seguir a movimentação dos investimentos em controladas.

		31/12/2025								
Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo intercompany	Transferência para ativo mantido para venda (a)	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Prejuízo intercompany	Equivalência
SBF Comércio	100%	7.268.667	3.812.665	3.456.002	(445.368)	–	3.010.634	642.305	(265.939)	376.366
Premier	100%	709.607	676.937	32.670	–	–	32.670	16.644	–	16.644
VBLOG	100%	68.749	47.288	21.461	–	–	21.461	1.634	–	1.634
Network (a)	100%	15.608	14.817	791	–	(791)	–	(9.708)	–	(9.708)
Total		**8.062.631**	**4.551.707**	**3.510.924**	**(445.368)**	**(791)**	**3.064.765**	**650.875**	**(265.939)**	**384.936**

Movimento	Saldo em 01/01/2025	Outros resultados abrangentes	Contribuição de capital	Recompra de ações - Grupo SBF (b)	Distribuição de dividendos	Amortização PPA (*)	Equivalência (*)	Transferência para ativo mantido para venda (a)	Saldo em 31/12/2025
SBF Comércio	2.843.750	(92.787)	(114)	39.173	(155.754)	–	376.366	–	3.010.634
Premier	16.026	–	–	–	–	–	16.644	–	32.670
VBLOG	19.827	–	–	–	–	–	1.634	–	21.461
Network	62.624	–	–	–	–	(1.282)	(9.708)	(51.634)	–
Total	**2.942.227**	**(92.787)**	**(114)**	**39.173**	**(155.754)**	**(1.282)**	**384.936**	**(51.634)**	**3.064.765**

(b) Refere-se ao Programa de Recompra de Ações Grupo SBF, conforme Nota 27 (g).

		31/12/2024							
Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro intercompany	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Lucro intercompany	Equivalência
SBF Comércio	100%	6.711.166	3.648.815	3.062.351	(179.428)	2.882.923	522.755	27.385	550.140
VBLOG	100%	61.071	41.244	19.827	–	19.827	2.421	1.776	4.197
Premier	100%	169.574	153.548	16.026	–	16.026	9.744	–	9.744
Network	100%	16.990	6.491	10.499	–	10.499	(13.650)	–	(13.650)
Total		**6.958.801**	**3.850.098**	**3.108.703**	**(179.428)**	**2.929.275**	**521.270**	**29.161**	**550.431**

Movimento	Saldo em 01/01/2024	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Contribuição de capital	Recompra de ações - Grupo SBF (a)	Distribuição de dividendos	Amortização PPA (*)	Equivalência (*)	Saldo em 31/12/2024
SBF Comércio	2.349.640	–	95.557	11.740	(39.173)	(124.154)	–	550.140	2.843.750
VBLOG	15.630	–	–	–	–	–	–	4.197	19.827
Premier	6.282	–	–	–	–	–	–	9.744	16.026
Network	61.796	16.188	–	–	–	–	(1.710)	(13.650)	62.624
Total	**2.433.348**	**16.188**	**95.557**	**11.740**	**(39.173)**	**(124.154)**	**(1.710)**	**550.431**	**2.942.227**

(*) A rubrica "Resultado de equivalência patrimonial" no resultado do período é igual ao somatório dos saldos de "Amortização PPA" e "Equivalência" apresentados nos quadros acima.

continua →★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

Demonstrações Financeiras 2025

GRUPO SBF S.A.

CNPJ 13.217.485/0001-11

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

15. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

15.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas são as seguintes para o exercício:

Aeronaves	20 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Impairment:** Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC - Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs, considerados pelo Grupo como os pontos de venda (lojas físicas e plataforma digital). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam indicadores de perda no valor recuperável dos seus ativos.

15.2 Composição:

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Computadores e periféricos	20	254.716	(196.009)	58.707	63.328
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	108.479	(53.697)	54.782	35.106
Móveis e utensílios	8	379.275	(181.140)	198.135	166.982
Veículos	20	2.575	(2.575)	–	–
Aeronave (a)	5	68.226	(1.421)	66.805	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	1.108.091	(659.164)	448.927	383.498
Imobilizado em andamento	–	–	–	–	1.004
Total		**1.921.362**	**(1.094.006)**	**827.356**	**649.918**

(a) O Grupo, através da sua controlada SBF Comércio, adquiriu uma aeronave no valor de R$ 68.226. O investimento busca viabilizar e garantir maior eficiência nas visitas à operação pelos executivos. As movimentações do imobilizado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Transferência para ativo disponível para venda	Saldo em 31/12/2025
Computadores e periféricos	238.020	307	(2.409)	20.122	(1.324)	254.716
Máquinas, equipamentos e ferramentas	85.411	208	(2.080)	25.959	(1.019)	108.479
Móveis e utensílios	328.421	–	(2.750)	53.976	(372)	379.275
Veículos	2.575	–	–	–	–	2.575
Aeronave	–	–	–	68.226	–	68.226
Benfeitorias em imóveis de terceiros	991.648	–	(10.094)	126.925	(388)	1.108.091
Imobilizado em andamento	1.004	294.204	–	(295.208)	–	–
Custo do imobilizado	**1.647.079**	**294.719**	**(17.333)**	**–**	**(3.103)**	**1.921.362**
Computadores e periféricos	(174.692)	(23.976)	1.508	–	1.151	(196.009)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(50.305)	(4.382)	446	–	544	(53.697)
Móveis e utensílios	(161.439)	(21.340)	1.391	–	248	(181.140)
Veículos	(2.575)	–	–	–	–	(2.575)
Aeronave	–	(1.421)	–	–	–	(1.421)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(608.150)	(54.181)	2.898	–	269	(659.164)
Depreciação	**(997.161)**	**(105.300)**	**6.243**	**–**	**2.212**	**(1.094.006)**
Total do imobilizado líquido	**649.918**	**189.419**	**(11.090)**	**–**	**(891)**	**827.356**

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2024
Computadores e periféricos	224.381	173	(9.133)	22.599	238.020
Máquinas, equipamentos e ferramentas	75.324	82	(1.609)	11.614	85.411
Móveis e utensílios	312.589	2	(5.184)	21.014	328.421
Veículos	2.727	–	(152)	–	2.575
Benfeitorias em imóveis de terceiros	935.178	82	(32.174)	88.562	991.648
Imobilizado em andamento	172	144.621	–	(143.789)	1.004
Custo do imobilizado	**1.550.371**	**144.960**	**(48.252)**	**–**	**1.647.079**
.					
Computadores e periféricos	(159.675)	(23.147)	8.130	–	(174.692)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(47.204)	(4.475)	1.374	–	(50.305)
Móveis e utensílios	(145.662)	(20.088)	4.311	–	(161.439)
Veículos	(2.727)	–	152	–	(2.575)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(584.674)	(46.965)	23.489	–	(608.150)
Depreciação	**(939.942)**	**(94.675)**	**37.456**	**–**	**(997.161)**
Total do imobilizado líquido	**610.429**	**50.285**	**(10.796)**	**–**	**649.918**

16. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

16.1 Política contábil: Fundo de comércio: Os ativos intangíveis adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação. **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **Marcas e patentes:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos. **Contrato de distribuição:** O contrato de distribuição refere-se à alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca "Nike", mensurados na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios da controlada Fisia. Com esta aquisição, o Grupo celebrou uma parceria estratégica com a Nike, Inc. ("Nike") e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil, a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos e a varejista exclusiva de lojas físicas Nike, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final por meio de lojas monobrand Nike. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo de distribuição exclusiva. **Carteira de clientes:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. **Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio é testado para impairment anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável. O impairment é determinado para o ágio através da avaliação do valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGC) a que o ágio se refere. Quando o valor recuperável da UGC for menor que seu valor contábil, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável. As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares	5 anos
Marcas e patentes	10 anos
Contrato de distribuição	10 anos
Carteira de clientes	10 anos
Tecnologia	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. **16.2 Composição:**

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de comércio	Conforme contrato	18.254	(15.398)	2.856	4.074
Software	20	676.258	(301.970)	374.288	357.651
Marcas direito e patente	10	2.039	(43)	1.996	6.789
Software em andamento	–	(1)	–	(1)	534
Contrato de distribuição	10	164.821	(83.784)	81.037	97.519
Carteira de clientes	10	2.016	(1.512)	504	1.954
Tecnologia	10	–	–	–	7.164
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	–	6.689	–	6.689	53.541
Total		**870.076**	**(402.707)**	**467.369**	**529.226**

As movimentações do intangível, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Transferência para ativo disponível para venda	Saldo em 31/12/2025
Fundo de comércio	18.254	–	–	–	–	18.254
Software	588.324	1.570	(43.140)	129.504	–	676.258
Marcas direito e patente	7.425	–	–	–	(5.386)	2.039
Software em andamento	534	128.969	–	(129.504)	–	1
Contrato de distribuição	164.821	–	–	–	–	164.821
Carteira de clientes	4.024	–	–	–	(2.008)	2.016
Tecnologia	11.618	–	–	–	(11.618)	–
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (a)	53.541	–	–	–	(46.852)	6.689
Custo do intangível	**848.541**	**130.539**	**(43.140)**	**–**	**(65.865)**	**870.076**
Fundo de comércio	(14.180)	(1.218)	–	–	–	(15.398)
Software	(230.673)	(112.237)	40.940	–	–	(301.970)
Marcas direito e patente	(636)	(222)	–	–	815	(43)
Contrato de distribuição	(67.302)	(16.482)	–	–	–	(83.784)
Carteira de clientes	(2.070)	(592)	–	–	1.150	(1.512)
Tecnologia	(4.454)	(871)	–	–	5.325	–
Amortização	**(319.315)**	**(131.622)**	**40.940**	**–**	**7.290**	**(402.707)**
Total do intangível líquido	**529.226**	**(1.083)**	**(2.200)**	**–**	**(58.574)**	**467.369**

(a) Em 2025, o Grupo realizou o desinvestimento nas operações da Network (Nota 11).

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2024
Fundo de comércio	18.254	–	–	–	18.254
Software	635.451	14.767	(168.121)	106.227	588.324
Marcas direito e patente	7.425	–	–	–	7.425
Software em andamento	82	106.679	–	(106.227)	534
Contrato de distribuição	164.821	–	–	–	164.821
Carteira de clientes	4.024	–	–	–	4.024
Tecnologia	11.618	–	–	–	11.618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	53.541	–	–	–	53.541
Custo do intangível	**895.216**	**121.446**	**(168.121)**	**–**	**848.541**
Fundo de comércio	(12.666)	(1.514)	–	–	(14.180)
Software	(303.092)	(95.497)	167.916	–	(230.673)
Marcas direito e patente	(339)	(297)	–	–	(636)
Contrato de distribuição	(50.820)	(16.482)	–	–	(67.302)
Carteira de clientes	(1.416)	(654)	–	–	(2.070)
Tecnologia	(3.292)	(1.162)	–	–	(4.454)
Amortização	**(371.625)**	**(115.606)**	**167.916**	**–**	**(319.315)**
Total do intangível líquido	**523.591**	**5.840**	**(205)**	**–**	**529.226**

Composição do ágio: O ágio por expectativa de rentabilidade futura é proveniente das aquisições das seguintes empresas:

	31/12/2025	31/12/2024
Network (a)	–	46.852
FitDance	6.689	6.689
Total	**6.689**	**53.541**

(a) Em 2025, o Grupo realizou o desinvestimento nas operações da Network (Nota 11). A Administração concluiu que não possui evidências de que seus ativos não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam indicadores de perda na recuperação do ágio contabilizado.

17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

17.1 Política contábil: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. **Como arrendatário:** O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. **Pagamentos de arrendamentos variáveis:** Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **17.2 Composição:** O Grupo possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 5 e 20 anos e podem ter opção de renovação.

	Quantidade contratos
Centros de distribuição	7
Edifícios administrativos	4
Veículos	82
Lojas	269
Total	**362**

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

	Taxa mensal
1 a 3 anos	1,02%
3 a 6 anos	0,91%
6 a 10 anos	0,88%

Direito de uso: As movimentações do ativo de direito de uso, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

Ativo - direito de uso	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	**1.346.167**	**12.734**	**1.358.901**
(+) Novos contratos e remensuração	191.945	8.357	200.302
(–) Depreciação	(219.700)	(7.024)	(226.724)
(–) Baixas de contratos (a)	(37.612)	(1.088)	(38.700)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.280.800**	**12.979**	**1.293.779**

(a) Substancialmente, refere-se ao encerramento antecipado do contrato de arrendamento de um dos edifícios administrativos da controlada indireta Fisia.

Ativo - direito de uso	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro 2024	**1.340.469**	**4.185**	**1.344.654**
(+) Novos contratos e remensuração	234.074	13.598	247.672
(–) Depreciação	(212.670)	(5.049)	(217.719)
(–) Baixas de contratos	(15.706)	–	(15.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.346.167**	**12.734**	**1.358.901**

Arrendamentos a pagar: As movimentações do passivo de arrendamento, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	**1.612.156**	**12.786**	**1.624.942**
(+) Novos contratos e remensuração	191.945	8.355	200.300
(+) Apropriação juros incorridos	148.768	1.505	150.273
(–) Pagamentos passivos de arrendamentos	(341.521)	(8.084)	(349.605)
(–) Baixas de contratos (a)	(44.923)	(1.095)	(46.018)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.566.425**	**13.467**	**1.579.892**
Circulante	**241.852**	**6.884**	**248.736**
Não circulante	**1.324.573**	**6.583**	**1.331.156**

(a) Substancialmente, refere-se ao encerramento antecipado do contrato de arrendamento de um dos edifícios administrativos da controlada indireta Fisia.

Passivo - arrendamento a pagar	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro 2024	**1.590.465**	**3.419**	**1.593.884**
(+) Novos contratos e remensuração	234.074	13.598	247.672
(+) Apropriação juros incorridos	126.169	380	126.549
(–) Pagamentos passivos de arrendamentos	(317.349)	(4.611)	(321.960)
(–) Descontos obtidos	(1.719)	–	(1.719)
(–) Baixas de contratos	(19.484)	–	(19.484)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.612.156**	**12.786**	**1.624.942**
Circulante	**240.433**	**4.420**	**244.853**
Não circulante	**1.371.723**	**8.366**	**1.380.089**

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar: O cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

2025	Imóveis	Veículos	Total
Até 1 ano	241.852	6.884	248.736
Entre 1 e 5 anos	878.209	6.583	884.792
Mais de 5 anos	446.364	–	446.364
Grupo como arrendatário	**1.566.425**	**13.467**	**1.579.892**
2024	**Imóveis**	**Veículos**	**Total**
Até 1 ano	240.433	4.420	244.853
Entre 1 e 5 anos	936.677	8.366	945.043
Mais de 5 anos	435.046	–	435.046
Grupo como arrendatário	**1.612.156**	**12.786**	**1.624.942**

Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu o montante consolidado de R$ 98.818 (R$ 95.225 em 31 de dezembro de 2024) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme despesas de ocupação (Nota 31). **Outras considerações:** Em atendimento ao ofício CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

	2025	2026	2027	2028	Após 2028
Arrendamentos a pagar					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	248.736	216.835	194.821	181.570	737.930
Fluxo com projeção de inflação	259.456	225.639	202.225	187.925	763.757
Variação	**4,31%**	**4,06%**	**3,80%**	**3,50%**	**3,50%**
Direito de uso					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.293.779	1.073.751	864.638	685.902	530.741
Fluxo com projeção de inflação	1.349.541	1.117.346	897.495	709.909	549.317
Variação	**4,31%**	**4,06%**	**3,80%**	**3,50%**	**3,50%**
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	150.257	152.645	130.162	108.150	389.257
Fluxo com projeção de inflação	156.733	158.843	135.108	111.935	402.881
Variação	**4,31%**	**4,06%**	**3,80%**	**3,50%**	**3,50%**
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	226.723	220.028	209.113	178.736	685.902
Fluxo com projeção de inflação	236.494	228.961	217.059	184.992	709.909
Variação	**4,31%**	**4,06%**	**3,80%**	**3,50%**	**3,50%**

18. FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE RISCO SACADO - CONSOLIDADO

18.1 Política contábil: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo método do custo amortizado com base na taxa efetiva de juros. O Grupo oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado *(reverse finance operation*) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas do Grupo. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre a instituição financeira e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), o Grupo paga à instituição financeira na data de vencimento o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera significativamente os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta o Grupo com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pelo Grupo. Adicionalmente, os pagamentos realizados pelo Grupo, representados por compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, o Grupo continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. **18.2 Composição:** Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de mercadorias para revenda	1.206.829	984.683
Fornecedores de materiais de consumo	121.733	110.869
Subtotal	**1.328.562**	**1.095.552**
Operações de "risco sacado"	84.325	52.217
Total	**1.412.887**	**1.147.769**

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES - CONSOLIDADO

19.1 Política contábil: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **19.2 Composição:**

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante		
Capital de giro	49.214	48.800
Financiamento de bens	22.700	605
Empréstimos e financiamentos	**71.914**	**49.405**
Debêntures	359.814	409.190
Total passivo circulante	**431.728**	**458.595**
Passivo não circulante		
Capital de giro	74.406	123.385
Financiamento de bens	38.002	–
Empréstimos e financiamentos	**112.408**	**123.385**
Debêntures	813.809	710.388
Total passivo não circulante	**926.217**	**833.773**
Total empréstimos e financiamentos	**184.322**	**172.790**
Total debêntures	**1.173.623**	**1.119.578**
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	**1.357.945**	**1.292.368**

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	01/01/2025	Adições	Pagamento principal	Pagamento juros	Provisão juros	Amortização custo captação	31/12/2025
Capital de giro	172.185	–	(50.184)	(23.395)	23.492	1.522	123.620
Financiamento de bens	605	68.084	(7.826)	(603)	442	–	60.702
Empréstimos e financiamentos	**172.790**	**68.084**	**(58.010)**	**(23.998)**	**23.934**	**1.522**	**184.322**
Debêntures	1.119.578	496.037	(470.160)	(136.894)	161.963	3.099	1.173.623
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	**1.292.368**	**564.121**	**(528.170)**	**(160.892)**	**185.897**	**4.621**	**1.357.945**
	01/01/2024	**Adições**	**Pagamento principal**	**Pagamento juros**	**Provisão juros**	**Amortização custo captação**	**31/12/2024**
Capital de giro	196.452	–	(26.190)	(24.484)	24.459	1.948	172.185
Financiamento de bens	4.702	–	(4.063)	(979)	945	–	605
Empréstimos e financiamentos	**201.154**	**–**	**(30.253)**	**(25.463)**	**25.403**	**1.949**	**172.790**
Debêntures	1.396.346	298.008	(567.173)	(161.938)	149.722	4.613	1.119.578
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	**1.597.500**	**298.008**	**(597.426)**	**(187.401)**	**175.125**	**6.562**	**1.292.368**

Os termos e condições dos empréstimos e debêntures em aberto são os seguintes:

			31/12/2025			31/12/2024		
	Moeda	% (média ponderada)	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Capital de giro	R$	100% CDI + 1,9 % anual	200.000	49.214	74.406	204.019	48.800	123.385
Financiamento de bens	R$	100% CDI + 1,84 % anual	68.083	22.700	38.002	2.536	605	–
Empréstimos e financiamentos			**268.083**	**71.914**	**112.408**	**206.555**	**49.405**	**123.385**
Debêntures	R$	100% CDI + 1,46 % anual	1.300.000	359.814	813.809	1.374.000	409.190	710.388
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures			**1.568.083**	**431.728**	**926.217**	**1.580.555**	**458.595**	**833.773**

Resumo dos empréstimos e debêntures conforme vencimento:

	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de Giro	49.214	49.479	24.927	–	123.620
Financiamento de Bens	22.700	23.076	14.926	–	60.702
Empréstimos e financiamentos	**71.914**	**72.555**	**39.853**	**–**	**184.322**
Debêntures	359.814	315.378	165.814	332.617	1.173.623
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	**431.728**	**387.933**	**205.667**	**332.617**	**1.357.945**

Cláusulas contratuais restritivas - covenants: A manutenção do vencimento contratual das debêntures, empréstimos e financiamentos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as quais o Grupo vem cumprindo regularmente. Sob os termos das principais linhas de crédito, o Grupo é obrigado a cumprir com a seguinte cláusula financeira: i) A alavancagem não deve ser superior a 2,5x (Dívida Líquida/EBITDA). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo cumpriu com a cláusula financeira. **Captações ocorridas no exercício:** Em 25 de julho de 2025, com o propósito de reforçar o caixa e financiar a sua estratégia de crescimento e reduzir custo financeiro, o Grupo contratou com instituição financeira a distribuição da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, no valor total de R$ 500 milhões, com vencimento em julho de 2030. O custo de captação do contrato mencionado foi de R$ 3.963. Em 14 de agosto de 2025, com o propósito de arrendar uma aeronave para suas operações, o Grupo firmou um contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro com o Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil. O valor total do arrendamento foi de R$ 68.083, com prazo de 36 meses. Os encargos financeiros do contrato são de 1,84% ao ano, com contraprestações mensais de R$ 1.965.

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDADO

	31/12/2025	31/12/2024
PIS	5.128	7.936
COFINS	24.052	36.653
ICMS (a)	514.537	553.184
ISS	3.831	4.267
IRRF	12.644	10.776
Outros	7.396	7.730
Total	**567.588**	**620.546**

(a) Há discussões judiciais sobre a legalidade da cobrança do DIFAL no que diz respeito à inexistência de legislação estadual anterior à Lei Federal de instituição do referido tributo. Por entender que se trata de uma obrigação, o Grupo provisiona a parcela do ICMS a recolher, nos termos do art. 166 do CTN, tendo como contrapartida depósitos judiciais no mesmo montante dos valores em discussão. Em outubro de 2025, o STF concluiu o julgamento do Tema nº 1266, resultando na efetivação parcial da obrigação, liquidada com a baixa dos valores depositados em favor da Fazenda Estadual (Nota 13). Adicionalmente, para alguns Estados, exceto São Paulo e Espírito Santo, o Grupo realizou a baixa da obrigação e manteve o depósito judicial até a conversão em caixa.

21. IMPOSTOS PARCELADOS - CONSOLIDADO

	31/12/2025	31/12/2024
Parcelamentos de tributos Estaduais	156.907	158.535
Parcelamentos de tributos Federais	88.080	83.428
Total impostos parcelados	**244.987**	**241.963**
Passivo circulante	**71.718**	**44.078**
Passivo não circulante	**173.269**	**197.885**

As movimentações dos impostos parcelados, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas no quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro	**241.963**	**96.073**
Adesão dos impostos Estaduais (a)	3.338	167.455
Adesão dos impostos Federais	550	1.237
Juros sobre parcelamento de tributos	26.993	13.903
Parcelas pagas	(27.857)	(36.705)
Saldo em 31 de dezembro	**244.987**	**241.963**

(a) Adesão ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.483/2023, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital nº 01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado, ocorrida em maio de 2024. No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

Estado	Circulante	Não circulante	Total geral	2025	2026	2027	2028 em diante
Rio de Janeiro	1.352	–	1.352	712	640	–	–
Minas Gerais	1.120	1.542	2.662	102	1.111	1.111	338
São Paulo	18.799	134.094	152.893	1.567	18.800	18.800	113.726
Total Estaduais	**21.271**	**135.636**	**156.907**	**2.381**	**20.551**	**19.911**	**114.064**
Parcelamentos ordinários	891	1.226	2.117	74	891	788	364
Refis Lei 11.941	49.556	36.407	85.963	36.426	11.396	11.396	26.745
Total Federais	**50.447**	**37.633**	**88.080**	**36.500**	**12.287**	**12.184**	**27.109**
Total Parcelamentos	**71.718**	**173.269**	**244.987**	**38.881**	**32.838**	**32.095**	**141.173**

22. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS - CONSOLIDADO

22.1 Política contábil: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários. **22.2 Composição:**

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de férias	79.169	70.330
Provisão para participação nos lucros	95.146	118.100
Provisão para participação nos lucros - Pessoal-chave da Administração (Nota 24)	5.248	11.073
Salários a pagar	31.894	26.360
Obrigações com pessoal a pagar	3.499	3.370
Contribuições a recolher	370	186
Obrigações trabalhistas	**215.326**	**229.419**
INSS a recolher (a)	125.035	19.169
FGTS a recolher	6.045	5.132
INSS retido a recolher	6.880	5.587
Obrigações previdenciárias	**137.960**	**29.888**
Total de obrigações trabalhistas e previdenciárias	**353.286**	**259.307**

(a) Em dezembro de 2025, houve a adesão ao Programa de Transação Integral ("PTI"), nos termos da Portaria PGFN/MF nº 721/2025. A transação teve como objeto a regularização voluntária pelo contribuinte de débitos de contribuição previdenciária patronal - INSS perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"). A análise para inclusão dos débitos foi realizada de forma individualizada e com apoio de assessores jurídicos e contábeis.

continua →★

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado
ICP Brasil
A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

GRUPO SBF

Demonstrações Financeiras 2025

GRUPO SBF S.A.
CNPJ 13.217.485/0001-11

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

23. DIVIDENDOS

23.1 Política contábil: Os dividendos mínimos obrigatórios de 25% estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). **23.2 Composição:**

Dividendos a pagar - Controladora:	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**35.081**
Dividendos adicionais propostos - 2023	7.205
Pagamento de dividendos aos acionistas	(42.284)
Dividendos mínimos obrigatórios - 2024	127.361
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**127.363**
Pagamento de dividendos aos acionistas	(127.358)
Dividendos mínimos obrigatórios - 2025	77.915
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**77.920**
Dividendos a receber - Controladora	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**173.081**
Recebimento de dividendos Fisia	(147.520)
Dividendos mínimos obrigatórios SBF Comércio - 2024	124.154
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**149.715**
Dividendos adicionais - 2024 (a)	3.206
Recebimento de dividendos SBF Comércio	(152.921)
Dividendos mínimos obrigatórios SBF Comércio - 2025	152.547
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**152.547**

(a) Refere-se à destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, aprovado no segundo trimestre de 2025.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

24.1 Política contábil: As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação e operações complementares com empresas relacionadas, com as quais o Grupo mantém contratos na forma da legislação vigente. **Operações de compra e venda de mercadorias e fretes** - As controladas SBF Comércio, Premier e Fisia, no âmbito de suas operações comerciais, realizam transações de compra e venda de mercadoria com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil e abastecimento do mercado atacado de produtos Nike. A controlada VBLOG é responsável pelo transporte destas mercadorias e efetua prestação de serviço de frete entre estas empresas. Essa operação está suportada por um contrato assinado entre a SBF e a VBLOG e a Fisia e a VBLOG, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. Adicionalmente, até agosto de 2025, no intuito de gerar sinergia, a Fisia tinha contrato assinado com a SBF Comércio para a prestação de serviços de coleta e internalização de mercadorias no CD Geral da SBF Comércio. A partir de setembro de 2025, os serviços de coleta e internalização, passaram a ser prestados pela empresa Premier à Fisia. As operações de prestação de serviço vigentes estão suportadas por contratos assinados, cujos prazos são indeterminados e baseados em condições específicas acordadas entre as partes. **Aluguéis -** A controlada SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para a controlada VBLOG do armazém localizado em Extrema-MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m² (metros quadrados) utilizados. A controlada indireta Fisia efetua uma operação de sublocação para a controlada Premier, do armazém localizado em Extrema - MG. O prazo do arrendamento é válido até 2028 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m² (metros quadrados) utilizados. **Marketplace -** A controladora SBF Comércio, por meio de sua plataforma digital realiza vendas de produtos Fisia (Nike). As vendas incidem uma taxa de take rate, porcentagem cobrada sobre cada transação de produto vendido. **Rateio administrativo** - As controladas diretas e indiretas do Grupo SBF possuem um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier, VBLOG, Lione, Fisia e SBF Comércio. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas de mão de obra corporativa e em critérios consistentes ao longo do exercício. **Serviços audiovisuais -** A controlada indireta FitDance possui contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança. Os valores referentes às transações descritas acima são demonstrados nos quadros a seguir: **24.2 Composição: Controladora:**

	Contas a receber	
	31/12/2025	**31/12/2024**
SBF Comércio	359	2.408
Fisia	2.900	3.625
Total	**3.259**	**6.033**

Transações realizadas entre partes relacionadas - eliminadas na consolidação

As principais transações eliminadas na consolidação referem-se a operações de compra e venda entre as controladas SBF, Premier e Fisia, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil.

	Contas a receber		Fornecedores	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Grupo SBF	3.259	6.033	(161.904)	(2.617)
SBF Comércio	243.678	163.123	(352.198)	(226.872)
Premier	415.449	30.166	(647.105)	(119.504)
Fisia	647.925	195.778	(145.606)	(39.537)
VBLOG	1.548	975	(4.805)	(6.882)
Network (a)	–	–	–	(531)
FitDance	20	22	(261)	(154)
Total	**1.311.879**	**396.097**	**(1.311.879)**	**(396.097)**

	Adiantamento para fornecedores - Outros ativos		Adiantamento de clientes	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
SBF Comércio	513	200	–	–
Network (a)	–	218	–	–
Acelerados (a)	–	–	–	(218)
FitDance	–	–	(513)	(200)
Total	**513**	**418**	**(513)**	**(418)**

	Compras		Vendas	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
SBF Comércio	(3.724.918)	(2.884.872)	3.106.848	2.427.677
Premier	(4.779.455)	(2.427.677)	4.456.546	2.444.615
Fisia	(1.012.300)	–	1.953.279	440.257
Total	**(9.516.673)**	**(5.312.549)**	**9.516.673**	**5.312.549**

	Serviços logísticos		Aluguéis	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
SBF Comércio	523	(6.882)	39	39
Premier	(26.330)	(4.424)	(95)	–
VBLOG	46.216	42.017	(39)	434
Fisia	(20.409)	(30.711)	95	(473)
Total	**–**	**–**	**–**	**–**

	Serviços audiovisual		Rateio administrativo	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Grupo SBF	–	–	2.027	16.868
SBF Comércio	(3.929)	(6.893)	218.595	190.518
Fisia	(150)	(1.772)	(21.235)	(17.293)
VBLOG	(2)	–	(26.556)	(19.353)
Premier	(66)	–	(172.831)	(170.055)
FitDance	4.117	4.552	–	(531)
Network (a)	30	4.113	–	(154)
Total	**–**	**–**	**–**	**–**

(a) Em outubro de 2025, o Grupo realizou o desinvestimento nas operações da Network, e indiretamente da Acelerados. Dessa forma, os saldos apresentados nas linhas das empresas Network e Acelerados representam as transações entre partes relacionadas ocorridas até a data da alienação do investimento.

	Comissão marketplace	
	31/12/2025	**31/12/2024**
SBF Comércio	23.332	36.791
Fisia	(23.303)	(36.791)
FitDance	(29)	–
Total	**–**	**–**

Locação - A empresa VBF Empreendimentos Ltda. pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 à 1º de junho de 2045. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o período. Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM.

	31/12/2025	**31/12/2024**
VBF Empreendimentos Ltda.	19.094	16.388
Lapa Participações Empreendimentos Ltda.	10.540	8.994
Total	**29.634**	**25.382**

Remuneração ao pessoal chave da administração: A remuneração aos Administradores é realizada por meio de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações do resultado.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Conselho de administração	**Administração executiva**	**Conselho de administração**	**Administração executiva**
Salários e pró-labore	13.104	9.102	12.047	9.279
Participação nos lucros	–	5.248	–	11.073
Pagamento baseado em ações	76	1.710	808	4.101
Outros (a)	–	27.655	–	–
Total	**13.180**	**43.715**	**12.855**	**24.453**

(a) Refere-se aos benefícios de rescisão para determinados funcionários-chave da Administração, relacionados ao processo de revisão da estrutura corporativa do Grupo.

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Provisões de marketing e comunicação	–	–	41.177	29.848
Provisões para serviços de terceiros	–	–	29.474	27.020
Fretes/armazenagem	–	–	62.985	34.599
Provisões benefícios à empregados	–	–	9.785	8.718
Provisões gerais	265	368	108.110	85.927
Utilidades e serviços	–	–	11.768	11.282
Obrigações com investimentos (a)	10.455	10.455	17.455	22.542
Subtotal	**10.720**	**10.823**	**280.754**	**219.936**
Outras contas a pagar - partes relacionadas (Nota 22) (b)	160.576	1.286	–	–
Subtotal	**171.296**	**12.109**	**280.754**	**219.936**
Circulante	**171.296**	**1.654**	**268.676**	**209.481**
Não circulante	**–**	**10.455**	**12.078**	**10.455**

(a) Na Controladora, refere-se ao valor a pagar aos vendedores da Network, que poderá ser pago em dinheiro ou ações em 5 anos após a data da aquisição, no montante de R$ 10.455 em 31 dezembro de 2025 e 2024. No Consolidado, incluem-se os valores a pagar relativos ao Earn-Out da FitDance, no montante de R$ 7.000 em 31 de dezembro de 2025, e ao contas a pagar, da controlada indireta Fisia, pela aquisição de ações do Grupo SBF S.A., como parte do Programa de Recompra Grupo SBF, no montante de R$ 12.087, em 31 de dezembro de 2024. (b) Na Controladora, refere-se substancialmente ao valor a pagar à controlada indireta Fisia, relativo ao custo incorrido na aquisição de ações do Grupo SBF S.A., corrigido pela inflação desde a data da recompra até a data da transferência, no montante de R$ 159.512 em 31 de dezembro de 2025.

26. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Royalties a amortizar - Aquisição Fisia	43.761	39.254	77.384	93.125
Patrocínios e royalties	–	–	18.054	15.904
Obrigações com clientes (a)	–	–	88.164	71.124
Total	**43.761**	**39.254**	**183.602**	**180.153**
Circulante	**43.761**	**39.254**	**123.570**	**104.381**
Não circulante	**–**	**–**	**60.032**	**75.772**

(a) O saldo de obrigações com clientes refere-se a transações com cartão presente e vale troca que podem ser utilizados como forma de pagamento em compras nas plataformas digitais e lojas físicas.

27. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

27.1 Política contábil: O Grupo está autorizado a aumentar seu capital social até o limite de 300.000 (trezentos milhões) de ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda (i) deliberar sobre a emissão de bônus sobre subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado na Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados do Grupo ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros e reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações. **27.2 Composição: a) Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando alguma controlada do Grupo, direta ou indireta, compra ações do capital social do Grupo (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquido do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas do Grupo até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. O capital social do Grupo em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 1.836.548 dividido em 244.555.330 ações ordinárias e sem valor nominal (R$ 1.832.326 dividido em 244.012.980 em 31 de dezembro de 2024). O controle acionário do Grupo SBF S.A., está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025	
Acionista	**Quantidade**	**%**
Pacipar Participações Ltda.	80.000.000	32,71%
Ações em tesouraria	14.289.617	5,84%
Outros	150.265.713	61,44%
Total	**244.555.330**	**100,00%**

b) Lucro por ação: Básico: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas do Grupo, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pelo Grupo e mantidas como ações em tesouraria. **Diluído:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. O Grupo tem duas categorias de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação do Grupo), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. Quando o Grupo apresenta perda líquida atribuível aos proprietários do Grupo, os prejuízos diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação. Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Numerário básico/diluído - Controladora	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Lucro líquido do exercício	328.062	536.256
Média ponderada de ações ordinárias	244.228	243.774
Média ponderada de ações em tesouraria	(11.996)	(87)
Resultado básico por ação - R$	**1,41**	**2,20**
Lucro líquido do exercício	328.062	536.256
Média ponderada de ações ordinárias	244.228	243.774
Média ponderada de ações em tesouraria	(11.996)	(87)
Opções exercidas não integralizadas	–	658
Aumento das ações ordinárias como resultado do plano de opção de compra de ações	1.389	6.812
Resultado diluído por ação - R$	**1,40**	**2,15**

c) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva legal é de R$ 71.344 (R$ 54.941 em 31 de dezembro de 2024). **d) Reserva de incentivos fiscais:** O Grupo SBF, por meio de suas controladas, é titular de incentivos fiscais concedidos por diversos estados brasileiros, especialmente na forma de crédito presumido de ICMS. Em relação ao resultado desse incentivo, o STJ já havia formado sólida jurisprudência - i.e. EREsp 1.517.492, em 2017 - reconhecendo, em caráter não vinculante, que os créditos presumidos de ICMS podem ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, independente da constituição da reserva de incentivo fiscal. Nesse sentido, corroborado ainda pela revogação do artigo 30, da Lei 12.973/2014, a partir de 1º de janeiro de 2024, o Grupo deixou de constituir reserva de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da reserva de incentivos fiscais é de R$ 147.228. **e) Reserva estatutária:** A reserva estatutária é constituída após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração, até a totalidade do lucro líquido remanescente. A reserva estatutária tem como finalidade reforçar o capital de giro e viabilizar investimentos e o desenvolvimento das atividades do Grupo e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva estatutária é de R$ 894.858 (R$ 665.287 em 31 de dezembro de 2024). **f) Ajuste de avaliação patrimonial - outros resultados abrangentes:** O Grupo, através de sua controlada indireta Fisia, reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais de compras de mercadorias realizadas no exterior. As transações de *hedge* de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz ou quando do término da relação de *hedge*. **g) Ações em tesouraria:** Em reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração do Grupo SBF aprovou o Programa de Recompra Grupo SBF com a realização de recompra de ações por suas controladas SBF Comércio e Fisia, no limite de 14.289.617 ações. Em 2024, o Grupo, através de sua controlada indireta Fisia, adquiriu 3.604.000 ações ordinárias pelo montante de R$ 39.173. Em 2025, foram adquiridas mais 10.685.617 ações ordinárias, através de sua controlada indireta Fisia, pelo montante de R$ 113.885, atingindo o limite de recompra aprovado no Programa. As ações adquiridas foram transferidas à Grupo SBF S.A. e a Fisia será ressarcida pelo custo incorrido, corrigido pela inflação desde a data da recompra até a data da transferência (Nota 25).

28. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES - CONSOLIDADO

28.1 Política contábil: O objetivo desses "Planos" é atrair e reter executivos da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas, concedendo aos administradores, empregados e prestadores de serviços com os interesses dos acionistas, indicados pelo Conselho de Administração. Como a Companhia tem as suas ações listadas e negociadas em bolsa de valores, o preço de exercício será equivalente à média ponderada, por volume negociado, dos 90 (noventa) pregões imediatamente anteriores à data da outorga da opção, podendo ser atualizado monetariamente com base na variação de um índice de preços a ser determinado pelo Conselho de Administração, acrescido de juros, com base em taxa eventualmente determinada pelo Conselho de Administração. O segundo programa ("2016 - Segundo Programa"), outorgado em outubro de 2019, teve seu preço de exercício definido para refletir o preço de IPO da Companhia. Também em 2019, conforme comunicado através de fato relevante ao mercado, o Conselho aprovou o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, "Plano 2019" I e II. Para as outorgas deste plano, o preço de exercício é definido pela média dos 90 pregões anteriores à aprovação, com deságio de 10%. Estas outorgas, por sua vez, são divididas em 4 lotes, sendo os dois primeiros correspondentes a 30% do total outorgado cada, e os dois últimos a 20% do total outorgado cada. O primeiro lote torna-se exercível após 24 meses da outorga, e a partir daí, a cada 12 meses outro lote se torna exercível. Desde a aprovação do Plano 2019, foram outorgados quatro programas: um em outubro de 2019 ("2019 - Primeiro Programa"), outro em 30 junho de 2020 ("2019 - Primeiro Programa Outorga março 2020"), o terceiro em abril de 2020 ("2019 - Segundo Programa"), a última outorga de 2020. Em 10 de novembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações 2020 ("Segundo Programa 2020"), também do Plano 2019, que foi outorgado em 26 de fevereiro de 2021. Nesta mesma data também foi aprovado o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2020, o qual foi devidamente alterado em 11 de maio de 2021 ("Primeiro Programa 2020"). Em 23 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2022 ("Primeiro Programa 2022"). Esse programa pertence ao Plano 2019 do pagamento baseado em ações. Também em 23 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opções de Compra de Ações do ano de 2022 ("Segundo Programa 2022"). No qual também pertence às regras do "Plano 2019". Ressaltando que o mesmo programa teve duas outorgas, uma em 3 de março de 2022 e outra em 16 de outubro de 2022 mantendo as regras. Em 12 de dezembro de 2023 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2024, vinculado ao Plano 2016 ("Primeiro Programa 2024 - Plano 2016"), e o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações 2024, vinculado ao Plano 2019 ("Primeiro Programa 2024 - Plano 2019"). Nesta mesma data, ambos os programas foram outorgados. O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que realmente atendam às condições de serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). **28.2 Composição:** Abaixo se encontram os demonstrativos das quantidades outorgadas nos Planos organizados por ano e atualizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, assim como um detalhamento das premissas de cada outorga realizada nesses planos.

Programa	**Saldo em 01/01/2025**	**Exercidas**	**Canceladas (a)**	**Saldo em 31/12/2025**
2016 - 2º programa	229.335	–	(229.335)	–
2019 - 1º programa	1.509.985	–	(1.032.985)	477.000
2020 - 2º programa	325.281	–	(325.281)	–
2020 - 1º programa	1.129.874	–	(1.029.874)	100.000
2022 - 2º programa - outorga março 2022	300.000	–	(300.000)	–
2022 - 2º programa - outorga agosto 2022	200.000	–	(200.000)	–
2023 - 1º programa - plano 2019	68.000	(32.000)	(36.000)	–
2024 - 1º programa	3.050.000	(510.350)	(1.728.000)	811.650
Total	**6.812.475**	**(542.350)**	**(4.881.475)**	**1.388.650**

(a) Refere-se aos cancelamentos decorrentes da rescisão de determinados funcionários-chave da Administração, relacionados ao processo de revisão da estrutura corporativa do Grupo.

Premissas básicas para o plano:	**2019 1º programa**	**2020 1º programa**	**2023 1º programa - plano 2019**	**2024 - 1º programa**
Modelo de precificação	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Dividend yield	1,31%	0,00%	0,00%	0,00%
Volatilidade média anual esperada	34,96%	61,72%	56,85%	63,97%
Taxa de juros livre de risco	5,96%	9,69%	12,24%	3,95%
Preço de exercício	14,80 corrigido por IGP-M	25,50 corrigido por IPCA	8,26 corrigido por IPCA	8,49 corrigido por IPCA
Preço da ação considerado	20,97	29,63	8,20	8,49
Prazo esperado do exercício	2,28 anos	4,5 anos	0,09 anos	6,51 anos
IGP-M	4	N/A	N/A	N/A
Preço da opção na data da concessão por ação	**10,55**	**11,61**	**8,20**	**8,49**

29. RECEITAS LÍQUIDAS - CONSOLIDADO

29.1 Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. • **Venda de mercadorias no varejo:** O Grupo opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando o Grupo transfere o controle e a propriedade de um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro. • **Venda de mercadorias no atacado:** O Grupo opera como a distribuição dos produtos da marca "Nike" em todo Brasil. As vendas dos produtos do atacado são reconhecidas quando o Grupo transfere o controle, a propriedade e respectivos benefícios de um produto para o cliente. Isso ocorre quando o cliente esteja de acordo com o contrato de venda e os produtos são entregues no endereço do comprador ou coletados pelo cliente no centro de distribuição. Os produtos Nike podem ser vendidos com desconto por volume. Nessas situações, as vendas são registradas líquidas dos descontos específicos por clientes. • **Venda de mercadorias por meio da plataforma digital:** O Grupo opera com comércio eletrônico por meio dos sites centauro.com.br, nike.com.br e store.fitdance.com para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando as obrigações de desempenho mais significativas inerentes ao controle e propriedade dos bens foram transferidas para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador. • **Prestação de serviços logísticos:** O Grupo reconhece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes e fornecedores no segmento de varejo por meio da controlada VBLOG. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que na expressiva maioria dos casos, se inicia e se conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. • **Prestação de serviços audiovisual:** As controladas do Grupo SBF possuem também como atividade o desenvolvimento de atividades na área de comunicação social, incluindo, mas não se limitando a filmagens em geral, elaboração e edição de vídeos, produção e distribuição audiovisual na internet e comercialização de espaços publicitários. O Grupo reconhece a receita ao longo do tempo, utilizando o método de insumo para mensurar o progresso que melhor reflita o seu desempenho, portanto, as receitas são reconhecidas com base nos esforços do Grupo para a satisfação da obrigação de performance. • **Prestação de serviços de produção de filmes para publicidade:** Na empresa FitDance, o reconhecimento das receitas ocorre na realização dos cursos de formação e capacitação de instrutores através do ensino da dança. A FitDance também opera com plataformas digitais de ensino de dança. Em ambas as modalidades o reconhecimento da receita se dá na prestação do serviço, sendo realizadas por meio de cartão de crédito, boleto bancário ou PIX. As atividades de negócio da empresa também são compostas por patrocínio e projetos especiais proprietários e/ou com marcas, produção de conteúdo audiovisual para bandas e artistas, monetização em plataformas e apresentações em shows e eventos. A receita é reconhecida no momento da prestação de serviços, sendo esta, bem como o detalhamento das entregas, definidas em contrato. • **Subvenção governamental:** O Grupo realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos os estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico. Em 2022, houve a publicação da nova versão do Regime Especial de Tributação - RET da controladora SBF Comércio, que, dentre as alterações, uma das representativas foi da prorrogação do prazo até 2032 e permanece com a sistemática de crédito presumido de ICMS. A partir de julho de 2021, a controlada indireta Fisia efetuou a migração das operações da plataforma digital (Nike.com) para a cidade de Extrema, Minas Gerais, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pela plataforma digital são realizadas com crédito presumido de ICMS. Ainda, nos termos do julgamento proferido pelo STJ em recurso repetitivo, Tema 1.182, o Grupo reconheceu o incentivo fiscal dessas operações por meio de sua controlada indireta Fisia. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de base para a incidência de ICMS nas vendas de mercadorias para varejistas, nos termos da legislação aplicável. Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 somaram o montante de R$ 470.646, correspondente ao incentivo fiscal de crédito presumido (R$ 343.783 em 31 de dezembro de 2024). **29.2 Composição:**

	31/12/2025	**31/12/2024**
Receita operacional bruta		
Venda de mercadorias	9.705.438	9.127.483
Prestação de serviços	152.968	140.692
Impostos incidentes		
Venda de mercadorias	(2.380.863)	(2.162.684)
ICMS - Incentivo Fiscal	470.646	343.783
PIS e COFINS - Incentivo Fiscal	(10.696)	(17.384)
Prestação de serviços	(21.343)	(21.578)
Devoluções		
Venda de mercadorias	(179.737)	(258.598)
Receita líquida de vendas	**7.736.413**	**7.151.714**

Canais de venda: A receita bruta de mercadorias por canal de vendas está apresentada abaixo:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Lojas físicas	5.362.957	4.886.379
Atacado	1.042.683	1.175.738
Plataforma digital	3.299.798	3.065.366
Receita bruta	**9.705.438**	**9.127.483**

Região geográfica: Em termos de região geográfica, as vendas do Grupo estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com venda de mercadorias, por região.

	31/12/2025	**31/12/2024**
Sudeste	5.282.596	5.595.502
Sul	1.496.789	1.332.456
Nordeste	1.200.054	1.081.752
Centro - Oeste	867.452	753.954
Norte	858.547	363.819
Receita bruta de vendas	**9.705.438**	**9.127.483**

Sazonalidade trimestral da receita líquida: O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o Dia dos Pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o Natal no quarto trimestre. No caso do Grupo, a tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	31/12/2024	**31/12/2024**
1º trimestre	1.554.359	1.495.220
2º trimestre	1.817.700	1.713.937
3º trimestre	1.936.522	1.770.288
4º trimestre	2.427.832	2.172.269
Receita líquida de vendas	**7.736.413**	**7.151.714**

30. CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CONSOLIDADO

	31/12/2025	**31/12/2024**
Custo da revenda de mercadorias	(3.937.924)	(3.582.653)
Custo de fretes e logística	(40.573)	(24.163)
Custo de serviço de produção audiovisual	(22.833)	(31.773)
Total	**(4.001.330)**	**(3.638.589)**

31. DESPESAS POR NATUREZA - CONSOLIDADO

Despesas com vendas	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Pessoal	(819.204)	(675.896)
Pessoal - Revisão da estrutura corporativa	(1.796)	–
Publicidade e propaganda	(596.603)	(517.712)
Fretes e transportes	(211.066)	(246.402)
Depreciação de direito de uso	(177.427)	(165.044)
Taxa de cartão e serviços financeiros	(153.013)	(140.567)
Utilidades e serviços	(130.882)	(117.828)
Depreciação e amortização	(93.593)	(88.604)
Serviços de terceiros	(104.564)	(91.866)
Ocupação	(95.048)	(88.667)
Informática e telecomunicações	(54.865)	(53.193)
Embalagens e outros materiais	(31.112)	(27.480)
Contencioso e despesas jurídicas (a)	1.496	(15.157)
Outras despesas	(1.180)	(2.087)
Total despesas com vendas	**(2.468.857)**	**(2.230.503)**
Despesas administrativas e gerais	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Pessoal	(279.374)	(318.270)
Pessoal - Revisão da estrutura corporativa	(28.711)	–
Publicidade e propaganda	(13.627)	(10.264)
Fretes e transportes	(1.308)	(558)
Depreciação de direito de uso	(17.435)	(22.134)
Taxa de cartão e serviços financeiros	(16.872)	(7.687)
Utilidades e serviços	(28.347)	(26.756)
Depreciação e amortização	(134.079)	(120.877)
Serviços de terceiros	(35.418)	(32.855)
Ocupação	(3.770)	(6.558)
Informática e telecomunicações	(88.235)	(77.626)
Contencioso e despesas jurídicas	(41.640)	(51.934)
Outras despesas	(6.477)	(12.835)
Total despesas administrativas e gerais	**(695.293)**	**(688.354)**

(a) Em 2024, refere-se substancialmente à reversão da Provisão para riscos - Tributário, líquida da constituição dos impostos parcelados, como resultado da adesão ao programa de parcelamento de impostos (Nota 13). Em 2025, refere-se substancialmente à reversão do passivo de DIFAL, referente à alguns Estados, exceto São Paulo e Espírito Santo, como resultado da conclusão do julgamento do Tema nº 1266 pelo STF (Nota 20).

32. RESULTADO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

32.1 Políticas contábil: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

32.2 Composição:

Receitas financeiras	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receitas de aplicações financeiras	82.961	60.805
Variação cambial ativa (a)	138.769	105.563
Atualização monetária de depósitos judiciais	33.571	9.091
Atualização monetária de impostos	23.777	51.995
Outras receitas financeiras	4.303	914
Juros e multas recebidos	2.298	1.797
Juros sobre mútuos	51	39
Descontos obtidos	47	182
PIS/COFINS s/ receita financeira	(5.898)	(8.856)
Total receitas financeiras	**279.879**	**221.530**
Despesas financeiras	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Juros e custo de captação sobre debêntures	(165.062)	(154.335)
Juros de arrendamento mercantil	(150.273)	(126.549)
Variação cambial passiva (a)	(124.629)	(109.909)
Juros e custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	(25.456)	(27.352)
Juros sobre parcelamento de tributos	(26.993)	(13.903)
Tarifas e taxas bancárias	(6.780)	(4.578)
Outras despesas financeiras	(6.402)	(11.096)
Impostos sobre operações financeiras	(2.155)	(416)
Juros sobre pagamentos em atraso	(599)	(1.593)
Juros sobre atraso de impostos	(8.008)	(5.033)
Juros sobre contencioso (b)	(902)	169.209
Total despesas financeiras	**(517.259)**	**(285.555)**
Resultado financeiro, líquido	**(237.380)**	**(64.025)**

(a) Refere-se substancialmente ao resultado da variação cambial decorrente dos *hedges* de fluxo de caixa do Grupo. (b) Em 2024, refere-se substancialmente à reversão dos Juros sobre contencioso - Tributário, como resultado da adesão ao programa de parcelamento de impostos apresentado na Nota 13.

33. COMPROMISSOS

O Grupo SBF possui compromissos firmados na aquisição da FitDance relativo a acordo para pagamento contingente a sócios vendedores, classificado pelo Grupo como remuneração para serviços pós-combinação. Tal contraprestação é composta por parcelas de *Earn-Out* e parcela de *Outperform*, condicionadas ao atingimento de certas métricas e outras condições estabelecidas em contrato. As premissas, os requisitos e os valores relativos ao preço de compra contingente foram estabelecidos entre as partes com base na projeção da receita bruta anual da FitDance para os exercícios sociais a se encerrarem entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2026. Não há pagamentos totais mínimos associados a esse contrato. Em 2024, foi reconhecido o montante de R$ 13.000 a pagar aos sócios vendedores como parcela de Earn-Out referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Em 2025, houve o pagamento de R$ 6.000, restando um saldo a pagar de R$ 7.000 (Nota 25), de acordo com as condições estabelecidas em contrato.

34. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo SBF e suas controladas mantêm apólices de seguros contratadas junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo SBF e suas controladas tinham cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura
Veículos	Frota de veículos	R$ 500
Transportes	Transportes nacionais	R$ 15.500.000
Transportes	Transportes internacionais	US$ 314.691
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	R$ 50.000
Responsabilidade civil	Directors & Officers	R$ 100.000
Responsabilidade civil	Aeronave	R$ 50.000
Seguro Casco	Aeronave	US$ 12.973
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	R$ 1.041.139

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 18 de fevereiro de 2026, foi assinado o 7º Aditamento ao Acordo de Investimento entre Grupo SBF e os sócios da One Fan, no qual foi aprovada a prorrogação do período de exercício do bônus de subscrição, de modo que este poderá ser exercido até o dia 16 de dezembro de 2026.

continua→★

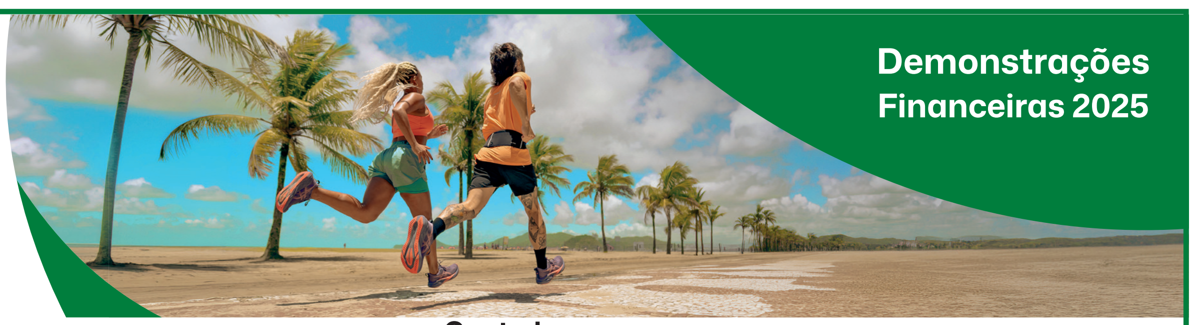
Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado
ICP Brasil
A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.

CNPJ 13.217.485/0001-11



→ continuação

Diretoria

Gustavo Furtado - CEO

José Luís Salazar - CFO

Contadora

Patrícia Vieira - CRC 1SP232718/O-2

Relatório Resumido das Atividades do Comitê de Auditoria para o Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2025

1. Histórico e Composição: O Comitê de Auditoria do Grupo SBF S.A. ("Companhia") foi constituído e instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 ("Comitê"). O Comitê é disciplinado pelo seu Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 e alterado em 15 de março de 2024, que disciplina o seu funcionamento, em consonância com as disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado") e na legislação em vigor ("Regimento Interno"). O Comitê é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria, que, dentre suas demais atribuições, deverá avaliar as informações trimestrais, informações intermediárias e demonstrações financeiras. O Comitê é composto por 3 (três) membros, sendo: (i) 1 (um) conselheiro independente da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) 2 (dois) membros com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação em vigor. **2. Atividades do Comitê no Exercício:** Nos termos do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á sempre que necessário e não menos que quatro vezes ao ano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Comitê de Auditoria realizou 5 (cinco) reuniões ordinárias, que contou com a presença de seus membros, dos membros da administração, e das auditorias externa e interna, com o objetivo de acompanhar a evolução do negócio durante o trimestre. A seguir, estão relacionados os principais assuntos discutidos: • Análise dos relatórios da administração, das contas dos administradores e das demonstrações financeiras trimestrais e anual, respectivamente revisadas e auditada, e dos relatórios e parecer da auditoria externa, com recomendação favorável à aprovação pelo Conselho de Administração. • Apresentação do diagnóstico da PWC sobre ESG, e dos planos de ação da Companhia em relação aos novos requisitos estabelecidos no IFRS S1 e S2. • Apresentação do plano de trabalho da auditoria externa para o ano de 2025. • Aprovação e acompanhamento da evolução do Plano de Auditoria Interna para o ano de 2025, com recomendação à contratação da nova liderança da área, e definição de próximas etapas. • Apresentação e acompanhamento da evolução do Plano de Controles Internos para o ano de 2025, bem como as exclusões e adições de Controles Internos no período, inclusive os relativos à tecnologia da informação e cyber segurança. • Apresentação e acompanhamento da evolução dos pontos de controle interno, incluindo os levantados pela PwC e pela auditoria interna. • Apresentação e acompanhamento dos principais processos judiciais da Companhia. • Apresentação dos trabalhos da área de Licenças para o ano de 2025. • Compartilhamento dos Relatórios de Compliance trimestrais. • Apresentação das Estratégias do Grupo SBF para 2026. **3. Parecer do Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 5 de março de 2026

Membros

Luiz Carlos Nannini

Luiz Alberto Quinta

Eduardo Rogatto Luque

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores e Jurídico e Compliance,
Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 concordando e autorizando sua publicação nesta data.

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e a conclusão expressos no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 emitido nesta data.

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores e Jurídico e Compliance,
A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e a conclusão expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

São Paulo, 6 de março de 2026

Gustavo Furtado - Diretor Presidente

José Luís Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Daniel Siqueira - Diretor Jurídico e Compliance

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Grupo SBF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Grupo SBF S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

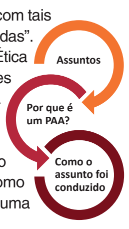
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas".

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12.2)	
As controladas da Companhia possuem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor total, líquido dos saldos passivos, de R$ 828.222 mil. As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem, conforme divulgado na Nota 12.2. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros. Dado a relevância do saldo e a subjetividade envolvida na definição de premissas e estimativas, consideramos este tema como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos. Adicionalmente, com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Provisões para riscos administrativos e judiciais na área tributária (Nota 13.2(c))	
As controladas da Companhia são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos na área tributária, que surgem no curso normal de seus negócios, e envolvem discussões em diversas esferas, para as quais a administração constituiu provisão no valor total de R$ 165.828 mil, em 31 de dezembro de 2025. A determinação do valor da provisão, bem como dos passivos contingentes tributários divulgados na Nota 13.2(c), depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prognóstico de perda e valor de liquidação. Considerando a complexidade do ambiente tributário, dos valores em discussão e a relevância dos débitos fiscais, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências, incluindo a adesão ao programa de parcelamento. Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas dos valores em discussão e prognósticos de perda dos processos tributários em andamento. Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes. Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2026

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador
CRC MG091301/O-2

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

CENTAURO
DESBRAVA
ÖSSUR
CENTAURO

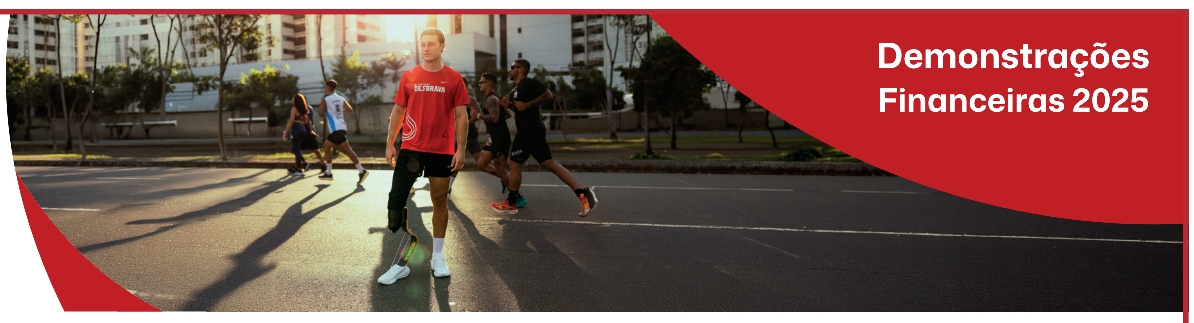
Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65



Demonstrações Financeiras 2025

Relatório da Administração sobre os Resultados

O quarto trimestre de 2025 marca o encerramento de um ano de mudanças estruturantes, com iniciativas voltadas a fortalecer o negócio e sustentar o crescimento com disciplina. Ao longo do ano, avançamos em frentes comerciais, operacionais e digitais que aumentaram nossa capacidade de execução, eficiência e nível de serviço, além de reforçar a solidez financeira para suportar investimentos de longo prazo.

Aceleramos iniciativas estratégicas voltadas a elevar produtividade e conversão, com avanços relevantes em sortimento e execução em loja. Ao longo do ano, o projeto "Destrava" (novo ciclo estratégico) ganhou tração e impulsionou frentes essenciais para sustentar o crescimento, incluindo o reforço do time de lojas com a adição de 900 novos vendedores e o aprofundamento da agenda de formação e capacitação do time. Através da nova diretoria comercial focada nas categorias prioritárias, ajustamos o sortimento das lojas físicas e do digital, aprimorando os processos de compra, curadoria e distribuição por categoria, com efeitos diretos na gestão de estoques. Em paralelo, avançamos na modernização da rede de lojas e na agenda de expansão, com ampliação do time de engenharia dedicado ao tema.

Como parte desta agenda, no 4T25, foram concluídos 8 projetos de revitalização de lojas, totalizando 9 no ano, com resultados auspiciosos já percebidos mesmo em uma janela ainda curta de observação, dado que muitas reinaugurações ocorreram entre novembro e dezembro. No período pós-reinauguração, as lojas revitalizadas vêm apresentando performance superior ao crescimento das demais lojas na mesma região. Também foi dada continuidade à expansão do modelo G6, com a abertura de duas novas lojas no 4T25, no Catuaí Shopping Cascavel (PR) e no Maxi Shopping Jundiaí (SP), totalizando quatro novas lojas no ano. Em 2026, daremos sequência às revitalizações, mantendo o foco na evolução da rede de lojas.

No quarto trimestre, período que concentra as principais datas sazonais do varejo, apresentamos desempenho conforme o esperado e acima do observado no mercado, tanto na Black Friday quanto no Natal. No Natal, as vendas cresceram, com contribuição de ambos os canais, apoiados pela melhora do fluxo, conversão e ticket médio. Na Black Friday, o desempenho foi impulsionado principalmente pelo digital, enquanto as lojas físicas também avançaram em relação ao ano anterior, refletindo execução eficiente e foco nas categorias de maior giro.

Como resultado da execução dessas iniciativas ao longo do ano, encerramos 2025 com crescimento, acompanhado de preservação de margens, suportado por melhorias em sortimento e execução comercial.

Do ponto de vista operacional e logístico, avançamos em entregas voltadas a aumentar controle, escala e eficiência, fortalecendo a estrutura de CDs para suportar o crescimento, incluindo a implantação de um hub de transportes no corredor São Paulo-Minas Gerais e a implementação de um Sorter (sistema automatizado de separação de pedidos) que ampliou a agilidade na expedição e viabilizou entregas "Next Day". Na Black Friday, a operação foi dimensionada para o pico de volume, com a contratação de 1.200 funcionários temporários, e manteve a normalidade operacional ao longo do período.

Encerramos 2025 com os objetivos alcançados e com uma base operacional mais robusta, refletindo a execução das iniciativas implementadas ao longo do período. Encerramos o ano preparados para 2026, um marco relevante para o negócio, com eventos como a Copa do Mundo e onde daremos continuidade à agenda de projetos estruturantes, incluindo a implementação dos centros de distribuição secundários com foco em elevar produtividade e aprimorar a capacidade de execução. Com essa base, iniciamos o ciclo com confiança em nossa capacidade de execução e foco em capturar as oportunidades do período.

QUESTÕES ASG - POLÍTICA DE EQUIDADE

Em atenção ao disposto no § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76, introduzido pela Lei nº 15.177/25, a Companhia apresenta, a seguir, a política de equidade por ele adotada, bem como informações relativas à participação de mulheres em seu quadro de colaboradores.

A Companhia possui compromisso com a promoção da diversidade e inclusão, orientando suas relações internas pela manutenção de um ambiente de trabalho respeitoso, ético e livre de qualquer forma de discriminação ou preconceito, inclusive em razão de gênero, raça/etnia, nacionalidade ou idade, nos termos de seu Código de Conduta Ética e de suas políticas internas. Nesse contexto, a Companhia esclarece que realiza o monitoramento periódico dos salários e das estruturas de remuneração de seus colaboradores, por meio de análises detalhadas e contextualizadas, a fim de assegurar o cumprimento de seu compromisso ético e das disposições legais relativas à igualdade salarial e à adoção de critérios remuneratórios equitativos entre mulheres e homens, visando promover, assim, um ambiente de trabalho justo e equilibrado para todos.

Para mais informações sobre tópicos ASG adotados pela Companhia, vide Relatório de Sustentabilidade disponibilizado pela Companhia no primeiro semestre de 2025.

Apresentamos a seguir as informações requeridas pela Lei nº 15.177/25:

a. Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da Companhia, incluindo evolução comparativa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

	2025				2024			
	Não Gerência	% Mulheres	Gerência/Diretoria	% Mulheres	Não Gerência	% Mulheres	Gerência/Diretoria	% Mulheres
Feminino	4.183	1,03	187	0,80	3.740	1,10	170	0,77
Masculino	4.068		235		3.385		221	
SBF COMÉRCIO	**8.251**		**422**		**7.125**		**391**	

b. Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da Companhia, incluindo evolução comparativa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

	2025		2024	
	Cargos na administração	% Mulheres	Cargos na administração	% Mulheres
Feminino	0	0,00	1	0,17
Masculino	3		6	
SBF COMÉRCIO	**3**		**7**	

c. Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia, incluindo evolução comparativa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

	2025	2024
Cargo	Proporção Mulheres/Homens	Proporção Mulheres/Homens
Analista	0,89	0,95
Aprendiz	1,04	1,02
Assistente	0,98	0,96
Consultor	0,90	0,91
Coordenador	0,99	1,01
Diretor	0,84	0,92
Especialista	0,94	0,92
Estagiário	1,00	1,00
Gerência	0,95	0,92
Operação	1,08	1,07
Profissional	1,27	1,03
Supervisor	0,93	0,93
Técnico	1,20	1,12

* O quadro apresentado acima tem como base a remuneração fixa, variável e eventual média de colaboradores.

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	295.186	467.769	587.469	945.378
Contas a receber	7	1.271.938	1.033.753	2.485.095	1.726.262
Estoques	8	1.272.072	941.333	2.660.170	1.958.375
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	–	1.395	165.816
Tributos a compensar	10	182.864	82.537	257.029	197.064
Imposto de renda e contribuição social a compensar		14.108	15.645	28.431	30.476
Dividendos a receber	23	–	–	73	245
Outros ativos	11	46.856	38.241	177.531	137.760
Total do ativo circulante		**3.083.024**	**2.579.278**	**6.197.193**	**5.161.376**
Não circulante					
Tributos a compensar	10	91.944	102.264	209.220	117.630
Imposto de renda e contribuição social a compensar		7.443	6.869	7.474	6.900
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	289.261	277.838	614.009	546.892
Depósitos judiciais	13	163.938	150.929	644.171	611.063
Outros ativos	11	9.006	324	59.007	324
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.390	2.206	–	–
Total do realizável a longo prazo		**563.982**	**540.430**	**1.533.881**	**1.282.809**
Investimentos	14	1.829.004	1.855.414	–	43.523
Imobilizado	15	577.657	427.107	810.816	630.523
Intangível	16	211.198	233.871	463.455	463.394
Direito de uso	17	1.003.802	1.075.066	1.277.708	1.340.879
Total do ativo não circulante		**4.185.643**	**4.131.888**	**4.085.860**	**3.761.128**
Total do ativo		**7.268.667**	**6.711.166**	**10.283.053**	**8.922.504**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Fornecedores	18	1.048.155	816.860	1.742.220	1.120.583
Fornecedores - risco sacado	18	84.325	52.217	84.325	52.217
Empréstimos e financiamentos	19	22.700	741	71.914	49.405
Debêntures	19	175.698	278.451	359.814	409.190
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	–	131.878	573
Arrendamentos a pagar	17	198.173	205.008	238.333	237.040
Obrigações tributárias	20	185.517	206.235	562.738	618.366
Imposto de renda e contribuição social a recolher		18.857	–	45.403	2.589
Impostos parcelados	21	21.203	12.039	69.241	41.686
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	308.407	208.833	348.781	252.156
Dividendos a pagar	23	152.547	149.715	152.547	149.715
Outras contas a pagar	25	119.923	88.217	243.584	207.757
Outros passivos	26	68.105	47.124	123.570	101.502
Total do passivo circulante		**2.403.610**	**2.065.440**	**4.174.348**	**3.242.779**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	38.002	–	112.408	123.385
Debêntures	19	166.561	332.807	813.809	710.388
Arrendamentos a pagar	17	1.047.216	1.101.229	1.323.441	1.367.952
Impostos parcelados	21	50.729	61.567	173.034	197.885
Provisão para riscos administrativos e judiciais	13	94.469	87.772	143.440	129.946
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	–	–	13.461	12.046
Outras contas a pagar	25	12.078	–	12.078	–
Outros passivos	26	–	–	60.032	75.772
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	–	1.000	–
Total do passivo não circulante		**1.409.055**	**1.583.375**	**2.652.703**	**2.617.374**
Patrimônio líquido	27				
Capital social		2.229.971	2.229.971	2.229.971	2.229.971
Reservas de capital		28.521	28.635	28.521	28.635
Reservas de lucros		1.221.698	735.146	1.221.698	735.146
Ajuste de avaliação patrimonial		(24.188)	68.599	(24.188)	68.599
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**3.456.002**	**3.062.351**	**3.456.002**	**3.062.351**
Total do patrimônio líquido		**3.456.002**	**3.062.351**	**3.456.002**	**3.062.351**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**7.268.667**	**6.711.166**	**10.283.053**	**8.922.504**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Reservas de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial		
	Capital social	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**2.229.971**	**16.895**	**37.733**	**222.129**	**76.683**	**(26.958)**	**–**	**2.556.453**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	522.755	522.755
Hedge de fluxo de caixa de controlada	–	–	–	–	–	144.784	–	144.784
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	–	–	–	–	–	(49.227)	–	(49.227)
Contribuição de capital da controladora	–	11.740	–	–	–	–	–	11.740
Constituição de reserva	–	–	26.138	–	372.463	–	(398.601)	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	(124.154)	(124.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.229.971**	**28.635**	**63.871**	**222.129**	**449.146**	**68.599**	**–**	**3.062.351**
Saldos em 1º de janeiro de 2025	**2.229.971**	**28.635**	**63.871**	**222.129**	**449.146**	**68.599**	**–**	**3.062.351**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	642.305	642.305
Hedge de fluxo de caixa de controlada	–	–	–	–	–	(140.586)	–	(140.586)
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	–	–	–	–	–	47.799	–	47.799
Contribuição de capital da controladora	–	(114)	–	–	–	–	–	(114)
Distribuição de dividendos adicionais - 2024	–	–	–	–	(3.206)	–	–	(3.206)
Constituição de reservas	–	–	32.115	–	457.643	–	(489.758)	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	(152.547)	(152.547)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**2.229.971**	**28.521**	**95.986**	**222.129**	**903.583**	**(24.188)**	**–**	**3.456.002**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos		**650.065**	**504.321**	**670.266**	**511.103**
Ajustado por:					
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	3	–	1.571	(735)
Perda no valor realizável do estoque	8	29.922	34.518	39.376	51.953
Perda no valor recuperável de investimentos		–	–	3.565	–
Constituição (líquida das reversões) de provisão para riscos administrativos e judiciais	13	36.701	(45.188)	46.234	(343.662)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(477.366)	(464.686)	958	(515)
Juros sobre arrendamento mercantil	17	119.248	101.077	148.289	124.654
Resultado da baixa residual arrendamentos	17	(2.913)	(1.592)	(7.312)	(1.592)
Depreciação do direito de uso	17	179.907	170.987	217.329	205.835
Descontos sobre arrendamentos	17	–	(1.719)	–	(1.719)
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	15,16	155.593	144.806	231.621	204.175
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	15,16	11.602	19	13.031	6.393
Juros e custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	19	646	1.527	25.456	27.352
Juros e custo de captação sobre debêntures	19	68.123	89.805	165.062	154.335
Juros sobre parcelamentos de tributos	21	12.460	5.010	26.835	13.900
Juros sobre pagamentos em atraso	31	308	1.291	551	1.496
Juros com partes relacionadas	31	–	–	(6.454)	–
Juros sobre atraso de impostos	31	6.827	1.652	7.689	5.018
Remuneração baseada em ações		(114)	4.963	(114)	11.740
		791.012	**546.791**	**1.583.953**	**969.731**
Variações em:					
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber	7	(238.188)	149.124	(600.893)	200.657
Estoques	8	(360.661)	(91.855)	(741.171)	6.895
Instrumentos financeiros derivativos ativo	9	–	–	23.835	(21.032)
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar		(68.348)	35.728	(125.532)	249.115
Depósitos judiciais	13	(13.009)	(43.732)	(33.108)	(207.608)
Outros ativos	11	(17.302)	9.721	(98.454)	(29.423)
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores	18	227.350	(158.023)	616.517	(184.244)
Fornecedores - risco sacado	18	32.108	(10.379)	32.108	(10.379)
Obrigações tributárias	20	(27.871)	70.300	(66.367)	263.416
Parcelamentos de tributos	21	(14.134)	53.163	(24.131)	132.072
Instrumentos financeiros derivativos passivo	9	–	–	131.305	(87.231)
Contingências pagas	13	(30.004)	(44.889)	(32.740)	(64.901)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	99.574	64.347	96.625	83.562
Outras contas a pagar	25	43.784	39.235	59.992	76.278
Outros passivos	26	20.981	7.816	6.328	16.671
Variação nos ativos e passivos:		**(345.720)**	**80.556**	**(755.686)**	**423.848**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.341)	–	(24.552)	(42.827)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	19	(759)	(1.567)	(23.998)	(25.463)
Juros pagos sobre debêntures	19	(70.455)	(89.156)	(136.894)	(161.938)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**363.737**	**536.624**	**642.823**	**1.163.351**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições de ativo imobilizado	15	(232.764)	(100.349)	(289.896)	(138.467)
Adições no intangível	16	(58.671)	(58.951)	(130.541)	(121.445)
Recompra de ações		–	–	(125.972)	(27.086)
Dividendos recebidos	23	344.905	132.058	–	–
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**53.470**	**(27.242)**	**(546.409)**	**(286.998)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos tomados		68.084	–	68.084	–
Emissão de debêntures	19	–	–	496.037	298.008
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	19	(274.677)	(181.901)	(528.170)	(597.426)
Arrendamentos pagos	17	(285.826)	(263.847)	(338.353)	(356.039)
Juros sobre capital próprio recebido	23	58.682	82.598	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada		(3.132)	(4.806)	1.000	(1.400)
Dividendos pagos	23	(152.921)	–	(152.921)	(147.520)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(589.790)**	**(367.957)**	**(454.323)**	**(804.377)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		**(172.583)**	**141.426**	**(357.909)**	**71.976**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		**467.769**	**326.343**	**945.378**	**873.402**
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**295.186**	**467.769**	**587.469**	**945.378**
Transações que não afetaram caixa					
Outros resultados abrangentes		(92.787)	95.557	(92.787)	95.557
Adição ao imobilizado		3.637	5.961	4.569	5.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e cidade de São Paulo. A SBF Comércio é controlada pela Grupo SBF S.A. ("Grupo SBF"). O Grupo possui suas ações negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação "SBFG3". As demonstrações financeiras da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, compreendem a Controladora SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas, denominadas em conjunto ("Consolidado"). A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas diretas, individualmente ou em conjunto, tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, vestuários, entretenimento em geral, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, a distribuição e a importação de qualquer tipo de calçado, vestuário, malas, acessórios e equipamentos esportivos, bem como qualquer outro item de moda esportiva ou informal, da marca "Nike", a produção audiovisual e a produção de filmes para publicidade. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 6 de março de 2026.

As controladas e coligada da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas abaixo:

	Participação societária				
	Direta		Indireta		
Controladas e coligada	2025	2024	2025	2024	Atividade
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda. ("Lione")	100%	100%	–	–	Comércio esportivo
FitDance Entretenimento Ltda. ("FitDance")	100%	100%	–	–	Produção audiovisual
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda. ("Fisia")	100%	100%	–	–	Comércio atacadista e varejista
X3M Entretenimento S.A. ("X3M") (a)	–	–	–	30%	Produção de eventos esportivos

(a) Em 2025, a Companhia realizou o desinvestimento na operação da X3M. O movimento é resultado do novo ciclo estratégico da Companhia, que visa concentrar esforços e recursos em sua principal unidade de negócio: Centauro. O desinvestimento não gerou efeitos relevantes em seus resultados, patrimônio, negócios e operações. As principais informações sobre cada uma das controladas que compõem as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão apresentadas na Nota 14. As políticas contábeis materiais foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas líquidas	28	7.081.988	5.939.643	12.088.651	9.516.148
Custo das vendas e dos serviços prestados	29	(5.033.417)	(4.273.542)	(8.118.698)	(6.131.633)
Lucro bruto		**2.048.571**	**1.666.101**	**3.969.953**	**3.384.515**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	30	(1.312.185)	(1.157.742)	(2.407.064)	(2.192.049)
Reversão (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	(3)	–	(1.571)	735
Despesas administrativas e gerais	30	(390.163)	(400.876)	(643.900)	(640.860)
Outras ganhos (perdas), líquidos		(13.329)	49.224	(3.571)	18.713
Resultado de equivalência patrimonial	14	477.366	464.686	(958)	515
Despesas operacionais, líquidas		**(1.238.314)**	**(1.044.708)**	**(3.057.064)**	**(2.812.946)**
Lucro operacional		**810.257**	**621.393**	**912.889**	**571.569**
Receitas financeiras	31	65.100	62.732	278.167	216.562
Despesas financeiras	31	(225.292)	(179.804)	(520.790)	(277.028)
Resultado financeiro, líquido		**(160.192)**	**(117.072)**	**(242.623)**	**(60.466)**
Lucro antes dos impostos		**650.065**	**504.321**	**670.266**	**511.103**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(19.183)	–	(45.513)	(1.175)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	11.423	18.434	17.552	12.827
Lucro líquido do exercício		**642.305**	**522.755**	**642.305**	**522.755**
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia					
Lucro básico por ação (média ponderada)	27			0,13	0,11
Lucro diluído por ação (média ponderada)	27			0,13	0,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**642.305**	**522.755**	**642.305**	**522.755**
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa de controlada	(140.586)	144.784	(140.586)	144.784
Outros resultados abrangentes	**(140.586)**	**144.784**	**(140.586)**	**144.784**
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	47.799	(49.227)	47.799	(49.227)
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	**(92.787)**	**95.557**	**(92.787)**	**95.557**
Resultado abrangente do exercício	**549.518**	**618.312**	**549.518**	**618.312**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Reapresentado		Reapresentado
Receitas	**8.871.972**	**7.432.109**	**15.003.466**	**12.016.098**
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	8.828.005	7.354.872	14.898.611	11.873.140
Receitas relativas à construção de ativos próprios	41.641	38.185	90.570	86.051
(Perda) reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	(3)	–	(1.571)	735
Outras receitas	2.329	39.052	15.856	56.172
Insumos adquiridos de terceiros	**(4.268.373)**	**(3.648.062)**	**(7.465.230)**	**(5.899.980)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.702.480)	(3.138.632)	(5.987.036)	(4.507.865)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(501.545)	(456.138)	(1.400.033)	(1.314.728)
Perda de valores ativos	(64.348)	(53.292)	(78.161)	(77.387)
Valor adicionado bruto	**4.603.599**	**3.784.047**	**7.538.236**	**6.116.118**
Depreciação e amortização	(338.156)	(316.427)	(451.254)	(410.301)
Valor adicionado liquido produzido	**4.265.443**	**3.467.620**	**7.086.982**	**5.705.817**
Valor recebido em transferência	**542.466**	**527.418**	**277.209**	**217.077**
Resultado de equivalência patrimonial	477.366	464.686	(958)	515
Receitas financeiras	65.100	62.732	278.167	216.562
Valor adicionados total a distribuir	**4.807.909**	**3.995.038**	**7.364.191**	**5.922.894**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**629.221**	**570.118**	**948.847**	**883.571**
Remuneração direta	418.451	371.324	619.651	565.214
Benefícios	171.647	166.055	272.541	270.058
FGTS	39.123	32.739	56.655	48.299
Impostos, taxas e contribuições	**3.086.151**	**2.526.279**	**4.945.219**	**3.958.194**
Federais	1.237.106	1.023.641	1.958.063	1.557.251
Estaduais	1.824.104	1.478.134	2.955.279	2.369.498
Municipais	24.941	24.504	31.877	31.445
Remuneração de capitais de terceiros	**450.232**	**375.886**	**827.820**	**558.374**
Despesas financeiras (juros)	152.380	85.783	221.235	6.670
Aluguéis	75.473	71.405	124.721	122.425
Outras	222.379	218.698	481.864	429.279
Remuneração de capitais próprios	**642.305**	**522.755**	**642.305**	**522.755**
Dividendos	152.547	124.154	152.547	124.154
Lucro líquido do exercício	489.758	398.601	489.758	398.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas contábeis internacionais (*IFRS® Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("*IASB*"), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos seguintes itens: • instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; • instrumentos financeiros não - derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado; A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **(a) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **Reapresentação dos saldos comparativos DVA do exercício findo em 31 de dezembro de 2024:** Para manter a consistência e comparabilidade com o exercício corrente, a Companhia reapresentou a DVA de 31 de dezembro de 2024, incluindo a rubrica "Receitas relativas à construção de ativos próprios" no valor de R$ 38.185 (R$ 86.051 nos saldos consolidados). substancialmente representados por gastos com desenvolvimento de softwares. Consequentemente, o mesmo montante foi reapresentado nas rubricas Remuneração direta, FGTS, e Impostos federais. Esta reapresentação não gerou qualquer outro impacto nas demonstrações financeiras ou em índices relevantes e estão sendo reapresentadas para fins de comparabilidade. Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

	Controladora		
	31/12/2024 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2024 (Reapresentado)
Receitas	**7.393.924**	**38.185**	**7.432.109**
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	7.354.872	–	7.354.872
Receitas relativas à construção de ativos próprios	–	38.185	38.185
Outras receitas	39.052	–	39.052
Valor adicionado total a distribuir	**3.956.853**	**38.185**	**3.995.038**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	**539.531**	**30.587**	**570.118**
Remuneração direta	342.136	29.188	371.324
Benefícios	166.055	–	166.055
FGTS	31.340	1.399	32.739
Impostos, taxas e contribuições	**2.518.681**	**7.598**	**2.526.279**
Federais	1.016.043	7.598	1.023.641
Estaduais	1.478.134	–	1.478.134
Municipais	24.504	–	24.504

continua →★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado
ICP Brasil
A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65

Demonstrações Financeiras 2025

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		
	31/12/2024 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2024 (Reapresentado)
Receitas	**11.930.047**	**86.051**	**12.016.098**
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	11.873.140	–	11.873.140
Receitas relativas à construção de ativos próprios	–	86.051	86.051
(Perda) reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	735	–	735
Outras receitas	56.172	–	56.172
Valor adicionado total a distribuir	**5.836.843**	**86.051**	**5.922.894**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	**808.860**	**74.711**	**883.571**
Remuneração direta	494.271	70.943	565.214
Benefícios	270.058	–	270.058
FGTS	44.531	3.768	48.299
Impostos, taxas e contribuições	**3.946.854**	**11.340**	**3.958.194**
Federais	1.545.911	11.340	1.557.251
Estaduais	2.369.498	–	2.369.498
Municipais	31.445	–	31.445

2.3. Consolidação: A Companhia detém participações societárias diretas e indiretas. As participações societárias em sociedades controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre empresas consolidadas (incluindo a controladora) e participação da controlada no patrimônio líquido das controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras consolidadas como nas individuais da controladora. **2.4. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **2.5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos:** A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. Em 2025, a Companhia avaliou as emendas aos CPCs e às normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidos pelo CPC e *International Accounting Standards Board* (*IASB*), respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1° de janeiro de 2025. As principais alterações são: **a) Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção dessa norma não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da SBF Comércio. **2.6. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **a) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. **b) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. **c) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **d) IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:** Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **e) Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*). Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. **f) Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) às quais estão relacionados. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.7. Informações por segmento:** Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. A Administração determinou que o CEO da controladora Grupo SBF S.A., em conjunto com a diretoria executiva do Grupo SBF, são os responsáveis pela tomada de decisões estratégicas e análise de informações sobre os resultados operacionais, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento. Consequentemente, a Administração determinou que a Companhia possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível por segmento, e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada. Exceto pela receita bruta (Nota 28), não há informação financeira individualizada disponível. Toda a receita da Companhia é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes da Companhia estão localizados no Brasil. Durante o exercício de 2025 a atividade de serviços não se qualificou como um segmento reportável, visto que a receita desse segmento foi inferior a 10% do total da receita no exercício. **2.8. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.9. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças em moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Adicionalmente, as alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio líquido.

3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2025

3.1. Operação de venda de mercadorias com a Premier pela controlada Fisia: A partir do segundo trimestre de 2025, a Companhia reestruturou seu modelo de atendimento ao canal de atacado e a controlada Fisia passou a realizar transações de compra e venda de mercadorias com a empresa relacionada Premier. O objetivo dessa nova operação é a otimização logística e de distribuição a partir dos centros de distribuição para as lojas em todo o Brasil, bem como maior eficiência no abastecimento do mercado atacadista de produtos Nike. Os principais impactos da nova transação nos saldos contábeis consolidados são verificados, principalmente, nas rubricas Contas a Receber (Nota 7), Fornecedores (Nota 18), Receitas Líquidas (Nota 28) e Custo das Mercadorias Vendidas (Nota 29). Inclui-se, ainda, a redução do risco de crédito para a Companhia (Nota 5), uma vez que, na avaliação da própria Companhia, o risco de perda do valor recuperável de ativos financeiros é maior nas operações de atacado. De forma geral, os efeitos da nova transação nas rubricas destacadas acima refletem o movimento dos saldos entre linhas, com redução dos montantes associados às vendas no atacado e aumento dos montantes associados às compras e vendas entre partes relacionadas. Toda a operação está suportada por contrato assinado, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) de ativos com vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 16. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração. **b) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. As contas a receber de clientes atacado (Nota 7) estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas. **c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos incluem um saldo consolidado de R$ 614.009 (R$ 546.892 em 31 de dezembro de 2024) relacionado a prejuízos fiscais, diferenças temporárias e bases negativas geradas pelas controladas da SBF Comércio. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para as controladas. **d) Contingências tributárias:** A Companhia mantém discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem discussões estaduais referentes à cobrança de ICMS e multa, pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **e) Taxa incremental sobre os arrendamentos a pagar:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental determinada com base na taxa de juros dos empréstimos do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, ou seja, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **f) Julgamentos críticos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Determinação do prazo do arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou exercícios após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: - Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). - Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la). Durante o exercício corrente, o efeito financeiro consolidado da revisão dos prazos de arrendamento a fim de refletir o efeito do exercício das opções de prorrogação e rescisão resultou em um aumento de R$ 97.754 nos passivos de arrendamento e ativos de direito de uso reconhecidos (R$ 139.407 em 31 de dezembro de 2024).

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1. Política contábil: 5.1.1. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios da Companhia para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los. **Mensuração subsequente: Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado, incluem os saldos do contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. **Valor justo por meio do resultado:** Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no exercício em que ocorrerem. **Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram, a Companhia transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que a Companhia manteve. Com relação aos clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros:** A Companhia apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 60 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". A Companhia considera que este seja baixo ou superior de acordo com o rating de crédito publicado por agências especializadas e renomadas no mercado. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis da Companhia referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com a Companhia (não há histórico de perdas) e rating de crédito das administradoras avaliado pelo mercado. **5.1.2. Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem instrumentos financeiros derivativos (Nota 9), operações de arrendamento (Nota 17), fornecedores e operações de risco sacado (Nota 18), empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 19) e dividendos a pagar (Nota 23). **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando sua obrigação é liquidada, cancelada ou expirada. Quando os termos de um passivo financeiro existente são substancialmente modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, a Companhia desreconhece o passivo original e reconhece um novo passivo financeiro a valor justo baseado nos termos modificados. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **5.1.3. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio. No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente. ***Hedges* de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta ajuste de avaliação patrimonial. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida na conta ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta de ajuste de avaliação patrimonial são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta ajuste de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, contratos de hedge, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta ajuste de avaliação patrimonial são imediatamente reclassificados para o resultado. **5.2. Gestão de riscos financeiros: 5.2.1. Fatores de risco financeiro:** Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
a.1) Risco de mercado - moeda	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
a.2) Risco de mercado - taxa de juros	Aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Análise de alavancagem
b) Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes atacado, instrumentos financeiros derivativos e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings
c) Risco de liquidez	Empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado: Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, a Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. **a.1) Risco de moeda:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo, por sua controlada Fisia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não havia nenhum empréstimo, financiamento ou debênture em moeda estrangeira destinado a importação em aberto. Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial da Companhia dos riscos de mercado, preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo por sua controlada Fisia, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Derivativos operacionais - Notional (NDF)	(1.647.857)	(1.306.684)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de *hedge*. O *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é registrada como componente de "Outros resultados abrangentes". Em 31 de dezembro de 2025, a perda, líquida de impostos, foi de R$ 24.188 (ganho de R$ 68.599 em 31 de dezembro de 2024). O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva. Os valores acumulados em "Outros resultados abrangentes" são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de *hedge*).

Instrumento de hedge				Objeto de hedge	
Vencimentos	**Moeda**	**Notional**	**Valor justo**	**Operação**	**Vencimentos estimados**
21/01/2026 a 22/02/2027	BRL	(1.647.857)	(130.483)	NDF	21/01/2026 a 22/02/2027
Total consolidado		**(1.647.857)**	**(130.483)**		

Valor justo: No quadro abaixo, apresentamos o detalhamento dos derivativos mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2025. Todos têm como finalidade a proteção dos fluxos de caixa contra o risco de oscilação cambial sobre os passivos decorrentes da compra de mercadorias junto a fornecedores associados à Nike Inc.

Consolidado					
Derivativo	**Valor principal**	**Posição comprada ou vendida**	**Valor justo**	**Prazo máximo de vencimento**	**Contraparte**
NDF	(8.658)	Comprado	32	19/11/2026	ABC
NDF	(655.514)	Comprado	(40.495)	22/02/2027	Bradesco
NDF	(155.122)	Comprado	(8.492)	20/08/2026	BTG
NDF	(53.330)	Comprado	(6.766)	21/01/2026	HSBC Brasil
NDF	(866.032)	Comprado	(52.074)	22/02/2027	Santander
NDF	(177.850)	Comprado	(18.253)	19/11/2026	Votorantim
NDF	(186.211)	Vendido	(1.671)	22/02/2027	Banco do Brasil
NDF	4.143	Vendido	(97)	27/05/2026	ABC
NDF	92.400	Vendido	1.346	20/08/2026	Bradesco
NDF	193.340	Vendido	(3.273)	19/11/2026	BTG
NDF	68	Vendido	3	20/08/2026	HSBC Brasil
NDF	38.029	Vendido	(236)	20/08/2026	Itaú
NDF	90.480	Vendido	(383)	19/11/2026	Santander
NDF	1.824	Vendido	14	27/05/2026	Votorantim
NDF	34.576	Vendido	(138)	27/05/2026	Banco do Brasil
Total	**(1.647.857)**		**(130.483)**		

a.2) Risco de taxa de juros: Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os arrendamentos, empréstimos, financiamentos e debêntures, em sua maioria pós-fixados, tomados pela Companhia. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos. Nas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia, correspondem a:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Aplicações financeiras (Nota 6)	286.807	457.957	545.228	865.117
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	(60.702)	(741)	(184.322)	(172.790)
Debêntures (Nota 19)	(342.259)	(611.258)	(1.173.623)	(1.119.578)
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	(1.245.389)	(1.306.237)	(1.561.774)	(1.604.992)
Total	**(1.361.543)**	**(1.460.279)**	**(2.374.491)**	**(2.032.243)**

Análise de sensibilidade: O risco da Companhia decorre das operações com aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos atrelados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para análise de sensibilidade, a Companhia utilizou o CDI do índice DI da B3 (14,90% anual), os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.

			Controladora			
			Aumento dos juros		Redução dos juros	
	31/12/2025	**Provável**	**Possível (+) 25%**	**Remoto (+) 50%**	**Possível (–) -25%**	**Remoto (–) -50%**
Aplicações financeiras (Nota 6)	286.807	42.734	53.418	64.101	32.051	21.367
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	(60.702)	(9.045)	(11.306)	(13.568)	(6.784)	(4.523)
Debêntures (Nota 19)	(342.259)	(50.997)	(63.746)	(76.496)	(38.248)	(25.499)
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	(1.245.389)	(185.563)	(231.954)	(278.345)	(139.172)	(92.782)

			Consolidado			
			Aumento dos juros		Redução dos juros	
	31/12/2025	**Provável**	**Possível (+) 25%**	**Remoto (+) 50%**	**Possível (–) -25%**	**Remoto (–) -50%**
Aplicações financeiras (Nota 6)	545.228	81.239	101.549	121.859	60.929	40.620
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	(184.322)	(27.464)	(34.330)	(41.196)	(20.598)	(13.732)
Debêntures (Nota 19)	(1.173.623)	(174.870)	(218.588)	(262.305)	(131.153)	(87.435)
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	(1.561.774)	(232.704)	(290.880)	(349.056)	(174.528)	(116.352)

b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e do atacado e por aplicações financeiras. As vendas da Companhia em lojas ou na plataforma digital são efetuadas por meio de cartão de crédito ou pagamento à vista, pix, boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as vendas do atacado são via boleto registrado. O risco de crédito da Companhia está presente nos recebíveis das administradoras de cartão de crédito, responsáveis por 97,0% (87,2% em 31 de dezembro de 2024) dos recebíveis no balanço da Companhia, e nos recebíveis de atacado, responsáveis por 3,0% (12,8% em 31 de dezembro de 2024). Historicamente, a Companhia registra provisão para perda do valor recuperável de ativos financeiros somente para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o relacionamento com a Companhia (não há histórico de perda) e o rating de crédito avaliado pelo mercado. No entanto, a partir da nova operação de venda de mercadorias da controlada Fisia com parte relacionada (Nota 3), a nova avaliação da Companhia é a de que todo o saldo de recebíveis contém baixo risco de crédito, uma vez que, a Companhia descontinuou suas operações de venda direta ao mercado atacado. Devido a característica de seu negócio a Companhia não possui níveis diferenciados de risco de crédito do contas a receber de varejo por região ou perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito. A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2025 e 2024 é demonstrada na Nota 7. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Caixa e bancos (Nota 6)	8.163	9.558	11.460	35.305
Meios de pagamento (Nota 6)	216	254	30.781	44.956
Aplicações financeiras (Nota 6)	286.807	457.957	545.228	865.117
Contas a receber (Nota 7)	1.271.938	1.033.753	2.485.095	1.726.262
Outros ativos (Nota 11)	55.863	38.565	236.538	138.084
Depósitos judiciais (Nota 13)	163.938	150.929	644.171	611.063
Total	**1.786.925**	**1.691.016**	**3.953.273**	**3.420.787**

c) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente das contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à obrigações de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2025, os fluxos de caixa esperados provenientes das contas a receber de clientes e outros recebíveis consolidado com vencimento dentro de dois meses era de R$ 979.580 (R$ 1.021.495 em 31 de dezembro de 2024).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Obrigações a curto prazo	(2.403.610)	(2.065.440)	(4.174.348)	(3.242.779)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	295.186	467.769	587.469	945.378
Contas a receber (Nota 7)	1.271.938	1.033.753	2.485.095	1.726.262
Instrumentos financeiros derivativos - ativo (Nota 9)	–	–	1.395	165.816
Total	**(836.486)**	**(563.918)**	**(1.100.389)**	**(405.323)**
Total do patrimônio líquido	3.456.002	3.062.351	3.456.002	3.062.351
Índice de endividamento líquido	**24%**	**18%**	**32%**	**13%**

Exposição ao risco de liquidez: A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação. A Companhia acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis de cartão de crédito podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas à vista, por meio de venda da carteira de recebíveis. A maior parte dos empréstimos, financiamentos e debêntures está no longo prazo, com 68,2% do saldo consolidado a ser liquidado a partir de 12 meses, e custo médio aproximado de CDI + 1,43% anual.

continua →★

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.

Jornal O DIA SP

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65

Demonstrações
Financeiras 2025

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

	Controladora						
31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 18)	1.048.155	1.048.155	293.037	755.118	–	–	–
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	84.325	84.325	55.654	28.671	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	60.702	73.077	5.282	24.902	27.163	15.730	–
Debêntures (Nota 19)	342.259	383.715	9.347	195.405	178.963	–	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	1.245.389	1.857.607	80.485	237.658	523.766	393.922	621.776
Impostos parcelados (Nota 21)	71.932	71.932	1.580	19.623	10.201	40.528	–
Outras contas a pagar (Nota 25)	132.001	132.001	132.001	–	–	–	–
Total	**2.984.763**	**3.650.812**	**577.386**	**1.261.377**	**740.093**	**450.180**	**621.776**

	Controladora						
31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 18)	816.860	816.860	616.953	199.907	–	–	–
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	52.217	52.217	19.021	33.196	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	741	757	511	246	–	–	–
Debêntures (Nota 19)	611.258	700.681	12.443	313.412	197.760	177.066	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	1.306.237	1.781.779	44.095	229.035	520.050	412.736	575.863
Impostos parcelados (Nota 21)	73.606	73.606	2.730	10.063	8.459	22.076	30.278
Outras contas a pagar (Nota 25)	88.217	88.217	88.217	–	–	–	–
Total	**2.949.136**	**3.514.117**	**783.970**	**785.859**	**726.269**	**611.878**	**606.141**

	Consolidado						
31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 18)	1.742.220	1.742.220	1.626.687	115.533	–	–	–
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	84.325	84.325	55.654	28.671	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	184.322	220.558	16.676	77.811	84.337	41.734	–
Debêntures (Nota 19)	1.173.623	1.525.140	51.328	414.372	412.890	646.550	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	1.561.774	2.339.950	97.530	291.892	641.771	497.746	811.011
Impostos parcelados (Nota 21)	242.275	242.275	3.398	65.843	32.049	90.001	50.984
Outras contas a pagar (Nota 25)	255.662	255.662	243.582	12.080	–	–	–
Total	**5.244.201**	**6.410.130**	**2.094.855**	**1.006.202**	**1.171.047**	**1.276.031**	**861.995**

	Consolidado						
31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores (Nota 18)	1.120.583	1.120.582	898.250	222.332	–	–	–
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	52.217	52.217	19.021	33.196	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	172.790	212.304	12.374	56.207	61.838	81.885	–
Debêntures (Nota 19)	1.119.578	1.304.951	57.106	452.590	458.942	336.313	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	1.604.992	2.218.875	52.183	270.918	619.392	501.307	775.075
Impostos parcelados (Nota 21)	239.571	239.571	8.015	36.489	40.126	85.406	69.535
Outras contas a pagar (Nota 25)	207.757	207.757	207.757	–	–	–	–
Total	**4.517.488**	**5.356.257**	**1.254.706**	**1.071.732**	**1.180.298**	**1.004.911**	**844.610**

Os fluxos de entradas/saídas divulgadas na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta. **5.2.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A gestão de capital ocorre considerando os montantes consolidados da Companhia. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	184.322	172.790
Debêntures (Nota 19)	1.173.623	1.119.578
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(587.469)	(945.378)
Dívida líquida	**770.476**	**346.990**
Total do patrimônio líquido	3.456.002	3.062.351
Capital total	**4.226.478**	**3.409.341**
Índice de alavancagem financeira	**18,23%**	**10,18%**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido consolidado de R$ 2.022.845 (R$ 1.918.597 em 31 de dezembro de 2024) e lucro antes dos impostos consolidado de R$ 670.266 (R$ 511.103 em 31 de dezembro de 2024). **5.2.3. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Valor justo versus valor contábil - Consolidado:** Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes empréstimos e financiamentos. A Companhia possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco. A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo entre 31 de dezembro de 2025 e 2024:

		Controladora		
		31/12/2025		
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 6)	–	8.163	–	8.163
Meios de pagamento (Nota 6)	–	216	–	216
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	286.807	286.807	–
Contas a receber (Nota 7)	–	1.271.938	–	1.271.938
Depósitos judiciais (Nota 13)	–	163.938	–	163.938
Total	**–**	**1.731.062**	**286.807**	**1.444.255**
Passivos				
Fornecedores (Nota 18)	–	1.048.155	–	1.048.155
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	–	84.325	–	84.325
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	–	60.702	–	60.702
Debêntures (Nota 19)	–	342.259	–	342.259
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	–	1.245.389	–	1.245.389
Impostos parcelados (Nota 21)	–	71.932	–	71.932
Total	**–**	**2.852.762**	**–**	**2.852.762**

		Controladora		
		31/12/2024		
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 6)	–	9.558	–	9.558
Meios de pagamento (Nota 6)	–	254	–	254
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	457.957	457.957	–
Contas a receber (Nota 7)	–	1.033.753	–	1.033.753
Depósitos judiciais (Nota 13)	–	150.929	–	150.929
Total	**–**	**1.652.451**	**457.957**	**1.194.494**
Passivos				
Fornecedores (Nota 18)	–	816.860	–	816.860
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	–	52.217	–	52.217
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	–	741	–	741
Debêntures (Nota 19)	–	611.258	–	611.258
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	–	1.306.237	–	1.306.237
Impostos parcelados (Nota 21)	–	73.606	–	73.606
Total	**–**	**2.860.919**	**–**	**2.860.919**

		Consolidado		
		31/12/2025		
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 6)	–	11.460	–	11.460
Meios de pagamento (Nota 6)	–	30.781	–	30.781
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	545.228	545.228	–
Contas a receber (Nota 7)	–	2.485.095	–	2.485.095
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	1.395	1.395	–
Depósitos judiciais (Nota 13)	–	644.171	–	644.171
Total	**–**	**3.718.130**	**546.623**	**3.171.507**
Passivos				
Fornecedores (Nota 18)	–	1.742.220	–	1.742.220
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	–	84.325	–	84.325
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	–	184.322	–	184.322
Debêntures (Nota 19)	–	1.173.623	–	1.173.623
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	131.878	131.878	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	–	1.561.774	–	1.561.774
Impostos parcelados (Nota 21)	–	242.275	–	242.275
Total	**–**	**5.120.417**	**131.878**	**4.988.539**

		Consolidado		
		31/12/2024		
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 6)	–	35.305	–	35.305
Meios de pagamento (Nota 6)	–	44.956	–	44.956
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	865.117	865.117	–
Contas a receber (Nota 7)	–	1.726.262	–	1.726.262
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	165.816	165.816	–
Depósitos judiciais (Nota 13)	–	611.063	–	611.063
Total	**–**	**3.448.519**	**1.030.933**	**2.417.586**
Passivos				
Fornecedores (Nota 18)	–	1.120.583	–	1.120.583
Fornecedores - risco sacado (Nota 18)	–	52.217	–	52.217
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	–	172.790	–	172.790
Debêntures (Nota 19)	–	1.119.578	–	1.119.578
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	573	573	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	–	1.604.992	–	1.604.992
Impostos parcelados (Nota 21)	–	239.571	–	239.571
Total	**–**	**4.310.304**	**573**	**4.309.731**

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1. Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor, são representadas por Certificados de Depósito Bancário - "CDB" remunerados por taxas que variam aproximadamente em 95,2% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - "CDI" para aplicações diárias (97,1% em 31 de dezembro de 2024).

6.2. Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	6.081	5.161	7.833	7.144
Bancos	2.082	4.397	3.627	28.161
Meios de pagamento (a)	216	254	30.781	44.956
Aplicações financeiras	286.807	457.957	545.228	865.117
Total	**295.186**	**467.769**	**587.469**	**945.378**

(a) Meios de pagamento referem-se as carteiras digitais utilizadas em transações financeiras eletrônicas para recebimento de recursos nas operações de vendas de mercadorias que possuem liquidez imediata.

7. CONTAS A RECEBER

7.1. Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

7.2. Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Administradora de cartão de crédito (a)	1.021.415	866.244	1.623.453	1.392.681
Contas a receber - atacado/serviços	399	3.571	5.693	171.035
Contas a receber atacado - marketplace (b)	6.449	815	44.171	33.304
Provisão para perda esperada do contas a receber	(3)	–	(1.708)	(137)
Subtotal	**1.028.260**	**870.630**	**1.671.609**	**1.596.883**
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 24) (c)	243.678	163.123	813.486	129.379
Total	**1.271.938**	**1.033.753**	**2.485.095**	**1.726.262**

(a) Refere-se ao saldo a receber de administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões. (b) Refere-se ao saldo a receber pelas vendas por meio de plataformas digitais de terceiros. (c) Em 2025, o saldo consolidado foi impactado pelas transações de compra e venda de mercadorias da controlada Fisia com a empresa relacionada Premier (Nota 3). As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda de crédito esperada das vendas ao atacado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial em 1° de janeiro	**–**	**–**	**(137)**	**(872)**
Constituição	(1.613)	–	(4.146)	(1.720)
Reversões	153	–	925	2.331
Perda efetiva	1.457	–	1.650	124
Total	**(3)**	**–**	**(1.708)**	**(137)**

A provisão para perda esperada da controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada abaixo:

	Controladora			
	Saldo contábil bruto 31/12/2025	(%) Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Recebíveis de atacado/serviços	6.848	0,05%	(3)	Não
Recebíveis de varejo	1.021.415	0,00%	–	Não
Total	**1.028.263**	–	**(3)**	–

A provisão para perda esperada do consolidado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas abaixo:

	Consolidado			
	Saldo contábil bruto 31/12/2025	(%) Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Recebíveis de atacado/serviços	49.864	3,43%	(1.708)	Não
Recebíveis de varejo	1.623.453	0,00%	–	Não
Total	**1.673.317**	–	**(1.708)**	–

	Consolidado			
	Saldo contábil bruto 31/12/2024	(%) Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Recebíveis de atacado/serviços	204.339	0,07%	(137)	Não
Recebíveis de varejo	1.392.681	0,00%	–	Não
Total	**1.597.020**	–	**(137)**	–

A seguir apresentamos o aging list, líquido da provisão para perda esperada do contas a receber e das transações com partes relacionadas:

	Controladora	
Aging	31/12/2025	31/12/2024
Vencidos acima de 120 dias	4	1.539
Vencidos de 91 a 120 dias	1	90
Vencidos de 61 a 90 dias	–	198
Vencidos de 31 a 60 dias	212	133
Vencidos até 30 dias	122	187
A vencer até 30 dias	397.928	348.589
A vencer de 31 a 60 dias	201.589	177.930
A vencer de 61 a 90 dias	158.618	128.393
A vencer de 91 a 120 dias	89.994	74.143
A vencer de 121 a 180 dias	99.311	77.136
A vencer de 181 a 365 dias	80.484	62.292
Total	**1.028.263**	**870.630**

	Consolidado	
Aging	31/12/2025	31/12/2024
Vencidos acima de 120 dias	1.514	2.434
Vencidos de 91 a 120 dias	70	128
Vencidos de 61 a 90 dias	23	335
Vencidos de 31 a 60 dias	238	731
Vencidos até 30 dias	124	1.617
A vencer até 30 dias	662.639	682.425
A vencer de 31 a 60 dias	316.941	339.070
A vencer de 61 a 90 dias	256.873	211.006
A vencer de 91 a 120 dias	143.816	118.478
A vencer de 121 a 180 dias	159.369	123.881
A vencer de 181 a 365 dias	131.710	116.915
Total	**1.673.317**	**1.597.020**

8. ESTOQUES

8.1. Política contábil: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda. O ajuste ao valor realizável dos estoques da Companhia é constituído por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas. Os estoques estão armazenados em bom estado de conservação e segurança, com baixo risco de obsolescência no curto prazo. **8.2. Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercadoria de revenda (lojas)	885.824	624.044	1.283.402	761.929
Mercadoria de revenda (centros de distribuição)	343.850	279.324	1.053.266	989.657
Importação em andamento	39.656	34.798	331.530	216.645
Almoxarifado	10.980	12.902	14.071	14.670
Subtotal	**1.280.310**	**951.068**	**2.682.269**	**1.982.901**
Ajuste ao valor realizável dos estoques	(8.238)	(9.735)	(22.099)	(24.526)
Total	**1.272.072**	**941.333**	**2.660.170**	**1.958.375**

Movimentação da perda no valor realizável do estoque:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial em 1° de janeiro	**(9.735)**	**(5.606)**	**(24.526)**	**(20.686)**
Adição	(29.922)	(34.518)	(39.376)	(51.953)
Perdas efetivas nos estoques	31.419	30.389	41.803	48.113
Saldo final	**(8.238)**	**(9.735)**	**(22.099)**	**(24.526)**

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

9.1. Política contábil: A contratação e operação de *hedge* da Companhia está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (*hedge*). As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5.

9.2. Composição:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contratos de câmbio utilizados para derivativos - Ativo	1.395	165.816
Contratos de câmbio utilizados para derivativos - Passivo	(131.878)	(573)
Total	**(130.483)**	**165.243**

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de proteção e não como investimentos especulativos.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS (a)	165.198	140.138	326.444	237.033
PIS (b)	15.901	4.504	17.647	7.225
COFINS (b)	73.240	20.743	81.484	33.505
IRRF	19.388	18.484	30.882	27.909
INSS	998	916	9.331	8.850
Outros	83	16	461	172
Total	**274.808**	**184.801**	**466.249**	**314.694**
Circulante	**182.864**	**82.537**	**257.029**	**197.064**
Não circulante	**91.944**	**102.264**	**209.220**	**117.630**

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes e por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros. Em 2025, os saldos consolidados foram impactados pelas transações de compra e venda de mercadorias com a empresa relacionada Premier (Nota 3). (b) Em dezembro de 2025, os créditos de PIS e de COFINS, anteriormente utilizados na compensação não homologada de débitos de contribuição previdenciária patronal - INSS, foram reconstituídos após a adesão ao Programa de Transação Integral ("PTI"), nos termos da Portaria PGFN/MF nº 721/2025 (Nota 22). Em 31 de dezembro de 2025 o saldo consolidado dos créditos a serem compensados era de R$ 326.444, sendo que o saldo de créditos a ser utilizado em até 12 meses era de R$ 123.632 da sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

	Utilização	
	Controladora	Consolidado
Até 12 meses	77.385	123.632
Acima de 12 meses	87.813	202.812
Total	**165.198**	**326.444**

Reforma tributária sobre o consumo: A Companhia monitora continuamente os impactos da Reforma tributária sobre o consumo e seus reflexos nas demonstrações financeiras. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou a recuperabilidade e prazo de recuperação dos tributos sobre o consumo, considerando o cronograma de transição e a extinção gradual desses tributos, e concluiu que não há impactos relevantes.

11. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Marketing à apropriar	–	–	118.987	86.646
Despesas antecipadas (a)	29.976	21.181	88.256	29.170
Adiantamento para fornecedores	4.645	2.972	4.964	3.306
Adiantamento para fornecedores - partes relacionadas (Nota 24)	513	200	–	–
Prêmios de seguros a apropriar	8.246	8.528	11.384	13.024
Adiantamento para colaboradores	1.788	1.300	2.245	1.551
Outros valores a receber	10.694	4.384	10.702	4.387
Total	**55.862**	**38.565**	**236.538**	**138.084**
Circulante	**46.856**	**38.241**	**177.531**	**137.760**
Não circulante	**9.006**	**324**	**59.007**	**324**

(a) Em 2025, refere-se substancialmente à despesa antecipada por renovação de contrato de patrocínio com clube de futebol, no montante de R$ 50 milhões.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDOS

12.1. Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades da Companhia que geram lucro tributável (prejuízo fiscal). A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 13. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. **12.2. Composição:** O saldo de impostos diferidos possui a seguinte origem:

	Controladora					
	Ativos		Passivos		Líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	235.230	174.343	–	–	235.230	174.343
Provisões gerais e contingências	60.535	60.535	–	–	60.535	60.535
Provisão para estoques	4.534	4.534	–	–	4.534	4.534
Provisão de bônus	14.593	14.593	–	–	14.593	14.593
Depreciação/arrendamento	249.231	310.118	(192.625)	(192.625)	56.606	117.493
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS) (a)	–	–	(82.237)	(93.660)	(82.237)	(93.660)
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	**564.123**	**564.123**	**(274.862)**	**(286.285)**	**289.261**	**277.838**
Montante passível de compensação	**(274.862)**	**(286.285)**	**274.862**	**286.285**	**–**	**–**
Imposto líquido ativo	**289.261**	**277.838**	**–**	**–**	**289.261**	**277.838**

	Consolidado					
	Ativos		Passivos		Líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	491.870	417.891	–	–	491.870	417.891
Provisões gerais e contingências	89.311	87.361	(13.022)	(11.256)	76.289	76.105
Provisão para estoques	9.053	9.781	–	–	9.053	9.781
Provisão de bônus	26.638	36.468	–	–	26.638	36.468
Depreciação/arrendamento	290.502	339.144	(223.587)	(214.754)	66.915	124.391
Mais-valia - FitDance	–	–	(439)	(790)	(439)	(790)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS) (a)	–	–	(82.237)	(93.660)	(82.237)	(93.660)
Diferido sobre hedge de fluxo de caixa	12.459	–	–	(35.339)	12.459	(35.340)
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	**919.833**	**890.645**	**(319.285)**	**(355.799)**	**600.548**	**534.846**
Montante passível de compensação	**(305.824)**	**(343.753)**	**305.824**	**343.753**	**–**	**–**
Imposto líquido (ativos) passivos	**614.009**	**546.892**	**(13.461)**	**(12.046)**	**600.548**	**534.846**

(a) Em 2023 foi proferida decisão judicial em favor da Companhia reconhecendo que a incidência do IRPJ e CSLL sobre créditos tributários só ocorre no momento da homologação da compensação e não do registro contábil do crédito. Diante disso, em 2023, a Companhia reconheceu um crédito de impostos a recuperar no montante de R$ 90.906, decorrente da tributação indevida pelo IRPJ e CSLL, por ter oferecido antecipadamente à tributação, o valor das compensações realizadas com os créditos decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, apropriados em 2019. Em contrapartida ao crédito tributário reconhecido, a Companhia reconheceu um passivo fiscal diferido no montante de R$ 93.660, decorrente da expectativa de recolhimento do IRPJ e CSLL quando ocorrer a homologação das compensações realizadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram homologadas compensações no valor de R$ 11.423, resultando na reversão do passivo fiscal diferido anteriormente constituído. As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 13. **Principais premissas utilizadas na projeção de resultados para uso do ativo fiscal diferido:** As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo: **Prazo de realização dos impostos diferidos ativo:** A Companhia preparou um estudo técnico para suportar a realização dos impostos diferidos nos próximos 10 anos, o qual é revisado anualmente. O estudo preparado pela Companhia, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no período, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para a Companhia. As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual. De acordo com a política contábil adotada, a Companhia reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que se espera que estejam disponíveis nos próximos 10 anos. No estudo preparado pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram considerados os impactos da Reforma tributária sobre o consumo para os exercícios iniciados após 2033. A previsão de realização dos impostos diferidos ativos consolidados está representada abaixo:

	31/12/2025		
Ano	SBF Comércio	Fisia	Consolidado
2026	3.600	–	3.600
2027	5.889	4.682	10.571
2028	8.922	8.225	17.147
2029	15.066	14.546	29.612
2030	31.831	27.438	59.269
2031	30.049	29.422	59.471
2032	39.548	39.970	79.518
2033	89.349	77.864	167.213
2034	65.007	97.396	162.403
2035	–	25.205	25.205
	289.261	**324.748**	**614.009**

Taxa de crescimento da receita: Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio anual (CAGR) de 8,7%. **Ganho de margem:** Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas da Companhia, tanto de vendas como administrativas. **Análise de sensibilidade das premissas:** O valor previsto de lucro tributável para os próximos 10 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R$ 614.009. A Companhia efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 16,8% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado. **Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois, não é possível estimar com razoável segurança os lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização desse benefício a partir do 10º ano.

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	437.496	148.749	690.623	234.812
Total ativos fiscais diferidos não reconhecidos	**437.496**	**148.749**	**690.623**	**234.812**

As informações no nível das controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas abaixo:

	31/12/2025		31/12/2024	
Empresa	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário
SBF Comércio ("Controladora")	252.529	85.860	449.424	152.804
Lione	169.218	57.534	160.295	54.500
Fisia	–	–	71.738	24.391
FitDance	15.749	5.355	9.166	3.117
Total consolidado	**437.496**	**148.749**	**690.623**	**234.812**

continua →★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado
ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65

Demonstrações Financeiras 2025

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

Movimento das diferenças temporárias: A movimentação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido está descrita a seguir:

	Controladora		
	Saldo em 01/01/2025	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/12/2025
Prejuízo fiscal e base negativa	174.343	60.887	235.230
Provisões gerais e contingências	60.535	–	60.535
Provisão para estoques	4.534	–	4.534
Provisão de bônus	14.593	–	14.593
Depreciação	117.493	(60.887)	56.606
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS)	(93.660)	11.423	(82.237)
Imposto líquido ativo (passivo)	**277.838**	**11.423**	**289.261**

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2025	Reconhecidos no resultado	Mais-valia	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2025
Prejuízo fiscal e base negativa	417.891	73.979	–	–	491.870
Provisões gerais e contingências	76.105	184	–	–	76.289
Provisão para estoques	9.781	(728)	–	–	9.053
Provisão de bônus	36.468	(9.830)	–	–	26.638
Depreciação	124.391	(57.476)	–	–	66.915
Mais-valia - FitDance	(790)	–	351	–	(439)
Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS)	(93.660)	11.423	–	–	(82.237)
Diferido sobre hedge de fluxo de caixa	(35.340)	–	–	47.799	12.459
Imposto líquido ativo (passivo)	**534.846**	**17.552**	**351**	**47.799**	**600.548**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos impostos	650.065	504.321	670.266	511.103
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	**(221.022)**	**(171.469)**	**(227.890)**	**(173.775)**
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(4.291)	(4.464)	(6.092)	34.890
Exclusões permanentes:				
Incentivo fiscal exercício corrente	66.009	61.445	160.020	116.886
Receitas não tributáveis	6.499	14.256	7.173	16.884
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	162.185	157.993	326	175
Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos e diferenças temporárias	6.829	(29.293)	14.633	(27.956)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias de anos anteriores reconhecidos no ano corrente	–	18.434	25.768	44.240
Juros sobre capital próprio	(23.471)	(28.083)	–	–
Efeito IR sobre gratificação aos administradores e royalties	(2.839)	(525)	(6.037)	(525)
Outros	2.341	140	4.138	833
Imposto de renda e contribuição social	**(7.760)**	**18.434**	**(27.961)**	**11.652**
Corrente	(19.183)	–	(45.513)	(1.175)
Diferido	11.423	18.434	17.552	12.827
Alíquota efetiva	**-1%**	**4%**	**-4%**	**2%**

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

13.1. Política contábil: Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. **Provisões para riscos administrativos e judiciais:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **13.2. Composição: Depósitos judiciais:** As movimentações de depósitos judiciais da controladora durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2025
Depósitos judiciais (a)	122.712	30.514	(20.206)	(8.054)	124.966
Depósitos judiciais - Rendimentos	27.507	18.730	(7.871)	(163)	38.203
Bloqueio judicial - Trabalhista	710	203	(129)	(15)	769
Total	**150.929**	**49.447**	**(28.206)**	**(8.232)**	**163.938**

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Depósitos judiciais (a)	86.069	47.055	(3.945)	(6.467)	122.712
Depósitos judiciais - Rendimentos	18.176	11.729	(2.391)	(7)	27.507
Bloqueio judicial - Trabalhista	2.952	293	(2.513)	(22)	710
Total	**107.197**	**59.077**	**(8.849)**	**(6.496)**	**150.929**

As movimentações de depósitos judiciais do consolidado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2025
Depósitos judiciais (a)	491.055	90.223	(84.542)	(11.865)	484.871
Depósitos judiciais - Rendimentos	119.265	72.232	(32.802)	(195)	158.500
Bloqueio judicial - Trabalhista	743	226	(154)	(15)	800
Total	**611.063**	**162.681**	**(117.498)**	**(12.075)**	**644.171**

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Depósitos judiciais (a)	322.714	180.146	(3.959)	(7.846)	491.055
Depósitos judiciais - Rendimentos	77.761	43.976	(2.465)	(7)	119.265
Bloqueio judicial - Trabalhista	2.980	307	(2.522)	(22)	743
Total	**403.455**	**224.429**	**(8.946)**	**(7.875)**	**611.063**

(a) Durante o exercício de 2022, foram iniciadas as discussões relacionadas à aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, 'b' e 'c' da CF/88, para cobrança do Diferencial de Alíquotas do ICMS ("DIFAL"). Para os períodos de 2023 a 2025, a Companhia realizou depósitos judiciais diante da possibilidade de discussão quanto à inexistência de legislação estadual anterior à Lei Federal para instituição do DIFAL. Ainda, nos termos do art. 166 do Código Tributário Nacional ("CTN"), para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, foram realizados depósitos judiciais para alguns períodos e estados, conforme estratégia adotada pela Companhia. Em outubro de 2025, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Tema nº 1266, afastando a cobrança do DIFAL referente ao ano de 2022 para empresas que judicializaram a discussão e não realizaram depósitos judiciais para o período de abril a dezembro de 2022. Como estratégia jurídica, durante o referido período, a Companhia realizou o recolhimento do DIFAL através de depósitos judiciais e, especificamente para o Estado de São Paulo, a discussão judicial foi encerrada antes da conclusão do julgamento pelo STF, resultando na baixa dos valores depositados em favor da Fazenda Estadual. **Provisões para riscos administrativos e judiciais:** As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2025	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2025
Cível/Consumidor (a)	24.810	19.309	(19.568)	(12.037)	12.514
Trabalhistas (b)	19.443	17.261	(8.808)	(3.425)	24.471
Tributário (c)	43.519	15.593	(1.628)	–	57.484
Total	**87.772**	**52.163**	**(30.004)**	**(15.462)**	**94.469**

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Cível/Consumidor (a)	3.926	39.079	(15.568)	(2.627)	24.810
Trabalhistas (b)	23.592	12.126	(11.669)	(4.606)	19.443
Tributário (c)	150.331	41.999	(17.652)	(131.159)	43.519
Total	**177.849**	**93.204**	**(44.889)**	**(138.392)**	**87.772**

As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais do consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2025	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2025
Cível/Consumidor (a)	25.772	21.374	(21.148)	(12.136)	13.862
Trabalhistas (b)	21.525	18.071	(9.322)	(3.465)	26.809
Tributário (c)	82.649	22.390	(2.270)	–	102.769
Total	**129.946**	**61.835**	**(32.740)**	**(15.601)**	**143.440**

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Cível/Consumidor (a)	5.149	40.706	(17.303)	(2.780)	25.772
Trabalhistas (b)	25.813	12.725	(11.860)	(5.153)	21.525
Tributário (c)	507.547	53.657	(35.738)	(442.817)	82.649
Total	**538.509**	**107.088**	**(64.901)**	**(450.750)**	**129.946**

(a) Processos de natureza cível/consumidor: São processos que envolvem as relações cíveis e de consumo das lojas físicas e plataformas digitais. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldo consolidado de R$ 13.862 (R$ 25.772 em 31 de dezembro de 2024) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor e cível, provisionado. O montante não provisionado se refere aos valores com chances de perda possível é de R$ 74.947 (R$ 49.503 em 31 de dezembro de 2024) baseado em precedentes e/ou jurisprudências e a opinião dos assessores jurídicos da Companhia. **(b) Processos de natureza trabalhista:** Trata-se de demandas ajuizadas por prestadores de serviços e/ou ex-colaboradores, pleiteando diferenças de verbas rescisórias, jornada de trabalho, entre outros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui consolidado de R$ 26.809 (R$ 21.525 em 31 de dezembro de 2024) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado se refere aos valores com chances de perda possível de R$ 125.793 (R$ 91.527 em 31 de dezembro de 2024) baseado em precedentes e/ou jurisprudências. **(c) Processos de natureza tributária:** Em 31 de dezembro de 2025, o total de débitos tributários classificados como perda provável, perfaz o montante de R$ 102.769 (R$ 82.649 em 31 de dezembro de 2024). Os valores envolvem a cobrança de ICMS pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo, na qual se discute a transferência de saldo credor entre estabelecimentos, além de discussões que envolvem ICMS Substituição Tributária, créditos de ICMS nos Estados da Bahia e Rio de Janeiro, Diferencial de Alíquota em alguns estados, multa punitiva federal e discussões acerca de desoneração de verbas previdenciárias. **Adesão ao programa de parcelamento de impostos:** No segundo trimestre de 2024, a Companhia aderiu ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/202, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital n°01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado. A transação teve como objeto a regularização voluntária pelo contribuinte de débitos de ICMS que estavam em discussão com o Estado de São Paulo. O acordo firmado proporcionou descontos sobre as multas e juros, bem como o pagamento em até 120 parcelas atualizáveis pela SELIC. Os principais benefícios publicados no Edital foram: (i) desconto de 100% dos juros incorridos e (ii) desconto de 50% da soma do principal e multa, limitado ao valor do principal. A análise para inclusão de quais débitos foram regularizados foi feita de forma individualizada de cada débito e a ponderação do prognóstico de êxito com os assessores externos. Os impactos contábeis dessa transação foram mensurados pela Companhia e estão evidenciados nos saldos comparativos, conforme nota impostos parcelados (Nota 21), despesas por natureza (Nota 30) e resultado financeiro-juros sobre contencioso (Nota 21). **Passivos contingentes com possibilidade de perdas possível: Processos federais:** Os processos federais em que as empresas da Companhia figuram no polo passivo, estão classificados como perda possível no montante consolidado de R$ 1.104.111 (R$ 935.000 em 31 de dezembro de 2024), conforme avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto				
FGTS (a)	113.626	105.359	113.626	105.359
PIS/COFINS/IRPJ e CSLL (b)	158.474	127.431	158.945	129.096
IRPJ e CSLL (c)	61.240	56.830	63.765	59.270
PIS/COFINS (d)	363.306	283.527	407.334	323.479
IOF (e)	5.131	4.772	5.131	4.772
INSS (f)	333.913	293.623	335.031	294.052
Outros (g)	16.542	14.777	20.279	18.972
Total	**1.052.232**	**886.319**	**1.104.111**	**935.000**

Abertura dos saldos consolidados: (a) FGTS - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho 2004 a 2017 no montante de R$ 113.626 (R$ 105.359 em 31 de dezembro de 2024). **(b) PIS, COFINS, IRPJ e CSLL -** Existem discussões no montante de R$ 158.474 (R$ 127.431 em 31 de dezembro de 2024) por débitos incluídos no programa especial de regularização tributária e R$ 471 referente à multa agravada e aproveitamento de créditos (R$ 1.665 em 31 de dezembro de 2024). **(c) IRPJ e CSLL -** A Companhia possui discussões no montante de R$ 61.124 (R$ 56.733 em 31 de dezembro de 2024), sendo que os valores mais relevantes estão relacionados a eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes de falta de consideração na base de cálculo, discussões referentes à cobrança de débitos vinculados à parcelamento especial, compensações não homologadas, entre outros. Discute-se também o montante de R$ 2.641 (R$ 2.537 em 31 de dezembro de 2024) acerca do pagamento de IRRF, cujas compensações não foram homologadas. **(d) PIS/COFINS** - Discute-se o montante de R$ 76.302 (R$ 43.870 em 31 de dezembro de 2024) acerca de compensações não homologadas referentes aos períodos entre 2008, 2012 a 2017, 2021 e 2024 em razão de supostas inconsistências nas declarações e R$ 263.645 (R$ 235.905 em 31 de dezembro de 2024) referente a discussão de tese da ação rescisória contra ação de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS. Além disso, há a discussão de R$ 67.387 (R$ 43.704 em 31 de dezembro de 2024) referente ao aproveitamento de créditos, bem como cobranças dessas contribuições sobre a SELIC incidente nos indébitos tributários. O valor do INSS consta como provável. Ainda, em relação à operação da Companhia, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R$ 19.428 (R$ 51.943 em 31 de dezembro de 2024) (reconhecido em outras receitas e despesas operacionais). **(e) IOF -** Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras entre empresas do mesmo grupo econômico no montante de R$ 5.131 (R$ 4.772 em 31 de dezembro de 2024). **(f) INSS -** Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária e contribuição do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, no montante de R$ 3.170 (R$ 3.447 em 31 de dezembro de 2024). Discute-se ainda o montante de R$ 284.001 (R$ 245.722 em 31 de dezembro de 2024), referentes a compensações não homologadas e multa, relativos a verbas previdenciárias de 2013 a 2023. Além disso, há discussão no montante de R$ 5.388 acerca de desoneração de verbas remuneratórias (R$ 5.077 em 31 de dezembro de 2024). Por fim, há discussão referente à cobrança de débitos vinculados à parcelamento especial, no valor de R$ 42.472 (R$ 39.806 em 31 de dezembro de 2024). **(g) Outros -** Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedidos de compensação, cobrança de IPI, entre outras discussões no montante de R$ 20.279 (R$ 18.972 em 31 de dezembro de 2024). **Processos estaduais:** A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação e recomendação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados. Além dos valores já provisionados, acima mencionados, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 74,2% (66,3% em 31 de dezembro de 2024) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Trata-se de processos de cobrança de ICMS decorrentes de atuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R$ 552.954 (R$ 373.550 em 31 de dezembro de 2024), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis. Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pela Companhia, considerada como indevida pelas fazendas estaduais ou entidade fiscal estadual. Os processos estaduais classificados com perda possível também foram impactados pelo programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/2023, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital n° 01/2024, aderido pela Companhia, que concedeu descontos nos pagamentos das dívidas de ICMS inscritas em dívida ativa. **Processos municipais:** A Companhia possui, ainda, processos municipais, que somam, em 31 de dezembro de 2025, o montante de R$ 489 (R$ 369 em 31 de dezembro de 2024), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema - MG para os períodos de 2014 a 2016.

14. INVESTIMENTOS

14.1. Política contábil: As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **Controladas** As controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment)* do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:** As coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia o controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre partes relacionadas intercompanhia, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intercompanhia, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **Descrição dos principais procedimentos de consolidação:** – Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; – Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada; – Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e – Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

14.2. Composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Fisia	1.808.904	1.830.802
Lione	10.573	12.983
FitDance	9.527	11.629
Total	**1.829.004**	**1.855.414**

Controladas	Participação no patrimônio líquido	Ágio gerado nas aquisições/Mais-valia	Saldo em 31/12/2025
Fisia	1.842.124	(33.220)	1.808.904
Lione	10.573	–	10.573
FitDance	489	9.038	9.527
Total	**1.853.186**	**(24.182)**	**1.829.004**

Apresentamos abaixo a movimentação dos investimentos em controladas:

	31/12/2025							
Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Lucro intercompany	Equivalência (*)
Fisia	100%	4.706.585	2.864.461	1.842.124	1.842.124	449.798	40.181	489.979
Lione	100%	118.769	108.196	10.573	10.573	(4.310)	–	(4.310)
FitDance	100%	8.534	8.045	489	489	(2.930)	–	(2.930)
Total		**4.833.888**	**2.980.702**	**1.853.186**	**1.853.186**	**442.558**	**40.181**	**482.739**

	31/12/2025							
Movimento	Saldo em 01/01/2025	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Contribuição de capital	Distribuição de dividendos/JSCP	Amortização PPA (*)	Equivalência (*)	Saldo em 31/12/2025
Fisia	1.830.802	–	(92.787)	(62)	(413.937)	(5.091)	489.979	1.808.904
Lione	12.983	1.900	–	–	–	–	(4.310)	10.573
FitDance	11.629	1.110	–	–	–	(282)	(2.930)	9.527
Total	**1.855.414**	**3.010**	**(92.787)**	**(62)**	**(413.937)**	**(5.373)**	**482.739**	**1.829.004**

	31/12/2024								
Controladas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo intercompany	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Lucro intercompany	Equivalência (*)
Fisia	100%	4.106.647	2.207.535	1.899.112	(40.180)	1.858.932	455.266	4.639	459.905
Lione	100%	115.500	102.517	12.983	–	12.983	6.666	–	6.666
FitDance	100%	9.112	6.804	2.308	–	2.308	(1.224)	–	(1.224)
Total		**4.231.259**	**2.316.856**	**1.914.403**	**(40.180)**	**1.874.223**	**460.708**	**4.639**	**465.347**

	31/12/2024							
Movimento	Saldo em 01/01/2024	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Contribuição de capital	Distribuição de dividendos	Amortização PPA (*)	Equivalência (*)	Saldo em 31/12/2024
Fisia	1.483.597	–	95.557	6.777	(214.656)	(378)	459.905	1.830.802
Lione	5.457	860	–	–	–	–	6.666	12.983
FitDance	6.012	7.124	–	–	–	(283)	(1.224)	11.629
Total	**1.495.066**	**7.984**	**95.557**	**6.777**	**(214.656)**	**(661)**	**465.347**	**1.855.414**

(*) A rúbrica "Resultado de equivalência patrimonial" no resultado do exercício é igual ao somatório dos saldos de "Amortização PPA" e "Equivalência" apresentados nos quadros acima. **Recompra de ações - Consolidado:** Em reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da controladora Grupo SBF S.A. aprovou o Programa de Recompra Grupo SBF com a realização de recompra de ações por suas controladas SBF Comércio e Fisia, no limite de 14.289.617 ações. Em 2024, a Companhia, por meio de sua controlada Fisia, adquiriu 3.604.000 ações ordinárias da sua controladora, Grupo SBF S.A., pelo montante de R$ 39.173. Em 2025, foram adquiridas mais 10.685.617 ações ordinárias da sua controladora, Grupo SBF S.A., pelo montante de R$ 113.885, atingindo o limite de compra aprovado no Programa. Em 30 de dezembro de 2025, a controlada Fisia e a sua controladora indireta Grupo SBF S.A. assinaram o Acordo para Cancelamento de Ações, através do qual a Fisia entregou à sua controladora indireta as ações recompradas no contexto do Programa de Recompra Grupo SBF. A Fisia será ressarcida pelo custo incorrido, corrigido desde a data da recompra até a data da transferência. Em 31 de dezembro de 2025, foi apurado ganho na controlada Fisia no montante de R$ 6.454 decorrente da correção do custo incorrido, registrado como componente da rúbrica "Outras receitas financeiras - partes relacionadas" nos saldos consolidados (não foi apurado ganho ou perda em 31 de dezembro de 2024) (Nota 31).

15. IMOBILIZADO

15.1. Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas são as seguintes para o exercício:

Aeronave	20 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Impairment:** Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC - Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs, considerados pela Companhia como os pontos de venda (lojas físicas e plataforma digital). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou evidências de que os ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam indicadores relevantes de perda no valor recuperável dos seus ativos.

15.2. Composição:

	Controladora				
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Computadores e periféricos	20	206.688	(165.894)	40.794	44.194
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	85.618	(48.360)	37.258	21.513
Móveis e utensílios	8	269.228	(139.549)	129.679	107.650
Veículos	20	135	(135)	–	–
Aeronave (a)	5	68.226	(1.421)	66.805	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	887.239	(584.118)	303.121	252.786
Imobilizado em andamento	–	–	–	–	964
Total		**1.517.134**	**(939.477)**	**577.657**	**427.107**

	Consolidado				
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Computadores e periféricos	20	253.472	(195.400)	58.072	62.186
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	104.943	(52.919)	52.024	31.533
Móveis e utensílios	8	375.613	(180.347)	195.266	163.670
Veículos	20	135	(135)	–	–
Aeronave (a)	5	68.226	(1.421)	66.805	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	1.095.482	(656.833)	438.649	372.130
Imobilizado em andamento	–	–	–	–	1.004
Total		**1.897.871**	**(1.087.055)**	**810.816**	**630.523**

(a) A Companhia adquiriu uma aeronave no valor de R$ 68.226. O investimento busca viabilizar e garantir maior eficiência nas visitas à operação pelos executivos.

A movimentação do imobilizado da controladora, os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Computadores e periféricos	193.477	–	(2.252)	15.463	206.688
Máquinas, equipamentos e ferramentas	67.826	–	(2.080)	19.872	85.618
Móveis e utensílios	233.738	–	(2.766)	38.256	269.228
Veículos	135	–	–	–	135
Aeronave (a)	–	–	–	68.226	68.226
Benfeitorias em imóveis de terceiros	801.807	–	(10.116)	95.548	887.239
Imobilizado em andamento	964	236.401	–	(237.365)	–
Custo do imobilizado	**1.297.947**	**236.401**	**(17.214)**	**–**	**1.517.134**
.					
Computadores e periféricos	(149.283)	(18.112)	1.501	–	(165.894)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(46.313)	(2.493)	446	–	(48.360)
Móveis e utensílios	(126.088)	(14.852)	1.391	–	(139.549)
Veículos	(135)	–	–	–	(135)
Aeronave (a)	–	(1.421)	–	–	(1.421)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(549.021)	(37.994)	2.897	–	(584.118)
Depreciação	**(870.840)**	**(74.872)**	**6.235**	**–**	**(939.477)**
Total do imobilizado líquido	**427.107**	**161.529**	**(10.979)**	**–**	**577.657**

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Computadores e periféricos	176.632	–	(147)	16.992	193.477
Máquinas, equipamentos e ferramentas	59.641	–	(5)	8.190	67.826
Móveis e utensílios	217.736	2	(392)	16.392	233.738
Veículos	135	–	–	–	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	738.041	82	(4)	63.688	801.807
Imobilizado em andamento	–	106.226	–	(105.262)	964
Custo do imobilizado	**1.192.185**	**106.310**	**(548)**	**–**	**1.297.947**
Computadores e periféricos	(131.343)	(18.087)	147	–	(149.283)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(43.310)	(3.008)	5	–	(46.313)
Móveis e utensílios	(112.534)	(13.927)	373	–	(126.088)
Veículos	(135)	–		–	(135)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(517.087)	(31.938)	4	–	(549.021)
Depreciação	**(804.409)**	**(66.960)**	**529**	**–**	**(870.840)**
Total do imobilizado líquido	**387.776**	**39.350**	**(19)**	**–**	**427.107**

A movimentação do imobilizado do consolidado, os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Computadores e periféricos	235.429	150	(2.257)	20.150	253.472
Máquinas, equipamentos e ferramentas	80.965	165	(2.080)	25.893	104.943
Móveis e utensílios	324.384	–	(2.747)	53.976	375.613
Veículos	135	–	–	–	135
Aeronave (a)	–	–	–	68.226	68.226
Benfeitorias em imóveis de terceiros	978.667	–	(10.094)	126.909	1.095.482
Imobilizado em andamento	1.004	294.150	–	(295.154)	–
Custo do imobilizado	**1.620.584**	**294.465**	**(17.178)**	**–**	**1.897.871**
Computadores e periféricos	(173.243)	(23.658)	1.501	–	(195.400)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(49.432)	(3.933)	446	–	(52.919)
Móveis e utensílios	(160.714)	(21.024)	1.391	–	(180.347)
Veículos	(135)	–	–	–	(135)
Aeronave (a)	–	(1.421)	–	–	(1.421)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(606.537)	(53.194)	2.898	–	(656.833)
Depreciação	**(990.061)**	**(103.230)**	**6.236**	**–**	**(1.087.055)**
Total do imobilizado líquido	**630.523**	**191.235**	**(10.942)**	**–**	**810.816**

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Computadores e periféricos	220.575	112	(7.641)	22.383	235.429
Máquinas, equipamentos e ferramentas	70.963	50	(1.533)	11.485	80.965
Móveis e utensílios	307.967	4	(4.519)	20.932	324.384
Veículos	135	–	–	–	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	918.627	82	(28.591)	88.549	978.667
Imobilizado em andamento	173	144.180	–	(143.349)	1.004
Custo do imobilizado	**1.518.440**	**144.428**	**(42.284)**	**–**	**1.620.584**
Computadores e periféricos	(158.042)	(22.707)	7.506	–	(173.243)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(46.790)	(4.006)	1.364	–	(49.432)
Móveis e utensílios	(145.192)	(19.743)	4.221	–	(160.714)
Veículos	(135)	–	–	–	(135)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(583.606)	(45.892)	22.961	–	(606.537)
Depreciação	**(933.765)**	**(92.348)**	**36.052**	**–**	**(990.061)**
Total do imobilizado líquido	**584.675**	**52.080**	**(6.232)**	**–**	**630.523**

16. INTANGÍVEL

16.1. Política contábil: Fundo de comércio: Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação. **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. **Marcas e patentes:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos. **Contrato de distribuição:** O contrato de distribuição refere-se à alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca "Nike", mensurados na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios da controlada Fisia. Com esta aquisição, a Companhia celebrou uma parceria estratégica com a Nike, Inc. ("Nike") e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil, a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos e a varejista exclusiva de lojas físicas Nike, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final por meio de lojas monobrand Nike. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo de distribuição exclusiva. **Carteira de clientes:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. **Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação

continua →★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado
ICP Brasil
A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

Jornal O DIA SP

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.
CNPJ 06.347.409/0001-65

Demonstrações Financeiras 2025

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação seja transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio é testado para impairment anualmente e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável. O impairment é determinado para o ágio através da avaliação do valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGC) a que o ágio se refere. Quando o valor recuperável da UGC ou grupo de UGC for menor que seu valor contábil, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável. As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares	5 anos
Marcas direito e patente	10 anos
Contrato de distribuição	10 anos
Carteira de clientes	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

16.2. Composição:

	Controladora				
	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de comércio	Conforme contrato	13.805	(13.630)	175	827
Software	20	453.790	(242.767)	211.023	233.044
Marcas, direitos e patentes	10	43	(43)	–	–
		467.638	**(256.440)**	**211.198**	**233.871**

	Consolidado				
	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de comércio	Conforme contrato	18.254	(15.398)	2.856	4.073
Software	20	666.410	(296.038)	370.372	351.676
Marcas, direitos e patentes	10	2.039	(43)	1.996	1.996
Software em andamento	–	–	–	–	533
Contrato de distribuição	10	164.821	(83.784)	81.037	97.519
Carteira de clientes	10	2.016	(1.511)	505	908
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	–	6.689	–	6.689	6.689
		860.229	**(396.774)**	**463.455**	**463.394**

A movimentação do intangível da controladora nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Fundo de comércio	13.805	–	–	–	13.805
Software	436.224	–	(41.105)	58.671	453.790
Marcas direito e patente	43	–	–	–	43
Software em andamento	–	58.671	–	(58.671)	–
Custo do intangível	**450.072**	**58.671**	**(41.105)**	**–**	**467.638**
Fundo de comércio	(12.978)	(652)	–	–	(13.630)
Software	(203.180)	(80.069)	40.482	–	(242.767)
Marcas direito e patente	(43)	–	–	–	(43)
Amortização	**(216.201)**	**(80.721)**	**40.482**	**–**	**(256.440)**
Total do intangível líquido	**233.871**	**(22.050)**	**(623)**	**–**	**211.198**

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Fundo de comércio	13.805	–	–	–	13.805
Software	536.841	6.889	(159.650)	52.144	436.224
Marcas direito e patente	43	–	–	–	43
Software em andamento	82	52.062	–	(52.144)	–
Custo do intangível	**550.771**	**58.951**	**(159.650)**	**–**	**450.072**
Fundo de comércio	(12.028)	(950)	–	–	(12.978)
Software	(285.934)	(76.896)	159.650	–	(203.180)
Marcas direito e patente	(43)	–	–	–	(43)
Amortização	**(298.005)**	**(77.846)**	**159.650**	**–**	**(216.201)**
Total do intangível líquido	**252.766**	**(18.895)**	**–**	**–**	**233.871**

A movimentação do intangível do consolidado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Fundo de comércio	18.254	–	–	–	18.254
Software	577.909	1.570	(42.573)	129.504	666.410
Marcas direito e patente	2.039	–	–	–	2.039
Software em andamento	533	128.971	–	(129.504)	–
Contrato de distribuição	164.821	–	–	–	164.821
Carteira de clientes	2.016	–	–	–	2.016
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	6.689	–	–	–	6.689
Custo do intangível	**772.261**	**130.541**	**(42.573)**	**–**	**860.229**
Fundo de comércio	(14.181)	(1.217)	–	–	(15.398)
Software	(226.233)	(110.289)	40.484	–	(296.038)
Marcas direito e patente	(43)	–	–	–	(43)
Contrato de distribuição	(67.302)	(16.482)	–	–	(83.784)
Carteira de clientes	(1.108)	(403)	–	–	(1.511)
Amortização	**(308.867)**	**(128.391)**	**40.484**	**–**	**(396.774)**
Total do intangível líquido	**463.394**	**2.150**	**(2.089)**	**–**	**463.455**

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Fundo de comércio	18.254	–	–	–	18.254
Software	624.914	14.767	(167.999)	106.227	577.909
Marcas direito e patente	2.039	–	–	–	2.039
Software em andamento	82	106.678	–	(106.227)	533
Contrato de distribuição	164.821	–	–	–	164.821
Carteira de clientes	2.016	–	–	–	2.016
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	6.689	–	–	–	6.689
Custo do intangível	**818.815**	**121.445**	**(167.999)**	**–**	**772.261**
Fundo de comércio	(12.667)	(1.514)	–	–	(14.181)
Software	(300.643)	(93.428)	167.838	–	(226.233)
Marcas direito e patente	(43)	–	–	–	(43)
Contrato de distribuição	(50.820)	(16.482)	–	–	(67.302)
Carteira de clientes	(705)	(403)	–	–	(1.108)
Amortização	**(364.878)**	**(111.827)**	**167.838**	**–**	**(308.867)**
Total do intangível líquido	**453.937**	**9.618**	**(161)**	**–**	**463.394**

Composição do ágio: O ágio por expectativa de rentabilidade futura é proveniente da aquisição da seguinte empresa:

	31/12/2025	31/12/2024
FitDance	6.689	6.689
Total	**6.689**	**6.689**

A Administração concluiu que não possui evidências de que seus ativos são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam indicadores de perda na recuperação do ágio contabilizado.

17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

17.1. Política contábil: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. **Como arrendatário:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: – pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; – pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; – valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e – o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. **Pagamentos de arrendamentos variáveis:** Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **17.2. Composição:** A Companhia possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 5 e 20 anos e podem ter opção de renovação.

Quantidade contratos	Controladora	Consolidado
Centros de distribuição	4	5
Edifícios administrativos	2	4
Lojas	229	269
Total	**235**	**278**

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

Intervalo	Taxa mensal
1 a 3 anos	1,02%
3 a 6 anos	0,91%
6 a 10 anos	0,88%

Direito de uso: A movimentação do ativo de direito de uso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados nos quadros a seguir:

Ativo - direito de uso	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2025	**1.075.066**	**1.340.879**
(+) Novos contratos e remensuração	125.045	191.769
(–) Depreciação	(179.907)	(217.329)
(–) Baixas de contratos (a)	(16.402)	(37.611)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.003.802**	**1.277.708**

(a) Substancialmente, refere-se ao encerramento antecipado de contrato de arrendamento de um dos edifícios administrativos da controlada Fisia.

Ativo - direito de uso	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**1.122.264**	**1.318.745**
(+) Novos contratos e remensuração	129.598	233.778
(–) Depreciação	(170.987)	(205.835)
(–) Baixas de contratos	(5.809)	(5.809)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.075.066**	**1.340.879**

Arrendamentos a pagar: A movimentação do passivo de arrendamento nos exercícios findos 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados nos quadros a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2025	**1.306.237**	**1.604.992**
(+) Novos contratos e remensuração	125.045	191.769
(+) Apropriação juros incorridos	119.248	148.289
(–) Pagamentos passivos de arrendamento	(285.826)	(338.353)
(–) Baixas de contratos (a)	(19.315)	(44.923)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.245.389**	**1.561.774**
Circulante	**198.173**	**238.333**
Não circulante	**1.047.216**	**1.323.441**

(a) Substancialmente, refere-se ao encerramento antecipado de contrato de arrendamento de um dos edifícios administrativos da controlada Fisia.

Passivo - arrendamento a pagar	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**1.348.529**	**1.567.551**
(+) Novos contratos e remensuração	129.598	233.778
(+) Apropriação juros incorridos	101.077	124.654
(–) Pagamentos passivos de arrendamento	(263.847)	(311.871)
(–) Descontos obtidos	(1.719)	(1.719)
(–) Baixas de contratos	(7.401)	(7.401)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.306.237**	**1.604.992**
Circulante	**205.008**	**237.040**
Não circulante	**1.101.229**	**1.367.952**

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	198.173	238.333
Entre 1 e 5 anos	711.277	877.079
Mais de 5 anos	335.939	446.362
Companhia como arrendatário	**1.245.389**	**1.561.774**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	205.008	237.040
Entre 1 e 5 anos	785.549	932.907
Mais de 5 anos	315.680	435.045
Companhia como arrendatário	**1.306.237**	**1.604.992**

Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante consolidado de R$ 97.635 (R$ 93.894 em 31 de dezembro de 2024) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme despesas de ocupação (Nota 30). **Outras considerações:** Em atendimento ao ofício CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

	Controladora				
	2025	2026	2027	2028	Após 2028
Arrendamentos a pagar					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	198.173	174.945	162.417	147.203	562.651
Fluxo com projeção de inflação	206.715	182.048	168.589	152.355	582.343
Variação	**4,31%**	**4,06%**	**3,80%**	**3,50%**	**3,50%**
Direito de uso					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.003.802	833.033	668.336	524.317	401.469
Fluxo com projeção de inflação	1.047.066	866.854	693.733	542.669	415.521
Variação	**4,31%**	**4,06%**	**3,80%**	**3,50%**	**3,50%**
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	119.248	119.970	102.200	84.205	305.843
Fluxo com projeção de inflação	124.388	124.840	106.083	87.152	316.548
Variação	**4,31%**	**4,06%**	**3,80%**	**3,50%**	**3,50%**
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	179.907	170.769	164.697	144.019	524.317
Fluxo com projeção de inflação	187.661	177.702	170.955	149.059	542.669
Variação	**4,31%**	**4,06%**	**3,80%**	**3,50%**	**3,50%**

	Consolidado				
	2025	2026	2027	2028	Após 2028
Arrendamentos a pagar					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	238.333	209.628	194.314	181.570	737.929
Fluxo com projeção de inflação	248.606	218.139	201.698	187.925	763.756
Variação	**4,31%**	**4,06%**	**3,80%**	**3,50%**	**3,50%**
Direito de uso					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.277.708	1.066.913	864.203	685.902	530.741
Fluxo com projeção de inflação	1.332.777	1.110.230	897.043	709.909	549.317
Variação	**4,31%**	**4,06%**	**3,80%**	**3,50%**	**3,50%**
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	148.289	151.089	129.698	108.131	389.257
Fluxo com projeção de inflação	154.665	157.223	134.626	111.916	402.881
Variação	**4,31%**	**4,06%**	**3,80%**	**3,50%**	**3,50%**
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	217.330	210.795	202.710	178.301	685.904
Fluxo com projeção de inflação	226.697	219.353	210.413	184.541	709.911
Variação	**4,31%**	**4,06%**	**3,80%**	**3,50%**	**3,50%**

18. FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE RISCO SACADO

18.1. Política contábil: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo método do custo amortizado com base na taxa efetiva de juros. A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (reverse finance operation) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de vencimento o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera significativamente os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia, representados por compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. **18.2. Composição:** Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de mercadorias para revenda	613.256	528.146	1.206.523	982.824
Fornecedores de materiais de consumo	83.376	64.271	119.027	106.774
Subtotal	**696.632**	**592.417**	**1.325.550**	**1.089.598**
Fornecedores de mercadorias - partes relacionadas (Nota 24) (a)	351.523	224.443	416.670	30.985
Subtotal	**1.048.155**	**816.860**	**1.742.220**	**1.120.583**
Operações de “risco sacado”	84.325	52.217	84.325	52.217
Subtotal	**84.325**	**52.217**	**84.325**	**52.217**
Total	**1.132.480**	**869.077**	**1.826.545**	**1.172.800**

(a) Em 2025, o saldo consolidado foi impactado pelas transações de compra e venda de mercadorias da controlada Fisia com a empresa relacionada Premier (Nota 3).

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

19.1. Política contábil: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

19.2. Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante				
Capital de giro	–	136	49.214	48.800
Financiamento de bens	22.700	605	22.700	605
Empréstimos e financiamentos	**22.700**	**741**	**71.914**	**49.405**
Debêntures	175.698	278.451	359.814	409.190
Total passivo circulante	**198.398**	**279.192**	**431.728**	**458.595**
Passivo não circulante				
Capital de giro	–	–	74.406	123.385
Financiamento de bens	38.002	–	38.002	–
Empréstimos e financiamentos	**38.002**	**–**	**112.408**	**123.385**
Debêntures	166.561	332.807	813.809	710.388
Total passivo não circulante	**204.563**	**332.807**	**926.217**	**833.773**
Total empréstimos e financiamentos	**60.702**	**741**	**184.322**	**172.790**
Total debêntures	**342.259**	**611.258**	**1.173.623**	**1.119.578**
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	**402.961**	**611.999**	**1.357.945**	**1.292.368**

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros da controladora nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	Controladora						
	Saldo em 01/01/2025	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	136	–	(184)	(156)	204	–	–
Financiamento de bens	605	68.084	(7.826)	(603)	442	–	60.702
Empréstimos e financiamentos	**741**	**68.084**	**(8.010)**	**(759)**	**646**	**–**	**60.702**
Debêntures	611.258	–	(266.667)	(70.455)	67.254	869	342.259
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	**611.999**	**–**	**(274.677)**	**(71.214)**	**67.900**	**869**	**402.961**

	Controladora					
	Saldo em 01/01/2024	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	Saldo em 31/12/2024
Capital de giro	1.313	(1.171)	(588)	582	–	136
Financiamento de bens	4.702	(4.063)	(979)	945	–	605
Empréstimos e financiamentos	**6.015**	**(5.234)**	**(1.567)**	**1.527**	**–**	**741**
Debêntures	787.276	(176.667)	(89.156)	88.181	1.624	611.258
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	**793.291**	**(181.901)**	**(90.723)**	**89.708**	**1.624**	**611.999**

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros do consolidado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	Consolidado						
	Saldo em 01/01/2025	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	Saldo em 31/12/2025
Capital de giro	172.185	–	(50.184)	(23.395)	23.492	1.522	123.620
Financiamento de bens	605	68.084	(7.826)	(603)	442	–	60.702
Empréstimos e financiamentos	**172.790**	**68.084**	**(58.010)**	**(23.998)**	**23.934**	**1.522**	**184.322**
Debêntures	1.119.578	496.037	(470.160)	(136.894)	161.963	3.099	1.173.623
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	**1.292.368**	**564.121**	**(528.170)**	**(160.892)**	**185.897**	**4.621**	**1.357.945**

	Consolidado						
	Saldo em 01/01/2024	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	Saldo em 31/12/2024
Capital de giro	196.452	–	(26.190)	(24.484)	24.459	1.948	172.185
Financiamento de bens	4.702	–	(4.063)	(979)	945	–	605
Empréstimos e financiamentos	**201.154**	**–**	**(30.253)**	**(25.463)**	**25.404**	**1.948**	**172.790**
Debêntures	1.396.346	298.008	(567.173)	(161.938)	149.722	4.613	1.119.578
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	**1.597.500**	**298.008**	**(597.426)**	**(187.401)**	**175.126**	**6.561**	**1.292.368**

Os termos e condições dos empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto são os seguintes:

	Controladora				
	Moeda	%	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Financiamento de bens	R$	100% CDI + 1,84% anual	68.083	22.700	38.002
Empréstimos e financiamentos			**68.083**	**22.700**	**38.002**
Debêntures	R$	100% CDI + 2,1% anual	500.000	175.698	166.561
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures			**568.083**	**198.398**	**204.563**

	Consolidado				
	Moeda	%	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Capital de giro	R$	100% CDI + 1,9% anual	200.000	49.214	74.406
Financiamento de bens	R$	100% CDI + 1,84% anual	68.083	22.700	38.002
Empréstimos e financiamentos			**268.083**	**71.914**	**112.408**
Debêntures	R$	100 % CDI + 1,46% anual	1.300.000	359.814	813.809
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures			**1.568.083**	**431.728**	**926.217**

Cláusulas contratuais restritivas - covenants: A manutenção do vencimento contratual das debêntures, empréstimos e financiamentos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente. Sob os termos das principais linhas de crédito, a Companhia é obrigada a cumprir com a seguinte cláusula financeira: i) A alavancagem não deve ser superior a 2,5x (Dívida Líquida/EBITDA). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia cumpriu com a cláusula financeira, sendo este indicador apurado com base nos saldos consolidados do Grupo SBF, uma vez que este atua como garantidor dos contratos firmados por suas controladas diretas e indiretas.

Resumo dos empréstimos e debêntures conforme vencimento:

	Controladora			
	1 ano	2 anos	3 anos	Total
Financiamento de bens	22.698	23.076	14.928	60.702
Empréstimos e financiamentos	**22.698**	**23.076**	**14.928**	**60.702**
Debêntures	175.700	166.559	–	342.259
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	**198.398**	**189.635**	**14.928**	**402.961**

	Consolidado				
	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de giro	49.214	49.479	24.927	–	123.620
Financiamento de bens	22.698	23.076	14.928	–	60.702
Empréstimos e financiamentos	**71.912**	**72.555**	**39.855**	**–**	**184.322**
Debêntures	359.816	315.375	165.813	332.619	1.173.623
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	**431.728**	**387.930**	**205.668**	**332.619**	**1.357.945**

Captações ocorridas no exercício: Em 25 de julho de 2025, com o propósito de reforçar o caixa, financiar a estratégia de crescimento e reduzir custo financeiro, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, no valor total de R$ 500 milhões, com vencimento em julho de 2030. O custo de captação do contrato mencionado foi de R$ 3.963. Em 14 de agosto de 2025, com o propósito de arrendar uma aeronave para suas operações, a Companhia firmou um contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro. O valor total do arrendamento foi de R$ 68.083, com prazo de 36 meses. Os encargos financeiros do contrato são de 1,84% ao ano, com contraprestações mensais de R$ 1.965.

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS	3.995	5.648	5.064	7.883
COFINS	18.714	26.051	23.759	36.407
ICMS (a)	146.329	161.170	510.625	552.378
ISS	1.824	2.165	3.322	3.525
IRRF	10.355	9.240	12.501	10.492
Outros	4.300	1.961	7.467	7.681
Total	**185.517**	**206.235**	**562.738**	**618.366**

(a) Há discussões judiciais sobre a legalidade da cobrança do DIFAL no que diz respeito à inexistência de legislação estadual anterior à Lei Federal de instituição do referido tributo. Por entender que se trata de uma obrigação, a Companhia provisiona a parcela do ICMS a recolher, nos termos do art. 166 do CTN, tendo como contrapartida depósitos judiciais no mesmo montante dos valores em discussão. Em outubro de 2025, o STF concluiu o julgamento do Tema n° 1266, resultando na efetivação parcial da obrigação, liquidada com a baixa dos valores depositados em favor da Fazenda Estadual (Nota 13). Adicionalmente, para alguns Estados, exceto São Paulo e Espírito Santo, a Companhia realizou a baixa da obrigação e manteve o depósito judicial até a conversão em caixa.

21. IMPOSTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Parcelamentos de tributos Estaduais	70.238	72.292	156.907	158.645
Parcelamentos de tributos Federais	1.694	1.314	85.368	80.926
Total impostos parcelados	**71.932**	**73.606**	**242.275**	**239.571**
Passivo circulante	**21.203**	**12.039**	**69.241**	**41.686**
Passivo não circulante	**50.729**	**61.567**	**173.034**	**197.885**

As movimentações dos impostos parcelados consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro	**73.606**	**15.433**	**239.571**	**93.599**
Adesão dos impostos Estaduais (a)	2.463	78.439	3.338	178.057
Adesão dos impostos Federais	187	3.055	210	3.093
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	12.460	5.010	26.835	13.900
Parcelas pagas	(16.784)	(28.331)	(27.679)	(49.078)
Saldo em 31 de dezembro	**71.932**	**73.606**	**242.275**	**239.571**

(a) Adesão ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.483/2023, artigo 43, “transação excepcional”, conforme edital nº 01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado, ocorrida em maio de 2024.

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

	Controladora						
Estado	Circulante	Não circulante	Total geral	2025	2026	2027	2028 em diante
Rio de Janeiro	853	–	853	213	640	–	–
Minas Gerais	1.120	1.542	2.662	101	1.019	1.111	430
São Paulo	17.936	48.288	66.224	8.238	9.698	7.098	41.190
Outros	499	–	499	499	–	–	–
Total Estaduais	**20.408**	**49.830**	**70.238**	**9.052**	**11.357**	**8.209**	**41.620**
Outros	795	899	1.694	66	728	692	208
Total Federais	**795**	**899**	**1.694**	**66**	**728**	**692**	**208**
Total parcelamentos	**21.203**	**50.729**	**71.932**	**9.118**	**12.085**	**8.901**	**41.828**

	Consolidado						
Estado	Circulante	Não circulante	Total geral	2025	2026	2027	2028 em diante
Rio de Janeiro	853	–	853	213	640	–	–
Minas Gerais	1.120	1.542	2.662	101	1.019	1.111	430
São Paulo	18.800	134.094	152.894	1.567	17.233	18.800	115.294
Outros	499	–	499	499	–	–	–
Total Estaduais	**21.272**	**135.636**	**156.907**	**2.380**	**18.892**	**19.911**	**115.724**
Refis lei 11.941	47.150	36.421	83.571	950	46.201	11.396	25.025
Outros	819	978	1.796	68	751	716	262
Total Federais	**47.969**	**37.399**	**85.368**	**1.018**	**46.951**	**12.112**	**25.287**
Total parcelamentos	**69.241**	**173.034**	**242.275**	**3.398**	**65.843**	**32.023**	**141.011**

22. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

22.1. Política contábil: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

22.2. Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de férias	64.235	57.840	79.029	70.259
Provisão para participação nos lucros	83.637	102.600	97.191	124.286
Salários a pagar	26.829	21.999	31.808	25.931
Obrigações com pessoal a pagar	1.980	1.801	2.623	2.248
Contribuições a recolher	311	140	357	180
Obrigações trabalhistas	**176.992**	**184.380**	**211.008**	**222.904**
INSS a recolher (a)	121.456	16.245	124.867	18.961
FGTS a recolher	4.900	4.197	6.036	5.125
INSS retido a recolher	5.059	4.011	6.870	5.166
Obrigações previdenciárias	**131.415**	**24.453**	**137.773**	**29.252**
Total de obrigações trabalhistas e previdenciárias	**308.407**	**208.833**	**348.781**	**252.156**

(a) Em dezembro de 2025, houve a adesão ao Programa de Transação Integral (“PTI”), nos termos da Portaria PGFN/MF nº 721/2025. A transação teve como objeto a regularização voluntária pelo contribuinte de débitos de contribuição previdenciária patronal - INSS perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”). A análise para inclusão dos débitos foi realizada de forma individualizada e com apoio de assessores jurídicos e contábeis.

23. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - CONTROLADORA

23.1. Política contábil: Os dividendos mínimos obrigatórios de 25% estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). **23.2. Composição: Dividendos a pagar:** A movimentação de dividendos a pagar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada nos quadros a seguir:

Saldo em 1° de janeiro de 2024	**173.081**
Pagamento de dividendos ao Grupo SBF	(147.520)
Dividendos mínimos obrigatórios - 2024	124.154
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**149.715**
Dividendos adicionais - 2024 (a)	3.206
Pagamento de dividendos ao Grupo SBF	(152.921)
Dividendos mínimos obrigatórios - 2025	152.547
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**152.547**

(a) Refere-se à destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, aprovado no segundo trimestre de 2025.

continua →★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado
ICP Brasil
A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65

Demonstrações Financeiras 2025

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

Dividendos a receber: A movimentação de dividendos a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada nos quadros a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2024	–
Dividendos adicionais Fisia - 2023	132.058
Recebimento de dividendos Fisia	(132.058)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	–
Dividendos adicionais Fisia - 2024 (a)	127.361
Dividendos intermediários Fisia - 2025 (b)	217.544
Recebimento de dividendos Fisia	(344.905)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	–

(a) Refere-se à destinação do resultado da controlada Fisia relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, aprovado no segundo trimestre de 2025. (b) Em 9 de maio de 2025, foi deliberado e aprovado em Reunião do Conselho de Administração da controlada Fisia o pagamento de dividendos intermediários, no montante de R$ 217.544, contra a reserva de lucros das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O valor pago foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório sobre o resultado do exercício findo em 2025. **Juros sobre capital próprio a receber:** A movimentação de juros sobre capital próprio a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2024	–
Destinação de juros sobre o capital próprio Fisia - 2024	82.598
Recebimento de juros sobre o capital próprio Fisia	(70.203)
IRRF sobre juros sobre capital próprio Fisia	(12.390)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**5**
Destinação de juros sobre o capital próprio Fisia - 2025	69.032
Recebimento de juros sobre o capital próprio Fisia	(58.682)
IRRF sobre juros sobre capital próprio Fisia	(10.355)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	–

(a) Em 9 de maio e em 8 de agosto de 2025, foram deliberadas e aprovadas em Reunião do Conselho de Administração da controlada Fisia a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R$ 69.032. O montante foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

24.1. Política contábil: As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação e com operações complementares com empresas relacionadas, com as quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente. **Operações de venda de mercadorias e fretes** - As empresas SBF Comércio, Fisia e Premier, no âmbito de suas operações comerciais, realizam transações de compra e venda de mercadoria com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil e abastecimento do mercado atacado dos produtos Nike (Nota 3). A empresa relacionada VBLOG, componente do mesmo grupo econômico, é responsável pelo transporte destas mercadorias e efetua prestação de serviço de frete entre estas empresas. Adicionalmente, até agosto de 2025, no intuito de gerar sinergia, a Fisia tinha contrato assinado com a SBF Comércio para a prestação de serviços de coleta e internalização de mercadorias no CD Geral da SBF Comércio. A partir de setembro de 2025, os serviços de coleta e internalização, passaram a ser prestados pela empresa Premier à Fisia. As operações de prestação de serviço vigentes estão suportadas por contratos assinados, cujos prazos são indeterminados e baseados em condições específicas acordadas entre as partes. **Aluguéis** - A SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para a empresa relacionada VBLOG, do armazém localizado em Extrema - MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m² (metros quadrados) utilizados. A Fisia efetua uma operação de sublocação para a empresa relacionada Premier, do armazém localizado em Extrema - MG. O prazo do arrendamento é válido até 2028 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m² (metros quadrados) utilizados. **Marketplace** - A SBF Comércio, por meio de sua plataforma digital realiza vendas de produtos Fisia (Nike). As vendas incidem uma taxa de *take rate*, porcentagem cobrada sobre cada transação de produto vendido. **Rateio administrativo** - As controladas da SBF Comércio e as controladas diretas e indiretas do Grupo SBF possuem um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier, VBLOG, Lione e Fisia. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas de mão de obra corporativa e em critérios consistentes ao longo do exercício. **Serviços audiovisuais** - A controlada FitDance possui contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança. Os valores referentes às transações descritas acima são demonstrados nos quadros a seguir: **24.2. Composição: Controladora:** Os valores de contas a receber (Nota 7) e fornecedores (Nota 18), referente às operações descritas acima, estão discriminados no quadro a seguir:

	Contas a receber		Fornecedores	
Controladora	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Premier	179.589	119.348	332.068	30.166
VBLOG	4.805	6.882	919	541
Grupo SBF	–	575	–	–
Fisia	59.023	35.633	18.536	193.736
Network (a)	–	531	–	–
FitDance	261	154	–	–
Total (Nota 7) e (Nota 18)	**243.678**	**163.123**	**351.523**	**224.443**

(a) Em outubro de 2025, a controladora Grupo SBF S.A. realizou o desinvestimento na operação da Network. Dessa forma, os saldos apresentados na linha da empresa Network representam as transações entre partes relacionadas ocorridas até a data da alienação do investimento. Outros ativos (Nota 11) e outras contas a pagar (Nota 25) entre empresas controladas estão apresentados conforme segue:

	Outras contas a pagar	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Partes relacionadas - outras contas a pagar		
Grupo SBF	359	2.408
Fisia	297	–
FitDance	20	21
Total (Nota 25)	**676**	**2.429**

	Adiantamento para fornecedores - Outros ativos	
	31/12/2025	**31/12/2024**
FitDance	513	200
Total (Nota 11)	**513**	**200**

Transações comerciais entre empresas do mesmo grupo econômico:

	Compras		Vendas	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
SBF Comércio	(3.724.918)	(2.884.872)	3.106.848	2.427.677
Premier	(3.106.848)	(2.427.677)	3.444.246	2.444.615
Fisia	–	–	280.672	440.257
Total	**(6.831.766)**	**(5.312.549)**	**6.831.766**	**5.312.549**

	Custos com mercadorias vendidas	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Premier	(2.994.649)	(2.459.302)
Total	**(2.994.649)**	**(2.459.302)**

	Serviços audiovisual	
	31/12/2025	**31/12/2024**
FitDance	(3.899)	(4.552)
Network (a)	(30)	(2.341)
Total	**(3.929)**	**(6.893)**

(a) Em outubro de 2025, a controladora Grupo SBF S.A. realizou o desinvestimento na operação da Network. Dessa forma, os saldos apresentados na linha da empresa Network representam as transações entre partes relacionadas ocorridas até a data da alienação do investimento.

	Serviços logísticos	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Coleta e internalização - Fisia	31.293	23.815
Fretes e logística - VBLOG - custos	(30.275)	(30.269)
Fretes e transportes - VBLOG - despesas	(495)	(428)
Total	**523**	**(6.882)**

	Aluguéis	
	31/12/2025	**31/12/2024**
SBF Comércio	–	39
VBLOG	39	–
Total	**39**	**39**

	Rateio administrativo	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Grupo SBF	(772)	(16.868)
Fisia	171.576	170.055
Premier	21.235	17.293
VBLOG	26.556	19.353
Network (a)	–	531
FitDance	–	154
Total	**218.595**	**190.518**

(a) Em outubro de 2025, a controladora Grupo SBF S.A. realizou o desinvestimento na operação da Network. Dessa forma, os saldos apresentados na linha da empresa Network representam as transações entre partes relacionadas ocorridas até a data da alienação do investimento.

Consolidado: Transações realizadas entre partes relacionadas - eliminadas na consolidação:

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
SBF Comércio	59.284	35.787	18.853	193.757
FitDance	20	21	261	154
Fisia	18.833	193.736	59.023	35.633
Total	**78.137**	**229.544**	**78.137**	**229.544**

	Adiantamento para fornecedores - Outros ativos	
	31/12/2025	**31/12/2024**
SBF Comércio	513	200
FitDance	(513)	(200)
Total	**–**	**–**

	Compras		Vendas	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
SBF Comércio	(280.672)	(440.257)	–	–
Fisia	–	–	280.672	440.257
Total	**(280.672)**	**(440.257)**	**280.672**	**440.257**

	Comissão marketplace	
	31/12/2025	**31/12/2024**
SBF Comércio	23.332	36.791
Fisia	(23.303)	(36.791)
FitDance	(29)	–
Total	**–**	**–**

	Serviços audiovisual	
	31/12/2025	**31/12/2024**
SBF Comércio	4.117	4.552
Fisia	(3.967)	(4.552)
FitDance	(150)	–
Total	**–**	**–**

	Serviços logísticos	
	31/12/2025	**31/12/2024**
SBF Comércio	16.144	23.815
Fisia	(16.144)	(23.815)
Total	**–**	**–**

Transações comerciais entre empresas do mesmo grupo econômico - não eliminadas na consolidação:

	Compras		Vendas	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
SBF Comércio	(3.444.246)	(2.444.615)	3.106.848	2.427.677
Premier	(4.779.455)	(2.427.677)	4.456.546	2.444.615
Fisia	(1.012.300)	–	1.672.607	–
Total	**(9.236.001)**	**(4.872.292)**	**9.236.001**	**4.872.292**

	Custos com mercadorias vendidas	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Premier	(4.358.574)	(2.459.302)
Total	**(4.358.574)**	**(2.459.302)**

	Aluguéis	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Fisia	95	(473)
VBLOG	–	473
Premier	(95)	–
Total	**–**	**–**

	Receita - Serviços logísticos	
	31/12/2025	**31/12/2024**
SBF Comércio	15.148	–
Premier	(15.148)	–
Total	**–**	**–**

	Serviços logísticos	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Fretes e logística - VBLOG - custos	(34.269)	(30.448)
Total	**(34.269)**	**(30.448)**

Locação - A empresa VBF Empreendimentos Ltda. pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 à 1º de junho de 2045. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício. Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM.

	Despesas com aluguéis	
	31/12/2025	**31/12/2024**
VBF Empreendimentos Ltda.	19.095	16.293
Lapa Participações Empreendimentos Ltda.	10.539	8.982
Total	**29.634**	**25.275**

Remuneração ao pessoal-chave da Administração: A remuneração aos Administradores é realizada através de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações do resultado.

	Administração executiva			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Salários e pró-labore	4.331	5.032	8.623	9.705
Participação nos lucros e resultados	2.174	5.055	4.622	9.310
Pagamento baseado em ações	–	1.733	–	4.101
Outros (a)	11.229	–	23.363	–
Total	**17.734**	**11.820**	**36.608**	**23.116**

(a) Refere-se aos benefícios de rescisão para determinados funcionários-chave da Administração, relacionados ao processo de revisão da estrutura corporativa da Companhia.

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Provisões de marketing e comunicação	17.507	12.412	41.177	29.848
Comissão de parceiros digitais	–	–	29.474	27.020
Fretes/armazenagem	17.707	10.606	45.496	29.951
Provisões benefícios a empregados	4.646	3.887	9.752	8.712
Provisões gerais (a)	73.456	48.493	107.569	82.851
Utilidades e serviços	11.009	10.390	11.817	11.255
Obrigações com investimento (b)	7.000	–	7.118	12.087
Subtotal	**131.325**	**85.788**	**252.403**	**201.724**
Outras contas a pagar - partes relacionadas (Nota 24)	676	2.429	3.259	6.033
Total	**132.001**	**88.217**	**255.662**	**207.757**
Passivo circulante	**119.923**	**88.217**	**243.584**	**207.757**
Passivo não circulante	**12.078**	**–**	**12.078**	**–**

(a) Em 2024, refere-se substancialmente aos honorários de sucumbência, atrelados a transação tributária do Governo do Estado de São Paulo - Adesão ao programa de parcelamento de impostos. Em 2025, adicionalmente, refere-se aos benefícios de rescisão para determinados funcionários-chave da Administração, relacionados ao processo de revisão da estrutura corporativa da Companhia.
(b) Em 2025, refere-se a parcela do Earn-Out de 2024, conforme acordo entre as partes, vide Nota 32. Em 2024, refere-se a aquisição de ações do Grupo SBF S.A., pela controlada indireta Fisia, como parte do Programa de Recompra Grupo SBF, conforme Nota 14.

26. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Royalties a amortizar - aquisição Fisia	–	–	77.385	93.125
Patrocínios e royalties	–	–	18.054	15.904
Obrigações com clientes (a)	68.105	47.124	88.163	68.245
Total	**68.105**	**47.124**	**183.602**	**177.274**
Passivo circulante	**68.105**	**47.124**	**123.570**	**101.502**
Passivo não circulante	**–**	**–**	**60.032**	**75.772**

(a) O saldo de obrigações com clientes refere-se a transações com cartão presente e vale-troca que podem ser utilizados como forma de pagamento em compras nas plataformas digitais e lojas físicas.

27. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a) Capital Social: As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R$ 2.229.971 dividido em 4.809.277.645 ações ordinárias sem valor nominal. O controle acionário da Companhia, está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025	
Acionista	**Quantidade**	**%**
Grupo SBF	4.809.277.645	100,00%
Total	**4.809.277.645**	**100,00%**

b) Lucro por ação - Consolidado: Básico: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. **Diluído:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Numerário básico/diluído - Controladora		
Lucro líquido do exercício	642.305	522.755
Média ponderada de ações ordinárias	4.809.278	4.809.278
Resultado básico por ação - R$	**0,13**	**0,11**
Lucro líquido do exercício	642.305	522.755
Média ponderada de ações ordinárias	4.809.278	4.809.278
Resultado diluído por ação - R$	**0,13**	**0,11**

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Companhia, os lucros diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação. **c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva legal é de R$ 95.986 (R$ 63.871 em 31 de dezembro de 2024). **d) Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia e sua controlada Fisia são titulares de incentivos fiscais concedidos por diversos Estados brasileiros, especialmente na forma de crédito presumido de ICMS. Em relação ao resultado desse incentivo, o STJ já havia formado sólida jurisprudência - i.e. EREsp 1.517.492, em 2017 - reconhecendo, em caráter não vinculante, que os créditos presumidos de ICMS podem ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, independente da constituição da reserva de incentivo fiscal. Neste sentido, corroborado ainda pela revogação do artigo 30, da Lei 12.973/2014, a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia deixou de constituir reserva de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da reserva de incentivos fiscais é de R$ 222.129. **e) Reserva estatutária:** A reserva estatutária é constituída após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração, até a totalidade do lucro líquido remanescente. A reserva estatutária tem como finalidade reforçar o capital de giro e viabilizar investimentos e o desenvolvimento das atividades da Companhia e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva estatutária é de R$ 903.583 (R$ 449.146 em 31 de dezembro de 2024). **f) Ajuste de avaliação patrimonial - outros resultados abrangentes:** A Companhia, através de sua controlada Fisia, reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais de compras de mercadorias realizadas no exterior. As transações de hedge de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz ou quando do término da relação de hedge.

28. RECEITAS LÍQUIDAS

28.1. Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo SBF. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **Venda de mercadorias no atacado:** a Companhia opera como a distribuição dos produtos da marca "Nike" em todo Brasil. As vendas dos produtos do atacado são reconhecidas quando a Companhia transfere o controle e a propriedade de um produto para o cliente, isso ocorre quando os produtos são entregues no endereço do comprador ou coletados no centro de distribuição e o cliente esteja de acordo com o contrato de venda. Os produtos da Nike são frequentemente vendidos com desconto por volume, os clientes têm o direito de devolver os produtos com defeitos no mercado atacadista, as vendas são registradas líquidas dos descontos específicos por clientes e das devoluções estimadas na época da venda. **Venda de mercadorias no varejo:** a Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de calçados, vestuários, acessórios e equipamentos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia vende um produto e transfere o controle e a propriedade dos bens para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito, pix ou em dinheiro. **Venda de mercadorias por meio da plataforma digital:** A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, nike.com.br e store.fitdance.com, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando as obrigações de desempenho mais significativas inerentes ao controle e propriedade dos bens forem transferidas para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador. **Serviços prestados:** A Companhia reconhece receitas com intermediação de vendas de produtos de parceiros por meio de sua plataforma digital, operação denominada marketplace. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que, na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **Prestação de serviços de produção de filmes para publicidade:** Na empresa FitDance, o reconhecimento das receitas ocorre na realização dos cursos de formação e capacitação de instrutores através do ensino da dança. A FitDance também opera com plataformas digitais de ensino de dança. Em ambas as modalidades o reconhecimento da receita se dá na prestação do serviço, sendo realizadas por meio de cartão de crédito, boleto bancário ou PIX. As atividades de negócio da empresa também são compostas por patrocínio e projetos especiais proprietários e/ou com marcas, produção de conteúdo audiovisual para bandas e artistas, monetização em plataformas e apresentações em shows e eventos. A receita é reconhecida no momento da prestação de serviços, sendo esta, bem como o detalhamento das entregas, definidas em contrato. **Subvenção governamental:** a Companhia realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos os estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico. Em 2022, houve a publicação da nova versão do Regime Especial de Tributação - RET da controladora SBF Comércio, que, dentre as alterações, uma das representativas foi da prorrogação do prazo até 2032 e permanece com a sistemática de crédito presumido de ICMS. A partir de julho de 2021, a controlada Fisia efetuou a migração das operações da plataforma digital da controlada Fisia (Nike.com) para a cidade de Extrema, Minas Gerais, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pela plataforma digital são realizadas com crédito presumido de ICMS. Ainda, nos termos do julgamento proferido pelo STJ em recurso repetitivo, Tema 1.182, a Companhia reconheceu o incentivo fiscal dessas operações em sua controlada Fisia. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de base para a incidência de ICMS nas vendas de mercadorias para varejistas, nos termos da legislação aplicável. Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 somaram o montante de R$ 470.646 correspondente ao incentivo fiscal de crédito presumido (R$ 343.783 em 31 de dezembro de 2024).

28.2. Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receita operacional bruta				
Venda de mercadorias	5.009.951	4.375.396	9.265.786	9.127.490
Venda de mercadorias - partes relacionadas (a)	3.750.770	2.939.490	5.725.674	2.939.490
Prestação de serviços	110.052	110.088	88.362	69.540
Impostos incidentes				
Venda de mercadorias	(1.276.467)	(1.058.275)	(2.311.946)	(2.162.691)
Venda de mercadorias - partes relacionadas (a)	(643.922)	(511.812)	(946.219)	(511.812)
ICMS - Incentivo fiscal	194.144	180.722	470.646	343.783
(-) PIS e COFINS sobre incentivos fiscais	(10.696)	(16.502)	(10.696)	(17.384)
Prestação de serviços	(10.550)	(11.497)	(13.219)	(13.669)
Devoluções				
Venda de mercadorias	(41.294)	(67.967)	(179.737)	(258.599)
Receitas líquidas	**7.081.988**	**5.939.643**	**12.088.651**	**9.516.148**

(a) A transação com parte relacionada refere-se a vendas em atacado destinadas à empresa Premier Distribuidora e à operações de venda entre as empresas da controladora Grupo SBF S.A., conforme Nota 24. Em 2025, o saldo consolidado foi impactado pelas transações de compra e venda de mercadorias da controlada Fisia com a empresa relacionada Premier (Nota 3). **Canais de venda:** A receita bruta de mercadorias por canal de vendas está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Lojas físicas	3.899.571	3.449.830	5.362.957	4.886.379
Atacado (b)	–	–	603.031	1.175.745
Plataforma digital	1.110.380	925.566	3.299.798	3.065.366
Receita bruta	**5.009.951**	**4.375.396**	**9.265.786**	**9.127.490**

(b) Em 2025, o saldo consolidado foi impactado pelas transações de compra e venda de mercadorias da controlada Fisia com a empresa relacionada Premier (Nota 3). **Região geográfica:** Em termos de região geográfica, as vendas da Companhia estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com venda de mercadorias, por região.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Sudeste	2.203.816	2.133.793	5.079.860	5.595.505
Nordeste	804.656	817.557	1.123.285	1.081.753
Sul	730.866	666.111	1.428.501	1.332.457
Centro - Oeste	545.646	496.790	823.127	753.955
Norte	724.967	261.145	811.013	363.820
Receita bruta de vendas	**5.009.951**	**4.375.396**	**9.265.786**	**9.127.490**

Sazonalidade trimestral da receita líquida: O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o Dia dos Pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o Natal no quarto trimestre. No caso da Companhia, a tabela abaixo, ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
1º trimestre	802.002	719.376	1.540.211	1.482.767
2º trimestre	917.054	839.484	1.798.913	1.696.448
3º trimestre	1.000.216	872.574	1.769.378	1.754.204
4º trimestre	1.255.868	1.080.531	2.200.694	2.155.051
Receita líquida	**3.975.140**	**3.511.965**	**7.309.196**	**7.088.470**

29. CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Custo da revenda de mercadorias	(2.008.037)	(1.784.248)	(3.393.190)	(3.032.261)
Custo da revenda atacado	–	–	(318.864)	(600.534)
Custo dos serviços prestados	–	–	(7.038)	(8.766)
Custo de fretes e logística	(456)	277	(6.763)	(322)
Subtotal	**(2.008.493)**	**(1.783.971)**	**(3.725.855)**	**(3.641.883)**
Custo da revenda - partes relacionadas (Nota 24) (a)	(2.994.649)	(2.459.302)	(4.358.574)	(2.459.302)
Custo de fretes e logística - partes relacionadas (Nota 24)	(30.275)	(30.269)	(34.269)	(30.448)
Subtotal	**(3.024.924)**	**(2.489.571)**	**(4.392.843)**	**(2.489.750)**
Total	**(5.033.417)**	**(4.273.542)**	**(8.118.698)**	**(6.131.633)**

(a) Em 2025, o saldo consolidado foi impactado pelas transações de compra e venda de mercadorias da controlada Fisia com a empresa relacionada Premier (Nota 3).

30. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
Despesas com vendas	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Pessoal	(589.587)	(481.821)	(808.489)	(663.636)
Publicidade e propaganda	(156.049)	(136.080)	(596.590)	(521.721)
Fretes e transportes	(55.012)	(61.168)	(178.391)	(235.381)
Depreciação de direito de uso	(140.363)	(132.377)	(169.703)	(157.716)
Taxa de cartão e serviços financeiros	(88.656)	(78.667)	(151.483)	(139.258)
Utilidades e Serviços	(97.888)	(87.829)	(129.975)	(116.172)
Serviços de terceiros	(8.756)	(7.182)	(101.826)	(88.783)
Ocupação	(55.336)	(48.307)	(94.434)	(87.777)
Depreciação e amortização	(61.788)	(58.890)	(90.602)	(85.435)
Informática e telecomunicações	(44.251)	(38.809)	(54.568)	(52.677)
Embalagens e outros materiais	(16.582)	(13.853)	(31.082)	(27.461)
Contencioso e despesas jurídicas (a)	2.083	(12.759)	2.254	(14.738)
Outras despesas	–	–	(2.175)	(1.294)
Total despesas com vendas	**(1.312.185)**	**(1.157.742)**	**(2.407.064)**	**(2.192.049)**

	Controladora		Consolidado	
Despesas administrativas e gerais	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Pessoal	(134.444)	(146.270)	(261.915)	(282.804)
Publicidade e propaganda	(9.437)	(9.256)	(13.611)	(10.228)
Fretes e transportes	(1.032)	(261)	(1.286)	(378)
Depreciação de direito de uso	(13.640)	(15.338)	(16.793)	(20.786)
Taxa de cartão e serviços financeiros	(15.073)	(5.975)	(16.906)	(7.623)
Utilidades e Serviços	(21.542)	(19.424)	(27.115)	(25.223)
Serviços de terceiros	(17.224)	(16.310)	(32.448)	(29.203)
Ocupação	(1.207)	(2.715)	(3.201)	(6.117)
Depreciação e amortização	(88.012)	(85.472)	(131.628)	(117.947)
Informática e telecomunicações	(15.756)	(11.292)	(87.594)	(76.601)
Embalagens e outros materiais	(136)	(37)	(285)	(157)
Contencioso e despesas jurídicas	(68.200)	(82.303)	(46.188)	(51.420)
Outras despesas	(4.460)	(6.223)	(4.930)	(12.373)
Total despesas administrativas e gerais	**(390.163)**	**(400.876)**	**(643.900)**	**(640.860)**

(a) Em 2024, refere-se substancialmente à reversão da Provisão para riscos - Tributário, líquida da constituição dos impostos parcelados, como resultado da adesão ao programa de parcelamento de impostos (Nota 13). Em 2025, refere-se substancialmente à reversão do passivo de DIFAL, referente à alguns Estados, exceto São Paulo e Espírito Santo, como resultado da conclusão do julgamento do Tema n° 1266 pelo STF (Nota 20).

31. RESULTADO FINANCEIRO

31.1. Política contábil: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso. **31.2. Composição:**

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Variação cambial ativa (a)	774	2.506	138.769	8.504
Receitas de aplicações financeiras	35.020	23.030	78.684	58.434
Atualização monetária de depósitos judiciais	9.186	948	32.725	105.562
Atualização monetária de impostos	19.115	42.150	21.098	49.878
Outras receitas financeiras - partes relacionadas (b)	–	–	6.454	–
Outras receitas financeiras	4.028	13	4.301	1.729
Juros e multas recebidos	6	176	1.692	184
Descontos obtidos	38	–	40	–
Impostos sobre operações financeiras	–	438	–	915
PIS/COFINS s/ receita financeira	(3.067)	(6.529)	(5.596)	(8.644)
Receitas financeiras	**65.100**	**62.732**	**278.167**	**216.562**

	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Juros e custo de captação sobre debêntures	(68.123)	(89.805)	(165.062)	(154.335)
Juros de arrendamento mercantil	(119.248)	(101.077)	(148.289)	(124.654)
Variação cambial passiva (a)	(294)	(1.262)	(124.540)	(109.904)
Juros sobre parcelamento de tributos	(12.460)	(5.010)	(26.835)	(13.900)
Juros e custo de captação sobre empréstimos	(646)	(1.527)	(25.456)	(27.352)
Juros sobre atraso de impostos	(6.827)	(1.652)	(7.689)	(5.018)
Juros sobre contencioso (c)	(6.506)	32.414	(7.552)	171.482
Outras despesas financeiras	(6.397)	(7.526)	(6.403)	(7.491)
Tarifas e taxas bancárias	(3.203)	(2.973)	(6.333)	(4.152)
Impostos sobre operações financeiras	(1.280)	(93)	(2.080)	(163)
Juros sobre pagamentos em atraso	(308)	(1.291)	(551)	(1.496)
Juros sobre operações de venda de recebíveis	–	(2)	–	(45)
Despesas financeiras	**(225.292)**	**(179.804)**	**(520.790)**	**(277.028)**
Resultado financeiro líquido	**(160.192)**	**(117.072)**	**(242.623)**	**(60.466)**

(a) Refere-se substancialmente ao resultado da variação cambial decorrente dos hedges de fluxo de caixa da Companhia. (b) Nos saldos consolidados, refere-se à correção pela inflação do custo incorrido pela controlada Fisia na aquisição das ações da Grupo SBF S.A. (Nota 14). (c) Em 2024, refere-se substancialmente à reversão dos Juros sobre contencioso - Tributário, como resultado da adesão ao programa de parcelamento de impostos apresentado na Nota 13.

32. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos firmados na aquisição da FitDance relativo a acordo para pagamento contingente a sócios vendedores, classificado pela Companhia como remuneração para serviços pós-combinação. Tal contraprestação é composta por parcelas de *Earn-Out* e parcela de *Outperform*, condicionadas ao atingimento de certas métricas e outras condições estabelecidas em contrato. As premissas, os requisitos e os valores relativos ao preço de compra contingente foram estabelecidos entre as partes com base na projeção da receita bruta anual da FitDance para os exercícios sociais a se encerrarem entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2026. Não há pagamentos totais mínimos associados a esse contrato. Em 2024, foi reconhecido o montante de R$ 13.000 a pagar aos sócios vendedores como parcela de Earn-Out referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Em 2025, houve o pagamento de R$ 6.000, restando um saldo a pagar de R$ 7.000 (Nota 25), de acordo com as condições estabelecidas em contrato.

33. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros contratadas junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura
Veículos	Frota de veículos	R$ 500
Transportes	Transportes nacionais	R$ 6.190.700
Transportes	Transportes internacionais	US$ 24.231
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	R$ 32.435
Responsabilidade civil	Directors & Officers	R$ 100.000
Responsabilidade civil	Aeronave	R$ 50.000
Seguro casco	Aeronave	US$ 12.973
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	R$ 674.866

continua→★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Terça-feira, 10 de março de 2026

CENTAURO

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 06.347.409/0001-65

Demonstrações Financeiras 2025

→★ continuação

Diretoria

Gustavo Furtado - CEO

José Luís Salazar - CFO

Contadora

Ana Mota - CRC 1SP328009/O-1

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores e Jurídico e Compliance.

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, concordando e autorizando sua publicação nesta data.

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e a conclusão expressos no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, emitido nesta data.

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores e Jurídico e Compliance.

A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e a conclusão expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

São Paulo, 6 de março de 2026

Gustavo Furtado - Diretor Presidente

José Luís Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Daniel Siqueira - Diretor Jurídico e Compliance

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

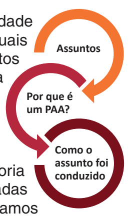
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12.2)	
A Companhia e sua controlada possuem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor total, líquido dos saldos passivos, de R$ 600.548 mil. As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem, conforme divulgado na Nota 12.2. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros. Dado a relevância do saldo e a subjetividade envolvida na definição de premissas e estimativas, consideramos este tema como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos. Adicionalmente, com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Provisões para riscos administrativos e judiciais na área tributária (Nota 13.2(c))	
A Companhia e sua controlada são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos na área tributária, que surgem no curso normal de seus negócios, e envolvem discussões em diversas esferas, para as quais a administração constituiu provisão no valor total de R$ 102.769 mil, em 31 de dezembro de 2025. A determinação do valor da provisão, bem como dos passivos contingentes tributários divulgados na Nota 13.2(c), depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prognóstico de perda e valor de liquidação. Considerando a complexidade do ambiente tributário, dos valores em discussão e a relevância dos débitos fiscais, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências, incluindo a adesão ao programa de parcelamento. Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas dos valores em discussão e prognósticos de perda dos processos tributários em andamento. Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes. Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

pwc

São Paulo, 09 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador
CRC MG091301/O-2

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

FISIA
DISTRIBUIDORA
OFICIAL
NO BRASIL

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

FISIA | DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 59.546.515/0001-34

Demonstrações Financeiras 2025

Relatório da Administração sobre os Resultados

O quarto trimestre de 2025 marca o encerramento de um ano de mudanças estruturantes, com iniciativas voltadas a fortalecer o negócio e sustentar o crescimento com disciplina. Ao longo do ano, avançamos em frentes comerciais, operacionais e digitais que aumentaram nossa capacidade de execução, eficiência e nível de serviço, além de reforçar a solidez financeira para suportar investimentos de longo prazo.

A Fisia, no ano de 2025, contou com três prioridades: ampliar a atuação da Nike no futebol brasileiro, retomar o canal de atacado e evoluir a estratégia do segmento de corrida.

Em futebol, a Fisia renovou a parceria com o Sport Club Corinthians Paulista por mais 10 anos e oficializou novos patrocínios com início na temporada de 2026, incluindo o Clube Atlético Mineiro e Club de Regatas Vasco da Gama ao portfólio. Os uniformes foram lançados em janeiro de 2026 e registraram boa aceitação desde o início das vendas, com o Vasco representando a maior venda em um período de lançamento de futebol nos últimos anos da Fisia. Ainda no quarto trimestre, a Fisia iniciou o ciclo de lançamentos relacionados à Copa do Mundo de 2026 com a camisa casual de goleiro da Seleção Brasileira.

No segmento de corrida, a Nike anunciou que será a patrocinadora master da “SP City Marathon” a partir de 2026. A prova, que reúne cerca de 25 mil corredores e celebra 10 anos de história, passará a se chamar “Nike SP City Marathon”, reforçando o posicionamento da marca nas corridas de rua. A parceria prevê a realização de treinos preparatórios conduzidos pela Nike, com foco em aprimorar a experiência do corredor. Em linha com essa agenda, a Fisia manteve a estratégia de road running apoiada nas franquias Pegasus, Structure e Vomero. No 4T25, o lançamento do Vomero Premium reforçou essa frente, com foco em amortecimento e performance, e registrou mais de 1.200 pares vendidos desde o lançamento.

No canal de atacado, o ano foi marcado pela retomada do ritmo de crescimento, com reflexos já visíveis no 3T25 e dando continuidade no 4T25, indicando uma trajetória mais consistente ao longo dos trimestres. Esse desempenho decorreu de melhorias no nível de serviço e no atendimento aos clientes. Como parte desse movimento, a Companhia inaugurou um novo showroom da Nike na mesma localização do escritório da Fisia, em Pinheiros (São Paulo). A iniciativa aumentou a frequência de eventos com clientes, com foco no relacionamento e na apresentação de coleções.

Como resultado da execução dessas frentes ao longo de 2025, a Fisia manteve evolução consistente, combinando crescimento e fortalecimento de marca. Além disso, inaugurou 4 lojas, sendo 3 NDIS e 1 NVS, e realizou duas ampliações de lojas NVS. Em paralelo, por mais um ano consecutivo, a Nike foi eleita a marca mais lembrada pelos consumidores no prêmio Top of Mind da Folha de S. Paulo em 2025, reforçando a relevância da marca no mercado esportivo.

Do ponto de vista operacional e logístico, a Fisia avançou em entregas voltadas a aumentar controle, escala e eficiência: internalizou a distribuição das lojas físicas e, para suportar essa mudança, expandiu o centro de distribuição próprio em Extrema (MG) para 24 mil m². A mudança viabilizou a implementação do incentivo fiscal de ICMS nos canais de lojas físicas e atacado, contribuindo para reduzir o impacto cambial que afetou o CMV e as despesas com *royalties.*

Adicionalmente, a Fisia conquistou a certificação OEA (Operador Econômico Autorizado), reconhecimento da Receita Federal para empresas com elevado nível de conformidade e segurança na cadeia logística. A certificação traz ganhos em prazos, redução de riscos e menor capital empregado, com impacto direto na eficiência operacional e na experiência do cliente.

Encerramos 2025 com os objetivos alcançados e com uma base operacional mais robusta, refletindo a execução das iniciativas implementadas ao longo do período. Encerramos o ano preparados para 2026, um marco relevante para o negócio, com eventos como a Copa do Mundo e o início de novos patrocínios de clubes brasileiros pela Nike. Ao longo de 2026, daremos continuidade à agenda de projetos estruturantes, incluindo a implementação dos centros de distribuição secundários com foco em elevar produtividade e aprimorar a capacidade de execução. Com essa base, iniciamos o ciclo com confiança em nossa capacidade de execução e foco em capturar as oportunidades do período.

QUESTÕES ASG - POLÍTICA DE EQUIDADE

Em atenção ao disposto no § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76, introduzido pela Lei nº 15.177/25, a Companhia apresenta, a seguir, a política de equidade por ele adotada, bem como informações relativas à participação de mulheres em seu quadro de colaboradores.

A Companhia possui compromisso com a promoção da diversidade e inclusão, orientando suas relações internas pela manutenção de um ambiente de trabalho respeitoso, ético e livre de qualquer forma de discriminação ou preconceito, inclusive em razão de gênero, raça/etnia, nacionalidade ou idade, nos termos de seu Código de Conduta Ética e de suas políticas internas. Nesse contexto, a Companhia esclarece que realiza o monitoramento periódico dos salários e das estruturas de remuneração de seus colaboradores, por meio de análises detalhadas e contextualizadas, a fim de assegurar o cumprimento de seu compromisso ético e das disposições legais relativas à igualdade salarial e à adoção de critérios remuneratórios equitativos entre mulheres e homens, visando promover, assim, um ambiente de trabalho justo e equilibrado para todos.

Para mais informações sobre tópicos ASG adotados pela Companhia, vide Relatório de Sustentabilidade disponibilizado pela Companhia no primeiro semestre de 2025.

Apresentamos a seguir as informações requeridas pela Lei nº 15.177/25:

a. Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da Companhia, incluindo evolução comparativa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

	2025				2024			
	Não Gerência	% Mulheres	Gerência/Diretoria	% Mulheres	Não Gerência	% Mulheres	Gerência/Diretoria	% Mulheres
Feminino	1.169	1,06	39	0,60	968	1,03	38	0,70
Masculino	1.104		65		944		54	
FISIA	**2.273**		**104**		**1.912**		**92**	

b. Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da Companhia, incluindo evolução comparativa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

	2025		2024	
	Cargos na administração	% Mulheres	Cargos na administração	% Mulheres
Feminino	0	0,00	1	0,17
Masculino	3		6	
FISIA	**3**		**7**	

c. Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia, incluindo evolução comparativa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

	2025	2024
Cargo	Proporção Mulheres/Homens	Proporção Mulheres/Homens
Analista	1,03	1,01
Aprendiz	1,17	1,05
Assistente	0,97	0,94
Consultor	0,00	1,08
Coordenador	1,08	1,10
Diretor	1,02	1,05
Especialista	1,02	1,00
Gerência	0,95	0,90
Operação	1,00	1,00
Profissional	1,00	1,00
Supervisor	0,99	1,01
Técnico	0,00	0,00

* O quadro apresentado acima tem como base a remuneração fixa, variável e eventual média de colaboradores.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	291.816	476.922
Contas a receber	7	1.287.749	921.614
Estoques	8	1.387.613	1.053.754
Instrumentos financeiros derivativos	9	1.395	165.816
Tributos a compensar	10	66.390	107.106
Imposto de renda e contribuição social a compensar		14.283	14.819
Outros ativos	11	130.926	99.293
Total do ativo circulante		**3.180.172**	**2.839.324**
Não circulante			
Tributos a compensar	10	115.467	13.672
Imposto de renda e contribuição social a compensar		34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	324.748	269.054
Depósitos judiciais	13	371.228	358.517
Outros ativos	11	50.000	–
Total do realizável a longo prazo		**861.477**	**641.277**
Investimentos	14	–	39.173
Imobilizado	15	232.501	202.906
Intangível	16	160.473	121.326
Direito de uso	17	271.994	262.641
Total do ativo não circulante		**1.526.445**	**1.267.323**
Total do ativo		**4.706.617**	**4.106.647**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	18	711.151	496.053
Empréstimos	19	49.214	48.664
Debêntures	19	184.115	130.739
Instrumentos financeiros derivativos	9	131.878	573
Arrendamentos a pagar	17	38.565	30.636
Obrigações tributárias	20	376.892	411.831
Imposto de renda e contribuição social a recolher		26.546	2.589
Impostos parcelados	21	18.866	7.549
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	40.190	43.142
Juros sobre capital próprio a pagar	23	–	5
Outras contas a pagar	25	182.299	154.175
Outros passivos	26	37.999	37.004
Total do passivo circulante		**1.797.715**	**1.362.960**
Não circulante			
Empréstimos	19	74.406	123.385
Debêntures	19	647.248	377.581
Arrendamentos a pagar	17	275.664	264.679
Impostos parcelados	21	64.705	74.644
Provisão para riscos administrativos e judiciais	13	4.755	4.286
Total do passivo não circulante		**1.066.778**	**844.575**
Patrimônio líquido			
Capital social	27	1.418.091	1.418.091
Reservas de capital		9.137	9.199
Reservas de lucro		439.084	403.223
Ajuste de avaliação patrimonial		(24.188)	68.599
Total do patrimônio líquido		**1.842.124**	**1.899.112**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**4.706.617**	**4.106.647**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		Reservas de capital	Reservas de lucro			Ajuste de avaliação patrimonial		
	Capital social	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**1.168.847**	**2.422**	**30.555**	**249.244**	**132.058**	**(26.958)**	**–**	**1.556.168**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	455.266	455.266
Aumento de capital	249.244	–	–	(249.244)	–	–	–	–
Hedge de fluxo de caixa	–	–	–	–	–	144.784	–	144.784
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	–	–	–	–	–	(49.227)	–	(49.227)
Contribuição de capital da controladora	–	6.777	–	–	–	–	–	6.777
Distribuição de dividendos adicionais - 2023	–	–	–	–	(132.058)	–	–	(132.058)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	–	(82.598)	(82.598)
Constituição de reservas	–	–	22.763	–	349.905	–	(372.668)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.418.091**	**9.199**	**53.318**	**–**	**349.905**	**68.599**	**–**	**1.899.112**
Saldos em 1º de janeiro de 2025	**1.418.091**	**9.199**	**53.318**	**–**	**349.905**	**68.599**	**–**	**1.899.112**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	449.798	449.798
Hedge de fluxo de caixa	–	–	–	–	–	(140.586)	–	(140.586)
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	–	–	–	–	–	47.799	–	47.799
Contribuição de capital da controladora	–	(62)	–	–	–	–	–	(62)
Distribuição de dividendos adicionais - 2024	–	–	–	–	(127.361)	–	–	(127.361)
Distribuição de dividendos intermediários	–	–	–	–	(217.544)	–	–	(217.544)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	–	(69.032)	(69.032)
Constituição de reservas	–	–	22.490	–	358.276	–	(380.766)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.418.091**	**9.137**	**75.808**	**–**	**363.276**	**(24.188)**	**–**	**1.842.124**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. (“Fisia” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e Cidade de São Paulo. A Fisia é uma Companhia controlada pela SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. que por sua vez é controlada pelo Grupo SBF S.A. (“Grupo SBF”). O Grupo possui suas ações negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação “SBFG3”. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, o comércio, a distribuição e a importação de qualquer tipo de calçado, vestuário, malas, acessórios e equipamentos esportivos, bem como qualquer outro item de moda esportiva ou informal, todos da marca “Nike”. Os produtos comercializados pela Fisia são adquiridos majoritariamente de empresas localizadas no exterior, as quais possuem contratos com a Nike Inc. Consequentemente, os saldos das rubricas de estoques, custo dos produtos vendidos e fornecedores estrangeiros são impactados diretamente pela política de preços da fornecedora estrangeira, bem como pelos efeitos decorrentes das variações na cotação do dólar dos Estados Unidos da América, principal moeda de referência nessas transações de compras. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 6 de março de 2026.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS® Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção aos seguintes itens: - Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; - Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **a) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **Reapresentação dos saldos comparativos DVA do exercício findo em 31 de dezembro de 2024:** Para manter a consistência e comparabilidade com o exercício corrente, a Companhia reapresentou a DVA de 31 de dezembro de 2024, incluindo a rubrica “Receitas relativas à construção de ativos próprios” no valor de R$ 47.866 substancialmente representados por gastos nas rubricas Remuneração direta, FGTS, e Impostos federais. Consequentemente, o mesmo montante foi reapresentado nas rubricas Remuneração direta, FGTS, e Impostos federais. Esta reapresentação não gerou qualquer outro impacto nas demonstrações financeiras ou em índices relevantes e estão sendo reapresentadas para fins de comparabilidade. Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2024 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2024 (Reapresentado)
Receitas	**5.133.852**	**47.866**	**5.181.718**
Receita de vendas de mercadorias	5.121.717	–	5.121.717
Receitas relativas à construção de ativos próprios	–	47.866	47.866
(Perda) reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	735	–	735
Outras receitas	11.400	–	11.400
Valor adicionado total a distribuir	**1.396.468**	**47.866**	**1.444.334**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	**268.020**	**44.124**	**312.144**
Remuneração direta	150.765	41.755	192.520
Benefícios	104.140	–	104.140
FGTS	13.115	2.369	15.484
Impostos, taxas e contribuições	**490.917**	**3.742**	**494.659**
Federais	154.084	3.742	157.826
Estaduais	330.580	–	330.580
Municipais	6.253	–	6.253

2.3 Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais e relevantes para a compreensão da base de conhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **2.4 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos:** A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. Em 2025, a Companhia avaliou as alterações aos CPCs e às normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em ou a partir de 1° de janeiro de 2025. As principais alterações são: **a) Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção dessa norma não impactou de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia. **2.5 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajadas pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **a) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. **b) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como *‘contracts referencing nature-dependent electricity’.* Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. **c) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **d) IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:** Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **e) Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards).* Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2026. **f) Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - “Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras”:** Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) às quais estão relacionados. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.6 Informações por segmento:** Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. A Administração determinou que o CEO da controladora indireta Grupo SBF S.A., em conjunto com a diretoria executiva do Grupo SBF, são os responsáveis pela tomada de decisões estratégicas e análise de informações sobre os resultados operacionais, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento. Consequentemente, a Administração determinou que a Companhia possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível por segmento, e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada. Exceto pela receita bruta (Nota 28), não há informação financeira individualizada disponível. Toda a receita da Companhia é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes da

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receitas líquidas	28	5.312.032	4.059.534
Custo das vendas	29	(3.397.517)	(2.291.482)
Lucro bruto		**1.914.515**	**1.768.052**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	30	(1.151.658)	(1.114.122)
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	(1.568)	735
Despesas administrativas e gerais	30	(221.155)	(211.602)
Outros ganhos (perdas), líquidos		13.594	(30.996)
Lucro operacional		**553.728**	**412.067**
Receitas financeiras	31	205.093	147.667
Despesas financeiras	31	(290.588)	(99.069)
Resultado financeiro, líquido		**(85.495)**	**48.598**
Lucro antes dos impostos		**468.233**	**460.665**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(26.330)	(1.175)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	7.895	(4.225)
Lucro líquido do exercício		**449.798**	**455.266**
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia			
Lucro básico por ação (média ponderada)	27	0,38	0,39
Lucro diluído por ação (média ponderada)	27	0,38	0,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**449.798**	**455.266**
Outros resultados abrangentes		
Itens que podem ser reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(140.586)	144.784
Outros resultados abrangentes	**(140.586)**	**144.784**
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	47.799	(49.227)
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	**(92.787)**	**95.557**
Resultado abrangente do exercício	**357.011**	**550.823**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		**468.233**	**460.665**
Ajustado por:			
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	1.568	(735)
Perda no valor realizável do estoque	8	9.453	17.435
Constituição (líquida das reversões) de provisão para riscos administrativos e judiciais	13	3.205	(291.026)
Juros sobre arrendamento mercantil	17	28.793	23.248
Resultado da baixa residual de arrendamentos	17	(4.398)	–
Depreciação do direito de uso	17	36.013	33.505
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	15, 16	58.632	42.092
Resultado da baixa de ativo imobilizado e intangível	15, 16	5	6.371
Juros e custo de captação sobre empréstimos	19	24.810	25.825
Juros e custo de captação sobre debêntures	19	96.938	64.530
Juros sobre parcelamento de tributos	21	2	5.954
Juros sobre pagamentos em atraso	31	235	178
Juros com partes relacionadas	31	(6.454)	–
Contribuição de capital da controladora - pagamento baseado em ações		(62)	6.777
		716.973	**394.819**
Variações em:			
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber	7	(208.191)	9.182
Estoques	8	(343.312)	103.653
Instrumentos financeiros derivativos	9	23.835	(21.032)
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	10	(56.687)	169.220
Depósitos judiciais	13	(12.711)	(158.202)
Outros ativos	11	(81.633)	(40.359)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores	18	213.932	(19.292)
Obrigações tributárias	20	(37.312)	184.602
Parcelamento de tributos	21	1.376	76.094
Instrumentos financeiros derivativos passivos	9	131.305	(87.231)
Contingências pagas	13	(2.736)	(16.838)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	(2.952)	19.216
Outras contas a pagar	25	40.211	27.756
Outros passivos	26	995	24.515
Variação nos ativos e passivos		**(333.880)**	**271.285**
Imposto de renda e contribuição social pagos	12	(14.211)	1.414
Juros pagos sobre empréstimos	19	(23.239)	(23.895)
Juros pagos sobre debêntures	19	(66.439)	(72.781)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**279.204**	**570.842**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições de ativo imobilizado	15	(56.860)	(37.620)
Adições no intangível	15	(69.588)	(61.962)
Recompra de ações	14	(125.972)	(27.086)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(252.420)**	**(126.668)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos pagos	19	(50.000)	(25.000)
Emissão de debêntures	19	496.037	298.008
Debêntures pagas	19	(203.493)	(390.507)
Arrendamentos pagos	17	(50.847)	(46.432)
Juros sobre capital próprio pagos	23	(58.682)	(70.203)
Dividendos pagos	23	(344.905)	(279.578)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(211.890)**	**(513.712)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(185.106)**	**(69.538)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		**476.922**	**546.460**
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**291.816**	**476.922**
Transações que não afetaram caixa			
Outros resultados abrangentes		(92.787)	95.557
Adição ao imobilizado		931	336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado
Receitas	**6.529.079**	**5.181.718**
Receita de vendas de mercadorias	6.470.960	5.121.717
Receitas relativas à construção de ativos próprios	48.929	47.866
(Perda) reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.568)	735
Outras receitas	10.758	11.400
Insumos adquiridos de terceiros	**(5.207.931)**	**(3.809.453)**
Custos das mercadorias vendidas	(4.248.890)	(2.855.838)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(948.792)	(929.520)
Perda de valores ativos	(10.249)	(24.095)
Valor adicionado bruto	**1.321.148**	**1.372.265**
Depreciação e amortização	(94.645)	(75.598)
Valor adicionado líquido	**1.226.503**	**1.296.667**
Valor recebido em transferência	**205.093**	**147.667**
Receitas financeiras	205.093	147.667
Valor adicionado total a distribuir	**1.431.596**	**1.444.334**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**318.149**	**312.144**
Remuneração direta	199.544	192.520
Benefícios	101.142	104.140
FGTS	17.463	15.484
Impostos, taxas e contribuições	**299.636**	**494.659**
Federais	159.526	157.826
Estaduais	133.908	330.580
Municipais	6.202	6.253
Remuneração de capitais de terceiros	**364.013**	**182.265**
Despesas financeiras (juros)	64.191	(76.501)
Aluguéis	49.247	50.972
Outras	250.575	207.794
Remuneração de capital próprio	**449.798**	**455.266**
Juros sobre o capital próprio e dividendos	69.032	82.598
Lucro líquido do exercício	380.766	372.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado
ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

FISIA DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

Demonstrações Financeiras 2025

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 59.546.515/0001-34

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

Companhia estão localizados no Brasil. Durante o exercício de 2025 a atividade de serviços não se qualificou como um segmento reportável, visto que a receita desse segmento foi inferior a 10% do total da receita no exercício. **2.7 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.8 Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Adicionalmente, as alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio líquido.

3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2025

3.1 Operação de venda de mercadorias com a Premier: A partir do segundo trimestre de 2025, a Companhia reestruturou seu modelo de atendimento ao canal de atacado e passou a realizar transações de compra e venda de mercadorias com a empresa relacionada Premier. O objetivo dessa nova operação é a otimização logística e de distribuição a partir dos centros de distribuição para as lojas em todo o Brasil, bem como maior eficiência no abastecimento do mercado atacadista de produtos Nike. Os principais impactos da nova transação nos saldos contábeis são verificados, principalmente, nas rubricas Contas a Receber (Nota 7), Fornecedores (Nota 18), Receitas líquidas (Nota 28) e Custo das mercadorias vendidas (Nota 29). Inclui-se, ainda, a redução do risco de crédito para a Companhia (Nota 5), uma vez que, na avaliação da própria Companhia, o risco de perda do valor recuperável de ativos financeiros é maior nas operações de atacado. De forma geral, os efeitos da nova transação nas rubricas destacadas acima refletem o movimento dos saldos entre linhas, com redução dos montantes associados às vendas no atacado e aumento dos montantes associados às compras e vendas entre partes relacionadas. Toda a operação está suportada por contrato assinado, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Perda *(impairment)* de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment,* com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. As contas a receber de clientes atacado (Nota 7) estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos incluem um saldo de R$ 324.748 (R$ 269.054 em 31 de dezembro de 2024) relacionado a prejuízos fiscais, diferenças temporárias e bases negativas gerados pela Companhia. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado, com base nos planos de negócios aprovados. **c) Contingências tributárias:** A Companhia mantém discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem discussões estaduais referentes à cobrança de ICMS e multa, pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **d) Taxa incremental sobre os arrendamentos a pagar:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental determinada com base na taxa de juros dos empréstimos do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, ou seja, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **e) Julgamentos contábeis críticos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas abaixo: **Determinação do prazo do arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou exercícios após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). • Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la). Durante o exercício corrente, o efeito financeiro da revisão dos prazos de arrendamento a fim de refletir o efeito do exercício das opções de prorrogação e rescisão não resultou em movimentação nos passivos de arrendamento e ativos de direito de uso reconhecidos (aumento de R$ 70.570 em 31 de dezembro de 2024).

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Política contábil: 5.1.1. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios da Companhia para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los. **Mensuração subsequente:** ***Ativos financeiros ao custo amortizado:*** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado, incluem os saldos do contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes. ***Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:*** Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. ***Valor justo por meio do resultado:*** Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no exercício em que ocorrerem. **Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram, a Companhia transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que a Companhia manteve. Com relação aos clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros:** A Companhia apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 60 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". A Companhia considera que este seja baixo ou superior de acordo com o *rating* de crédito publicado por agências especializadas e renomadas no mercado. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis da Companhia referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com a Companhia (não há histórico de perdas) e rating de crédito das administradoras avaliado pelo mercado. **5.1.2. Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9), Operações de arrendamento (Nota 17), Fornecedores (Nota 18), Empréstimos e debêntures (Nota 19) e Dividendos a pagar (Nota 23). **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado: Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando sua obrigação é liquidada, cancelada ou expirada. Quando os termos de um passivo financeiro existente são substancialmente modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, a Companhia desreconhece o passivo original e reconhece um novo passivo financeiro a valor justo baseado nos termos modificados. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **5.1.3. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio. No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente. ***Hedges* de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta ajuste de avaliação patrimonial. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida na conta ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta de ajuste de avaliação patrimonial são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta ajuste de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na conta ajuste de avaliação patrimonial permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, contratos de *hedge*, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na conta ajuste de avaliação patrimonial e o custo da conta ajuste de avaliação patrimonial são imediatamente reclassificados para o resultado. **5.2 Gestão de risco financeiro: 5.2.1. Fatores de risco financeiro:** Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
a.1) Risco de mercado - moeda	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Contratos futuros a termo
a.2) Risco de mercado - taxa de juros	Aplicações financeiras, empréstimos, debêntures e arrendamentos a pagar de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Análise de alavancagem
b) Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes atacado, instrumentos financeiros derivativos e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ *ratings*
c) Risco de liquidez	Empréstimos, debêntures e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado: Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, a Companhia está exposto a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. **a.1) Risco de moeda:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia nenhum empréstimo em moeda estrangeira destinado a importação em aberto. Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial da Companhia dos riscos de mercado, preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Derivativos operacionais - Notional (NDF)	(1.647.857)	(1.306.684)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa, aplicando-se a contabilização de *hedge*. O *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é registrada como componente de "Outros resultados abrangentes". Em 31 de dezembro de 2025, a perda, líquida de impostos, foi de R$ 24.188 (ganho de R$ 68.599 em 31 de dezembro de 2024). O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva. Os valores acumulados em "Outros resultados abrangentes" são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de *hedge*).

Instrumento de hedge				Objeto de hedge	
Vencimento	**Moeda**	**Notional**	**Valor justo**	**Operação**	**Vencimento estimados**
21/01/2026 a 22/02/2027	BRL	(1.647.857)	(130.483)	NDF	21/01/2026 a 22/02/2027
Total		**(1.647.857)**	**(130.483)**		

Valor justo: No quadro abaixo, apresentamos o detalhamento dos derivativos mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2025. Todos têm como finalidade a proteção dos fluxos de caixa contra o risco de oscilação cambial sobre os passivos decorrentes da compra de mercadorias junto a fornecedores associados à Nike Inc.

Derivativo	Valor principal	Posição comprada ou vendida	Valor justo	Prazo máximo de vencimento	Contraparte
NDF	(8.658)	Comprado	32	19/11/2026	ABC
NDF	(655.514)	Comprado	(40.495)	22/02/2027	Bradesco
NDF	(155.122)	Comprado	(8.492)	20/08/2026	BTG
NDF	(53.330)	Comprado	(6.766)	21/01/2026	HSBC Brasil
NDF	(866.032)	Comprado	(52.074)	22/02/2027	Santander
NDF	(177.850)	Comprado	(18.253)	19/11/2026	Votorantim
NDF	(186.211)	Vendido	(1.671)	22/02/2027	Banco do Brasil
NDF	4.143	Vendido	(97)	27/05/2026	ABC
NDF	92.400	Vendido	1.346	20/08/2026	Bradesco
NDF	193.340	Vendido	(3.273)	19/11/2026	BTG
NDF	68	Vendido	3	20/08/2026	HSBC Brasil
NDF	38.029	Vendido	(236)	20/08/2026	Itaú
NDF	90.480	Vendido	(383)	19/11/2026	Santander
NDF	1.824	Vendido	14	27/05/2026	Votorantim
NDF	34.576	Vendido	(138)	27/05/2026	Banco do Brasil
Total	**(1.647.857)**		**(130.483)**		

a.2) Risco de taxas de juros: Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os arrendamentos, empréstimos e debêntures, em sua maioria pós-fixados, tomados pela Companhia. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos. Nas demonstrações financeiras o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia corresponde a:

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras (Nota 6)	258.071	406.629
Empréstimos (Nota 19)	(123.620)	(172.049)
Debêntures (Nota 19)	(831.363)	(508.320)
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	(314.229)	(295.315)

a.3) Análise de sensibilidade: O risco da Companhia decorre das operações com aplicações financeiras, empréstimos e debêntures e arrendamentos atrelados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para a análise de sensibilidade, a Companhia utilizou o CDI do índice DI da B3 (14,90% anual). Os cenários consideram variações de 25% e de 50% respectivamente do CDI.

			Aumento dos juros		Redução dos juros	
	2025	**Provável**	**Possível (+) 25%**	**Remoto (+) 50%**	**Possível (–) -25%**	**Remoto (–) -50%**
Aplicações financeiras (Nota 6)	258.071	38.453	48.066	57.680	28.840	19.227
Empréstimos (Nota 19)	(123.620)	(18.419)	(23.024)	(27.629)	(13.814)	(9.210)
Debêntures (Nota 19)	(831.363)	(123.873)	(154.841)	(185.810)	(92.905)	(61.937)
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	(314.229)	(46.820)	(58.525)	(70.230)	(35.115)	(23.410)

b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e do atacado e por aplicações financeiras. As vendas da Companhia em lojas ou na plataforma digital são efetuadas por meio de cartão de crédito ou pagamento à vista, pix, boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as vendas do atacado são via boleto registrado. O risco de crédito da Companhia está presente nos recebíveis das administradoras de cartão de crédito, responsáveis por 93% (70,6% em 31 de dezembro de 2024) dos recebíveis no balanço da Companhia, e nos recebíveis de atacado, responsáveis por 7,2% (29,4% em 31 de dezembro de 2024). Historicamente, a Companhia registra provisão para perda do valor recuperável de ativos financeiros somente para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o relacionamento com a Companhia (não há histórico de perda) e o rating de crédito avaliado pelo mercado. No entanto, a partir da nova operação de venda de mercadorias com parte relacionada (Nota 3), a nova avaliação da Companhia é a de que todo o saldo de recebíveis contém baixo risco de crédito, uma vez que, a Companhia descontinuou suas operações de venda direta ao mercado atacado. Devido a característica de seu negócio a Companhia não possui níveis diferenciados de risco de crédito do contas a receber de varejo por região ou perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito. A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2025 e 2024 é demonstrada na Nota 5. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating* ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos (Nota 6)	3.259	25.636
Meios de pagamento (Nota 6)	30.486	44.657
Aplicações financeiras (Nota 6)	258.071	406.629
Contas a receber (Nota 7)	1.287.749	921.614
Outros ativos (Nota 11)	180.926	99.293
Depósitos judiciais (Nota 13)	371.228	358.517
Total	**2.131.719**	**1.856.346**

c) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a obrigações de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2025, os fluxos de caixa esperados provenientes das contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R$ 378.606 (R$ 492.433 em 31 de dezembro de 2024).

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações a curto prazo	(1.797.715)	(1.362.960)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	291.816	476.922
Contas a receber (Nota 7)	1.287.749	921.614
Instrumentos financeiros derivativos - ativo (Nota 7)	1.395	165.816
Total	**(216.755)**	**201.392**
Total do patrimônio líquido	1.842.124	1.899.112
Índice de endividamento líquido	**12%**	**-11%**

Exposição ao risco de liquidez: A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação. A Companhia acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis de cartão de crédito podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas à vista por meio de venda da carteira de recebíveis. A maior parte dos empréstimos e debêntures estão no longo prazo, com 84,4% do saldo a ser liquidado a partir de 12 meses, e custo médio aproximado de CDI + 1,16% anual.

	Passivos financeiros não derivativos						
31 de dezembro de 2025	**Valor contábil**	**Fluxos de caixa contratuais**	**2 meses ou menos**	**2 a 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 5 anos**	**Mais que 5 anos**
Fornecedores (Nota 18)	711.151	711.151	583.121	128.030	–	–	–
Empréstimos (Nota 19)	123.620	147.495	11.395	52.915	57.180	26.005	–
Debêntures (Nota 19)	831.363	1.141.070	41.969	218.979	233.834	646.288	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	314.229	480.062	16.760	52.809	117.435	103.825	189.233
Impostos parcelados (Nota 21)	83.571	83.571	837	18.029	10.040	21.278	33.387
Outras contas a pagar (Nota 25)	182.299	182.299	164.048	18.251	–	–	–
Total	**2.246.233**	**2.745.648**	**818.130**	**489.013**	**418.489**	**797.396**	**222.620**

	Passivos financeiros não derivativos						
31 de dezembro de 2024	**Valor contábil**	**Fluxos de caixa contratuais**	**2 meses ou menos**	**2 a 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 5 anos**	**Mais que 5 anos**
Fornecedores (Nota 18)	496.053	496.053	420.992	75.061	–	–	–
Empréstimos (Nota 19)	172.049	211.547	11.863	55.961	61.838	81.885	–
Debêntures (Nota 19)	508.320	604.334	44.663	139.212	261.204	159.255	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	295.315	437.096	8.088	41.883	99.342	88.571	199.212
Impostos parcelados (Nota 21)	82.193	82.193	1.688	8.334	9.767	27.765	34.639
Outras contas a pagar (Nota 25)	154.175	154.175	154.175	–	–	–	–
Total	**1.708.105**	**1.985.398**	**641.469**	**320.451**	**432.151**	**357.476**	**233.851**

Os fluxos de entradas/saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta. **5.2.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos (Nota 19)	123.620	172.049
Debêntures (Nota 19)	831.363	508.320
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(291.816)	(476.922)
Dívida líquida	**663.167**	**203.447**
Total do patrimônio líquido	1.842.124	1.899.112
Capital total	**2.505.291**	**2.102.559**
Índice de alavancagem financeira	**26%**	**10%**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido de R$ 1.382.457 (R$ 1.476.364 em 31 de dezembro de 2024) e lucro antes dos impostos de R$ 468.233 (R$ 460.665 em 31 de dezembro de 2024). **5.2.3 Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: **Nível 1 -** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2 -** Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3 -** Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). ***Valor justo versus valor contábil:*** Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como não circulantes", considerando-se a modalidade dos correspondentes empréstimos. A Companhia possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco. A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

		31/12/2025		
Ativos	**Hierarquia de valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Custo amortizado**
Caixa e bancos (Nota 6)	–	3.259	–	3.259
Meios de pagamento (Nota 6)	–	30.486	–	30.486
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	258.071	258.071	–
Contas a receber (Nota 7)	–	1.287.749	–	1.287.749
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	1.395	1.395	–
Depósitos judiciais (Nota 13)	–	371.228	–	371.228
Total		**1.952.188**	**259.466**	**1.692.722**
Passivos				
Fornecedores (Nota 18)	–	711.151	–	711.151
Empréstimos (Nota 19)	–	123.620	–	123.620
Debêntures (Nota 19)	–	831.363	–	831.363
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	131.878	131.878	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	–	314.229	–	314.229
Impostos parcelados (Nota 21)	–	83.571	–	83.571
Total	–	**2.195.812**	**131.878**	**2.063.934**

		31/12/2024		
Ativos	**Hierarquia de valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Custo amortizado**
Caixa e bancos (Nota 6)	–	25.636	–	25.636
Meios de pagamento (Nota 6)	–	44.657	–	44.657
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	406.629	406.629	–
Contas a receber (Nota 7)	–	921.614	–	921.614
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	165.816	165.816	–
Depósitos judiciais (Nota 13)	–	358.517	–	358.517
Total		**1.922.869**	**572.445**	**1.350.424**
Passivos				
Fornecedores (Nota 18)	–	496.053	–	496.053
Empréstimos (Nota 19)	–	172.049	–	172.049
Debêntures (Nota 19)	–	508.320	–	508.320
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	573	573	–
Arrendamentos a pagar (Nota 17)	–	295.315	–	295.315
Impostos parcelados (Nota 21)	–	82.193	–	82.193
Total		**1.554.503**	**573**	**1.553.930**

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1 Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, meios de pagamento e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor, são representadas por Certificados de Depósito Bancário - "CDB" remunerados por taxas que variam aproximadamente em 96,2% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - "CDI" para aplicações diárias (97,50% em 31 de dezembro de 2024). **6.2 Composição:**

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	1.752	1.983
Bancos	1.507	23.653
Meios de pagamento (a)	30.486	44.657
Aplicações financeiras	258.071	406.629
Total	**291.816**	**476.922**

(a) Meios de pagamento referem-se as carteiras digitais utilizadas em transações financeiras eletrônicas para recebimento de recursos nas operações de vendas de mercadorias que possuem liquidez imediata.

7. CONTAS A RECEBER

7.1 Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **7.2 Composição:**

	31/12/2025	31/12/2024
Administradora de cartão de crédito (a)	595.491	510.461
Contas a receber - atacado	8.315	180.366
Contas a receber - marketplace (b)	37.723	32.489
Provisão para perda esperada do contas a receber	(1.705)	(137)
Subtotal	**639.824**	**723.179**
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 24) (c)	647.925	198.435
Total	**1.287.749**	**921.614**

(a) Refere-se ao saldo a receber de administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões. (b) Refere-se ao saldo a receber pelas vendas por meio de plataformas digitais de terceiros. (c) Em 2025, saldos impactados pelas transações de compra e venda de mercadorias com a empresa relacionada Premier (Nota 3). As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda de crédito esperada das vendas ao atacado.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	**(137)**	**(872)**
Constituição	(2.533)	(1.719)
Reversão	772	2.331
Perda efetiva	193	123
Saldo final	**(1.705)**	**(137)**

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada abaixo:

	Saldo contábil bruto 31/12/2025	(%) Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Recebíveis de atacado	46.038	3,70%	(1.705)	Não
Recebíveis de varejo	595.491	0,00%	–	Não
Total	**641.529**		**(1.705)**	

	Saldo contábil bruto 31/12/2024	(%) Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Recebíveis de atacado	212.855	0,06%	(137)	Não
Recebíveis de varejo	510.461	0,00%	–	Não
Total	**723.316**		**(137)**	

continua →★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Terça-feira, 10 de março de 2026

FISIA | DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 59.546.515/0001-34

Demonstrações Financeiras 2025

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

A seguir apresentamos o aging list, líquido da provisão para perda esperada do contas a receber e das transações com partes relacionadas:

Aging	31/12/2025	31/12/2024
Vencidos acima de 120 dias	1.510	895
Vencidos de 91 a 120 dias	69	38
Vencidos de 61 a 90 dias	23	137
Vencidos de 31 a 60 dias	26	598
Vencidos até 30 dias	2	1.430
À vencer até 30 dias	264.046	332.277
À vencer de 31 a 60 dias	114.560	160.156
À vencer de 61 a 90 dias	97.859	82.346
À vencer de 91 a 120 dias	53.526	44.158
À vencer de 121 a 180 dias	58.682	46.658
À vencer acima de 181 dias	51.226	54.623
Total	**641.529**	**723.316**

8. ESTOQUES

8.1 Política contábil: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda. O ajuste ao valor realizável dos estoques da Companhia é constituído por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas. Os estoques estão armazenados em bom estado de conservação e segurança, com baixo risco de obsolescência no curto prazo.

8.2 Composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Mercadoria de revenda (lojas)	397.578	173.560
Mercadoria de revenda (Centros de distribuição)	708.931	711.370
Importação em andamento	291.874	181.848
Almoxarifado	3.091	1.768
Subtotal	**1.401.474**	**1.068.546**
Ajuste ao valor realizável dos estoques	(13.861)	(14.792)
Total	**1.387.613**	**1.053.754**

Movimentação da perda no valor realizável do estoque

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**(14.792)**	**(15.081)**
Adição	(9.453)	(17.435)
Perdas efetivas nos estoques	10.384	17.724
Saldo	**(13.861)**	**(14.792)**

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

9.1 Política contábil: A contratação e operação de *hedge* da Companhia está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção *(hedge)*. As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5.

9.2 Composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Contratos de câmbio utilizados para *hedge* - ativo	1.395	165.816
Contratos de câmbio utilizados para *hedge* - passivo	(131.878)	(573)
Derivativos	**(130.483)**	**165.243**

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de proteção e não como investimentos especulativos.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2025	31/12/2024
ICMS (a)	161.243	96.792
PIS	1.269	2.265
COFINS	5.837	10.445
IRRF	11.418	9.404
INSS	1.723	1.725
Outros	367	147
Total	**181.857**	**120.778**
Circulante	**66.390**	**107.106**
Não circulante	**115.467**	**13.672**

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes e por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros. Em 2025, os saldos foram impactados pelas transações de compra e venda de mercadorias com a empresa relacionada Premier (Nota 3). Em 31 de dezembro de 2025 o saldo dos créditos a serem compensados era de R$ 161.243, sendo que o saldo de créditos a ser utilizado em até 12 meses era de R$ 46.242 da sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

	Utilização
Até 12 meses	46.242
Acima de 12 meses	115.001
Total	**161.243**

Reforma tributária sobre o consumo: A Companhia monitora continuamente os impactos da Reforma tributária sobre o consumo e seus reflexos nas demonstrações financeiras. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou a recuperabilidade e prazo de recuperação dos tributos sobre o consumo, considerando o cronograma de transição e a extinção gradual desses tributos, e concluiu que não há impactos relevantes.

11. OUTROS ATIVOS

	31/12/2025	31/12/2024
Marketing a apropriar	118.987	86.649
Despesas antecipadas (a)	58.280	7.986
Prêmios de seguros a apropriar	2.944	4.200
Adiantamento para fornecedores	258	206
Adiantamento para colaboradores	457	252
Total	**180.926**	**99.293**
Circulante	130.926	99.293
Não circulante	50.000	–

(a) Em 2025, refere-se substancialmente à despesa antecipada por renovação de contrato de patrocínio com clube de futebol, no montante de R$ 50 milhões.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO

12.1 Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades da Companhia que geram lucro tributável (prejuízo fiscal). A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 13. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **12.2 Composição:** O saldo de impostos diferidos possui a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	256.644	243.546	–	–	256.644	243.546
Provisões gerais e contingências	28.776	26.829	–	–	28.776	26.829
Provisão para estoques	4.519	5.246	–	–	4.519	5.246
Provisão de bônus	12.045	21.875	–	–	12.045	21.875
Depreciação	41.266	29.028	(30.962)	(22.128)	10.304	6.900
Diferido sobre hedge de fluxo de caixa	12.460	–	–	(35.339)	12.460	(35.339)
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	**355.710**	**326.524**	**(30.962)**	**(57.467)**	**324.748**	**269.057**
Montante passível de compensação	**(30.962)**	**(57.467)**	**30.962**	**57.467**	**–**	**–**
Imposto líquido ativo	**324.748**	**269.057**	**–**	**–**	**324.748**	**269.057**

As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 13. **Principais premissas utilizadas nas projeções de resultados para uso do ativo fiscal diferido:** As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo: **Prazo de realização dos impostos diferidos ativo:** A Companhia preparou um estudo técnico para suportar a realização dos impostos diferidos nos próximos 10 anos, o qual é revisado anualmente. O estudo preparado pela Companhia, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no período, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para a Companhia. As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual. De acordo com a política contábil adotada, a Companhia reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que se espera que estejam disponíveis nos próximos 10 anos. No estudo preparado pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram considerados os impactos da Reforma tributária sobre o consumo para os exercícios iniciados após 2033. A previsão de realização dos impostos diferidos ativos está representada abaixo:

Ano	31/12/2025
2026	–
2027	4.682
2028	8.225
2029	14.546
2030	27.438
2031	29.422
2032	39.970
2033	77.864
2034	97.396
2035	25.205
Total	**324.748**

Taxa de crescimento da receita: Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio anual (CAGR) de 8,7%. **Ganho de margem:** Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas da Companhia, tanto de vendas como administrativas. **Análise de sensibilidade das premissas:** O valor previsto de lucro tributável para os próximos 10 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R$ 324.748. A Companhia efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 16,8% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado. **Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Em 2025, não havia prejuízos fiscais não constituídos. A Companhia constituiu todos os ativos fiscais diferidos gerados em sua operação.

Movimento das diferenças temporárias: A movimentação da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido está descrita a seguir:

Movimentação reconhecido	Saldo em 01/01/2025	Reconhecidos no resultado	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2025
Prejuízo fiscal e base negativa	243.546	13.098	–	256.644
Provisões gerais e contingências	26.829	1.947	–	28.776
Provisão para estoques	5.246	(727)	–	4.519
Provisão de bônus	21.875	(9.830)	–	12.045
Depreciação	6.897	3.407	–	10.304
Diferido sobre hedge de fluxo de caixa	(35.339)	–	47.799	12.460
Imposto líquido ativo (passivo)	**269.054**	**7.895**	**47.799**	**324.748**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido está descrita a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos impostos	468.233	460.665
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	**(159.199)**	**(156.626)**
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(1.598)	39.305
Exclusões permanentes:		
Incentivo fiscal período corrente	94.011	55.440
Receitas não tributáveis	499	2.490
Outros itens:		
Juros sobre capital próprio	23.471	28.083
Prejuízos anteriores fiscais e diferenças temporárias de anos anteriores reconhecidos no exercício corrente	25.768	25.806
Outros	(1.387)	102
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(18.435)**	**(5.400)**
Corrente	(26.330)	(1.175)
Diferido	7.895	(4.225)
Alíquota efetiva	**-4%**	**-1%**

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

13.1 Política contábil: Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. **Provisões para riscos administrativos e judiciais:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **13.2 Composição: Depósitos judiciais:** As movimentações de depósitos judiciais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2025
Depósitos judiciais (a)	312.350	59.565	(64.300)	(3.720)	303.895
Depósitos judiciais - Rendimentos	46.148	46.117	(24.931)	(32)	67.302
Bloqueio judicial - Trabalhista	19	22	(10)	–	31
Total	**358.517**	**105.704**	**(89.241)**	**(3.752)**	**371.228**

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Depósitos judiciais (a)	180.577	133.090	(11)	(1.306)	312.350
Depósitos judiciais - Rendimentos	19.728	26.424	(4)	–	46.148
Bloqueio judicial - Trabalhista	10	15	(6)	–	19
Total	**200.315**	**159.529**	**(21)**	**(1.306)**	**358.517**

(a) Durante o exercício de 2022, foram iniciadas as discussões relacionadas à aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, 'b' e 'c' da CF/88, para cobrança do Diferencial de Alíquotas do ICMS ("DIFAL"). Para os períodos de 2023 à 2025, a Companhia realizou depósitos judiciais diante da possibilidade de discussão quanto à inexistência de legislação estadual anterior à Lei Federal para instituição do DIFAL. Ainda, nos termos do art. 166 do Código Tributário Nacional ("CTN"), para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, foram realizados depósitos judiciais para alguns períodos e estados, conforme estratégia adotada pela Companhia. Em outubro de 2025, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Tema nº 1266, afastando a cobrança do DIFAL referente ao ano de 2022 para empresas que judicializaram a discussão e não realizaram depósitos judiciais para o período de abril a dezembro de 2022. Como estratégia jurídica, durante o referido período, a Companhia realizou o recolhimento do DIFAL através de depósitos judiciais e, especificamente para o Estado de São Paulo, a discussão judicial foi encerrada antes da conclusão do julgamento pelo STF, resultando na baixa dos valores depositados em favor da Fazenda Estadual. **Provisões para riscos administrativos e judiciais:** As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2025
Cível/Consumidor (a)	962	2.066	(1.580)	(101)	1.347
Trabalhistas (b)	1.856	644	(514)	(40)	1.946
Tributário (c)	1.468	636	(642)	–	1.462
Total	**4.286**	**3.346**	**(2.736)**	**(141)**	**4.755**

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Cível/Consumidor (a)	1.223	1.627	(1.735)	(153)	962
Trabalhistas (b)	1.910	374	(191)	(237)	1.856
Tributário (c)	309.017	8.485	(14.912)	(301.122)	1.468
Total	**312.150**	**10.486**	**(16.838)**	**(301.512)**	**4.286**

a) Processos de natureza cível/consumidor: São processos que envolvem as relações cíveis e de consumo das lojas físicas e plataformas digitais. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui R$ 1.347 (R$ 962 em 31 de dezembro de 2024) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor provisionado, sendo que o montante não provisionado se refere aos valores com chances de perda possível de R$ 2.895 (R$ 4.165 em 31 de dezembro de 2024) baseado em precedentes e/ou jurisprudências e a opinião dos assessores jurídicos da Companhia. **b) Processos de natureza trabalhista:** Trata-se de demandas ajuizadas por prestadores de serviços e/ou ex-colaboradores, pleiteando diferenças de verbas rescisórias, jornada de trabalho, entre outros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui R$ 1.946 (R$ 1.856 em 31 de dezembro de 2024) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado se refere aos valores com chances de perda possível de R$ 11.563 (R$11.571 em 31 de dezembro de 2024) baseado em precedentes e/ou jurisprudências. **c) Processos de natureza tributária:** Em 31 de dezembro de 2025, o total de débitos tributários, classificados como perda provável, perfaz o montante de R$ 1.462 (R$ 1.468 em 31 de dezembro de 2024). Os valores envolvem a cobrança de ICMS pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo, na qual se discute a transferência de saldo credor entre estabelecimentos, além de discussões sobre Diferencial de Alíquota de ICMS (DIFAL) do ano de 2022. **Adesão ao programa de parcelamento de impostos:** No segundo trimestre de 2024, a Companhia aderiu ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/202, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital nº01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado. A transação teve como objeto a regularização voluntária pelo contribuinte de débitos de ICMS que estavam em discussão com o Estado de São Paulo. O acordo firmado proporcionou descontos sobre as multas e juros, bem como o pagamento em até 120 parcelas atualizáveis pela SELIC. Os principais benefícios publicados no Edital foram: (i) desconto de 100% dos juros incorridos e (ii) desconto de 50% da soma do principal e multa, limitado ao valor do principal. A análise para inclusão de quais débitos foram regularizados foi feita de forma individualizada de cada débito e a ponderação do prognóstico de êxito com os assessores externos. Os impactos contábeis dessa transação foram mensurados pela Companhia e estão evidenciados nos saldos comparativos, conforme nota impostos parcelados (Nota 21), despesas por natureza (Nota 30) e resultado financeiro - juros sobre contencioso (Nota 31). **Passivos contingentes com possibilidade de perdas possível: Processos federais:** Os processos federais em que a Companhia figura no polo passivo, estão classificados como perda possível no montante de R$ 51.408 (R$ 46.888 em 31 de dezembro de 2024) conforme avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina:

Tributo	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS (a)	44.028	39.952
IRPJ e CSLL (b)	2.525	2.312
INSS (c)	1.118	429
Outros (d)	3.737	4.195
Total	**51.408**	**46.888**

(a) PIS/COFINS - Discute-se compensações não homologadas realizadas entre 2012 e 2017, 2021 e 2024 em razão de supostas inconsistências nas declarações da Companhia no montante de R$ 44.028 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 39.952 em 31 de dezembro de 2024). Ainda, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R$ 25.359 em 31 de dezembro de 2025 e R$ 44.447 em 31 de dezembro de 2024. **(b) IRPJ e CSLL -** Discute-se a cobrança de IRPJ decorrente de compensação não homologada no montante de R$ 2.525 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 2.312 em 31 de dezembro de 2024). **(c) INSS -** Discute-se eventual falta de pagamento de contribuições previdenciárias patronais sobre verbas pagas aos colaboradores, bem como multa, e contribuições sobre verbas indenizatórias, no montante total de R$ 1.118 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 429 em 31 de dezembro de 2024). **(d) Outros -** Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS COFINS e II, por atraso de entrega de declarações, entre outras discussões, no montante total de R$3.737 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 4.195 em 31 de dezembro de 2024). **Processos estaduais:** A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui 99,7% da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Trata-se de processos para cobrança de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, no montante de R$ 400.459 (R$ 257.089 em 31 de dezembro de 2024) e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis. Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pela Companhia considerada como indevida pelas fazendas estaduais ou entidade fiscal estadual. Os processos estaduais classificados com perda possível também foram impactados pelo programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/2023, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital n° 01/2024, aderido pela Companhia, que concedeu descontos nos pagamentos das dívidas de ICMS inscritas em dívida ativa.

14. INVESTIMENTOS - RECOMPRA DE AÇÕES

Em reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da controladora Grupo SBF S.A. aprovou o Programa de Recompra Grupo SBF com a realização de recompra de ações por suas controladas SBF Comércio e Fisia, no limite de 14.289.617 ações. Em 2024, a Companhia adquiriu 3.604.000 ações ordinárias da sua controladora, Grupo SBF S.A., pelo montante de R$ 39.173. Em 2025, foram adquiridas mais 10.685.617 ações ordinárias da sua controladora, Grupo SBF S.A., pelo montante de R$ 113.885, atingindo o limite de recompra aprovado no Programa. Em 30 de dezembro de 2025, a Fisia e a sua controladora indireta Grupo SBF S.A. assinaram o Acordo para Cancelamento de Ações, através do qual a Fisia entregou à sua controladora as ações recompradas no contexto do Programa de Recompra Grupo SBF. A Fisia será ressarcida pelo custo incorrido, corrigido desde a data da recompra até a data da transferência. Em 31 de dezembro de 2025, foi apurado ganho no montante de R$ 6.454 decorrente da correção do custo incorrido, registrado como componente da rubrica "Outras receitas financeiras - partes relacionadas" (não foi apurado ganho ou perda em 31 de dezembro de 2024) (Nota 31).

15. IMOBILIZADO

15.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas são as seguintes para o exercício:

Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. ***Impairment:*** Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC - Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs, considerados pela Companhia como os pontos de venda (lojas físicas e plataforma digital). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou evidências de que os ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam indicadores relevantes de perda no valor recuperável dos seus ativos. **15.2 Composição:**

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Computadores e periféricos	20	46.009	(29.088)	16.921	17.650
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	18.921	(4.433)	14.488	9.878
Móveis e utensílios	8	106.350	(40.788)	65.562	55.991
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	208.244	(72.714)	135.530	119.347
Imobilizado em andamento	–	–	–	–	40
Total		**379.524**	**(147.023)**	**232.501**	**202.906**

As movimentações do imobilizado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Saldo inicial 01/01/2025	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo final 31/12/2025
Computadores e periféricos	41.327	–	(5)	4.687	46.009
Máquinas, equipamentos e ferramentas	12.900	–	–	6.021	18.921
Móveis e utensílios	90.610	–	–	15.740	106.350
Benfeitorias em imóveis de terceiros	176.861	–	–	31.383	208.244
Imobilizado em andamento	40	57.791	–	(57.831)	–
Custo do imobilizado	**321.738**	**57.791**	**(5)**	**–**	**379.524**
Computadores e periféricos	(23.677)	(5.411)	–	–	(29.088)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(3.022)	(1.411)	–	–	(4.433)
Móveis e utensílios	(34.619)	(6.169)	–	–	(40.788)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(57.514)	(15.200)	–	–	(72.714)
Depreciação	**(118.832)**	**(28.191)**	**–**	**–**	**(147.023)**
Total do imobilizado líquido	**202.906**	**29.600**	**(5)**	**–**	**232.501**

	Saldo inicial 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo final 31/12/2024
Computadores e periféricos	43.430	–	(7.493)	5.390	41.327
Máquinas, equipamentos e ferramentas	11.133	–	(1.528)	3.295	12.900
Móveis e utensílios	90.196	–	(4.128)	4.542	90.610
Benfeitorias em imóveis de terceiros	180.586	–	(28.586)	24.861	176.861
Imobilizado em andamento	172	37.956	–	(38.088)	40
Custo do imobilizado	**325.517**	**37.956**	**(41.735)**	**–**	**321.738**
Computadores e periféricos	(26.531)	(4.505)	7.359	–	(23.677)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(3.405)	(976)	1.359	–	(3.022)
Móveis e utensílios	(32.654)	(5.812)	3.847	–	(34.619)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(66.519)	(13.952)	22.957	–	(57.514)
Depreciação	**(129.109)**	**(25.245)**	**35.522**	**–**	**(118.832)**
Total do imobilizado líquido	**196.408**	**12.711**	**(6.213)**	**–**	**202.906**

16. INTANGÍVEL

16.1 Política contábil: Fundo de comércio: Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação. **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o exercício de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares	5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

16.2 Composição:

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de comércio	Conforme contrato	4.450	(1.770)	2.680	3.245
Software	20	210.409	(52.616)	157.793	118.081
Total		**214.859**	**(54.386)**	**160.473**	**121.326**

As movimentações do intangível, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Transferências	Saldo final 31/12/2025
Fundo de comércio	4.450	–	–	4.450
Software	140.821	–	69.588	210.409
Software em andamento	–	69.588	(69.588)	–
Custo do intangível	**145.271**	**69.588**	**–**	**214.859**
Fundo de comércio	(1.205)	(565)	–	(1.770)
Software	(22.740)	(29.876)	–	(52.616)
Amortização	**(23.945)**	**(30.441)**	**–**	**(54.386)**
Total do intangível, líquido	**121.326**	**39.147**	**–**	**160.473**

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Fundo de comércio	4.450	–	–	–	4.450
Software	87.209	7.879	(8.350)	54.083	140.821
Software em andamento	–	54.083	–	(54.083)	–
Custo do intangível	**91.659**	**61.962**	**(8.350)**	**–**	**145.271**
Fundo de comércio	(640)	(565)	–	–	(1.205)
Software	(14.650)	(16.282)	8.192	–	(22.740)
Amortização	**(15.290)**	**(16.847)**	**8.192**	**–**	**(23.945)**
Total do intangível, líquido	**76.369**	**45.115**	**(158)**	**–**	**121.326**

A Administração concluiu que não possui evidências de que seus ativos não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam indicadores de perda na recuperação dos ágios contabilizados.

17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

17.1 Política contábil: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. **Como arrendatário:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subja cente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. **Pagamentos de arrendamentos variáveis:** Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo

continua →★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Terça-feira, 10 de março de 2026

FISIA | DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

Demonstrações Financeiras 2025

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 59.546.515/0001-34

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **17.2 Composição:** A Companhia possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 5 e 20 anos e podem ter opção de renovação.

Imóveis	Quantidade contratos
Centros de distribuição	1
Edifícios administrativos	1
Lojas	40
Total	**42**

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

Intervalo	Taxa mensal
1 a 3 anos	1,02%
3 a 6 anos	0,91%
6 a 10 anos	0,88%

Direito de uso

As movimentações do ativo de direito de uso, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Ativo - Direito de Uso
Saldo em 1° de janeiro de 2025	**262.641**
(+) Novos contratos e remensuração	66.576
(–) Depreciação	(36.013)
(–) Baixas de contratos (a)	(21.210)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**271.994**

	Ativo - Direito de Uso
Saldo em 1° de janeiro de 2024	**192.120**
(+) Novos contratos e remensuração	104.026
(–) Depreciação	(33.505)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**262.641**

(a) Substancialmente, refere-se ao encerramento antecipado de contrato de arrendamento de um dos edifícios administrativos. **Arrendamentos a pagar:** As movimentações do passivo de arrendamento, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Arrendamento
Saldo em 1° de janeiro de 2025	**295.315**
(+) Novos contratos e remensuração	66.576
(+) Apropriação juros incorridos	28.793
(–) Pagamentos passivo de arrendamento	(50.847)
(–) Baixas de contratos (a)	(25.608)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**314.229**
Circulante	**38.565**
Não circulante	**275.664**

(a) Substancialmente, refere-se ao encerramento antecipado de contrato de arrendamento de um dos edifícios administrativos.

	Arrendamento
Saldo em 1° de janeiro de 2024	**214.473**
(+) Novos contratos e remensuração	104.026
(+) Apropriação juros incorridos	23.248
(–) Pagamentos passivo de arrendamento	(46.432)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**295.315**
Circulante	**30.636**
Não circulante	**264.679**

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	31/12/2025	31/12/2024
Até 1 ano	38.565	30.636
Entre 1 e 5 anos	165.242	145.315
Mais de 5 anos	110.422	119.364
Total	**314.229**	**295.315**

Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R$ 40.869 (R$ 42.667 em 31 de dezembro de 2024) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme despesas de ocupação (Nota 30). **Outras considerações:** Em atendimento ao Ofício CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

	2025	2026	2027	2028	Após 2028
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	38.565	34.122	31.897	34.368	175.277
Fluxo com projeção de inflação	40.228	35.508	33.109	35.570	181.412
Variação	**4,31%**	**4,06%**	**3,80%**	**3,50%**	**3,50%**
Direito de uso líquido					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	271.994	233.402	195.867	161.585	129.272
Fluxo com projeção de inflação	283.717	242.878	203.310	167.240	133.796
Variação	**4,31%**	**4,06%**	**3,80%**	**3,50%**	**3,50%**
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	28.793	31.004	27.489	23.927	83.414
Fluxo com projeção de inflação	30.034	32.263	28.533	24.764	86.333
Variação	**4,31%**	**4,06%**	**3,80%**	**3,50%**	**3,50%**
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	36.013	38.592	37.535	34.282	161.586
Fluxo com projeção de inflação	37.565	40.158	38.962	35.482	167.241
Variação	**4,31%**	**4,06%**	**3,80%**	**3,50%**	**3,50%**

18. FORNECEDORES

18.1 Política contábil: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo método do custo amortizado com base na taxa efetiva de juros. **18.2 Composição:** Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de mercadorias para revenda	591.911	453.282
Fornecedores de materiais de consumo	35.557	42.493
Subtotal	**627.468**	**495.775**
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 24) (a)	83.683	278
Subtotal	**83.683**	**278**
Total	**711.151**	**496.053**

(a) Em 2025, saldos impactados pelas transações de compra e venda de mercadorias com a empresa relacionada Premier (Nota 3).

19. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

19.1 Política contábil: Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **19.2 Composição:**

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante		
Capital de giro	49.214	48.664
Empréstimos	**49.214**	**48.664**
Debêntures	184.115	130.739
Total passivo circulante	**233.329**	**179.403**
Passivo não circulante		
Capital de giro	74.406	123.385
Empréstimos	**74.406**	**123.385**
Debêntures	647.248	377.581
Total passivo não circulante	**721.654**	**500.966**
Total empréstimos	**123.620**	**172.049**
Total debêntures	**831.363**	**508.320**
Total empréstimos e debêntures	**954.983**	**680.369**

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	01/01/2025	Adições	Pagamento principal	Pagamento juros	Provisão juros	Amortização custo captação	31/12/2025
Capital de giro	172.049	–	(50.000)	(23.239)	23.289	1.521	123.620
Debêntures	508.320	496.037	(203.493)	(66.439)	94.709	2.229	831.363
Total	**680.369**	**496.037**	**(253.493)**	**(89.678)**	**117.998**	**3.750**	**954.983**

	01/01/2024	Adições	Pagamento principal	Pagamento juros	Provisão juros	Amortização custo captação	31/12/2024
Capital de giro	195.119	–	(25.000)	(23.895)	23.876	1.949	172.049
Debêntures	609.070	298.008	(390.507)	(72.781)	61.541	2.989	508.320
Total	**804.189**	**298.008**	**(415.507)**	**(96.676)**	**85.417**	**4.938**	**680.369**

Os termos e condições dos empréstimos e debêntures em aberto são os seguintes:

Moeda	%	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
R$	100% CDI + 1,9 % anual	200.000	49.214	74.406
Empréstimos		**200.000**	**49.214**	**74.406**
R$	100% CDI + 2,0 % anual	800.000	184.115	647.248
Total de empréstimos e debêntures		**1.000.000**	**233.329**	**721.654**

Resumo dos empréstimos e debêntures conforme vencimento:

	1 ano	2 anos	3 anos	+3 anos	Total
Capital de giro	49.214	49.479	24.927	–	123.620
Debêntures	184.115	148.816	165.814	332.618	831.363
Total empréstimos e debêntures	**233.329**	**198.295**	**190.741**	**332.618**	**954.983**

Cláusulas contratuais restritivas - covenants: A manutenção do vencimento contratual das debêntures e empréstimos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente. Sob os termos das principais linhas de crédito, a Companhia é obrigada a cumprir com a seguinte cláusula financeira: i) A alavancagem não deve ser superior a 2,5x (Dívida Líquida/EBITDA). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia cumpriu com a cláusula financeira, sendo este indicador apurado com base nos saldos consolidados do Grupo SBF, uma vez que este atua como garantidor dos contratos firmados por suas controladas diretas e indiretas. **Captações ocorridas no exercício:** Em 25 de julho de 2025, com o propósito de reforçar o caixa, financiar a estratégia de crescimento e reduzir custo financeiro, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, no valor total de R$ 500 milhões, com vencimento em julho de 2030. O custo de captação do contrato mencionado foi de R$ 3.963.

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2025	31/12/2024
PIS	1.041	2.210
COFINS	4.915	10.242
ICMS (a)	364.239	394.854
ISS	1.462	1.312
IRRF	2.137	1.242
Outros	3.098	1.971
Total	**376.892**	**411.831**

(a) Há discussões judiciais sobre a legalidade da cobrança do DIFAL no que diz respeito à inexistência de legislação estadual anterior à Lei Federal de instituição do referido tributo. Por entender que se trata de uma obrigação, a Companhia provisiona a parcela do ICMS a recolher, nos termos do art. 166 do CTN, tendo como contrapartida depósitos judiciais no mesmo montante dos valores em discussão. Em outubro de 2025, o STF concluiu o julgamento do Tema n° 1266, resultando na efetivação parcial da obrigação, liquidada com a baixa dos valores depositados em favor da Fazenda Estadual (Nota 13). Adicionalmente, para alguns Estados, exceto São Paulo e Espírito Santo, a Companhia realizou a baixa da obrigação e manteve o depósito judicial até a conversão em caixa.

21. IMPOSTOS PARCELADOS

	31/12/2025	31/12/2024
Parcelamentos de tributos Estaduais	83.468	82.080
Parcelamentos de tributos Federais	103	113
Total impostos parcelados	**83.571**	**82.193**
Passivo circulante	**18.866**	**7.549**
Passivo não circulante	**64.705**	**74.644**

As movimentações dos impostos parcelados consolidado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro	**82.193**	**145**
Adesão dos impostos Estaduais (a)	841	88.469
Adesão dos impostos Federais	2	1.058
Juros sobre parcelamento de tributos	10.744	5.954
Parcelas pagas	(10.209)	(13.433)
Saldo em 31 de dezembro	**83.571**	**82.193**

(a) Adesão ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.483/2023, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital nº 01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado, ocorrida em maio de 2024. No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

Estado	Circulante	Não circulante	Total geral	2025	2026	2027	2028 em diante
São Paulo	18.842	64.627	83.469	3.252	15.590	11.878	52.749
Total Estaduais	**18.842**	**64.627**	**83.469**	**3.252**	**15.590**	**11.878**	**52.749**
Outros	24	78	102	–	24	24	54
Total Federais	**24**	**78**	**102**	**–**	**24**	**24**	**54**
Total parcelamentos	**18.866**	**64.705**	**83.571**	**3.252**	**15.614**	**11.902**	**52.803**

22. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

22.1 Política contábil: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários. **22.2 Composição:**

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de férias	14.691	12.317
Provisão para participação nos lucros	13.555	21.686
Salários a pagar	4.930	3.884
Obrigações com pessoal a pagar	644	447
Contribuições a recolher	45	39
Obrigações trabalhistas	**33.865**	**38.373**
INSS a recolher	3.388	2.693
FGTS a recolher	1.127	921
INSS retido a recolher	1.810	1.155
Obrigações previdenciárias	**6.325**	**4.769**
Total de obrigações trabalhistas e previdenciárias	**40.190**	**43.142**

23. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

23.1 Política contábil: Os dividendos mínimos obrigatórios de 0,1% sobre o lucro líquido estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). **23.2 Composição: Dividendos a pagar:** A movimentação de dividendos a pagar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2024	**147.520**
Pagamento de dividendos ao Grupo SBF	(147.520)
Dividendos adicionais - 2023	132.058
Pagamento de dividendos à SBF Comércio	(132.058)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**
Dividendos adicionais - 2024 (a)	(127.361)
Dividendos intermediários - 2025 (b)	(217.544)
Pagamento de dividendos à SBF Comércio	344.905
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**–**

(a) Refere-se à destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, aprovado no segundo trimestre de 2025. (b) Em 9 de maio de 2025, foi deliberado e aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos intermediários, no montante de R$ 217.544, contra a reserva de lucros das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O valor pago foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório sobre o resultado do exercício findo em 2025. **Juros sobre capital próprio a pagar:** A movimentação de juros sobre capital próprio a pagar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2024	**–**
Destinação de juros sobre o capital próprio - 2024	82.598
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(70.203)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(12.390)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**5**
Destinação de juros sobre o capital próprio - 2025 (a)	69.032
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(58.682)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(10.355)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**–**

(a) Em 9 de maio e em 8 de agosto de 2025, foram deliberadas e aprovadas em Reunião do Conselho de Administração as distribuições de juros sobre capital próprio no valor de R$ 69.032, imputadas ao dividendo mínimo obrigatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

24.1 Política contábil: As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente. **Operações de venda de mercadorias e fretes** - A Fisia, no âmbito de suas operações comerciais, realiza transações de venda de mercadorias com as empresas relacionadas SBF Comércio, operando no segmento de atacado, e Premier (Nota 3), operando na otimização da distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil e do abastecimento do mercado atacado dos produtos Nike. A parte relacionada VBLOG é responsável pelo transporte destas mercadorias e efetua transações comerciais de prestação de serviço de fretes para a Fisia. Essa operação está suportada por um contrato assinado, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. Adicionalmente, até agosto de 2025, no intuito de gerar sinergia, a Fisia tinha contrato assinado com a SBF Comércio para a prestação de serviços de coleta e internalização de mercadorias no CD Geral da SBF Comércio. **Aluguéis** - A Fisia efetua uma operação de sublocação para a empresa Premier, do armazém localizado em Extrema - MG. O prazo do arrendamento é válido até 2028 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m² (metros quadrados) utilizados. **Marketplace -** A controladora SBF Comércio, por meio de sua plataforma digital realiza vendas de produtos Fisia (Nike). As vendas incidem uma taxa de *take rate*, porcentagem cobrado sobre cada transação de produto vendido. **Rateio administrativo** - As controladas diretas e indiretas do Grupo SBF possuem um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier, VBLOG, Lione, Fisia e Grupo SBF. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas de mão de obra corporativa e em critérios consistentes ao longo do exercício. **Serviços audiovisuais -** A parte relacionada FitDance possui contrato de prestação de serviço com a Fisia para o desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança. **24.2 Composição:** Os valores referentes às transações descritas acima estão discriminados no quadro a seguir:

	Contas a receber	
	31/12/2025	31/12/2024
SBF Comércio	18.833	196.393
Grupo SBF (a)	161.904	2.042
Premier	467.188	–
Total (Nota 7)	**647.925**	**198.435**

(a) Refere-se, substancialmente, ao valor a receber da controladora indireta Grupo SBF S.A., relativo ao custo incorrido na aquisição de ações do Grupo SBF S.A., corrigido pela inflação desde a data da recompra até a data da transferência (Nota 14), no montante de R$ 159.512 em 31 de dezembro de 2025.

	Fornecedores	
	31/12/2025	31/12/2024
VBLOG	318	278
Premier	83.365	–
Total (Nota 18)	**83.683**	**278**

	Outras contas a pagar	
	31/12/2025	31/12/2024
Grupo SBF	2.900	3.625
SBF Comércio	59.023	35.633
Total (Nota 25)	**61.923**	**39.258**

	Compras		Vendas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fisia	(1.012.300)	–	1.953.279	440.257
SBF Comércio	(280.672)	(440.257)	–	–
Premier	(1.672.607)	–	1.012.300	–
Total	**(2.965.579)**	**(440.257)**	**2.965.579**	**440.257**

	Custos com mercadorias vendidas	
	31/12/2025	31/12/2024
SBF Comércio	(233.972)	(321.278)
Premier	(1.363.924)	–
Total	**(1.597.896)**	**(321.278)**

	Comissão marketplace	
	31/12/2025	31/12/2024
SBF Comércio	(23.303)	(36.791)
Total	**(23.303)**	**(36.791)**

	Serviços logísticos	
	31/12/2025	31/12/2024
Coleta e internalização - SBF Comércio	(16.144)	(23.815)
Fretes e logística - VBLOG - Custos	(3.994)	(362)
Fretes e transportes - VBLOG - Despesas	(271)	(6.535)
Total	**(20.409)**	**(30.712)**

	Aluguéis	
	31/12/2025	31/12/2024
VBLOG	–	(473)
Premier	95	–
Total	**95**	**(473)**

	Serviços audiovisual	
	31/12/2025	31/12/2024
FitDance	(150)	–
Network (b)	–	(1.772)
Total	**(150)**	**(1.772)**

	Rateio administrativo	
	31/12/2025	31/12/2024
Grupo SBF	(1.255)	(9.893)
SBF Comércio	(171.576)	(160.162)
Total	**(172.831)**	**(170.055)**

(b) Em outubro de 2025, a controladora Grupo SBF S.A. realizou o desinvestimento na operação da Network. Dessa forma, os saldos apresentados na linha da empresa Network representam as transações entre partes relacionadas ocorridas até a data da alienação do investimento. **Remuneração ao pessoal-chave da administração:** A remuneração aos Administradores é realizada por meio de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações do resultado.

	Administração executiva	
	31/12/2025	31/12/2024
Salário, férias e 13º salário	4.292	4.672
Participação nos lucros	2.448	4.255
Pagamento baseado em ações	–	2.368
Outros (a)	12.134	–
Total	**18.874**	**11.295**

(a) Refere-se aos benefícios de rescisão para determinados funcionários-chave da Administração, relacionados ao processo de revisão da estrutura corporativa da Companhia.

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões gerais	33.411	33.339
Provisões de marketing e comunicação	23.670	17.436
Provisões logística	27.789	19.345
Comissão de parceiros digitais	29.474	27.020
Utilidades e serviços	808	865
Provisões benefícios a empregados	5.106	4.825
Obrigações com investimentos (a)	118	12.087
Subtotal	**120.376**	**114.917**
Outras contas a pagar - partes relacionadas (Nota 24)	61.923	39.258
Subtotal	**61.923**	**39.258**
Total	**182.299**	**154.175**

(a) Em 2024, refere-se à aquisição de ações do Grupo SBF S.A. como parte do Programa de Recompra Grupo SBF.

26. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2025	31/12/2024
Patrocínios e royalties	18.054	15.904
Obrigações com clientes (a)	19.945	21.100
Total	**37.999**	**37.004**

(a) O saldo de obrigações com clientes refere-se a transações com cartão presente e vale troca que podem ser utilizados como forma de pagamento em compras nas plataformas digitais e lojas físicas.

27. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a) Capital social: As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R$ 1.418.091 dividido em 1.168.847.027 ações ordinárias sem valor nominal. O controle acionário da Companhia, está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025	
Acionista	Quantidade	%
SBF Comércio Produtos Esportivos S.A.	1.168.847	100,00%
Total	**1.168.847**	**100,00%**

b) Lucro por ação: Básico: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. **Diluído:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Numerário básico/diluído		
Lucro líquido do exercício	449.798	455.266
Média ponderada de ações ordinárias	1.168.847	1.168.847
Resultado básico por ação - R$	**0,38**	**0,39**
Lucro líquido do exercício	449.798	455.266
Média ponderada de ações ordinárias	1.168.847	1.168.847
Resultado diluído por ação - R$	**0,38**	**0,39**

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Companhia, os lucros diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação. **c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da reserva legal é de R$ 75.808 (R$ 53.318 em 31 de dezembro de 2024). **d) Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia é titular de incentivos fiscais concedidos por diversos Estados brasileiros, especialmente na forma de crédito presumido de ICMS. Em relação ao resultado desse incentivo, o STJ já havia formado sólida jurisprudência - i.e. EREsp 1.517.492, em 2017 - reconhecendo, em caráter não vinculante, que os créditos presumidos de ICMS podem ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, independente da constituição da reserva de incentivo fiscal. Neste sentido, corroborado ainda pela revogação do artigo 30, da Lei 12.973/2014, a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia deixou de constituir reserva de incentivos fiscais. Em 2024, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 249.244, mediante capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal, sem emissão de ações. **e) Reserva estatutária:** A reserva estatutária é constituída após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração, até a totalidade do lucro líquido remanescente. A reserva estatutária tem como finalidade reforçar o capital de giro e viabilizar investimentos e o desenvolvimento das atividades da Companhia. Em 9 de maio 2025, em Reunião do Conselho de Administração com a participação da totalidade dos membros do Conselho, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, com base nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R$ 217.544, deduzido da conta reserva estatutária. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva estatutária é de R$ 363.278 (R$ 349.905 em 31 de dezembro de 2024). **f) Ajuste de avaliação patrimonial - outros resultados abrangentes:** A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais de compras de mercadorias realizadas no exterior. As transações de hedge de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz ou quando do término da relação de hedge.

28. RECEITAS LÍQUIDAS

28.1 Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **Venda de mercadorias no atacado:** a Companhia opera com a distribuição dos produtos da marca "Nike" em todo Brasil. As vendas dos produtos do atacado são reconhecidas quando a Companhia transfere o controle e a propriedade de um produto para o cliente, isso ocorre quando os produtos são entregues no endereço do comprador ou coletados no centro de distribuição e o cliente esteja de acordo com o contrato de venda. Os produtos da Nike são frequentemente vendidos com desconto por volume, os clientes têm o direito de devolver os produtos com defeitos no mercado atacadista, as vendas são registradas líquidas dos descontos específicos por clientes e das devoluções estimadas na época da venda. **Venda de mercadorias no varejo:** a Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de calçados, vestuários, acessórios e equipamentos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia vende um produto e transfere o controle e a propriedade dos bens para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito, pix ou em dinheiro. **Venda de mercadorias por meio da plataforma digital:** a Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site nike.com.br, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes ao controle e a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador. **Serviços prestados:** A Companhia reconhece receitas com intermediação de vendas de produtos de parceiros por meio de sua plataforma digital, operação denominada marketplace. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que, na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **Subvenção governamental:** a partir de 1° de julho de 2021, a Companhia efetuou a migração das operações da plataforma digital (Nike.com) para a cidade de Extrema - MG, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pela plataforma digital são realizadas com crédito presumido de ICMS. As subvenções têm o objetivo de compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como deduções de vendas. Ainda, nos termos do julgamento proferido pelo STJ em recurso repetitivo, Tema 1.182, a Companhia reconheceu o incentivo fiscal dessas operações. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de base para a incidência de ICMS nas vendas de mercadorias para varejistas, nos termos da legislação aplicável. Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 somaram o montante de R$ 275.502, correspondente ao incentivo fiscal de crédito presumido (R$ 163.060 em 31 de dezembro de 2024).

28.2 Composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta		
Venda de mercadorias	4.255.834	4.744.567
Venda de mercadorias - parte relacionada (a)	2.353.191	560.196
Prestação de serviços	376	57
Impostos incidentes		
Venda de mercadorias	(1.035.478)	(1.104.416)
Venda de mercadorias - parte relacionada (a)	(399.912)	(119.939)
ICMS - Incentivo fiscal	276.502	163.060
PIS e COFINS - Incentivo fiscal	–	(882)
Prestação de serviços	(40)	(5)
Devoluções		
Venda de mercadorias	(138.441)	(183.104)
Receita líquida	**5.312.032**	**4.059.534**

(a) As transações com parte relacionada referem-se a vendas em atacado destinadas à empresa Premier Distribuidora e a operações de venda entre as empresas da controladora Grupo SBF S.A., conforme Nota 24. Em 2025, saldos impactados pelas transações de compra e venda de mercadorias com a empresa relacionada Premier (Nota 3). **Canais de venda:** A receita bruta de mercadorias por canal de vendas está apresentada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Lojas físicas	1.463.386	1.436.548
Atacado (b)	603.030	1.168.219
Plataforma digital	2.189.418	2.139.800
Receita bruta	**4.255.834**	**4.744.567**

(b) Em 2025, saldos impactados pelas transações de compra e venda de mercadorias com a empresa relacionada Premier (Nota 3). **Região geográfica:** Em termos de região geográfica, as vendas da Companhia estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com venda de mercadorias, por região.

	31/12/2025	31/12/2024
Sudeste	5.229.234	3.755.672
Nordeste	318.629	360.171
Sul	697.634	755.827
Centro-Oeste	277.481	303.136
Norte	86.047	129.957
Receita bruta	**6.609.025**	**5.304.763**

Sazonalidade trimestral da receita líquida: O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o Dia dos Pais, no terceiro trimestre, bem como a Black Friday e o Natal no quarto trimestre. No caso da Companhia, a tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	31/12/2025	31/12/2024
1º trimestre	882.737	877.458
2º trimestre	1.297.833	990.631
3º trimestre	1.365.644	971.570
4º trimestre	1.765.818	1.219.875
Receita líquida	**5.312.032**	**4.059.534**

29. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

	31/12/2025	31/12/2024
Custo da revenda de mercadorias	(1.795.627)	(1.969.842)
Subtotal	**(1.795.627)**	**(1.969.842)**
Custo da revenda - partes relacionadas (Nota 24) (a)	(1.597.896)	(321.278)
Custo de fretes e logística - partes relacionadas (Nota 24)	(3.994)	(362)
Subtotal	**(1.601.890)**	**(321.640)**
Total	**(3.397.517)**	**(2.291.482)**

(a) Em 2025, saldos impactados pelas transações de compra e venda de mercadorias com a empresa relacionada Premier (Nota 3).

continua →★

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Terça-feira, 10 de março de 2026

FISIA | DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

CNPJ 59.546.515/0001-34

Demonstrações Financeiras 2025

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

30. DESPESAS POR NATUREZA

Despesa com vendas	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Publicidade e propaganda	(459.021)	(404.677)
Pessoal	(218.694)	(181.626)
Fretes e transportes	(139.459)	(198.024)
Serviços de terceiros	(116.402)	(118.392)
Taxa de cartão e serviços financeiros	(62.460)	(60.276)
Ocupação	(38.991)	(39.371)
Utilidades e serviços	(32.029)	(28.288)
Depreciação e amortização	(28.814)	(26.546)
Depreciação de direito de uso	(29.340)	(25.339)
Informática e telecomunicações	(10.053)	(13.527)
Embalagens e outros materiais	(14.501)	(13.608)
Contencioso e despesas jurídicas (a)	279	(1.978)
Outras despesas	(2.175)	(2.470)
Total das despesas com vendas	**(1.151.658)**	**(1.114.122)**

Despesas administrativas e gerais	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Publicidade e propaganda	(3.695)	(553)
Pessoal	(125.898)	(135.154)
Serviços de terceiros	(10.452)	(8.899)
Taxa de cartão e serviços financeiros	(1.828)	(1.618)
Ocupação	(1.878)	(3.296)
Utilidades e serviços	(5.159)	(5.497)
Depreciação e amortização	(26.572)	(15.547)
Depreciação de direito de uso	(1.743)	(4.101)
Informática e telecomunicações	(70.953)	(64.157)
Embalagens e outros materiais	(94)	(118)
Contencioso e despesas jurídicas (a)	27.660	31.723
Outras despesas	(501)	(4.281)
Fretes e transportes	(42)	(104)
Total despesas administrativas e gerais	**(221.155)**	**(211.602)**

(a) Em 2024, refere-se substancialmente à reversão da Provisão para riscos - Tributário, líquida da constituição dos impostos parcelados, como resultado da adesão ao programa de parcelamento de impostos (Nota 13). Em 2025, refere-se substancialmente à reversão do passivo de DIFAL, referente a alguns Estados, exceto São Paulo e Espírito Santo, como resultado da conclusão do julgamento do Tema n° 1266 pelo STF (Nota 20)

31. RESULTADO FINANCEIRO

31.1 Política contábil: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

31.2 Composição:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Receitas de aplicações financeiras	43.664	35.404
Variação cambial ativa (a)	137.995	104.614
Outras receitas financeiras - partes relacionadas (b)	6.454	–
Juros e multas recebidos	1.686	1.715
Atualização monetária de impostos	1.469	7.325
Outras receitas financeiras	272	476
Atualização monetária de depósitos judiciais	16.058	224
PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.505)	(2.099)
Descontos obtidos	–	8
Receitas financeiras	**205.093**	**147.667**
	31/12/2025	**31/12/2024**
Variação cambial passiva (a)	(124.247)	(108.642)
Juros e custo de captação sobre debêntures	(96.938)	(64.530)
Juros e custo de captação sobre empréstimos	(24.810)	(25.825)
Juros de arrendamento mercantil	(28.793)	(23.248)
Juros sobre parcelamento de tributos	(10.744)	(5.954)
Tarifas e taxas bancárias	(2.897)	(401)
Juros sobre atraso de impostos	(861)	(3.365)
Juros sobre pagamentos em atraso	(235)	(178)
Impostos sobre operações financeiras	(787)	(62)
Juros sobre contencioso (c)	(270)	133.136
Despesas financeiras	**(290.582)**	**(99.069)**
Resultado financeiro, líquido	**(85.489)**	**48.598**

(a) Refere-se substancialmente ao resultado da variação cambial decorrente dos hedges de fluxo de caixa da Companhia. (b) Refere-se à correção pela inflação do custo incorrido pela Companhia na aquisição das ações da Grupo SBF S.A. (Nota 14). (c) Em 2024, refere-se substancialmente à reversão dos Juros sobre contencioso - Tributário, como resultado da adesão ao programa de parcelamento de impostos apresentado na Nota 13.

32. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros contratadas junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco	**Objeto**	**Montante de cobertura**
Transportes	Transportes nacionais	R$ 9.309.300
Transportes	Transportes internacionais	US$ 290.460
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	R$ 17.565
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	R$ 366.271

Diretoria

Gustavo Furtado - CEO

José Luís Salazar - CFO

Contadora

Patrícia Vieira - CRC 1SP232718/O-2

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores e Jurídico e Compliance

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, concordando e autorizando sua publicação nesta data.

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e a conclusão expressos no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, emitido nesta data.

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores e Jurídico e Compliance

A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e a conclusão expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

São Paulo, 6 de março de 2026

Gustavo Furtado - Diretor Presidente

José Luís Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Daniel Siqueira - Diretor Jurídico e Compliance

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

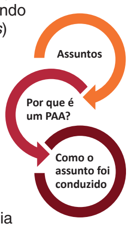
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 12(b))	
A Companhia possui saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor total, líquido dos saldos passivos, de R$ 324.748 mil. As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem, conforme divulgado na Nota 12. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros. Dado a relevância do saldo e a subjetividade envolvida na definição de premissas e estimativas, consideramos este tema como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos. Adicionalmente, com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2026

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador
CRC MG091301/O-2

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 5E40-97B0-9592-CDD8.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/5E40-97B0-9592-CDD8 ou vá até o site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5E40-97B0-9592-CDD8

Hash do Documento

53713CB670CC34D4922DDD262F9CA7179F9C738D368191093F8FD0FC8E975685

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/03/2026 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 10/03/2026 00:00 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.646474 Longitude: -46.556937 Accuracy: 178

IP: 172.16.4.3

AC: AC Certisign RFB G5